

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

HELMANO DE ANDRADE RAMOS

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO:

**Modernidade Industrial e Cidades Prisionais: Estudo sobre a favelização
urbana e as artes de fazer no Presídio Regional do Serrotão.**

Linha de Pesquisa: Conflitos e Desigualdades Sociais

Campina Grande PB
Julho de 2012.

HELMANO DE ANDRADE RAMOS

Modernidade Industrial e Cidades Prisionais: Estudo sobre a favelização urbana e as artes de fazer no Presídio Regional do Serrotão.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional - PPGDR, da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Rosilene Dias Montenegro

Campina Grande PB
Julho de 2012

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na sua forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL - UEPB

R175m Ramos, Helmano de Andrade.
Modernidade industrial e cidades prisionais [manuscrito]: estudo sobre a favelização urbana e as artes de fazer no Presídio Regional do Serrotão. / Helmano de Andrade Ramos, 2012.
165 f.

Digitado.
Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Universidade Estadual da Paraíba, Programa de Pós-Graduação e Pesquisa, 2012.
“Orientação: Profa. Dra. Rosilene Dias Montengro, Departamento de História”

1. Modernidade. 2. Cidades industriais. 3. Favelizações. 4. Cárceres. 5. Presídio. I. Título.
21. ed. CDD 365


HELMANO DE ANDRADE RAMOS

Modernidade Industrial e Cidades Prisionais: Estudo sobre a favelização urbana e as artes de fazer no Presídio Regional do Serrotão.

Data de defesa e aprovação:

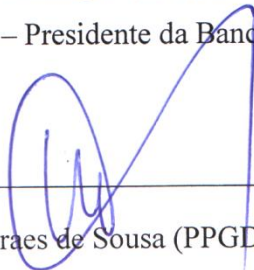
22/12/2011

BANCA EXAMINADORA



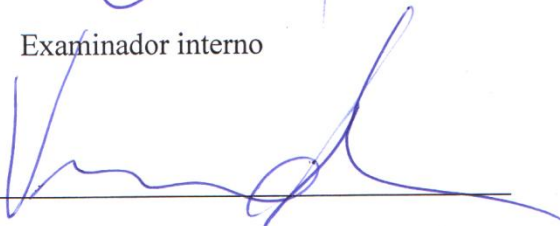
Prof.^a Dr.^a Rosilene Dias Montenegro (PPGDR/UEPB/UFCG)

Orientadora – Presidente da Banca



Prof. Dr. Cidoval Moraes de Sousa (PPGDR/UEPB)

Examinador interno



Prof. Dr. Vanderlan Silva (PPGCS/UFCG)

Examinador externo

Prof. Dr. Frederico de Castro Neves (PPGH/UFCE)

Examinador suplente

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos informantes pela confiança em mim depositada, almejando não decepcioná-los nesta trajetória escriturística que se fez no escutar do som de suas vozes.

À comunidade do bairro do “Zepa”, com que partilho os códigos de conveniência que fabricam as identificações.

Aos professores que se fizeram interlocutores das idéias que dão sustentação às “invenções textuais” com que procurei estabelecer sentidos para a rede etnográfica da pesquisa.

À minha orientadora que acreditou na pesquisa, aceitando acompanhar essa fase de minha trajetória profissional.

Aos meus familiares pela presença e apoio constante.

À Mari.

RESUMO

A presente dissertação de Mestrado analisa alguns aspectos relacionados à historicidade do surgimento das favelas e processos de favelização na cidade de Campina Grande, particularmente, a imbricação histórica das favelas urbanas com as favelas que efetivamente se constituem nos sistemas de presídio. Parte-se da premissa de que o sistema presidiário promove a reprodução da favelização em seu interior, ampliando e tornando mais complexa a luta pela sobrevivência e as desigualdade nas relações de poder. A problemática colocada é como os detentos do Presídio Regional do Serrotão ressignificaram seu espaço interno como favela? O objetivo é analisar as artes de fazer no Presídio Regional do Serrotão, a partir da investigação de como os presidiários produzem no sistema e espaços de poder os códigos de ordem e sociabilidade que regem a luta pela sobrevivência no presídio. Nos apropriamos de experiências metodológicas conferidas pela descrição densa e pela genealogia da história, buscando num primeiro momento observar a gênese das tendências controladoras, entre o sanitismo médico e as prisões judiciais, constituídas entre eugenismo e leis dos pobres, para num segundo momento relacioná-las às recepções entre as elites e o contexto industrial em que foram colocadas em prática, de modo a promover a segregação dos pobres para áreas que se tornaram conhecidas como favelas e as suas materializações dentro de um planejamento urbano em que o pobre é excluído e, especificamente, no interior de espaços e fazeres próprios do sistema prisional. Para a análise foram utilizadas fontes secundárias, tais como estudos sobre modernidade, cidades, poder, sistemas de controle, e presídios; e fontes primárias, tais como jornais, publicações de órgãos governamentais e entrevistas. Concluindo disso que os movimentos de segregação das estruturas prisionais, como dos pobres dos centros urbanos, se desenvolvem gerenciados por teorias médico-jurídicas, mas também pelas resistências a estas, largamente utilizadas dentro e fora das prisões.

Palavras-Chave: Modernidade. Cidades Industriais. Favelizações. Cárceres.

ABSTRACT

This Master's thesis examines some aspects relating to the historicity of the emergence of slums and shantytowns processes in Campina Grande, particularly the intertwining history of urban slums with the slums that are effectively in the prison systems. It starts with the premise that the prison system promotes the internal reproduction of the slum, expanding and becoming more complex the struggle for survival and the unequal power relations. The problem posed is how the detainee's Presidio Regional Serrotão reframed its internal space a slum? We appropriate methodological experiences afforded by the thick description of the history and genealogy, trying at first to observe the genesis of controlling tendencies, between the medical and sanitation judicial arrests, made between eugenics and laws of the poor, for a second time to relate them receptions between the elites and the industrial context in which they were put into practice in order to promote the segregation of the poor in areas that became known as slums and their materialization in urban planning in which the poor are excluded and, specifically, and spaces within the own tasks prisons. For the analysis of secondary sources were used, such as studies on modernity, cities, power, control systems, and prisons, and primary sources such as newspapers, government publications and interviews. Concluding that the movements segregation of prison's structures, such as the urban poor, develop by physicians theories, but also by the resistance to these widely used inside and outside the prisons.

Key Words: Modernity. Industrial City. Slums. Prisons.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO I. MEDICINA SOCIAL E DIREITO PENAL: O PENSAR CIENTÍFICO SOBRE O LUGAR DOS POBRES	12
CAPÍTULO II. SABERES CONJUGADOS E PODERES DISCIPLINARES NAS REFORMAS URBANAS E PRISIONAIS	35
CAPÍTULO III. ETNOGRAFIA E RELAÇÕES DE PODER: ESTUDO SOBRE UMA CIDADE, UMA FÁBRICA E UM CÁRCERE	68
CAPÍTULO IV. FAZERES DE FAVELAS, NAS CIDADES OU NAS FÁBRICAS DO CÁRCERE	121
CONCLUSÃO. ENTRE AS FÁBRICAS, AS FAVELAS E O CÁRCERE, OS POBRES	149
FONTES	150
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	150

INTRODUÇÃO

Depois do asilo, eis que a prisão, gêmea sua, torna-se o objeto de uma história cada vez mais assombrada pelo lado sombrio das sociedades: doença, loucura, delinquência, parte exógena de nós mesmos, espelho quebrado que nos devolve nossa imagem (...). (PERROT, 1988, p.235).

A escolha por narrar experiências do cárcere, a partir das vozes dissonantes que nos chegaram pela via da história oral e do exercício etnográfico, vem a tornar dizíveis histórias de uma espacialidade e de personagens a que a modernidade destinou atenção silenciadora, como denuncia Michele Perrot (1988).

Foi a naturalização da exclusão de tudo e de todos, que rompiam a lógica do progresso e da produção modernas, que esteve na base da edificação de Instituições que criavam “sociedades paralelas”, destinadas a manter a ordem maior da sociedade do consumo e da produção, como demonstram as palavras de Michel de Certeau:

Lançado fora de uma sociedade que, conforme as utopias de antanho, limpa suas ruas e suas casas de tudo o que parasita a razão do trabalho – detritos, delinquência, doença, velhice (...). É posto de lado numa das áreas técnicas e secretas (hospitais, prisões, depósitos de lixo) que aliviam os vivos de tudo aquilo que poderia frear a cadeia da produção e do consumo e que, na sombra onde ninguém penetra, consertam e fazem a triagem daquilo que pode ser reenviado à superfície do progresso. Retido ali, torna-se um desconhecido para os seus. Não mora mais nas casas deles nem no seu falar. Talvez o exilado um dia regresse do país estranho cuja língua, na casa dele, ninguém conhece e que há de ser fatalmente esquecida. Se regressar, será o objeto longínquo, não significável, de um esforço e de um fracasso impossíveis de traçar no espaço e na linguagem familiar. (CERTEAU, 1994, p. 295).

É pela exclusão dos espaços prisionais e dos pobres dos centros urbanos, que se impõe aos desviantes e aos pobres, tendo em vista que as práticas médico-jurídicas demarcam uma ação, que se destinam a retirar de cena os “obstáculos” que aparecem na corrida do progresso. É do contexto de sociedade moderna francesa que sobressaem as análises de Perrot e de Certeau, mas que, consideradas as especificidades e proporções, com que os emblemas da modernização vão ser impostos nos cenários urbanos, nos é permitido aqui anunciarmos, nossas leituras sobre as implicações da adoção do ideário e das práticas modernizantes, que retiram os pobres, mas também as prisões dos centros urbanos, em processos conhecidos como reformas, legisladas por políticos e intelectuais, ansiosos pela cópia brasileira das teorias industriais pensadas na Europa e balizadora do método massificado de punir os desviantes do regime fabril, destinando-os à favelizações simbólicas e culturais, como consequência desse progresso no âmbito interno ou externo ao cárcere.

Temática a que dedicamos atenção em nosso percurso de graduação em História, resultando na produção da monografia “*Da arquitetura à leitura marginal: fundamentos cotidianos de formação da identidade apenada*”, defendida em 2008, em que realizamos a descrição da espacialidade do *Presídio Regional do Serrotão*, com vistas a estabelecer uma visita do leitor àquela instituição, sendo essa forma utilizada para levantamento das informações e para a articulação com os lugares apenados, que se impunham no cotidiano das relações entre as identidades internas.

Desse primeiro contato com a temática fomos estimulados a aprofundar a problematização no Mestrado em Desenvolvimento Regional, procurando contribuir com a Linha de Pesquisa Conflitos e Desigualdades Sociais no que diz respeito ao conhecimento da relação sócio-histórica e econômica dos presídios, sistemas presidiários, e construções de relações de poder no interior dos presídios. Esperamos contribuir para os estudos sobre essa historicidade no âmbito acadêmico, bem como a produção de análises que possam aprofundar a compreensão sobre as mudanças dos espaços dos pobres no planejamento urbano e a naturalização de suas formas de repressão, institucionalizada nas prisões. Consideramos ser a produção textual, antes de tudo, um ato interessado que estabelece lutas entre representações que se produzem a partir do lugar do pesquisador que, também, contribui para a ampliação ou diminuição do foco com que apresenta o “objeto de estudo” que selecionou.

Nosso texto opta por primeiro inserir a compreensão de gestores públicos e intelectuais, sobre as funções e lugares sociais dos pobres, no planejamento das cidades e suas teorias sobre estes, para nos aproximar de sua recepção entre os políticos e intelectuais e sua efetivação nas reformas urbanas iniciadas com Pereira Passos no Rio de Janeiro, mas que tardiamente chegam ao Nordeste, contudo delimitando uma segregação espacial dos pobres e de suas habitações prisionais, expulsas dos centros das cidades para áreas marginais, imediatamente delimitadas como malocas, em seguida favelas. Considerando a fabricação de diagnósticos, de caráter humanístico, que contemplem instâncias desse “jogo social” atingimos o ponto culminante do trabalho quando das análises sobre a resignificação das favelas externas, no interior do Presídio Regional do Serrotão, no que consideramos artes do fazer.

Conscientes de nosso papel como intelectual foi que optamos por apresentar uma narrativa que recupera os momentos de fabricação do aparato moderno de controle e normatização, em articulação com a discussão sobre as relações entre saber-poder, que legitimam lugares para as ciências modernas, focados na medicina social e na ciência jurídica,

elaboradas num contexto fabril e que enquanto instâncias de saber, impõem regras de sistematização social para as sociedades do progresso.

Os estudos contidos na dissertação apresentam análises constituídas em capítulos, cujo primeiro se constitui enquanto lugar de discussão sobre as articulações entre Medicina Social e Direito Penal na destinação de lugares para os pobres. Análise que considera a forma como o ideário do século XIX e de início do século XX, a pensar o pobre e a ele destinar um aparato normativo. É a dimensão da pobreza como *locus* de delinquência que se impõe, mas também, pela determinação do sujeito pensado socialmente por agentes exteriores a este. O Capítulo I revela a articulação e disputas entre os saberes, no exercício dos poderes que instituem as reformas urbanas, sob foco entre a medicina social e o direito punitivo, que acaba por articularem-se aos valores industriais, um novo modelo prisional sob preceitos cambiantes entre a eugenia racial e as leis dos pobres, dando a estes localizações no interior das favelas.

O segundo Capítulo traz um movimento de recepção de tais teorias nas cidades brasileiras, mas principalmente no Nordeste, em movimento contemporâneo ao processo de industrialização e que acaba por reformar os centros urbanos a torná-los atraente ao comércio e ao consumo, mas, também, na ocultação dos males da modernidade entre os quais os pobres e sua relação com suas habitações, trabalhos e cultura, o que forma o contexto para marginalização seja das indústrias, das casas dos pobres, mas também das prisões, pensadas como método punitivo dos desviantes do sistema fabril, fazendo disso aporte para estabelecer a relação entre as reformas urbanas e prisionais, através de reformas fiscalizadas e valorizadas entre letrados, principalmente advogados-jornalistas.

No Capítulo III apresentamos informações com base em observações, escutas narrativas e realização de entrevistas com os “habitantes” da Instituição prisional, realizando um trabalho especificamente interno sobre os resultados dessa segregação. Assim, o *locus* da pesquisa, a *Penitenciária Regional do Serrotão*, se torna lugar que retrata o ideário presente no discurso médico-jurídico, demonstrada pela descrição densa dos compartimentos que a compõem entre seus sistemas “seguro” e o que os detentos chamam de “favelas”, como nova representação no âmbito interno dos espaços habitados por estes no âmbito externo ao complexo prisional local.

Refletindo no Penúltimo Capítulo, sobre o imbricado processo de identificação entre operários, trabalhadores, ociosos e detentos, em suas lutas para se estabelecerem nas favelas e sendo esse o principal motivo, que os leva a constituição das “artes do fazer” no interior carcerário, sob os mesmos moldes de resistência, sociabilidade e sobrevivência, que elaboraram as favelas contemporâneas, junto à industrialização e as trocas de experiência

entre operários edetentos, por nós entendidos como artesãos do cotidiano das favelas internas ou externas ao cárcere.

Nesse sentido, trazemos o entendimento das reformas urbanas e construções das favelas para o nível dos fazeres cotidianos referentes a estas e que internamente se traduz em três séries de fazeres; oficiais permitidos pela direção, oficializados aqueles que eram proibidos, mas que se afirmam no cotidiano prisional e os não oficiais ou marginais produzidos pelos detentos em sua maioria por meio de processos de substituições de materiais por estes adquiridos e explorados no sentido da afirmação de suas identidades, efetivação de práticas de sociabilidade interna e elaboração de formas de sobrevivências interna ou externa.

Assim, tentamos trazer já na Introdução a expectativa de que o traçado delimitado pelo trabalho seja compreendido pelos leitores, primeiramente na dificuldade de se trabalhar com fontes afetadas pelo sentido dos valores modernos, como foi o caso do jornalismo Paraibano, postasaqui em diálogo com posturas críticas sobre as teorias do moderno voltadas para os pobres, que a partir de então estarão mais próximo de uma realidade não natural, mas naturalizada socialmente em meio aos calares e as omissões a respeito do cotidiano prisional, para afirmar mais que a legitimidade da historia oral no que se refere à emergências de vozes antes ocultas, o seu emparelhamento junta ao nosso entendimento de historia e de desenvolvimento que reconhece a inclusão dos de baixo no processo.

Temos consciência que a perspectiva de análise aqui defendida se faz desafio, mesmo entre historiadores que verticalizaram seus estudos sobre os poderes, saberes e instituições, na medida em que buscamos entrar no interior da instituição prisional para bem articular as observações aquiapresentadas, considerando todo um aparato social e discursivo existente sobre as favelas e os pobres e outros em grande medida inventados sobre as prisões, os presos e os sistemas de controle modernos.

Porque para nós ficou evidenciado, que o desafio que se colocava era o de tratar da instituição prisional e de seus personagens desde quando estes passam a objetos de estudos dos intelectuais, isso para desnaturalizar o processo de desenvolvimento prisional e de suas teorias gestoras, a saber: como cadeias públicas se afastam dos centros urbanos se tornando casas de detenção e saem das cidades como complexos prisionais, para a partir de então, os tornar atores do processo e produtores de fontes, imagens e de dados que nos permitissem realizar a descrição densa destas memórias, em conjunto com suas experiências de vidas e seus saberes-fazeres,num cotidiano em que a tranquilidade inquieta e o barulho violenta.

CAPÍTULO I

MEDICINA SOCIAL E DIREITO PENAL: O PENSAR CIENTÍFICO SOBRE O LUGAR DOS POBRES

Foi necessário o nazismo, a ausência de trabalho, o crime e as instituições que cuidam não do indivíduo, mas de sua doença, através de técnicas de defesa da ordem e limpeza das áreas contaminadas, áreas técnicas e secretas como hospitais, prisões depósitos, que aliviam os vivos e tornam-se objetos de análise desconhecidos, em termos científicos, e fracassados, no sentido social, para a formatação eficiente da modernidade.

O saber médico científico produz um meio de lutar contra a morte crua, manter a ordem e a prevenção, a exemplo das campanhas sanitárias e reformas urbanas e prisionais, idealizadas no progresso indefinido, obsessivo pela degenerescência “fazer do corpo aquilo que uma sociedade pode escrever” (CERTEAU, 1994, p.300), o corpo transformado em escritura e a morte em adversária, que a instituição pretende exorcizar. É a decadência da civilização do poder das escrituras contra a morte, que se inscreve na relação entre gozar de um determinado *status*, mas também manipular para permanecer em tal posição.

O homem ordinário de Certeau (1994), aqui pode ser escrito em termos do seu cotidiano, fazendo coro a um saber não científico, que fala do interior das favelas e apresenta suas linguagens e simbologias promovidas entre a sociologização e antropologização, que suportam a pesquisa historiográfica a respeito da marginalização das favelas e das prisões nas sociedades industriais, se não do Nordeste Brasileiro, da Paraíba, citados nos exemplos de Campina Grande e João Pessoa, para em seguida trabalhar com as memórias transformadas em relatos orais de testemunhos que habitam determinados compartimentos específicos que os descrevem e entre seus usos e artes do fazer.

Daí, nos propomos a contar o vínculo existente, principalmente no Nordeste, entre a industrialização e a favelização de áreas urbanas, inclusive das prisões, mas que dependem de um esclarecimento sobre as teorias que as regem, buscadas entre o desenvolvimento da Medicina social e do direito punitivo, no interior de países de industrialização antiga, Inglaterra (Londres) e França (Paris), e suas recepções, entre as *urbs* brasileiras de favelizações recentes, promovidas principalmente no Rio de Janeiro e apoiados em fatores históricos como a vinda da família real, abolição, imigrações e a República, mas que regionalmente fazem efeitos colaterais às pretensões da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), como órgão fomentador do desenvolvimento pela

industrialização, o necessariamente acaba por substituir os antigos heróis, pelas histórias do “homem sem qualidades” (CERTEAU, 1994, p.95), ao apresentar não resultados, mas o fim das sociedades sujeitas aos enquadramentos das racionalidades.

Mesmo no interior de lugar negado, isolado e imposto, como é o trabalho e a morte; “aquilo que da morte tem a forma de expectativa, se insinua muito antes na vida social” (CERTEAU, 1994, p.298), assim pretendemos jogar com as impossibilidades de interpretar as circunstâncias e os momentos, tal qual as metáforas para falar dos mortos, produzindo mentiras sobre o que é a inversão do trabalho e profissionalização do crime no interior das prisões fabris afirmadas e marginalizadas, no citado contexto, e cujas representações apenas adquirem efeitos, quando da intenção da historiografia em lhes ceder lugar.

Aqueles que se apresentam, até pouco tempo atrás, no não lugar, e que ocultos para a historiografia positivista, se tornam cernes das teorias médico-sociais Darwinistas e Eugenistas e do direito penal, com as Teorias Lombrosianas e do Panóptico de Bentham, traduzidas no Brasil na segunda metade do século XIX. Lugares de discursos que fabricam imposições para a camada pobre, por vezes, delinquente, expulsas dos centros, passando a habitar as periferias, junto das prisões, antes cadeias públicas, situadas também nos centros das cidades, sucedendo, assim, a imediata favelização arquitetônica e sociocultural dessa camada social. Favelização que se transfere aos habitantes das cadeias públicas, hoje presídios entre trabalhadores, operários e detentos, como identidades vigiadas e coagidas pela produção industrial, serial e racional admitidos, desde então, como modernos.

Agimos, assim, norteados pela historiografia produzida pela História cultural, que nos permite observar a afirmação do controle disciplinar, no principiar da modernidade, e as resistências a esse, entre as classes ociosas e trabalhadoras que, especificamente em Campina Grande, se traduz no imaginário da “favela” da *Penitenciária Regional do Serrotão*, como representação interna dos símbolos desenvolvidos para elas pelas sociedades industriais.

O que embora esclareça a relação entre detentos e trabalhadores, operários e ociosos, torna mais complexo o nível de abordagem, pela necessidade em expandir as já complicadas abordagens sobre as relações entre poderes e saberes, discutidas nos Capítulos III e IV, onde trabalhamos respectivamente sobre as estruturas arquitetônicas, perceptíveis nos compartimentos descritos, que compõem àquela instituição prisional; e os fazeres efetivados no cotidiano prisional.

Narrativa que passa por considerações teóricas sobre o processo de exclusão das prisões dos centros urbanos dentro do cenário e das idealizações teóricas montadas na Europa e enxertadas, em segunda mão, para a realidade nacional brasileira, entre advogados que

exerciam posições de jornalistas e seus pontos de vistas sobre as resistências das camadas pobres diante das posições dos intelectuais, industriais e administradores, em grande medida valorizadores dos modelos estrangeiros.

Enfim, são de fato as elites letradas e o poder público responsáveis por remover as habitações da camada pobre do centro, mas são os pobres que as constroem nos espaços periféricos, constituindo as favelas. Movimento modernizador que vai ser desencadeado em cidades como o Rio de Janeiro, São Paulo e Recife, em maior grau, e se espalhar pelas demais cidades do país, em termos pontuais. Assim, Campina Grande também vai ter seu quinhão de modernização, promovido pelo poder público instituído¹.

Nesse caso, fatores históricos mais abrangentes como imigração, desde a chegada da família real; abolição; e república; estão na base da formação das favelas contemporâneas, dos fins dos sobrados e nas emblemáticas referências ao “Cabeça de Porco”, contidas em Sidney Chalhoub (1996) e Nicolau Sevcenko (2006), mas que, diferentemente desta a realidade nordestina, se faz sob incentivos fiscais e da reversão das finanças públicas em construções privadas, observadas no Capítulo II, de tais reformas urbanas, que adequam o centro aos valores de consumo ao passo que retira deste os pobres e prisioneiros, marginalizados em favelas ou bairros fabris, mas também prisionais.

Fazemo-nos valer, nesse sentido, do caráter da reforma urbana problematizada, junto à historiografia social e cultural, sob enfoque das resistências às imposições disciplinares sobre os centros urbanos das modernas cidades do Nordeste do Brasil, que segundo o historiador Fábio Gutemberg (2003): “mais do que a universalização dos chamados valores modernos, encontram-se tensões e múltiplas leituras da sua institucionalização”.

Esse é o motivo que nos levou a elaborar um Capítulo sobre as práticas efetivas dos agentes históricos, que impõem inovações ao sistema, criam oportunidades de maquinações e coligações sem precedentes, subvertem os arranjos teóricos, pelas circunstâncias, e alteram interesses “à medida que os vínculos horizontais ganhavam força, enfraqueciam as ligações verticais”, sendo assim, são signos em ação e signos em oposição que “podem tanto reproduzir quanto transformar o significado original”, bem como suas posições e formas com

¹Sobre essa questão aproximamo-nos das ideias contidas no livro do Professor Gervácio Batista Aranha: **Seduções do Moderno na Parahyba do Norte: Trem de Ferro, Luz Elétrica e Outras Conquistas materiais e simbólicas 1880-1925**, citando as transformações nos costumes e no imaginário da elite, mas também as resistências populares, na cidade de Campina Grande, quando da chegada de novas tecnologias de transporte e comunicação, caso do trem e do telefone, sob a imposição de novos valores teóricos, que gerem práticas efetivamente disciplinares, trazidas pelo Professor Fábio Gutemberg Sousa, quando conta o processo de Reforma urbana do centro da cidade por meio das disputas entre as imposições do poder político e as denúncias de jornais e processos crime, aos atos e costumes de antigas áreas do centro, transferidas com as reformas para as periferias.

que “Esses usos referenciais trazem à cena outras determinações dos signos, além de sentido aceito, ou seja: o mundo real e as pessoas envolvidas” (BIERSACK, 1995, p.116 a 118).

Relações estas que reproduzem culturas e “atribuem-lhes novos valores, a partir do contexto pragmático”, cujos agentes são “tipos culturais, não indivíduos” e “suas práticas são, assim, estruturalmente situadas e relacionalmente posicionadas”, por “uma estrutura prática (...) a ação-precedente, mas também sem precedente, conservadora, mas também inovadora - gerava uma transformação *com base em princípios*” (BIERSACK, 1995, p.118), que se fundamentam nos interesses, não nos privilégios.

Porque “as estruturas do presente são as estruturas do passado modificadas por uma ação estruturalmente posicionada, mas circunstancialmente motivada (os eventos gerados pelas estruturas da conjuntura), então estrutura e evento entram em relação dialética”. Donde resulta que “Quanto mais as coisas permanecem as mesmas, mais elas se transformam!” (BIERSACK, 1995, p. 119 e 120).

Que só podem ser entendidas, a partir da revolução na transformação de saberes em poderes (médico, psiquiátrico e penal), onde o estado é instrumento específico de um sistema de poderes que o ultrapassa e o completa, apontando para uma consciência política, um instrumento de luta no interior de uma rede de poderes que, segundo Biersack (1995) parte do centro para a periferia, onde são transformadas.

Por meio da retirada do estado do centro das relações de poder, até analisamos os poderes específicos que não são localizáveis, exceto por uma rede de dispositivos sem limites e sua vinculação ao estado, isso porque, segundo Foucault (1979) o poder não existe em sua forma concreta, mas se faz concreto entre práticas que se exercem como maquinaria e se disseminam por relações múltiplas, aliadas a multiplicidade de formas de resistência.

Em sendo assim, o poder não é um objeto com lugar específico, mas um exercício disseminativo, e que acarreta um contra-poder e que destrói a especificidade do poder imposto por técnicas infinitesimais de poder-saber, que como micro poderes, possuem tecnologia e histórias específicas e se relacionam com o nível mais geral deste, por abordagem ascendente, sobre um espaço, onde o poder se pluraliza e repercute nas suas formas mais específicas.

O *Presídio Regional Agrícola do Serrotão* é observado, aqui, com base nas teorias que impõem e elaboram formas modernas de punição e o interior dessas formas. Não basta punir, mas ocultar os criminosos das áreas centrais em períodos concomitantes a recepção dos ideais modernos sanitários e punitivos, pois, ao passo em que retiram pobres e prisões das áreas centrais, acionam saberes com tecnologias próprias, relativamente autônomas e anexadas por formas mais gerais de dominação do estado.

Buscamos de lá o “principio organizador do poder”, porque “a cultura é estudada através de tecnologias de poder”, onde “o poder não pode ser apreendido pelo estudo do conflito, da luta e da resistência, a não ser em suas manifestações mais restritas” (O’BRIEN, 1995, p. 46), já que este não é “característico de uma classe (a burguesia) ou de uma elite dominante, nem pode ser atribuído a uma delas. Para Foucault, o poder é uma estratégia atribuível a funções (disposições, manobras, táticas, técnicas). O poder não se origina nem na política, nem na economia, e não é ali que se encontram suas bases”, existe como “uma rede infinitamente complexa de ‘micropoderes’, de relações de poder que permeiam todos os aspectos da vida social”.

Sendo assim;

o poder não só reprime, mas também cria. Dentre todos esses aspectos, talvez o mais polêmico de todos é a constatação de que o poder cria a verdade e, portanto, a sua própria legitimação. Cabe aos historiadores identificar essa produção da verdade como uma função do poder. (O’BRIEN, 1995, p. 46).

Para melhor compreensão da discussão que O’Brien faz da ideia de poder em Foucault, e que aqui nos é imprescindível, cabe lembrar alguns dos preceitos com que a autora trabalha:

(1) nunca se está fora do poder; não existem limites nem periferias, assim como não existe um centro, p. ‘o poder é coextensivo como o corpo social’; (2) ‘as relações de poder são entrelaçadas a outros tipos de relações (produção, parentesco, família, sexualidade)’ e podem ser estudadas por meio de seus discursos; (3) as relações de poder são interligadas e ‘suas interligações delineiam condições gerais de dominação (...) organizando-o, numa forma estratégica mais ou menos coerente e unitária’. (O’BRIEN, 1995, p. 48-49).

Donde resulta que, o poder serve a interesses que “o historiador deve procurar ‘nos lugares menos promissores’ – nos sentimentos, no amor, na consciência, no instinto – nos interstícios do poder” (O’BRIEN, 1995, p. 49).

Assim, o trabalho consiste em “isolar as diferenças e procurar as inversões”, numa forma iniciada por Nietzsche, sob método genealógico para “registrar a singularidade” e que em Foucault, chega aos começos não às origens já que “As origens implicam causas; os começos implicam diferenças”, aplicadas aqui, nos pontos de vista referentes às reformas urbanas, sob enfoque nas transferências das prisões do centro para as periferias das cidades modernas, junto da marginalização de sua população e favelização de ambas. Dentro desse contexto, se no Rio de Janeiro as favelas são resultados do fim dos sobrados, a realidade nordestina impôs apoios e incentivos fiscais para empresas que se construíram como cidades

industriais em áreas marginalizadas dos centros urbanos de Campina Grande e João Pessoa, o que marca, no entanto, nossas diferenças da favelização carioca e as transformações experienciadas por seus habitantes.

Através de uma metodologia (des)centrada, em que “estudo o poder/saber/cultura”, então seu método é o de desconstrução por ser a ciência “produto de ‘microtecnologias de poder’ contingentes que constitui em si, um método” (O’BRIEN, 1995, p. 52), formulado por entre comparação de discurso verdadeiro e/ou falsos para “mostrar que o discurso não é uma tênue superfície de contato, ou de confrontação, entre uma realidade e uma linguagem”, assim como se deu entre os debates, embates entre direito, medicina e psicologia².

Dai a necessidade de se buscar no interior da oralidade, assim como dos textos, os “momentos de inversão do discurso” e onde estar o poder, permitindo que “os contornos periféricos do poder desabassem em direção ao centro”, trazendo suas capilares e conjugações através de documentos e relatórios investigados por meio do processo de inversão sobre a “normalização no século XIX”.

Por entre “os efeitos redutivos e coercitivos dos sistemas de pensamento, organizados segundo esses conceitos” é que se faz um dos fundamentos para a crítica da história, bem como alternativa discursiva e metodológica, sem estrutura, forma e funções em seu sentido pragmático. Mas, que ganha espaço, no pós-guerra, pela emergência das mentalidades na história cultural e integração destas onde “O poder/saber é uma faceta do poder/cultura. A fragmentação, segmentação e capilaridade, então “aqueles que estudam mulheres, pequenas cidades, tribunais, famílias, prisões, adultério, odores, epidemias, o *welfare state* e congêneres- podem acomodar-se no universo de Foucault, em que as tecnologias de poder estão enraizadas em múltiplas instituições seriais” (O’BRIEN, 1995, p.58), cujos temas “são vistos como através de rupturas no discurso”.

E o estudo da cultura, realizado “sem causas”, através de um jogo “um universo de rupturas e pausas”, com regras e objeto que ganham importância dentro da “linguagem/discurso” (O’BRIEN, 1995, p.58 e 59), para apreender as transformações institucionais, pela aplicação dos novos valores da modernidade que são traduzidos em reformas urbanas e prisionais. Nesse sentido, é possível observar que nossos intelectuais se apropriaram de um conjunto de idéias, já contestado na Europa, para forjar o modelo que vem a respaldar as políticas públicas efetivadas nos cenários urbanos no Brasil. Práticas reformistas que vão fabricar uma arquitetura para as instituições totais, bem como, para o

²Conf. Michel Foucault (2007).

modelo de urbanidade a exemplo do que foi feito nas metrópoles européias.

Demarcamos aqui nossa filiação aos estudos de Foucault no que se refere às temáticas e menos sobre os métodos -, por suas análises do discurso sobre o poder-saber, articulando essa dimensão com as práticas que localizamos no espaço em que a pesquisa se fez – o interior do cárcere. É ainda Foucault que contribui para nossas leituras sobre o exercício de recepção da normatização européia no contexto das reformas urbanas nacionais, que no caso do Rio de Janeiro, produz a favela da *Providência*, mas que, principalmente no Nordeste, apenas se afirma com a industrialização e a participação dos incentivos da SUDENE.

Mas, que também secreta suas consequências e o vigia, como bem percebe Sidney Chalhoub (1986), com a marginalização das favelas externas e que acabam por dar nome, também de favela, ao maior compartimento habitado do *Presídio Regional do Serrotonão*, concebido aqui em duplo sentido, primeiro como cidade no Capítulo III, em seguida como fábricas, expondo com isso formas de relações entre os poderes disputados entre as identidades internas e como fazem em uma forma de reflexão que se comunica com as favelas externas e que interpreta papéis fabricados cotidianamente, em uma receita que de fato funciona.

Leitura que passa pela observação inicial sobre como no início das sociedades industriais se institui um aparelho punitivo de seleção, no interior da coerência lógica e do jogo de estratégias, que se opõem umas às outras³, para focar os compartimentos e os corpos que constroem essa “arqueologia das ciências humanas” e o papel do intelectual, na formatação de instrumentos de análise do poder, seus pontos fortes e fracos, “um sumário topográfico e geológico da batalha” (FOUCAULT, 1979, p. 151), aqui analisado, sem, contudo objetivar o que deve ser feito⁴.

Mas, seguindo os passos que se afirmam em 1970, quando os historiadores sociais se dedicam em suas pesquisas a “explorar as percepções culturais populares”, as *mentalités*, E.P. Thompson (1993) e Natalie Davis (1990), trazem que a cultura do comportamento e das atitudes chegam até a violência, o que “tornou-se essencial para a definição e a formação de uma nova abordagem cultural da história social” (DESAN, 1995, p. 63), porque procurou não apenas os antecedentes, mas decodificar os padrões ou rituais dos tumultos, assim como o

³Eis o caráter da aproximação e disputa entre as ciências, exemplificada principalmente nas relações entre a medicina social e o direito penal, “Eu Pierre Rivière que matei meu pai e degolei minha irmã e minha mãe” (2007).

⁴Nesse sentido, talvez a nossa opinião fosse a menos aceita e a mais criticada mesmo entre os pares, dada a naturalização das instituições prisionais estarem presentes tanto no corpo social, quanto no acadêmico, sem querer lembrar e visando esquecer a aliança entre intelectuais e gestores nos processos de segregações sociais, designados por reformas.

foram nas Reformas: Parisiense, Londrina, do “Cabeça de Porco” no Rio de Janeiro e dos “Bota-Abaixo” em João Pessoa e Campina Grande, descobrir como seus participantes vêm e validam seus tumultos, contidos em rituais do comportamento, transferidas das favelas externas às favelas internas às prisões, mas também no movimento contrário.

Se no marxismo o sujeito é “sempre-confundido e sempre ressurgente de sua própria história” (BIERSACK, 1995, p. 122). Para E.P. Thompson (1993), existe no sujeito a capacidade de “fazer-se”, mesmo levando em consideração “o impacto histórico das coerções estruturais”, abrindo estudo sobre um processo ativo que se deve tanto à atenuação quanto ao condicionamento, tanto a ação quanto à estrutura.

Que com os *Annales*, avançam para as mentalidades⁵, em estudos que se articulam com a antropologia simbólica, de interesse fundamental em fatores culturais, em detrimento dos aspectos climáticos, geográficos ou sócio econômico vigente, Thompson aproxima culturas e identidades operárias, “em 1961, E. H. Carr⁶ (1982) declarou “quanto mais a sociologia e a história se tornam culturais, e quanto mais sociológica se torna a história, e quanto mais histórica a sociologia se torna, tanto melhor para ambas”.

Isso porque são dois campos convergentes, sobre o interesse social e da história “vinda de baixo”, qual E. P. Thompson⁷ e sua “Classe Operária Inglesa” (1987) se fez uma das melhores perspectivas, para o entendimento da investigação social e da vida cotidiana, mas que se completa com os *Annales*, ao ampliar as dimensões dentro dos meios de abordagens seriais, funcionais e coletivas, voltada para o geral em sentido sócio-político e particular, para num segundo plano as estruturas, depois os eventos sobre “tudo o que dizia respeito ao indivíduo”(HUNT,1992, p. 4).

Até dá a “voz a grandes massas de pessoas que deixaram poucos registros escritos e cuja história ficou por escrever”, concebendo “o papelda cultura como mediadora das relações e estruturas sociais”, indicando que os “inferiores” têm papel ativo e essencial na criação de sua própria história e identidade cultural e que os tumultos ajudam a esclarecer as convicções, as motivações e as coerências destas, além de valores e de relações comunitárias. Onde, “o poder de provocação das concepções comunitárias de justiça e seu impacto diretivo sobre as ações padronizadas da massa revoltosa”, indicando a moral que o rege por “princípios comunitariamente compartilhados que legitimam suas ações violentas ou ilegais” (DESAN, 1995, p.74 a 77), em diferentes níveis de adesão ou contra adesão (burla e microfísica) não

⁵E os inevitáveis estudos sobre memória, articulada a historia oral como método auxiliar, junto as antropologia e etnografia.

⁶Edward Hallet Carr, principal obra “Que é Historia?” (1982).

⁷George Rudè. “A Multidão na História” (1995), num livro dedicado as classes populares.

havendo assim um padrão, mesmo que no interior de uma comunidade coesa e unida. Que está mais relacionada ao poder do que às identidades dentro da comunidade, já que é este que oferece as bases estruturais de identidade dentro da comunidade e não o contrário, em que as identidades são a base do poder.

Formulando diferentes significados ou níveis de significação para os diversos membros, o que não aparece tão claramente quanto a adesão dos líderes em diferentes níveis, onde “o castigo e a repressão que se seguiam a uma sublevação e podiam incidir com a dureza sobre a comunidade local”, prevendo esse rigor, alguns relutam a participar, o que não deixa pois de formar um “papel intermediário tanto como exploradores quanto como vítimas” (DESAN, 1995, p.80).

A partir de então a história cultural passa a ocupar um lugar sólido, principalmente quando de sua aproximação ao estudo das mentalidades, no interior dos *Annales* e fazendo referência aos de baixo, que desde a historiografia social, são vistos como “um determinante básico da realidade histórica”, em que as próprias representações do mundo social são seus componentes e determinam suas condições, relações, produção e práticas culturais.

E se faz junto a uma História Cultural, que nem é Marxista, nem é história dos *Annales*, embora se tenha tais influências, seu *corpus* textual, encontra de fato “um modelo alternativo para a escrita da história da cultura e que neste incorpora uma crítica fundamental da análise marxista e dos *Annales*, como da própria história social” (HUNT, 1995, p. 34). Em um sentido que passa do Marxismo, para a 1ª geração dos *Annales*, em meio a história social, chegando à 3ª geração, dedicada ao estudo das mentalidades, sob qual, segundo Hunt, Foucault retira seu modelo.

“Uma história da cultura que nem pode ser reduzida a produto das transformações econômicas e sociais, nem retornar a um modo de ideia desvinculado das mesmas”, é nesse sentido que a história social leva a ascensão da história cultural, na qual “a sociedade talvez não seja primordial e a cultura talvez não seja derivativa, resultando em um período de confusão, pela ascensão e queda dos paradigmas históricos sociais em comum”.

Foucault aparece como uma forma de abordagem alternativa questionadora e de “rompimento com os modelos sócio-históricos”. Talvez até respondendo a problemas inerentes à história social e econômica, a partir de um enfoque cultural.

Isso porque expõe três preocupações fundamentais em sua análise: Relação de poder e aceitação desta entre os membros e, as conquistas e fracassos em seu “método pesquisa e interesse” e, por fim, sua influência sobre a escrita historiográfica e se tal ainda existe.

Da semelhança entre Foucault e os *Analles* temos a “busca de regras anônimas que governassem as práticas coletivas”, o que acaba por deslocar a história do sujeito individual, repudiando o conceito de homem e a possibilidade de método, em favor da genealogia e do anti-método, “recusava-se a oferecer a análise causal e negava a liberdade a qualquer relação redutiva entre as formações discursivas e seus contextos sócio-políticos” (HUNT, 1995, p.11).

Achados agora por “*insights* locais do funcionamento de instituições específicas”, que assim como Clifford Geertz (1978),

descreve sua versão da história como uma versão que ‘perturba o que antes se considerava imóvel (...) que fragmenta o que antes se considerava imóvel; demonstra a heterogeneidade daquilo que se imaginava coerente em si mesmo, e se declara que ‘tenho plena consciência de que nunca escrevi outra coisa a não ser ficções?’ (HUNT, 1995, p.19).

Confessadamente: “Não pretendo chegar ao ponto de afirmar que as ficções estão além da verdade. Parece-me possível produzir uma obra de ficção dentro da verdade”, contudo sem condicioná-la a esta.

Para demonstrar sua influência sobre a conceituação do campo e interpretação, como prática própria dos historiadores da cultura. Assim como o poder elaborou e reformou teorias sobre o moderno, que se tornaram “a cultura pelo prisma do funcionamento de poder” (HUNT, 1995, p.12), e que se faz aqui, preterido pelo enfoque do seu funcionamento nos lugares menos auspiciosos - nas operações dos sentimentos, no amor, na consciência, no instinto, nas observações dos médicos, nas transformações mais abrangentes em disciplinas, e nas cópias historiográficas dos projetos de prisões.

Entre Foucault e os *Analles* está a ideia central, por nós utilizada: “o papel decisivo da cultura, como força motivadora da transformação histórica” e “para a determinação do comportamento e da atitude” (DESAN, 1995, p. 67), em meio ao entendimento sobre os vários agrupamentos dentro da sociedade, estes que podem incidir ou compartilhar vínculos e que têm impacto sobre a economia e não o contrário, como costumava pensar a historiografia social e para além disso, mostrar de que modo os contextos influenciaram a organização “composição, o papel e a função” dos populares nas cidades, aspecto fundamental em se tratando do Capítulo II e dos detentos nas cidades – fábricas- prisões, nos Capítulos seguintes.

Vendo da aproximação de tais classes como uma “formação social e cultural”, além de histórica, presentes em ambas “que só adquire existência ao longo do processo de luta, que leva à gradual aquisição de identidade cultural e política”, é assim que se segue a formação cultural da identidade, através de uma interação dialética economia-valor “entre os elementos

materiais e culturais da existência” (DESAN, 1995, p. 69), a direcionarem os investimentos materiais.

Michel Foucault considera a não existência de uma teoria geral do poder, já que este não é essência universal e unitária, mas exercido de formas díspares, heterogêneas, por prática social constituída historicamente, portanto, no dizer do autor: "toda teoria é provisória, acidental, dependente” (FOUCAULT, 1979, p. XI).

Nem a arqueologia, nem a genealogia fundam ciências, mas mecanismo de analisar as fragmentações e transformações, produzido pelo deslocamento da ciência sobre o poder. As pesquisas sobre o nascimento da instituição carcerária e as evidências do material, expõem a sintonia entre estado e poderes-saberes específicos, tais como a medicina e a psiquiatria, sem relação direta, mas através de poderes locais e específicos, pelos tentáculos, exercidos em uma pequena área de ação, onde o poder é articulado de formas variáveis e indispensáveis à sua sustentação e atuação.

Assim, buscou-se distinguir as grandes transformações do sistema político, dos mecanismos gerais e seus efeitos expansivos, sob forma de micro-poderes regionais e concretos às instituições, como corpo da técnica de dominação, que atinge a realidade do corpo do indivíduo, mas também do corpo social.

A prática da quarentena vigia e distribui os espaços através de relatórios classificatórios, que excluem na intenção de purificar os espaços por meio de um modelo de revista militar, aperfeiçoado da medieval purificação religiosa da quarentena, a exemplo da execução e individualização dos cemitérios, matadouros e prisões. Classificação e controle dos espaços, expostos a elementos nocivos da água e do ar, daí a necessidade das reformas urbanas, por políticas autoritárias, iniciadas na Europa e implantadas primeiramente no Rio de Janeiro e que, no Nordeste, são aplicadas junto aos processos de industrialização e fiscalizadas pelos jornalistas, bacharéis em direito, que se orgulhavam de ter estudado na Faculdade de Direito do Recife e/ou do Rio de Janeiro, ficando mais próximos dos valores modernos.

Mas, que inicialmente possui sua herança genética ligada ao termo Raça de Georges Cuvier (SCHWARCZ, 1993) e os reflexos nas obras de Euclides da Cunha⁸ (1902) como permanência de características físicas específicas, um termo que com o Iluminismo se aproxima da noção de povo e que se traduz como “um resultado uma ratificação dos atributos específicos da sua raça”, contudo, é a combinação de determinismo racial e social, divisão e

⁸Advogado de formação e jornalista de ofício.

eliminação das raças inferiores, agora divididas em três; branca, negra e amarela e prática radical do darwinismo social, pelo “Eugenismo”, de Francis Galton (In Goldin, 1998) boa geração da capacidade humana, em função da hereditariedade, equilíbrio “sócio genético”, separação e segmentação de indivíduos e seleção de políticas sociais destinadas aos mesmos, o termo degeneração ganha a cena científica.

Sendo assim, é a explicação da medicina social da degeneração, conseguida por leis naturais, enfatizada pela antropologia racial, seleção natural, degeneração social e leis da natureza, a explicar as desigualdades e hierarquias, sob ótica evolucionista, de desenvolvimentos comparados em moldes de julgamentos universais e deterministas.

Contudo, é Cesare Lombroso (BRAGA, 2003) transformando a idéia da degenerescência em relação a um tipo de criminoso nato, apoiando a deportação, degredo e trabalhos forçados destes nas colônias transatlânticas, reformula o sistema celular na 3ª república para cuidar dos irrecuperáveis a Lei Waldeck Rousseau (1885) e a exacerbação da exclusão, segundo Michelle Perrot (2010) para um melhor ordenamento do poder e as resistências da magistratura hostil às modificações do sistema da justiça conservadora.

O Século XIX justifica o isolamento dos loucos para, “1- Garantir a segurança pessoal dos loucos de suas famílias; 2- Liberá-los das influências externas; 3- Vencer suas resistências; 4- submetê-los a um regime médico; 5- Impor-lhes novos hábitos intelectuais e morais”. (FOUCAULT, 1979, p. 101).

Assim, o poder pretende dominar neutralizando a posição do dominado, dentro de técnicas próprias ao interior institucional. Eis que surgem as ciências "anti", a exemplo da antipsiquiatria, questionadora desse modelo de neutralidade por parte dos pacientes, e que põe a loucura e crime, como objeto de conhecimento, permitindo aos estigmatizados emergir no jogo das relações de poder, expondo uma sintomatologia que não tem apenas valor classificatório, mas principalmente normatizador, controlador e punitivo.

O hospital em 1780 é a primeira tecnologia de intervenção sobre a doença e o doente na Europa, em meio ao programa de construções dos hospitais, que levaram em conta os que já existiam "são os hospitais existentes que devem se pronunciar sobre os méritos ou defeitos do novo hospital, suas descrições funcionais e mitos”, como conta Foucault (1979) "não deve haver feridos em baixo de mulheres grávidas”.

Da Idade Média até o Século XVIII, os hospitais nunca foram concebidos como um meio de cura, mas uma instituição de assistência, separação e exclusão dos pobres, a evitar o perigo do contágio pelo contato. Nesse sentido, o hospital deve recolher e proteger a sociedade do pobre enfermo, principal personagem destes onde antes eram assistidos material

e espiritualmente, pelos filantropos.

Eram "morredouros" (FOUCAULT, 1979, p. 102), lugar de morrer, destinados a salvação das almas, justapostas e misturadas entre doentes, loucos, devassos, prostitutas em um misto de exclusão, assistência e transformação espiritual, do qual a experiência e a prática médica estavam excluídas do jogo entre a natureza (patologia) e doença, onde o médico observa o doente, verifica e descreve os sinais da crise, nada organizado dentro da medicina, até a medicalização das próprias instituições hospitalares, no mesmo sentido em que passaram as próprias cidades, os hospitais e as prisões, acessadas a seguir.

Então, primeiro houve a anulação dos efeitos negativos do hospital, purificador da desordem e das doenças nos hospitais marítimos e militares, passam pelo processo pelo tráfico e impedimento de foco de pestes, por meio de uma vigilância constante para que os mesmos não desertassem⁹, aí a disciplina se afirma como técnica de exercício de poder, em uma nova maneira de gerir os homens e que passa a ser aplicada as escolas, oficinas, penitenciárias, além do modelo inicial aplicado aos quartéis do exército e da marinha, protótipo das prisões celulares e panópticas, para "gestão disciplinar do corpo" e da própria organização hospitalar e prisional pela vigilância perpétua e constante.

O nascimento do hospital se dá por técnicas de poder disciplinar e médica de intervenção em sua autonomia funcional e do espaço, "suprimindo os amontoados", modificando-se a arquitetura por exclusão "onde se rejeitam os doentes para a morte, não deve mais existir" (FOUCAULT, 1979, p. 109), torná-lo instrumento de cura é o desafio e a dificuldade em substituir religiosos por médicos leigos¹⁰, até então privilégio dos que podiam.

Enfim, o hospital visitado por centenas de pessoas, tinha a função comum de assegurar a assistência alimentar e espiritual, cambiando tal função quando do momento em que passa a ser concebido como instrumento de cura e, o médico, o principal responsável pelo tratamento terapêutico, o claustro é banido e o funcionamento por vias econômicas, privilegiado, em relação ao religioso¹¹.

Em poderes, agora confiados aos médicos e agentes prisionais e policiais médicos ou oficiais, em meio à transformação no saber e na prática médico-jurídica, cientificização e organização dos hospitais e prisões, seguindo o modelo da botânica, em que doença e criminalidade são patologias naturais, inerentes às camadas últimas da população.

⁹Exército, instituição para desclassificados sociais.

¹⁰Médico do hospital ou residente.

¹¹Vê Michel Foucault (1979).

Surge a ação dos agentes da política e da polícia do corpo¹² um mosaico, de onde destes, saíram as instituições, os saberes sobre a higiene, e a psicologia¹³, fixando a formação de um poder saber comum, entre a medicina social e o direito, em um discurso que passava de um campo a outro, a classificar o louco, o criminoso, o doente, foi nisso que se transformou a filantropia.

Segundo Foucault (1979) o Século XVIII vê o desenvolvimento de um mercado médico, emergência de uma medicina clínica centrada no exame, exaltação da moral e ciência, considerando as doenças como problemas político e econômico, a medicina privada e socializada revelam suas oposições.

O Século XIX tenta organizar um saber global que fracassa com a medicina autoritária e os códigos de saúde, porque economicamente a medicina estava assegurada por fundações de caridade, institucionalmente por organizações leigas e religiosas com fins múltiplos de recolhimento, educação moral e profissional, vigilância e sanções, se até então os hospitais tinham jurisdições sobre os vagabundos e mendigos nas paróquias e cidades de caridade, a doença era apenas mais um elemento na figura do "pobre necessitado" (FOUCAULT, 1979, p. 195). O pobre desaparece dando lugar a uma série de distinções funcionais bons, maus, ociosos, vagabundos, tornando a pobreza útil a alguns interesses.

A partir de então passa a ser elaborada uma ciência geral do homem e a tensão entre o caráter negativo dos homens e representação de carência do paraíso de Rousseau, debilidade e imaturidade, são substituídos por ideais totalitários de igualdade, liberdade e universalização, dentro da Revolução Francesa, sob a política do "bom selvagem", que se passa da inocência, para a debilidade física e psicológica "Degeneração" jurista Cornelius de Pauw (In Schwarcz; 1993).

Radicalizam-se as buscas por justificativas para as espécies inferiores em uma revolução que naturaliza a diferença. Introduzidas no cenário brasileiro em 1870, por teorias correntes de pensamento Positivista, Evolucionista e Darwinista, "Século das Luzes", justificando as diferenças, entre a edonização e a detração.

Mesmo em existindo a crítica sobre a "perfectibilidade" dos critérios, estabelecidos entre os quais as formas anatômicas, ratificadas pela antropologia naturalista, de enfoque sobre cor da pele, indivíduos, enquanto resultado do grupo constituidor, chegam ao final do Século XIX, como ideias expandidas para nações, entre as "sub-raças mestiças não

¹²Ratificar a ideia de social também entendida como corpo.

¹³Cunho normatizador e moralizador, tal qual a ciência convive desde sua admissão como ciência, ou o que somos mais propícios em acreditar que sua própria gênese, pensada para normatizar, moralizar, classificar e, via de regra criminalizar.

civilizáveis”¹⁴. Em modelo de percepção da diferença que se notabilizam em Vargas¹⁵, conjugados ao ufanismo nacional, processo de industrialização e de segregação, recepcionado e fiscalizado pela imprensa, que por sua vez é fiscalizada pelos órgãos do governo¹⁶.

É nesse sentido que as disciplinas criam, inventam saberes por seus discursos, que não são o do direito ou da lei, mas uma "normalização" e sua jurisprudência será a clínica e prisional em contexto de industrialização e de formação dos bairros operários, normalizando discursos heterogêneos e suas incompatibilidades evidentes por sobre suas práticas, mas que acaba necessitando de um outro discurso mediador, sacralizador, neutro e científico, a psicologia surge para "medicalização geral do comportamento, dos discursos, dos desejos, etc." (FOUCAULT, 1979, p. 190), o que dificulta ainda o direcionamento utópico no interior do direito antidisciplinar¹⁷.

Temos, dessa forma, hoje uma legislação, um discurso e uma organização científica, articuladas em torno dos princípios do corpo social e da delegação de poderes efetivados, através de um sistema minucioso de coerções disciplinares, em Foucault (1979) “um jogo de heterogeneidade entre o direito público e o mecanismo polimorfo da disciplina”.

Nesse sentido, o discurso da criminologia, se faz pela não necessidade em se justificar teoricamente ou de ter coerência, ele é utilitário, científico necessário à sociedade moderna e industrial do Século XVIII, em que o castigo não passa mais a punir, mas a transformar/fabricar criminosos, através da atribuição de uma pena jurídica, nas mãos do juiz, suprimindo a ideia de vingança nas mãos do soberano. Os instrumentos transformadores do indivíduo são pena de morte¹⁸, trabalhos forçados justificados pelo poder através do discurso criminológico "útil apenas para dar boa consciência aos juízes”.

É a curiosidade de médicos e juízes, embutidos em desejos de transformação dos corpos, que acaba por produzir um novo saber técnico, derivado do poder, desvencilhando os ideais de progresso e reconstruindo os processos geradores, para chegar numa análise mais próxima do real: "estou impressionado com o fato de que as prisões estão dentro das cidades e que ninguém as vê" (FOUCAULT, 1979, p. 140) e pelo motivo de ninguém as vê, elas foram expulsas destas e ninguém se pronunciou.

Sendo assim, é necessário se fazer a reconstrução para ver o que não se via, ou o que

¹⁴ Arthur Gobineau sacerdote do nazismo.

¹⁵ Incentivo as imigrações e embranquecimento da população.

¹⁶ Observando o papel do rádio, nas transmissões das realizações governistas, principalmente em Vargas, quando da fundação da *Voz do Brasil*.

¹⁷ Que surge na contemporaneidade e como vertente do direito que é oposta ao sentido punitivo, aceito como modelo ideal de direito junto à medicina, psicologia e gestões públicas.

¹⁸ Se não institucional, instituídas em quaisquer presídios brasileiros.

não possuía valorização, mudar o sentido da história da razão, já que a razão e a desrazão, estão num jogo de poder e de saber, afirmado pelos mecanismos de poder estudados por Foucault na História das Instituições e as observações sobre as incidências de poderes sobre saberes e o contrário, chegando a admitir configurações destes em outros, para fazer aparecer, a acumulação de objetos e de saberes, pela sua articulação com o poder, de forma que não se compreende o saber sem o poder, que o cria e, inversamente, o saber que acarreta os efeitos do poder por uma via dupla, chegando ao momento exato em que o humanismo se engana ao estabelecer essa separação, sonhando com o momento em que o saber não dependeria mais das relações de poder, pela morte do seu irmão mais velho.

Na contrapartida dos discursos utópicos das autoridades, isolam os presos opondo-os aos operários honestos e ao povo, embora todas as identidades permaneçam vigiadas, é sob este preceito que a França abole a pena de morte, ao tempo que afirma a deportação, ao mesmo tempo em que amplia o fosso que separa presos comuns e políticos, a intenção é “substituir a privação da vida pela privação da liberdade”, pondo fim aos últimos traços do antigo sistema penal, em meio às persistências dos diversos castigos físicos, em detrimento de sua proibição oficial, assim como o conjunto de execuções em exposições públicas, pois, “considerando que o espetáculo extingue o sentimento de piedade e familiariza com a visão do crime” (PERROT, 1998, p. 309 a 310), nesse sistema, jovens são tratados sob os mesmos preceitos, do momento da instauração das redes de estabelecimento do Panóptico de Bentham e das Colônias Penais Agrícolas.

A partir de então, o debate gira em torno do sistema celular e sua viabilidade ou a deportação, então, primeiro “o sistema celular de nada serve: sua natureza é rebelde e contrária aos sentimentos do bem (...). São seres intermediários entre sensatos e loucos” (PERROT, 1998, p. 311) por sua natureza criminosa.

Por outro lado, a demarcação do discurso jurídico por,

genealogias de lugares legendas e territórios (...) as operações de demarcação, contratos narrativos e compilações de relatos são compostas com fragmentos tirados de histórias anteriores e bricolados num todo único, neste sentido esclarecem a formação dos mitos como têm também a função de fundar e articular espaços. (CERTEAU, 1994, p. 208)

Aos comportamentos de relatos e a análise das espacialidades, de maneira que faça algo dinâmico, a criar um “reparo de ações”, uma base para o teatro “abre um teatro de legitimidade as ações efetivas, cria um campo que autoriza práticas sociais arriscadas, cacos de relatos fictícios, por decisões e combinações que igual ao judiciário, é um teatro criado,

articulado e manipulado, mas dual e operacional em uma “transgressão do limite de desobediência a lei do lugar (...) traição a ordem” (CERTEAU, 1994, p. 215).

Um jogo duplo que faz o contrário daquilo que diz, sob o qual o delinquente só existe deslocando-se e obtendo sua especificidade pelo viver não a margem, mas nos interstícios dos códigos. Amudança se produz numa sociedade de narrativa destes.

Porque, já no Século XVIII, os filósofos constituíam o poder como direito soberano, pelo contrato social, afirmando a crítica aos abusos do poder real, caracterizado como o próprio corpo do poder, mas que, a partir de então, começam a ser pensados, entre a medicina social e o direito punitivo como ciências da "violência legalizada". Nesse sentido, é o direito penal eleito como legítimo na prática de violência, por parte do estado, como órgão de repressão às camadas populares.

É nesse momento que se observa, concomitantemente, processamentos de resistências a esses, através dos micros poderes, que não apenas em sua forma negativa, mas em seu lado positivo é produtor de uma riqueza tática, que tem como alvo o corpo não mais para supliciá-lo, mas para aprimorá-lo, adestrá-lo, assim não se explica o poder apenas em sua forma negativa, já que seu objetivo é gerir a vida dos homens, aproveitando e aperfeiçoando suas capacidades, em benefício tanto mais econômico como político.

Então, se o objetivo é encontrar positivities, aqui encontraremos seus relampejos tais quais as reformas que sarjam as populações trabalhadoras e suas habitações das ruas centrais dos grandes e médios centros urbanos, bem como, as prisões das proximidades das catedrais e que sempre fracassaram pelo fazer dos que teimam em contaminar o corpo central.

É dando prosseguimento à pesquisa sobre a história das penalidades, que Foucault formula suas teses sobre o poder, em meio a uma relação específica, que segue o procedimento do particular para o geral, através de uma tecnologia própria de controle não própria por parte hospitais, exércitos, escolas e prisões, isso porque o poder disciplinar nem é aparelho, nem instituição, mas funciona como rede, uma técnica, um dispositivo, um mecanismo e um instrumento de poder interiorizado, enfim, um método de sujeição corporal que "fabrica o tipo de homem necessário", por sobre a "violência legalizada".

O código napoleônico estabelece-se como a regra simples, que por codificações do direito e da jurisprudência, se ramifica entrelaçado à história política, econômica e a divisão social, no contexto em que a ampliação da prisão é correlata ao encarceramento, que se fundam, na organização do antigo regime entre os depósitos, despejos e locais de passagem. Essas são as antigas prisões, pretensamente racionalizadas por penas provadoras da liberdade e ponto de sustentação do sistema penal, a partir de que, se tece uma malha justiça-detenção e

departamentos, feitos para reintegrar discursivamente, por práticas que só fazem punir, “corrigir os costumes dos detentos, a fim de que seu retorno a liberdade não seja uma desgraça, nem para a sociedade, nem para eles mesmos” (PERROT, 1988, p. 236). Em meados do XIX, a reincidência faz com que se institua a deportação, em correlação a idéias de “irrecuperáveis”. Na prisão francesa a exclusão triunfa, assim como no discurso criminal e penal, sob a morosidade do direito comum.

Foucault aponta que “a prova judiciária também era uma ocasião de se manipular a produção da verdade”, apanhada, produzida.

verdade/acontecimento-ritual/prova, tal qual uma alquimia que busca dominar a verdade, a penitência da justiça criminal e da psiquiatria na busca da confissão para produção da verdade, sob sequência interrogatório/confissão, presente, articulada e confrontada com as modernas práticas médicas. (FOUCAULT, 1979, p. 114).

Onde o médico passa a personagem da loucura, doença e crime, encontrando suas garantias e justificações dentro de um saber científico, um "sobre-poder", para a produção da verdade de um lado e constatação do fenômeno por outro, onde "a relação de poder aparecia na sintomatologia como sugestibilidade mórbida" (FOUCAULT, 1979, p. 123), uma maneira pela qual a verdade pode ser fabricada e comprometida pelo poder.

Todas essas reformas sejam prisionais, fabris e urbanas, giram em torno dessa relação médico, juiz e perito, isso porque o poder se faz produtor de verdade, num espaço preparado para que esta produção permaneça sempre adequada, a fazer com que a verdade não se torne um contra poder.

Opondo os dois, os poderes do direito originário (filosófico) do contrato como matriz deste e o poder guerra-repressão, passam ao final a existir relações de dominação-contradominação em uma prática escondida por trás de um discurso científico ordenado e de ordem, cujo caráter seletivo das liberações, indiferença pelo destino dos trabalhadores e dos presos em comum, se estabelece conforme a hierarquia dos comportamentos ou julgamentos dos valores dominantes é o que se interioriza entre os populares freqüentadores das favelas e das cadeias.

Sendo preciso, então, esclarecer o problema que está em jogo nesta insurreição dos saberes, contra a instituição e seus efeitos de poder e saber do discurso científico e sua imponência sobre os demais, por meio da comunicação entre a concepção jurídica ou liberal do poder político o economicismo na teoria do poder, em que a teoria jurídica clássica, segue como um poder de direito para o bem, o qual se poderia transferir ou alienar, total ou parcialmente, por ato jurídico, porque o poder que cada indivíduo tem é concreto, "teoria

entre poder e os bens” (FOUCAULT, 1979, p. 174), embora sejam diferentes entre as pessoas.

Por esse motivo tentou-se investigar o "como do poder", as regras do direito que delimitam formalmente o poder e reproduzem um triângulo "poder direito e verdade", os mecanismos e os dispositivos a que o direito lança mão para produzir verdades.

O fato histórico é a teoria jurídico-política da soberania, de início exercida sobre as terras e seus produtos, mais que sobre os corpos, que, contudo se tornam instrumento de constituição das monarquias administrativas e de luta do Século XVI, reativada a partir do direito romano, mas que apenas no XVIII é observado por Rousseau, como um modelo alternativo contra as monarquias e em favor das democracias e da Revolução Francesa e o claro exemplo na Queda da Bastilha, pelo aparecimento e invenção de uma nova técnica de poder, que permite extrair dos corpos tempo e trabalho, que propicia o crescimento das forças dominadas e o aumento da força e da eficácia de quem as domina, continuando como ideologia por meio de códigos napoleônicos e sua dupla função de crítica ao modelo monárquico do exercício do poder e de constituição do novo mecanismo de coerção disciplinar.

Isso porque a sociedade industrial implica numa nova ordem e nova racionalidade, a partir de transformações econômicas e tecnológicas¹⁹, em que pelo conforto do esquema, a historiografia francesa ainda se encontrava pobre.

Numa historiografia, fonte das disciplinas das classes dominantes, assim como o foram em nosso processo de industrialização da década 1930 e que nunca de fato chegou a realizar-se, proíbe-se a liberdade do homem e sua livre circulação, cuja mesma classe pelo conforto que instaura dele o esquece, aliado a defasagem da história judiciária e militar e o caráter factício do código social e das exigências entre grupos e sensibilidade penal, torna o julgamento pela autoridade menos factual, quanto maior o caráter da repressão e da exigência dos grupos envolvidos.

O que procede como fundamento para análise do estudo criminológico, por séries quantitativas, que evidenciam desde sua implementação, o aumento da criminalidade “Filha das luzes, das luzes se propõe a esclarecer a justiça”, luzes positivas e vagueza da primeira impressão, dados e quadros com enumeração de crimes, delitos, acusados reincidentes e natureza dos crimes, atenuantes, agravantes, aldeias de pertencimentos e a descoberta das digitais.

A lista dos delitos enriquece constantemente, por correlações de delitos e acréscimo de

¹⁹Trabalhadas por Foucault em “Vigiar e Punir” e “Historia da Loucura”.

novos, funcionando de forma cumulativa; delitos, em seguida, leis, interpretadas primeiramente, entre os roubos²⁰ e questões de costumes, sempre em meio à grande impunidade, dada a deficiência nas formas de provas, até a revolução das digitais²¹. Magistrados rigorosos e soberbos em meio à sabedoria sobre as vidas populares, ao contrário dos médicos mais abertos, o direito se opôs à medicina na gerência das instituições penais, recusando-se a admitir a loucura “é um erro que a magistraturase recuse a acolher ou acolha com repugnância as observações psicológicas e médicas, que os médicos às vezes fazem a justiça” (PERROT, 1988, p. 248), mas sem a firmeza na duração das penas.

Inchamento de todas as formas de delito inaugura a carreira dos delitos, em uma cidade de penúria, literatura criminalista e o imaginário popular, crimes contra a moral e as identidades, prisão constrangedora e textos penitenciários, abordando os tipos de promiscuidades como masturbação e homossexualismo entre os delinquentes, a moral das prisões redobra a coerção, cabeças raspadas, bonés, porque “a pena quase toda moral consiste na humilhação de cada detento, entre códigos específicos dos desviantes”, aqui observadas nas descrições densas dos compartimentos que compõem o *Presídio Regional do Serrotão*, implementação última do pensamento moderno, vinculados à ideia de industrialização, favelizações entre as reformas segregacionistas do espaço e produção das cidades prisionais, conforme as cidades fabris.

Então, a primeira criminologia contida no Capítulo II, possui duas ideias básicas, constância e regularidade, obedecem às leis da existência de “inclinação ao crime”, busca de espaços criminais, influências naturais, limites da cultura, dos costumes e da linguagem, enfim, dos hábitos, cujo procedimento e tradição, podem ser observados pela antropologia criminal, sob preceitos de ordem biológica e natural a exemplo das estações, idades, sexo: “esmaga jovens, inocenta mulheres, o medo invade a sociedade” (PERROT, 1988, p. 254).

Entre o que os relatos orais de detentos, considerando tais instituições como a “Cidade sem perdão” e as “fábricas do crime”, “quando se quer citar entre os detentos a população de elite, em matéria de criminalidade, quem se nomeia?” (PERROT, 1988, p. 259), citam-se nomes, influências e posturas destes, mas principalmente, uso da força e habilidade de transmissão de ensinamentos criminosos e sua variedade.

Réus desse tempo, estrangeiros e operários, inseridos na “fábrica de marginais” “habitados a respirar os miasmas das oficinas se aclimatam mais facilmente” (PERROT, 1988, p. 260), sendo mais biológico ou moral do que econômico o discurso criminal, seriam

²⁰Necessidade de proteger as propriedades e manter as pessoas nas fábricas.

²¹Vê Carlo Ginzburg “Mitos, Emblemas e Sinais” (1989).

os abastecedores das prisões do início do Século XX, sob forma de um “subproletariado”, sendo essa a observação básica do trabalho em que tanto as prisões são colocadas nas periferias, ou mesmo fora das cidades, quanto às fábricas e bairros operários, no sentido de evitar o contato das áreas centrais com tais criminosos em potencial. Dessa forma, são promovidas as reformas urbanas e prisionais, no sentido da produção das duplas favelas externa e interna aos presídios, sejam eles entendidos como cidades e fábricas, como nos propomos a analisar nos Capítulos III e IV.

Mas, que necessita de articulação com o contexto da metade do Século XIX, os primeiros reformadores e filantropos que advogaram pelos inferiores, contudo, mais tarde absorveram a hipotética da igualdade de oportunidades e do ciclo instrução-oportunidades, mesmo sendo a criminalidade característica inata ao indivíduo, vagabundagem e estigma, do momento exato em que os sindicatos operários afirmam a reivindicação contra os trabalhos institucionais nas prisões e sua competição com pessoas que apenas possuíam os braços como forma de sobrevivência, é nesse sentido que a racionalização não pode tolerar mais os marginais e sua solução é a exclusão, ao mesmo tempo em que se dá a afirmação das prisões celulares ou panópticas, mas também das resistências a estas.

O aumento da reincidência suscita as primeiras dúvidas no sentido da (res)socialização, apresentada por Perrot (1988) do seguinte modo:

a prisão pode-se dizer não é mais uma pena; ela oferece ao criminoso um asilo que a sociedade lhe recusa, o conselho de medicina certifica que o isolamento não provocaria loucura. Aos que alegam que essa solidão enlouquece, a academia de medicina traz o desmentido de sua autoridade (...). E ademais diz Blosseville, um sistema eficaz pode muito bem custar alguns loucos.

Em 1844 ocorre uma generalização do sistema celular, que teria sido efetivado se não fosse a revolução (no caso francês), lotações e prisões na época pronta a rebentar. Em 1873/1875 restaura-se o sistema celular suspenso pelos grandes motins encarcerados na revolução e penas de deportação, embora essa prática continue, longe de reintegrar mais que revelar a sua face oculta e verdadeira, defender a sociedade burguesa, sua propriedade e trabalho, sob a ilusão de segurança. É justamente no sentido das estratégias das classes, fundadas na divisão do espaço social entre classes populares e ilegais, fabricadas e geradas na constituição do poder de coerção, vigilância e controle que fará das leis, um conceito amplo e vago, conforme afirma Perrot (1988).

Pois os prisioneiros, no fundo, têm um estatuto entre os protegidos e privilegiados em sua oposição entre interior e exterior das prisões, isso porque a vigilância nos bairros populares são variáveis, conforme o estatuto social, mais leve para donas de casa e severas

para marginais, além das moradias, ruas e higiene serem disputadas entre policiais, médicos e juristas, em um jogo onde os números quantitativos não são definitivos.

E sua inserção junto a uma rede, onde na sua malha os indivíduos estão sempre em posição de exercer o poder e de sofrer sua ação, já que o próprio se torna seu efeito do poder, administrados por outra forma de saber. O louco que na Idade Média era tolerado e ajudado, embora ridicularizado, passa a inútil pela produção industrial e a ideia do corpo como força de trabalho,

creio ser possível demonstrar facilmente que no fundo a burguesia não precisou da exclusão dos loucos ou da vigilância e proibição da masturbação infantil, e nem foi por isto, que o sistema demonstrou interesse (o sistema burguês pode perfeitamente suportar o contrário), mas pela técnica e pelo próprio procedimento de exclusão. (FOUCAULT, 1979, p. 185).

É, também, a denúncia aos mecanismos de exclusão, da loucura e da vigilância da sexualidade, vinculada aos lucros políticos e econômicos que realiza Foucault no excerto acima. A burguesia não se importa com os loucos, mas com procedimentos de exclusão, que puseram em evidência e o produziram no XIX,

A burguesia não se importa com os loucos, mas com procedimentos de exclusão, que puseram em evidência e o produziram no XIX;

a burguesia não se interessa pelos loucos, mas pelo poder; não se interessa pela sexualidade infantil, mas pelo sistema de poder que a controla; a burguesia não se importa absolutamente com os delinquentes nem com sua punição ou reinserção social, que não tem muita importância do ponto de vista econômico, mas se interessa pelo conjunto de mecanismo que controlam, seguem, punem e reformam o delinqüente. (FOUCAULT, 1979, p. 186).

Assim sendo, é mister estudar o poder fora do campo delimitado pelo direito e pela instituição, mas que, no entanto, o inserem junto a seus semelhantes saberes, produzidos ou aprimorados entre poderes, sob intenção de coagir/controlar.

Pois não só é a comunidade ou cultura que legitima, sublevação ou violência:

a violência transformou fundamentalmente a comunidade urbana e a redefiniu por inteiro. Em vez de afirmar que a percepções existentes do corpo social definiam a violência, seria possível dizer que a violência em torno das crenças (...) destruir a comunidade existente, fragmentando-a através de uma sangrenta luta pelo poder, com cada grupo lutando para delimitar novas fronteiras comunitárias. (DESAN, 1995, p. 87).

Necessárias para compreendermos os conflitos que ocorreram nas áreas externas aos presídios, em meio as reformas urbanas e retiradas cadeias públicas dos centros de Campina Grande e de João Pessoa, as inserindo em áreas afastadas tais quais as favelas e bairros

operários, como fornecedores dos habitantes das favelas prisionais, em fatos evidenciados desde as reformas urbanas européia e recepção desses valores modernos entre o ufanismo jornalístico de advogados, fiscais dessas obras.

Então, assim como se deu com as prisões e as fábricas, chegamos à sua interação com o objeto particular e das situações específicas da penitenciária Regional do Serrotão, por corpos textuais, que apresentam formações de práticas próprias das favelas e a forma como se relacionam, vivem, interagem e competem, focalizando a formação social e as interações “a cargo dos historiadores dos conflitos” (DESAN, 1995, p. 89), que retira dessas premissas inspirações para aproximar e observar a luta entre detentos e operários para se estabelecerem nesses espaços, mas principalmente pela observação interpretativa, descrição densa e narração de fatos latente em suas memórias e praticada segundo formas de fazer com os espaços impostos.

Pois o poder é a manutenção e reprodução da relação de força, essencialmente repressiva e sendo assim é mais viável analisar os mecanismos de repressão, não por meio de concessões, mas de combate, em Foucault (1979) "poder é guerra", em movimento determinável para reinscrevê-la perpetuamente na política, tornada sansão e a reprodução do desequilíbrio num movimento que fabrica as instituições porque "sempre se escreve a história da guerra mesmo quando se escreve a história da paz e das instituições", principalmente se a análise visa também os mecanismos do poder contra repressivo, cotidianamente desenvolvido por tais apenados.

Essas são as principais preocupações da presente dissertação, denunciar as lacunas dos estudos históricos "história dos exames", trabalhando com um material não nobre como a prisão em sua ausência de fontes, hoje menos que ontem, através de um discurso que se constitui, se confunde e se imbrica, mas que necessita ser explicado a partir do nascimento do hospital moderno e das instituições prisionais, nos fins XVIII, em paralelo ao desenvolvimento de sua técnica e aplicabilidade junto ao corpo social, nos moldes da prática do poder que caminha junto ao aperfeiçoamento técnico e, em sendo assim, não há sentido em limitar o discurso sobre os valores que a instituíram.

CAPÍTULO II

SABERES CONJUGADOS E PODERES DISCIPLINARES NAS REFORMAS URBANAS E PRISIONAIS NA PARAÍBA DO NORTE.

Maior médico José Maciel, possui vacaria no quintal e vende seu leite, labor de menino (...) cidade íngreme e românticas ladeiras, enxurradas. Toda sorte de produtos do mar vendidos (...). Cocheiros da mortuária, carros puxados a cavalo 1ª 2ª 3ª classes. (MELLO e AGUIAR, 1989, p. 222).

O que aqui se pretende, é pensar o processo de higienização das cidades não simplesmente no âmbito urbano, mas dando vez à movimentação dos pobres em seu processo de retirada dos centros das cidades e formação das favelas, no mesmo sentido das noções que afetaram as reformas prisionais, comparadas com as praticas efetivadas no compartimento denominado de favela do *Presídio Regional do Serrotão*, mas que primeiro abre a necessidade de um debate sobre como a instituição prisional, foi colocada distante dos centros das cidades.

De forma que, se temos na Europa o desenvolvimento rápido do proletariado e nesse contexto o aparecimento da medicina social, um controle médico do pobre pela medicina social inglesa não em vigor, mas sob orientação de vigorar como "lei dos pobres". A saúde das classes pobres passa a ser entendida como a proteção da camada rica por meio de um cordão sanitário, a exemplo do "controle da vacinação", obrigando os diferentes segmentos da população a se vacinarem, mas também para organização do registro das epidemias e doenças capazes de se tornarem epidêmicas, obrigando as pessoas à declaração de doenças perigosas, "localização de lugares insalubres e eventual destruição desses focos de insalubridade" (FOUCAULT, 1979, p. 96), imposições que geraram uma série de insatisfações e debates sobre como escapar a medicalização autoritária.

França e Alemanha estabelecem o controle da saúde e do corpo das classes pobres sob três sistemas superpostos e coexistentes, um assistencial, destinado a cuidar dos mais pobres; um administrativo, que cuida do macro controle de vacinação e epidemias; e uma assistência privada, que cuida da saúde de quem paga, os três funcionando sob face e forma de poderes diferentes, articulados de maneiras também diferentes.

No caso francês, os pobres se tornaram força política, decidindo, a partir da cólera de 1832²², dividir os espaços dos ricos e dos pobres por bairros, no exato momento em que as elites políticas e os médicos começam a atingir as propriedades.

Se na França, o desenvolvimento histórico mais lento como formação em estado

²²O que marca mais profundamente o desenvolvimento da medicina social.

nacional, se dá em meio ao paulatino processo de medicalização das cidades, no Brasil apenas o Rio de Janeiro segue tal modelo, até a afirmação do processo de industrialização e a Revolta da Vacina de 1904, trazida por Shalhoub (1986), como uma "reação contra essa social medicina, medicina dos pobres".

Nos momentos em que as reformas urbanas se instauram no Brasil, Nicolau Sevcenko (1998), observa o enxerto de idéias do modernismo industrial europeu, com o ufanismo das recepções a tais e implementações sobre as camadas mais pobres, mas também a contemporaneidade das favelas como resistência a tais formas de desapropriações das casas dos pobres.

No Nordeste Brasileiro como Recife e Salvador, há tempos perderam a preponderância nas tomadas de decisão nacional e assim como a Paraíba do Norte, como se conheciam João pessoa e Campina Grande à época, se segue uma vaga pretensão de se tornarem modernas, muito mais por valores e eloquência ufanista, por parte de jornalistas de ofício e advogados de profissão, muito menos por recursos e em meio ao desajuste político entre qualidade, prazo e custos das obras, apresentadas por José Octávio de Arruda Mello e Wellington Aguiar (1989).

É na lentidão das obras públicas brasileiras que nossas cidades modernizam seus centros, industrializam suas margens e favelizam suas periferias. No sentido que Sidney Chalhoub (1986) observa a favela da Providência como contemporânea da reforma dos sobrados que constituíam o "cabeça de porco" até 1893. Observamos aqui que a favelização nordestina encontra-se inserida no processo de industrialização e ainda assim observada e aprovada como inerente ao processo de modernização.

No compasso das teorias médico-sociais e do direito penal, vigente na Europa e tão admiradas aqui, quanto às luzes parisienses, é que projetamos rapidamente e em primeiro plano observar os modelos das reformas urbanas das grandes metrópoles, da França, da Inglaterra e do Brasil, para seguir na diretriz das modificações urbanísticas, sob preceitos de normatização social, mas principalmente de controle das camadas trabalhadoras e populares e cujo modelo prisional pode ser considerado seu ápice.

Esse é o modelo pensado para as sociedades disciplinares, mas que acabam em colônias agrícolas, caso do *Presídio Regional do Serrotão*, adaptadas ao contexto de extrema carência de tais camadas sociais e da coerção sobre estas para o trabalho²³, eis que mesmo nas maiores cidades as prisões foram invisibilizadas e sendo assim, analisamos tal prática parelha ao raciocínio do Professor Fabio Gutemberg Sousa (2003), através de *corpus* teórico, que

²³Em vislumbre ao contexto industrial e de expansão econômica.

aponta a visão dos jornalistas advogados, primeiro em suas impressões como advogados²⁴ sobre os valores modernos e o lugar do pobre neste, em seguida como jornalistas, sendo os principais fiscais de obras das reformas urbanas, tanto na capital nacional à época, quanto nas cidades do Nordeste Brasileiro.

É nesse sentido que utilizamos Christopher Hill (1985), sobre as reformas inglesas em contexto industrial e de como estas se apresentam de forma impositiva para as camadas pobres e segregacionistas na divisão dos espaços burgueses, mas, também, Maria Stella Bresciani (2004) em suas abordagens sobre as políticas de reformas adotadas em Paris e a situação dos pobres de tais capitais, quando das Reformas de Haussmann (1853-1860); Nicolau Sevchenko (1998) como processo de reformas-favelização do Rio de Janeiro, e Jose Octávio de Arruda Mello e Wellington Aguiar (1989), no que demanda tais processos de reformas, mas encarados sob o caráter da modificação dos espaços prisionais em tais cidades e de sua posição entre as massas trabalhadoras e ociosas em João Pessoa e Campina Grande.

Assim, também, procedemos direcionados pelos estudos de Gervácio Batista Aranha (2001) em referências teóricas sobre os valores modernos no espírito dos campinenses em meio às representações dos novos signos; e de Fábio Gutemberg Ramos Bezerra de Sousa (2003), que discute as reformas promovidas por Wergnioud Wanderley em Campina Grande, que vai ficar conhecido como “Bota-Abaixo”, para a retirada das residências do centro da cidade, o que à época contemplava a maioria da população pobre e seus movimentos de resistência, assim como o fora na Europa e no Rio de Janeiro.

O que fica mais claro se trazido para o contexto discutido por Sidney Chalhoub (1996), mas inserindo neste a relação entre os pobres, reformadores e detentos, no trajeto que se inicia no início da República e que apenas atinge o Nordeste brasileiro, quando do incentivo ao processo de industrialização nacional, pós 1930.

O que acomoda além da industrialização e das reformas urbanas, às resistências multifacetadas contra as políticas conhecidas em João Pessoa e Campina Grande, como Bota-Abaixo, orientados pelos frequentes deslocamentos e reordenamentos de suas prisões para fora dos núcleos urbanos, refletindo como os valores modernos foram aqui recepcionados, e efetivamente concretizados, nas prisões do Roger em João Pessoa (1955), do Monte Santo (1934), e do *Presídio Regional Agrícola do Serroirão* (1991), ambos na cidade de Campina Grande.

²⁴Grande maioria dos jornalistas a época formados na Faculdade de Direito do Recife e admiradores dos valores europeus e cariocas, quando muito as conhecendo parcialmente.

Esse é um trajeto tecido observando as cidades como fotocópias com fins artísticos, entre mixagens feitas por combinações e alternativas abrindo a imaginação do usuário, em sua ambição de efetuar a “virada do olhar”, salientada pelas hipóteses de que:

como não pertencíamos a nenhuma escola constituída no mercado das ideias e dos métodos não tínhamos identidade institucional, como tampouco não exercíamos poder na gestão oficial de uma disciplina, isso autorizava qualquer empréstimo e pequenos furtos conceituais. (CERTEAU, 1994, p. 25).

E, ainda as hipóteses descritiva e interpretativa que perturbavam a ordem das competências e dos saberes, deslocando a primeira forma de olhar os pobres pelo Marxismo, para a percepção cultural do olhar sobre “à delimitação de ‘áreas’ ocupadas pela população de baixa renda, sendo dessa forma constituído o universo da pesquisa”, sob égide teórica de Certeau (1994).

Chegando a 1840, quando as grandes capitais européias seguiam o modelo de reforma urbana, adotada pela Paris de Napoleão III, onde através de Haussmann, as elites sentiram a necessidade de modernizar os espaços urbanos, tornando “Uma Paris burguesa e monumental” (SEVCENKO, 1998, p. 134), ocorrendo que até 1870, são reformadas as antigas ruelas que facilitavam as barricadas, transformadas em largas avenidas chamadas de Boulevares, impondo um novo modelo arquitetônico que priorizava a funcionalidade e o controle das áreas pobres ou miseráveis que ameaçavam a saúde e a segurança de forma que: “as construções formavam uma lógica exclusiva”, novas disciplinas, limites e costumes eram admitidos ou repelidos, havia novas funções urbanas e novas ordens impostas pelo estado, segundo normas de comportamento direcionadas à exclusão e segregação sociais.

Essas reformas do espaço urbano são implementações que, segundo Foucault (1979) possuem efeitos previsíveis e práticos sobre o cotidiano, mas principalmente sobre os hábitos dos moradores, dando dimensão social e política do dispositivo de vigilância e do suporte técnico, supostamente neutro da ciência elaborada por estes poderes. Essa é a eficácia dos valores modernos, que promovem as reformas urbanas, sob signos de conforto, em uma sociedade, cujas instituições pretendem monitorar a vida dos moradores em troca dessas facilidades.

O que não significa, contudo, que nas cidades os antigos hábitos mudassem automaticamente, ‘os modernos hábitos cotidianos’ surgiam como saneamento diferente do que sonham, “hábitos modernos não significam exatamente a mesma coisa em todos os lugares e cidades” (SOUSA, 2003, p. 66), muito embora se fizessem como ritual tanto nas

idades européias como brasileiras, daí a importância de se destacar as impressões e apropriações feitas pelos moradores.

No sentido de que “o outro lado”, admite a marginalização social e política dos pobres e trabalhadores, “ênfaticamente a inutilização e o discernimento das práticas sociais e do projeto burguês e higienista de construção de um trabalhador dócil e produtivo” (SOUSA, 2003, p. 84), por uma dimensão espetacular adquirida nas modernas sensibilidades, maquinarias e símbolos burgueses entre multidões; fábricas, transportes e meio de comunicação, mas principalmente da luz elétrica e do trem como vetores do sonho industrial, traduzidas em novas identidades, sociabilidades, estigmas e punições para os mais indolentes ao trabalho.

Em episódios que apresentam em comum os problemas de algumas reformas, em suas perdas, que não ocorreram entre elites comerciais e industriais, proprietários, usuários e beneficiários, que mantêm ou ampliam seu patrimônio e posições, entre as carências populares, falta de registros sobre os imóveis urbanos, sua negligência, e em consequência a vitória, de alguns interessados na expulsão dos pobres das áreas urbanas em favor das concentrações de riqueza e posição de poder, por uma série de múltiplos movimentos de resistências e fazeres em meio às destruições dos “bota-abaixo”, nas cidades Nordestinas, como o foi no Rio em tempos anteriores.

Capitais e cidades experimentam mudanças estéticas, higiênicas e sanitárias em suas ruas centrais, sob modelo inspirado na medicina social, articulada ao ideário de civilização e progresso comum na França e Inglaterra, incorporadas em modelos Norte-Americanos e traduzidos aqui em terceira mão, sob teoria preguiçosa dos nossos intelectuais e que impõe ao povo ajustes sociais, com base nas filosofias dominantes na Europa, tais como o Darwinismo social e o positivismo de August Comte. Modelo que contará com o apoio da elite cafeeira no Brasil, que acaba proclamando a república, simpática a proposta de abertura econômica (liberalismo), bancos privados, mercado especulativo e nova camada social “Imaginar um Darwinismo ao contrário aplicado à história” (SEVCENKO, 1998, p. 16).

Nesse sentido, todas as mudanças nas cidades brasileiras estão orientadas em discursos, cujas questões são levantadas por higienistas e sanitaristas com poderes médicos policiais, por vezes de juízes, todos voltados a um novo modelo em relação à saúde e aos fluxos epidêmicos, no contexto de crescimento e das necessidades de adequação ao capitalismo, que segue na elaboração de posturas municipais de cadastros entre projetos e planos, até as efetivas mudanças nas áreas centrais, que segundo Fabio Gutemberg segue “quase um ritual” e que estiliza o percurso do movimento desde cidades como o Rio de Janeiro e São Paulo até Recife, João Pessoa e Campina Grande, embora consideremos as

distinções econômicas e mesológicas dos grupos que a estas aderem, se tem de generalizados os surtos epidêmicos e econômicos de finais do século XIX ao início do XX e a “nova forma de conceber o espaço urbano e seus habitantes fosse gestada, inspirada em corolários europeus” (SOUSA, 2003, p. 63).

Num Brasil de turbulência entre o início da república, do fim da Guerra do Paraguai, que entre as elites se traduz na separação das atribuições da igreja e do estado e com a fundação do partido republicano do Brasil, fazendo aparecer na cena as atribuições dos jovens, políticos, artistas, intelectuais e militares, esta última, embora sendo a menor parcela da população, é quem decide as diretrizes do país, alinhando interesses técnicos e científicos externos para a modernização a todo custo.

Entre as camadas populares, abolição como reconhecimento dos serviços do negro e corrida dessa massa para as zonas urbanas, junto a imigrantes insatisfeitos pelo trabalho “escravo” nas lavouras, mestiços, forros, pobres e desempregados e as disputas entre esses por empregos, o que se dá num ambiente mais dinâmico, contudo semelhante a Canudos, como nos apresenta Nicolau Sevcenko, “os negros correm as cidades, se juntando à maioria mestiça da população, pobres que já lotavam as cidades imperiais” (SEVCENKO, 1998, p. 129), que passam por um “inchaço”, ruas com intenso movimento de populares em busca de teto e emprego, tumulto e desordem.

Acima de tudo, contrariando a tentativa de projeto copiado da Europa e que “imputava livrar o país do atraso e colocá-lo a todo custo na modernidade”, mas que a partir de então é que passa a considerar os sujeitos pobres como elementos impedidores de tal empreitada, quando do “surgimento de novas massas de cidadãos pobres e perigosos, inferiores pestilentas e criminosas” (SEVCENKO, 1998, p. 131), denunciado pelos advogados-jornalistas, perseguidos e reformados pelos poderes públicos e seus atrasos em relação ao Nordeste do país.

Em fatos que quando da posse do presidente da capital da república Rodrigues Alves, se diz que a estrutura arquitetônica e urbana da cidade se comportava de maneira caótica, habitações luxuosas ao lado de cortiços, casas coletivas e comerciais que abrigavam todos os “tipos de gentes”, “ruas e sobrados inimigos da cidade”, que presenciava um intenso movimento popular, inclusive nas ruas e residências carentes de infraestrutura.

Sendo assim, se impõe uma questão de segurança e higiene, sendo esta a leitura destinada as camadas pobres como sinônimos de “classes perigosas” e viciosas, passando a ser o foco de ação das elites do país. Compreensão que respalda as atitudes de Floriano Peixoto de “caça aos capoeiras”, símbolo de ação higienizadora do espaço citadino. Nesse

sentido, Sevcenko vai mostrar as preocupações das elites da época que entendendo a cidade como atrativo turístico, vêem os pobres aos poucos tomando conta das paisagens, com ruelas e casebres um em cima dos outros, para desespero dos higienistas, médicos, juristas e autoridades públicas, num processo que motiva os planos modernizantes.

É a partir desse contexto que os seguidores das teorias “Tecnocrática”, empresários²⁵, médicos, advogados-engenheiros, quando não autodidatas, sanitaristas, administradores, advogados-jornalistas, se unem em tal empreendimento, fiscalizados pela última classe citada, que passam a estamparem em notícias diárias chamadas para ordenar e disciplinar os espaços e seus habitantes, conjugando medicina social e direito penal sobre habitações e seus habitantes condenados à demolição e afirmando as exclusões habitacionais e sociais, mas principalmente da transferência das prisões dos centros urbanos, no interior de um duplo processo de favelização externa, mas que adentrará o interior dos cárceres.

Surge no Rio de Janeiro, como bem nos conta Chalhoub (1986), desde o fim do cortiço “Cabeça de Porco”, as habitações na “Providência”, feitas com as próprias sobras das casas demolidas, daí o nome de “Providência” e que passa a abrigar moradores sobreviventes e soldados que lutaram em Canudos e que trazem em suas memórias a nomenclatura da favela como o ponto máximo das extensões dos casebres até o ponto onde se consegue ver a igreja matriz da segunda maior cidade brasileira à época.

Relembrando tal evidência, Nicolau Sevcenko (1998) aproxima Canudos ao Rio de Janeiro, para observar a antecipação dos fatos e a inspiração/recepção quanto ao restante do país, eis o exemplo dado pelas reformas urbanas de Pereira Passos, contada pelo Professor Fábio Gutemberg (2003), mas que no Nordeste, embora inspiradas como que um ritual na mesma teoria de retirada do *habitat* dos pobres no Nordeste brasileiro, contudo efetivadas apenas quando do processo de industrialização pós 1930, caso constanas declarações de José Octavio de Arruda Mello e Wellington Aguiar, contidas no livro “João Pessoa: Uma cidade quatro séculos” (1989).

O projeto pretendia uma exclusão que de fato não ocorre, pois a pobreza persiste, principalmente em se tratando da capital nacional, pela presença da favela da “Providencia”, que da homenagem a Canudos, cede lugar a ideia de *habitat* dos esquecidos e marginalizados como fora os soldados veteranos de guerra e sobreviventes. Situação que denuncia o rápido processo de desinteresse pela memória reservadas aos grupos “minoritários” nas cidades modernas, a marginalidade social.

²⁵Empresário com papéis relegados na historiografia da reforma urbana, principalmente se pensar na não temática dos mercados imobiliários.

Porém, a população excluída, cada vez mais empurrada para as periferias, fabrica vivências nos morros que ladeiam as zonas centrais a fim de evitar o distanciamento dos espaços de trabalho, cada vez mais incerto, diante da concorrência. As áreas planas vão ter suas residências substituídas por edifícios modernos e avenidas, que tonificam o cenário apresentado por Sevcenko: “As favelas são quase contemporâneas à república”. Então, no Brasil, os processos múltiplos de exclusão, promovidos pelas elites reformistas e de mentalidade eurocêntrica, darão a tônica das grandes metrópoles, absorvidos na “Ilusão do controle total e das distâncias”, a que, como entendemos, convergem os Professores Fábio Gutemberg e Nicolau Sevcenko, quando o primeiro trata das falências do projeto do “bota abaixo” de Campina Grande e o segundo de tais pretensões.

É focalizando as novas sensibilidades que Maria Stella Bresciani (2004), está presente no debate lançando o olhar sobre a cidade moderna e nos colocando em meio ao crescimento populacional, aglomerações e concentrações de trabalhadores e desocupados, cujos fluxos pelas ruas e associação aos cortiços e habitações precárias é que servem de objeto para as novas técnicas de controle de epidemias e revoltas, principalmente contra as novas relações de trabalho. Assim, Sousa (2003) acrescenta sobre o cenário citadino da época: “reflexo do espelho que eram as grandes metrópoles européias. Tais percepções, marcadas por encanto e medo, vão ser abundantemente expressas por médicos, bacharéis, administradores, literatos, etc”. Portanto, as percepções de letrados e intelectuais sobre a cidade e seus moradores são alteradas com base na paisagem urbana que vai sendo desenhada desde as reformas.

Do final do Século XIX ao início do século XX as cidades ficam repletas de mão de obra devido às migrações internas e externas que contribuíram para multiplicar a diversidade étnica social e o adensamento da pobreza entre negros, mestiços, brancos e estrangeiros, que viviam em moradias coletivas, ocasionando forte impacto no projeto das elites de modernizar, embelezar e europeizar os centros urbanos, privilegiando os ideais homogêneos e fazendo questão de esquecer a pluralidade característica da sociedade brasileira, já contida em “Raízes do Brasil” Sergio Buarque de Holanda (1994).

Entre tensões copiadas dos letrados europeus, que puseram como necessidade transformar as cidades em cenários higienizados e aprazíveis, mesmo que sobre as massas, que teimavam em retornar diariamente a tais centros. Contudo, essa relação da elite para com as massas, nunca foi resolvida de vez, no caso do Rio de Janeiro, as populações mais abastadas iam para zona sul ou Petrópolis, os pobres continuavam a assolar os centros, e isso refletia como incômodo entre as elites: “Bons tempos eram o dos Bragança em que cada um dos viventes sabia seu lugar” (SEVCENKO, 1998, p. 153).

O fato é que a realidade urbana passa por um processo de intensa mudança, que por mais que as elites lutem para o afastamento das camadas populares, essas continuam próximas, mesmo devido à sua relação de interdependência, frustrando, desde o início, os projetos modernizadores do espaço urbano, onde o centro torna-se atrativo aos ricos, mas também aos pobres, “enfurecendo os anseios civilizadores”. Eis a convivência próxima das relações entre a casa grande e a senzala, os sobrados e os mocambos, as colônias e os salões senhoriais, as indústrias e as prisões.

Que se relacionam e concebem determinados ambientes como difusores de práticas promíscuas e de doenças, em consonância às denúncias contra os cortiços, casas de maus hábitos, apelos à exclusão dessas das áreas centrais dando ao discurso higienista, jornalístico, médico e do direito, o seu teor moralista²⁶. Nesse sentido em João Pessoa se proíbe o banho nú na Lagoa, que agora se pretende a cartão postal, no interior de uma economia universal entre elites e letrados sintonizados em empresas e investimentos dentro dos capitais ingleses, franceses e americanos.

A promover a mudança de olhar sobre as habitações e costumes dos moradores, sob facetas diversas, denúncia e identificação de problemas nas áreas centrais, que a partir de então se fazem lugares valorizados para o comércio e a moradia das elites, investidos de dimensão sanitária, econômica e segregação social efetivas, contudo sem preocupações com subúrbios ou áreas afastadas dos centros: “encontram-se nas fontes para Campina Grande e outras cidades brasileiras, discursos em que explicitamente afirma-se que o lugar dos pobres e dos trabalhadores é o subúrbio” (SOUSA, 2003, p. 64).

Por meio de um processo de remoção que não acontece sem tensões e que também marcou a vida de todas as cidades, entre as quais, Recife, João Pessoa e Campina Grande, que entre 1930 e 1945, refletem as atribuladas reformas urbanas, empreendidas pelas elites proprietária e letrada das cidades, que cada vez mais afastam os pobres dos centros comerciais, reservando estes para “palco principal de sua teatralização do poder”, e que se reflete exponencialmente nas transferências das prisões dos centros das cidades para suas periferias.

Isso porque tais projetos têm sua maior eficácia no reforço das hierarquias sociais e na ampliação das segregações sócio espaciais, que mostram, mesmo por utopias, toda sociedade em conforto e saúde, nunca alcançados pela maioria. Para isso a eficácia política e disciplinar dos projetos higienista e sanitarista e suas imposições aos moradores, mais que aos cidadãos,

²⁶Se é que se faz necessário, onde cada palavra deste demanda exclusão da camada mais pobres dos consumidores, proprietários e industriais.

ao mesmo tempo, sob forma de frustração entre os primeiros e de comemoração entre os segundos, “o qual aponta para apropriação e ressignificação do ideário burguês moderno por diferentes grupos sociais, quando não para sua rejeição” (SOUSA, 2003, p. 66).

Tais campos e questões sobre os modernos hábitos ganham novos significados no Brasil, ainda que se espelhe nos modelos europeus e deles se apropriem. E, mesmo no Brasil, há que considerar as formas assumidas nos projetos efetivados, haja vista que as questões locais vão tonificar os resultados. Percepção viabilizada pelo fato da temática ter tido grande repercussão na academia brasileira, resultando em pesquisas pontuais. Sendo assim, nossas leituras dos estudos sobre a temática em outras localidades contribuem para melhor esclarecer as reformas urbanas no contexto da cidade de João Pessoa e de Campina Grande e, conseqüentemente, a forma como essas vão favorecer as retiradas ou “invisibilizações” das prisões dos centros sociais, como forma de afirmar tal modelo, contemporâneo ao processo de industrialização de tais regiões desde a SUDENE e o seu efeito colateral entre as favelas, numa situação plenamente reconhecida e aceita como necessária entre os intelectuais paraibanos²⁷.

Então, é na contramão dos que se orientam pelos signos do conforto, ostentados nos mesmos parâmetros elitistas, que festeja a chegada da energia elétrica, do trem, da água encanada, das redes de esgoto, que se encontra o eixo aqui focalizado, pois que o destaque se dá para os projetos de exclusão daquilo que incomoda a lógica do moderno. Assim é preciso reconhecer o êxito das elites modernizadoras em esconder as cadeias, prisões e complexos prisionais, segregando-os dos centros das cidades, sob arsenal teórico que respalda as práticas que promovem as reformas urbanas e a industrialização do Nordeste. Falaremos de um dos espaços e de habitantes que integram a lista de signos menos louvados do moderno, constituindo-se em sua negação.

Em Salvador, se faz a recepção modernizante no nordeste brasileiro “estilo de reforma carioca”, modelo de reformas vigorantes no Rio de Janeiro na gestão de Pereira Passos (1902/1906), por meio de separação e demolição de igrejas coloniais, formação de bairros negros, admitidos também no Recife, onde as populações pobres sobreviviam nos mocambos de taipa, palmácea e capim, colhidos à beira dos rios, durante o dia as casas destinadas a essa população ficavam vazias porque “não dão caranguejos como nos mocambos” (SEVCEKO, 1998, p. 201).

²⁷José Octávio participa diretamente das negociações para implantação de indústria, de poeira mortífera.

Já em João Pessoa, a avaliação crítica e globalizante da cidade, sob a história total admite “Um radical Republicano contra as Oligarquias”, entre coleções de textos para construir aspectos, expressos nas vicissitudes do burgo agromercantil, evolução e “surgimento da urbe industrializada e prestadora de serviços” (MELLO e AGUIAR, 1989, p. 17 e 18) e consagração do atual pólo turístico e hoteleiro.

Sendo assim, é uma reprodução das prisões dentro das cidades no tempo, não tanto pela cronologia particular, mas pelo tipo de vida e dos equipamentos institucionais, da cidade por objeto de “recomposição antropológica e transhistórica, da atual João Pessoa”, mais também de Campina Grande, em evidências colhidas entre os aspectos negligenciados pelos letrados em suas relações e motivações para as expulsões das cadeias públicas dos centros, formando as casas de detenções, ao passo em que se dão os processos de reformas urbanas, construção de complexos ou cidade fabril e carcerária, agora distantes da própria cidade.

Coordenadas por um contexto de reforma, mesmo dos antigos valores, pelos modernos subjetivos, burgueses, negociadores, por metas, que nas concepções de seus idealizadores, transformariam as cidades permanentemente, sob dimensão universal, daí a frequente aproximação com outras experiências no mundo e ao mesmo tempo, os questionamentos de tal universalidade, entre múltiplas práticas culturais táticas, a fazer a “cidade com uma história e trajetórias peculiares” (SOUSA, 2003, p. 66). Vejamos a referência que Sousa destaca do diário da Borborema na edição de 1933 em que há a preocupação em destacar a entrada da cidade no *hall* das cidades com plano de urbanização que visava a torná-la “moderna e confortável”:

‘Campina Grande vai se encontrar no Plano de urbanização das grandes cidades brasileiras’ (...) Relato do urbanista Nestor de Figueiredo, a convite do interventor Gratuliano de Brito secretário de Interior e Segurança Pública, qual o governador Argemiro de Figueiredo explicita o que espera da visita de trabalho na cidade ‘transformar campina numa cidade moderna e confortável’. (SOUSA, 2003, p. 62).

Nestor de Figueiredo realiza planos urbanísticos para a Paraíba e o Recife, se tornando referência em planejamento urbano, que para os letrados significava sua presença em vida “arrobusto ufanistas da imprensa e de letrados locais”, elogios ao renascimento do terceiro algodão do mundo, maior comércio do estado, cidade de movimentos urbanos admiráveis no centro e o problema da presença dos pobres nesse enredo, viabilizando medidas relacionadas à saúde, mas também a segurança pública,

Arquiteto e urbanista de plano urbanístico de João Pessoa não deixa antever; primeiro contexto comum ao Brasil, preocupações com saneamento e embelezamento dado ao centro,

para posterior crescimentos, incorporações dos transportes e automóveis, igual a experiência das grandes capitais, a conter epidemias no Século XIX, para controle, privilegiando intervenções, mediações legislativas e acompanhamentos da imprensa sempre a favor destas e que no Nordeste brasileiro entre 1920 a 1930, se robustecem nessa “certa tradição” (SOUSA, 2003, p. 63), segundo o professor Fábio Gutemberg Sousa, talvez isso se explique pela relação política entre família e tradição, tão presente nas “novas elites” nacionais.

Na capital do estado, os impulsos para o progresso, água e luz, no governo de João Machado; bondes, em Castro Pinto; administrações urbanas, Camilo Holanda 1916/1920 e Sólton de Lucena 1920/1924, prefeitos precursores do “rush da capital”, empreendimento ativado pelo comércio, tributação das mercadorias que entravam ou saiam, demolições, para especulação imobiliária e hoteleira, numa reformulação da cidade, novo partido dominante, alta dos preços do algodão, presidência da república por um paraibano e suas obras contra as secas. Ações que capitaneavam o progresso da modernização da capital e do estado.

Mas, principalmente modernização urbana, que na capital do estado, sob governo de João Machado, inaugura a luz elétrica e substitui o bonde puxado por burros; enfim “revolução urbanística-edifícios, avenidas, calçamento”, modifica o aspecto colonial da cidade. Com Sólton de Lucena impulso, dinamismo, abertura dos bairros, transformação da lagoa, investimento em praças e parques entre 1910 e 1924, progresso da cidade. Os jornais noticiavam as mudanças, dando conta de uma cidade que ganhava ares de aprazível e que mudava sua mentalidade política, contribuindo para o florescimento das ideias em um ambiente moderno. A movimentação da vida intelectual e nos costumes se contrapunha aos primeiros anos da república marcada por marasmo, pobreza, atraso, ausência de estímulos e de inovações, tudo ocorrido aqui após a I guerra e a “ilusão de que a Paraíba governava o Brasil”.

No governo de Camilo de Holanda entre 1916 e 1920, abre-se a avenida com nome do presidente Epitácio Pessoa, entre vielas e má pavimentação das ruas do centro, que, contudo são traduzidas pelos intelectuais da seguinte forma: “em seu governo, trabalhou-se em toda a cidade, que parecia haver despertado do marasmo secular, tivemos como que uma ‘pequena revolução administrativa’, embora tais obras não tivessem preocupação com o interior, como fazia Miguel Raposo diretor das obras públicas, entre arquitetos profissionais autodidatas na engenharia, versados em direito, mas principalmente “rapazes animados nas inovações. A Paraíba, com água, esgoto, luz elétrica, já parecia uma cidade. “Mas, o casario ainda era o de estilo antigo, estilo ótimo para se aperfeiçoar, honrando as linhas originais, criações próprias ou herdadas”, por parcial achatamento, vulgaridade, quarto escuro o que deu uma reforma,

motivada nos jornais, em que Nossos Arquitetos Modernos não criam arte e beleza, mas “movimentaram os tetos” (MELLO e AGUIAR, 1989, p. 138), além das influências nas edificações por ordem dos administradores, mestres e construtores.

Espacialmente, na primeira fase da transformação das praças e edifícios comerciais, “São inúmeras casas particulares de plantas e construções desses arquitetos, aos quais se juntam os esforços de bons mestres de obra, que depois se tornaram construtores de certa reputação, como Gama, Camelo, Rufo e alguns mais” (MELLO e AGUIAR, 1989, p. 138).

Mello e Aguiar chamam atenção para o fato de que o que denunciaria a calamidade nos modelos das reformas era a sua forma de apresentação, haja vista que o Palácio da Redenção (à época sede do governo), as “gentes” na Praça João pessoa, o antigo convento, o Lyceu Parahybano, tinham passado por reformas em “estilo colonial”, que apenas teriam feito mudanças nos tetos e conservado a falta de infraestrutura já existentes no antigo estilo.

Justificadas como, oposição forte e racha político entre as elites “Eram as cousas que ocorrem em todos os governos, impotentes para coibir a corrupção que macula quase todos os empreendimentos públicos”, a má qualidade das obras, chama a atenção de Epiácio “mal impressionado com o que ocorria na Paraíba. Cartas que escreveu a Camilo, em janeiro de 1920, estranhavam que se gastassem cem contos num boulevard e perguntava espantado: “Por que despender mil contos numa Escola Normal?”(MELLO e AGUIAR, 1989, p. 135).

Mello e Aguiar apresentam como o processo de urbanização pessoense vai se dá de forma lenta, havendo mesmo um alto índice de investimento que em muito supera aquilo que se observa no cenário da cidade. São atos lentos, inconclusos que se arrastam de um governo para outro.

Assim, listam as ações pontualmente, governo a governo. Informam que Sólon de Lucena, para promover o saneamento urbano, funda em Manchester a Paraíba Walter Company de água e esgoto, que nunca veio cá; no governo de João Suassuna (1924) “A ladeira do Rosário e a rua do Fogo foram transformadas na avenida que hoje desce até o Quartel da Polícia”, entre sítios de mata fechada. Urbanização propriamente dita de João pessoa, apenas com Antenor Navarro, em meio ao esbanjamento das construções da nova arquitetura urbana, por entre as metáforas da imprensa pessoense, que ao alterar a fisionomia da cidade, promove uma revisão material desta “Tinha-se o desejo de caçar veado no atual Parque Sólon de Lucena, Cruz das Armas²⁸ era um sertão deserto” (MELLO e AGUIAR, 1989, p. 138 e 139).

²⁸Em um nome já adaptado do original, Cruz das Almas, denotando a forma de ocupação de tal periferia da Capital.

A grande reforma se deu no Governo do Dr. João Pereira de Castro Pinto e terminada em Camilo de Hollanda, em outra grande característica de nossas reformas urbanas a não completude dos projetos em “exigentes condições de hygiene e architectura moderna”, belos e confortáveis em estilo romano, onde estava o velho casarão colonial na Praça Pedro Américo.

Entre outras obras deixadas para outros governos, encontra-se a reforma do prédio e pavimentos, Antenor Navarro conclui, por meio de contrato junto à firma e Cia, ao custo 432.000.000 Cruzeiros. Neste edifício funcionam actualmente: a) a Secretaria da Fazenda; b) Instrucção; c) Obras Públicas; d) o Tribunal do Jury; e) Repartição de Águas e Esgotos, e o Quartel de Policia, numa casa antiquada e mal higienizada, trazida por José Octavio e Wellington Aguiar (1989).

Ambrósio Leitão da Cunha presidente da província atenua os contrastes urbanísticos e garante rosto bonito a “Cidade, agradáveis traços fisionômicos”. Cria-se a Lei 1.859 nº 26 para disciplinar a construção dos imóveis, altura e largura, fachadas e janelas, casas de um andar e sobrados, com pedras lajeadas, proíbe degraus de pedras ou tijolos aparentes, prazo um ano demolição e retirada dos canos de esgoto, despejos nas ruas, salvo águas pluviais, proprietários, agora são obrigados a promover calhas e telhados.

Ruas sem meio fio, alinhamento arbitrário, recuos, saliências simetria, agora com comprimento, largura de 80 palmos, transformação topográfica melhoria das condições urbanas “acidade parecia um burgo medieval”, hábitos herdados dos índios, sem se enquadrar na vida social civilizada.

Por consequência, fora banido por lei que autoriza a fiscalização dos costumeiros banhos despidos às seis horas da manhã e às sete horas da noite, infratores sujeitos a multa e a reincidência equivalia o dobro da anterior, mesmo para pessoas vestidas da cintura para baixo, sob alegação de “atentado aos bons costumes”, sendo essa mesma lei que modifica os costumes delimitando ajustamento social, em face da frouxidão desregulada, principalmente no centro.

Em relampejos que, de fato, apenas se refletem com o Prefeito Francisco Cícero e José Américo, no governo de Argemiro de Figueiredo com a Universidade Federal da Paraíba, multiplicação dos conjuntos habitacionais e urbanização em Miramar, Manaíra e Cruz das Armas, antes Cruz das Almas, pela sua rala população, para abastecimento de mão de obra, no momento em que se inaugura a Fábrica de Cimento da Ilha do Bispo, no distrito industrial e

das motivações da política industrializante da SUDENE, para escoamento da produção para o Recife, pólo regional²⁹ em tempos da construção do centro administrativo pessoense.

É junto a concentrações de oficinas artesanais entre 1920 e 1960 que ocorre o redesenho urbano a caminho do mar, para as elites, mas também para a construção de Bayeux³⁰ e urbanização, áreas populares e periféricas da capital paraibana para os populares, eis que se as favelas são contemporâneas da República, assim como as nossas favelas são produtos da política de desenvolvimento econômico por meio da nossa tentativa de revolução industrial e construção do Estádio de Futebol Argemiro de Figueiredo “O Almeidão” em 1950, para o entretenimento desta da massa.

A Chegada do tempo das fábricas, imposições de horário, aculturação e disciplina, declarada como a perda do paraíso, da ratificação das desigualdades sociais, assim como foram às reformas urbanas, sob planejamento de manutenção das camadas trabalhadoras junto às fábricas e distantes dos centros urbanos são projeções para a vida entre consumismo e etiqueta, sobretudo, pelo ponto de vista dos nossos jornalistas, via de regra afetados por sua formação em direito e pela recepção das teorias do moderno na Paraíba, em contraste com uma cidade pequena e quieta.

Que se faz no meio natural como a regra, em todo o Nordeste do XIX, aliada a “falta de equipamentos urbanos, representa a característica comum das cidades nordestinas”, igual ao Recife “Aspectos Socioeconômicos, Culturais e Urbanísticos da Paraíba”, Contados pelo jornalista Archimedes Cavalcante, somos “Cidade da Parahyba soturna e marcada, à moda dos burgos medievais de Huizinga” (MELLO e AGUIAR, 1989, p. 55).

Em meio à feição, segundo o neologismo de Freire, “rurbana” pela fusão de elementos rurais em toda a sociedade brasileira “- um dos dois em que ainda se divide a cidade” e a busca dos prefeitos em equacionar problemas de bairros parcialmente rurais cruz das almas, poço e penha a época aldeias de pescadores, misturado com elementos urbanizadores e multiplicação das instituições culturais, como forma de elevação do status das camadas médias “sociedade urbana, ainda que elitista e patriarcal”.

Praça e museu, quadrilátero fixado pela São Miguel, que abriga os tipos populares e os pobres, a urbanização próximo ao porto do capim, entrepostos comerciais, vias férreas e cemitério da Boa Sentença, casas comerciais, linhas de bondes dentro de “acidentada topografia (...) o pessoense se acha e diz que está no ‘ponto de Cem Reis’. Acha e diz porque

²⁹E desespero de ranço na imprensa paraibana pela condição de interiorização em sua posição política e econômica em relação ao Recife

³⁰Cidade contemporânea à revolução industrial pessoense, apoiada pela política industrial da SUDENE.

é dono, sabe o que possui e manda no que é seu. Esta é a geografia, e é a lei” (MELLO e AGUIAR, 1989, p. 157), preservando a imponência da natureza sobre a construção dos principais espaços moderno como regra nas nossas cidades.

Em João Pessoa um segundo surto de urbanização mais recente, entre novas avenidas e corrida para o mar, desde 1950, apenas para abastados, avenida atravessa a cidade com o nome do benfeitor³¹ até o “Busto do Marquês Tamandaré”, para finalmente abrir a visibilidade para o outro extremo e os seus habitantes, no caso da Cadeia Pública e dos detentos, Colônia Juliano Moreira - dos loucos -, Casa de Saúde São Vicente de Paula, dos doentes.

É a partir da Segunda guerra mundial e a instituição do código de leis trabalhistas, entendidas por uns como a abolição ideal de cidade moderna e, para a grande maioria, como um processo para disciplinarização e coerção das camadas trabalhadoras, que a ocupação dos cargos nas fábricas e moradia nas áreas periféricas, até então ocultas para o cotidiano intelectual, passam a ser manifestadas pelos cronistas, em meio a sua escalada moral, para seguir as reformas dos antigos prédios: “- clube Ponto de Cem Reis, cenáculo de intelectuais - mas também para o drama das populações proletárias dos bairros da periferia” (MELLO e AGUIAR, 1989, p. 32).

Ocupação dos espaços, industrialização, fortalecimento dos serviços, “especulação e espigões”. Abre as portas para as mudanças nas cidades do consumismo e da competição, declarada entre os cronistas sociais para o avanço da cidade e para o que na periferia e principalmente no caso das prisões e das favelas pessoenses, avancem para o mangue.

Até porque, antes da fábrica Dolabela houve outra empresa falida pela falta de mercado consumidor, que apenas adquire estabilidade, a partir da industrialização financiada pelos órgãos públicos e dos incentivos fiscais e que a partir de então não parou de atrair indústrias e junto a essas; “há noites que não podem conciliar o sono, tamanho o barulho de suas turbinas triturando pedras”, “na área interna a fábrica, perpetuando a memória de quem só conheceu a alegria do trabalho e o conforto de um espírito empreendedor, gêneros e infatigável”, dono da indústria, amigo de José Octávio Aguiar, o autor do livro, que pessoalmente negocia a estabilização de tal empresa na capital junto aos administradores.

Colaborando orgulhosamente com a montagem da indústria junto a chateaubriand, e o ex-interventor Gratuliano de Brito para aquisição de empréstimos estatais, para o empresário e amigo dinamarquês, já que a fabrica para se remodelar depende do estado, no sentido de

³¹Presidente Epitácio Pessoa.

ajustar “uma nobre e justa aspiração comum”, de resultados promissores para a economia, embora reconheça que avizinhança da fábrica sofre consequências, das enfermidades provenientes “da poeira sufocante e mortífera no espaço das nuvens da madrugada, a não providência do poder público, não diminuía benemerência da indústria e grandeza da economia”.

Em Campina Grande é por meio de Decreto em 1930 que os prefeitos aderem aos reclames dos letrados e novidades do tempo para a consecução de projetos de saneamento e embelezamento da cidade, onde até então havia apenas melhoramentos, terraplanagem, calçamentos, meio fio, alinhamento, passam agora por desapropriações e indenizações, associadas às metamorfoses entre as percepções e articulações teóricas, sob novo olhar, sensibilidade e seletividade de ruas e praças, mais vistas e procuradas pelos moradores locais entre obras levadas à cabo pelo poder executivo, mas fiscalizadas e supervalorizadas pelos advogados-cronistas como Cristino Pimentel e Hortêncio Ribeiro e seus artigos jornalísticos.

Localizando, nesse sentido, as empreitadas embelezadoras e saneadoras que atingiam diversas ruas, e cuja maior repercussão se deu na Maciel Pinheiro, antes Rua Grande, onde morava a elite proprietária que também se incomodou com tais reformas, mas que se conforma com cinemas, teatros elegantes e clubes sociais.

Vicente Gomes observa o plano de urbanização “rua a rua, praça a praça, beco a beco”, na cidade de Campina, dando uma noção de que na realidade se fazia a promoção de reformas por ensaios de urbanização, favorecendo a ação e o nome de prefeitos e administradores, tanto quanto fossem menores as cidades e suas populações. Antenor Navarro e Argemiro de Figueiredo são pequenos exemplos, da falta de aglomerados urbanos para os nomes dos governantes e para o ufanismo fiscalizador dos advogados-jornalistas.

Contudo, no mesmo sentido da capital e do capital temos, “um por trás” apoiados por empresários e letrados, na empreitada política de substituir as feições de Campina Grande, como o foi em João Pessoa, principalmente durante a formação da SUDENE e formação de ambos os distritos industriais e de serviços, promovendo um empurra nas cidades para fora delas próprias e formação das regiões metropolitanas.

São as novas indústrias instaladas nos subúrbios, sob estímulos fiscais de cinco anos em Campina Grande, assim como em João Pessoa, que desviam os empreendimentos para as periferias, desenvolvendo “seus próprios ares”, de ‘cidades industriais’, uma cidade que, contudo, se estabelece sem água encanada, saneamento, grupos escolares, abastecimento, alimentar próximos aos latifúndios e dívidas dos trabalhadores das indústrias com estes, pelo encarecimento do produto industrializado.

O Professor Stênio Lopes em Campina Grande aborda a dificuldade de poupanças privadas para investirem no mercado imobiliário, e a contrapartida dos investimentos nas indústrias, estímulos às empresas exteriores e suas condições industriais.

Nas outras partes, pacata, conservadora, mais rural que urbana em seu núcleo, o ponto de cem reis, nas áreas mais afastadas, como o Roger, onde fora construído o presídio, quase uma vacaria. Baixo Roger, do outro lado da cidade, perto da estrada de Ferro da Fazenda Simões Lopes, cuja vista, segundo os jornalistas, dá um sentimentalismo da raça, cujo luxo das cores se encontra apenas do outro lado do mangue. “Considere-se, ademais, que nesse setor se localiza a Penitenciária Modelo. ‘Como estudante de Direito não perderia a oportunidade, verdadeiro achado para quem se interessa pelos problemas sociais, por gosto ou dever de ofício’ (MELLO e AGUIAR, 1989, p. 173).

Um ofício que particularmente desconhece seu objeto, tendo em vista que apenas o encontra seu objeto no dia da inauguração, ou um político que inaugura alguma instituição prisional e nela nunca pisa, mesmo quando dela própria desvia a maior parte dos seus recursos, a História Cultural aprende com a Antropologia a se aproximar do objeto, por meio das mais diversas fontes que a estes se referem, até atingir suas memórias, mas eis que se trata de um advogado, escritor, amigo de empresários, fiscal dos administradores que carrega seu discurso com valores morais claros quando se refere ao Roger e mesmo quando sobre esta, evita escrever, já que os interesses são outros.

O que não interfere em suas reflexões, a indicar em diferentes momentos e aspectos de suas vidas: “esses seres diferentes são semelhantes aos caranguejos da região; moram em locais úmidas e infectas”, conforme analisa os professores José Octavio e Wellington Aguiar (1989), cuja batalha começa cedo:

ali vive, pulula uma população de assombrados, assombro do amanhã incerto, assombro dos homens e da vida. Tudo temem, e por fim creio que se assombram do assombro. Desconfiança do irmão que lhe bate à porta a serviço do Governo comum. Do empregado de todos. (MELLO e AGUIAR, 1989, p. 174).

Nesses ambientes as doenças se notavam na primeira manhã sobre os loucos, de sons incompreensíveis, maus tratos e sofrimento, que com uma lata de tinta “Quase não saia de casa, porque quando o fazia davam-lhe cachaça”, com fome bebe cachaça.

Onde o soldado de polícia embriagado espanca a mulher e o filho com anemia, o que nos remete a consideração sobre os espaços de moradia dos soldados de polícia semelhante ao encontro aqui dos soldados de polícia e dos presidiários, nos mesmos espaços cotidianos, sendo, via de regra, recrutados nas periferias, mesmo próximas às prisões, como no caso do

Roger, em João Pessoa, e do Mutirão do Serrotão, em Campina Grande, semelhante ao encontro na Favela da Providência, entre os soldados de canudos e os seus inimigos/vítimas, onde todos estão em ambiente estranho, mas a partir de então, moradia de todos.

Em periferias que, como aqui são apresentadas, são ambientes marcados pela mortalidade infantil e criminal, em que “[...] O alcoolismo se generaliza. Mesmo nos estábulos e cocheiras vendem cachaça. Num estábulo-cocheira imundo, vi negociarem bebida com homens já embriagados às 9 horas da Manhã. Até o espetáculo degradante de mulheres alcoolizadas é comum.” (MELLO e AGUIAR, 1989, p. 174).

Na continuação corroboram a insalubridade do ambiente informando serem lugares sem saneamento, em que próximo às poças infectas seus habitantes bebem água. “Anêmicos, tuberculosos, suspeitos (...) moléstias. Nenhuma profilaxia, e o circulo vicioso continua” (...) (MELLO e AGUIAR, 1989, p.174 e 175), cujos reis da zona, eram os bodegueiros exploradores, passadores de bicho, porta vozes dos políticos, recebem dinheiro como difusora.

Enfim, João Pessoa tem perfil enfavelado para áreas baixas alagadiças dos vales do Jaguaribe e Sanhauá, que funcionam como alternativa de morar para setores à margem da população. Deficiência de infraestrutura e serviços, inundações, desvalorização, construções irregulares e posse da terra.

Que de acordo com relatórios de visitas em locais de baixo padrão habitacional, ‘favelas’, ocupação alheia aos padrões de loteamento, também se identificam em bairros de assentamento, promovidos pela prefeitura, mas sem provimento de serviços públicos, água esgoto, calçamento, a “qualidade das moradias, pouco diferem das favelas” (“canudos”, mandacaru, cruz das armas, cristo), todos possuem esgotos a céu aberto, baixo padrão de moradia, qualidade dos materiais, segurança, não especificamente de cada moradia, mas da concentração que ainda não consta em 1980.

Até 1970 existiam 16 ocupações de terreno público, mas não existem favelas em João Pessoa, embora as aparências fossem idênticas, às observações de Chalhoub (1986) e a dificuldade de se classificar ou diferenciar no Rio de Janeiro, os sobrados, as favelas, os casebres, os barracos etc. Havendo em João Pessoa ainda nos terrenos públicos da periferia ou de terceiros, quinze novas áreas, para crescimento da população de baixa renda expansão da favela, mais do que bairros pobres:

o crescimento desse setor se falou anteriormente, isto é, seguindo a única alternativa viável para reproduzirem-se como trabalhadores. Assim essa população, que de 1970 para 1980 cresceu de 47.250 para 73.791, vem cada vez mais se alojando nas áreas sobrantes, isentas de serviços e tendo as piores formas de morar da cidade. (MELLO e AGUIAR, 1989, p. 180).

Assim, a velha cadeia se tornou palácio da aviação, para embelezamento da capital e abertura de ruas, arruamentos da cidade, que ainda não estão sujeitas a plantas, alinhamentos e nivelamento, edificam-se à vontade “esse labirinto em que se vai visivelmente convertendo a cidade”, que pelo ritual da construção de qualquer prédio é precedido de cerimônia, sob coordenação dos fiscais, “intervenção fiscais longe de produzir bem, apresenta e legaliza defeitos ou alinhamentos” (MELLO e AGUIAR, 1989, p. 95).

Desde 1857, a planta da cidade contém alinhamento das ruas e praças, segundo disposição que preocupa nivelamento da cidade, salubridade pública, quatro nivelamentos abertura da rua, cujos proprietários cedem ou são indenizados ao preçoda avaliação pelo tesouro e demolição, convém satisfazer a lei de remover aterro que prejudica a saúde pública, exalações miasmáticas, melhoramento mais importante, para que a capital remonte as ruase adjacências, com terrenos necessários para o alinhamento.

No mesmo sentido em que aumenta de forma escalonada a favelização, junto com a industrialização, pondem ser apontadas como causas donúmero crescente de crimes, até 1984, tornando a cidade “acima de tudo violenta”, acidentes automobilísticos, assalto a banco, arrombamentos assassinatos, “acontecimentos dessa natureza fazem parte da vida urbana”, porém nunca aconteceram com tanta frequência e facilidade, clima tenso, Pe. João Felix de Medeiros amarrado e morto, empresário Paulo Brandão, Metralhado. Aliada ao processo de urbanização, portanto, vem o aumento da violência e criminalidade.

E as opiniões colhidas entre autoridades, juiz da 1ª Vara das execuções criminais não opina sobre a violência. Justifica-se com a existência da lei Orgânica da Magistratura que o impede de tomar partido, já o Ex- delegado Genival Queiroz, “que não quis falar”, segue seu relato: ‘na minha época existiam apenas cinco delegados e muito menos aparelhamento. Hoje existem os superdelegados’. Advogado que passou por varias delegacias, policiais da capital. “Genival Queiroz deixa a carreira com a fama de ser um policial persistente e interessado: ele perseguia as pistas no seu velho DKV, acompanhado do escrivão” (MELLO e AGUIAR, 1989, p. 180).

Assim como o delegado persegue sua clientela entre as periferias, conforme o faz perseguiremos o trajeto de modificação da cadeia da capital, que conforme situamos passam agora para uma periferia, o Roger, cadeia próxima ao matadouro, produto da remoção da cadeia da Rua das Trincheiras, para a ponte do Sanhauá, devido principalmente às condições de salubridade pública, eis que, assim como foi nas discussões quanto a localização do presídio, o foi quanto ao inconveniente da água em abundância naquela localidade.

Enquanto no centro da cidade de João Pessoa ocorre, conforme resgatam os pesquisadores José Octavio e Wellington Aguiar (1989), a proibição pelo Presidente da Câmara, antes com funções de prefeito, de criação de gado à solta ‘sem pastor’, ocorre a manutenção de um serviço de limpeza pública feita por veículos, procedida por 6 (Seis) sentenciados sob escolta, para divertimento dos desocupados.

Nas periferias febres epidêmicas, poucos recursos orçamentários “O hospital da Santa Casa estava cheio de presos, indigentes, enfermos. Essas ‘febres epidêmicas’ nada mais eram que o tifo, impaludismo e também a febre amarela, que dizimava, de preferência, as tripulações dos barcos estrangeiros que aqui aportavam” (MELLO e AGUIAR, 1989, p. 91), eis a causa do matadouro público e da cadeia, antes centrais, terem sido fechados e mudados de local, segundo alguns para um igual local, sujo “fedentina insuportável”, dentro da mesma leitura a qual se incluíam os açougues.

Cidade cheia de rifas, em que a polícia procura evitar o jogo do bicho, dentro de minúsculas cidades vigiadas por patrulhas rondantes e montada. Para às 9:00Hs, entrar em vigor a lei do silêncio, do momento do sinal fecha-se tudo, exceção das boticas, farmácias.

Negro que andasse nas ruas depois do toque de recolher sem ‘bilhete’ do seu senhor, seria logo preso e não readquiria a liberdade sem levar pelo menos duas dúzias de bolos. Constituía uma delícia para o sargento quase sempre preto ou mestiço, rachas as mãos dos seus desamparados irmãos de sangue. (MELLO e AGUIAR, 1989, p. 91).

Também costume para “O indivíduo que não prestava para nada, cheio de maus hábitos, tinha uma serventia: - o Exército” (MELLO e AGUIAR, 1989, p. 92).

Os presidentes nunca chegavam a dois anos, eram substituídos, contudo exerciam o cargo várias vezes, terceira vez que Dr. Agostinho governava a Paraíba, ele que por sinal falece de tifo.

Em épocas em que os registros se davam apenas na igreja, que a época decreta o toque de recolher às vinte horas, salvo nos dias festivos, ‘a decência do culto e o interesse policial’, pelos enterros nas igrejas à noite, acaba na determinação, que a policiaque conta com sessenta praças, passe a acompanhar, pequenas reformas, efetivadas em desconjunto e sob arquitetura, permeada de crença forte.

Rua da ponte, hoje rua da República, terminava num descampado “Sobradinho”. Lá escolhem o local para ‘casa dos presos’, as razões planalto no sopé despenhadeiro perto do rio e do mangue tirar água e lenha longe das vistas e ouvidos dos pacatos paraibanos “reúne todas

as condições de salubridade, tendo de mais a vantagem de estar próximo do quartel da policia”, eis os fatídicos encontros entre os opostos e complementares policiais e criminosos.

Esse tipo de instalação desde o início se fez criticada, condenando a localização da nova cadeia por meio das teorias miasmáticas, contudo em última palavra o Presidente, está convencido, Sobradinho é o lugar dos presos. Construída e inaugurada, contudo a campanha contra não cessa; edifício cercado pântanos, detritos vegetais “desenvolvimento de febres e afecções palustres”.

Contudo, “o casarão serviu durante 99 anos” como cadeia pública, daí o governo separar a faixa do terreno, para o largo da cadeia nova, 31 de janeiro de 1853, ritual do estilo é “a pedra fundamental do presídio” (MELLO e AGUIAR, 1989, p. 93), em meio a uma administração preocupada com a solidez do edifício.

Porém, com a demora na construção, se falam em repetidas revoltas na cadeia velha, três tentativas de fuga, ainda a necessidade de concluir a nova em 1856, em meio a sacrifício coletivo dos insurretos:

Preferiram a morte imediata àquele viver encurralado como feras humanas. Para calar os amotinados fez-se mister tirotear contra êles produzindo a morte de dois presidiários, além de vários feridos (...) trancar os transviados da lei penal com mais humanidade. Mas Mestre Polari, era insensível a esses desígnios de readaptação e valorização do homem. Apenas a segurança da obra continuava a preocupá-lo. (MELLO e AGUIAR, 1989, p. 94).

Importante perceber que as revoltas se tornam constantes, até terminarem a nova cadeia, daí o governador reincidir o contrato com a antiga empresa e abrir nova concorrência, na qual não é o que escolhe para a construção o menor preço licitante, o que levantam suspeitas e acusação por parte dos adversários de encarecimento desnecessário, aumentam as campanhas contra o novo edifício.

“Com a queda do Partido Liberal, um chefe de polícia que militava nas hostes conservadoras, perfilava críticas aos executores da Cadeia, com esta ponta de maldade: ‘o pedreiro que tanto dinheiro custou à Província está em ruínas’”, referência aos custos e tempo, denúncias de corrupção e má qualidade de todas as obras como principais características.

Área coberta de mais de mil metros, dentro das maiores edificações daquele tempo, cadeia “insuficiente nas condições em que se acha, já não digo para atingir os fins do sistema penitenciário adotado pelas nossas leis penais, porém para satisfazer as prescrições do regulamento n.120 de 31 de janeiro de 1842” (MELLO e AGUIAR, 1989, p. 94), discriminando as funções policiais.

O Presidente José Evaristo da Cruz Gouveia, em três lustros de inaugurada casa de prisão queixava-se contra a ‘falta de solidez e segurança do prédio’ (MELLO e AGUIAR, 1989, p. 94).

Porque a problemática social é refletida por problemas estruturais, próprio das concentrações urbanas em grande medida, não apenas o drama dos pobres de Cruz das Armas e favela do presídio no Baixo Roger, além da sequela das violências urbanas, crimes, junto aos ritmos de industrialização a partir dos anos 30, sob infraestrutura insuficiente que na Paraíba é insuficiente para industrialização e agricultura de exportação.

Mas, que traz a João Pessoa e Campina Grande um processo de enfavelamento, afirmado na preocupação dos ricos e no purgatório da classe média e massas populares “João Pessoa- Um Perfil Enfavelado” (1970-80) caracteriza-se por uma população, cuja quinta parte da população, ostenta luxo e medo ‘os ricos que não dormem e os pobres do Nordeste não comem. Os primeiros são os que não dormem, com medo dos que não comem’.

Corroboradas nas colocações de Firmino Justino e Malaquias Batista “Baixo Roggers- O Outro Lado da Cidade”, condições do que se chamaria “sub-área da cidade inteiramente distinta do paradisíaco sitio do inglês Roggers, no Século XIX”, Malaquias, conclui “a Cidade Necrópole”, Prostituição e violência declínio do velho bordéis e cabarés multiplicação dos motéis “ ‘A Escalda da Violência’-, a violência urbana” (MELLO e AGUIAR, 1989, p. 34), denunciada pela imprensa e ideólogos do progresso, refletidas em suas memórias históricas e em grande medida por seus esquecimentos, derivando daí a caça, aos vestígios das transformações, demolições, reformas atrasos e transferências do presídio como se verificou do centro para periferia em João Pessoa, e que em Campina Grande segue o mesmo sentido de suas retiradas das áreas centrais, assim foi feito com a cadeia pública³².

Que abrigava a concentração de moradias, construções de ruas e sobrados para membros da aristocracia rural. Casas pintadas em “cores espantadas, berrantes” sociologia da preferência pela tenuidade cultural dos povos economicamente imaturos.

Com janelas de guilhotina, vidros coloridos e balcões de bom gosto artístico, tendência cultural inofensa ao ronceirismo, pela convergência da população no centro e pela deficiência dos meios arredores, destinados a chácaras, mesmo com a inauguração dos bondes elétrico “Empresa Tração Luz e Força” (1912).

Um bom exemplo da proximidade entre as camadas sociais no centro é o casarão de Carlos Bartolomeu Peixoto de Vasconcelos, que residindo próximo a igreja abastece os bares,

³²Tão referenciada por ser local de estadia de Frei Caneca.

por meio de frotas de burros. Já no final Maciel Pinheiro e cruzamento com a rua da areia, se há prosperidade do negócio de bebidas, comerciantes decidindo quem paga a cerveja no bozó, cartas do baralho, no interior de Prédios de biqueiras, que a chuva escorre no calçamento irregular.

Toque de recolher do quartel da policia na Maciel Pinheiro às nove horas a cidade mergulha no sono exceção das boticas, ou das “respeitáveis casas do meretrício” (MELLO e AGUIAR, 1989, p. 220), das moças edos figurões.

Contudo, se existem claras recomendações a não frequentar o Astoria, que exibia filmes de sexo, em sessões para homens após as dez horas da noite e cujos tipos pulares numerosos, interrompiam sessões. Já na São Miguel o terreno é argiloso e esburacado quando se exalavam, latrinas aberta, fedor nauseante de feras de circo “penosa sensação olfativa, balanceava com os eflúvios musicais que partiam da casa do maestro Joaquim Claudino, cujo piano enfeitado enchia o bairro de sons, junto a ele sua senhora, dona Balbina, que para sustentar a família movimentava seu atelier de costura, capaz de atrair a cidade alta uma freguesia feminina bem alinhada”, “derivativo melódico atenuava as asperezas materiais da zona pobre”, semelhante à casa de dona Teca, que pisa o milho à mão para fabricar cuscuz com raspa de coco. “No mesmo quarteirão morava o decano dos oficiais de justiça, José Calanns Moreira Franco, dono de letras intraduzível pelos advogados e juízes” (MELLO e AGUIAR, 1989, p.132 e 133), que, contudo tinha problemas em casa com a mãe.

Mais badalado tipo popular da zona, é casada, seu esposo, Antônio botador d’água, fornecia duas latas carregadas num galão, pendentes dos ombros. “Homem calado e sério, era exatamente o oposto de sua mulher” (MELLO e AGUIAR, 1989, p. 134), isso porque nas favelas os modelos representados, sempre aparecem na visão de José Octavio e Wellington Aguiar (1989) em sua forma negativa, estigmatizada ou necessitada, de ajuda ou correções etc.

Com o advento dos anos 1930 e o processo de intensificação da industrialização na Paraíba se formam Cruz das Armas e vilas, a literalmente albergar a população operária, entre os costumes de distâncias sociais como analisados por E.P. Thompson (1993), a sociologia da memória dos Informantes, mas também nos jornais permite delinear tais tensões entre classes.

Isso pela construção do teatro santa rosa 1889 símbolo do trem de ferro, estímulo à urbanização, pela transferência da medicina para o social, “a sarjar as verrugas do centro”, aliada ao patriarcalismo herdado do açúcar a da abolição que enche a “cidade da Parahyba de famintos, maltrapilhos, pestes e intensa mortandade” (MELLO e AGUIAR, 1989, p. 26), é a

partir desse momento que o direito e medicina comandam o debate científico sobre as casas dos pobres.

Embora construído em sentido favorável ao modelo urbanístico industrial e sem grandes preocupações relativas a história social e/ou cultural os professores José Octavio e Wellington Aguiar ainda assim têm a característica de esclarecer sobre as formas como se impuseram as reformas urbanísticas em João Pessoa, inclusive sem intenção, mas referenciando o momento das transferências das cadeias públicas e inauguração da Penitenciária do Roger na Capital paraibana.

Contudo, é necessário possuirmos noções macroestruturais desse processo traduzidas a partir do Rio de Janeiro, onde a favelização se deve a quantidade de contingente humano afluente, desde chegada da família Real, processo de incentivo a imigração e advento da república, já as cidades nordestinas e paraibanas esperam para que seu processo de segregação sócio espacial esteja vinculado à tentativa de desenvolvimento regional pela industrialização, sob a qual coletamos as seguintes impressões.

Segundo Juarez Batista “Caminhos Sobrados e Ladeiras” (1951), no viés das dependências olfativas das famílias na Europa tratadas primeiramente na história por Georges Simmel (2011) e das relações internas aos sobrados que em Gilberto Freyre (2003) se dão, a partir dos mecanismos dos sobrados, como lojas de luxo e de moradia acima destas, mas também como o processo de industrialização urbana, reforma tais estruturas a torná-las atraentes ao consumo dos produtos industriais.

Caso semelhante ao descompasso entre as cidades de Campina Grande, João Pessoa e Recife, a última que em 1950, possuía se muito 200 mil habitantes e as grandes metrópoles; nacionais; Rio de Janeiro e São Paulo, com população rala, se comparada ao tamanho do território, mas também em relação a Londres que conta a época com 2,3 milhões de habitantes ainda no XIX.

Contudo, os vanguardistas consideram o Rio a metrópole nacional por excelência e a frustração pelo Recife tirar da Paraíba, a condição de metrópole regional, por ser cidade de prestígio urbano entre “os brasileiros, que conheciam o estrangeiro, vislumbravam a enorme distância que separava as suas pátrias da civilização” (ARANHA, 2006, p. 85), primeiras décadas do XX, as discrepâncias aumentam entre as capitais, pois se buscam outros tipos de significações.

Recife é a área de influência do Nordeste, “em razão da ‘pobre parahyba não contar com um banco (...) recife tratada como ‘essa Veneza soberba’ (ARANHA, 2006, p. 87).

Razão de ressentimentos da Parahyba e ao mesmo tempo, exaltação desta, como metrópole do imaginário urbano nortista, que do confronto passam a excelência, a serem mais civilizadas e cosmopolitas (In Albuquerque; 2008), não sem, pois ritualizar a transferência das prisões dos seus centros urbanos para as suas periferias.

Eis que, mesmo isoladamente, são contados os signo relacionados ao higienismo, comunicação e transporte como parâmetros de civilidade, ao menos no imaginário, a cerca do cosmopolitismo, que se tornaram “realidade” no Recife, em sonhos decantados pelos que se orgulhavam conhecê-lo, estando assim familiarizados com as tendências européias.

Os centros nos tempos do trem de ferro se constituem, conforme as estações, espaços de intensa sociabilidade, importância na vida cotidiana das comunicações, agilidade de entrega de correspondência e jornais. O único meio de imprensa, que se insinua na vida cotidiana, mesmo com a maioria da população iletrada e as conversas em torno das intrigas políticas “febre jornalística”. Além de todos os problemas de divulgação destes, que chegam apenas transportados nos trens ou atrasados, mesmo para os assinantes rurais, dependendo das viagens a cavalo, “para quem não conta com a locomotiva, o serviço é moroso”.

“Londres cria a língua e a imagem desse Império e forma a opinião”, formador de opinião, onde só havia estradas de barro, o ferro fez a ligação entre as ideias que habitam o imaginário da população em relação ao trem e sua função, traduzidas pela comunicação, em conjunto entre telégrafos e o telefone, numa revolução nas comunicações, não sem o atraso e desencontro nas notícias, sob tônica de exposição do medo das cidades assim como o fora na Europa e a promoção da disciplina e da iluminação das ruas centrais.

Em Campina Grande, as “novas perspectivas urbanas de Floriano Peixoto”, de edifícios, Grande Hotel, quando derruba o antigo paço municipal, qual fronteava o poder e ascendia a igreja católica sobre os moradores e junto a redefinição da cartografia e dos símbolos de poder, conhecido como “Bota-Abaixo”, se fez por um processo de profunda destruição do território e das tradições políticas e econômicas locais, pois os novos ricos ganham importância econômica, na dinâmica do crescimento algodoeiro, indústria, mineração, finanças e propriedades rurais.

Mas, principalmente por novas exigências de mercados, para que as ruas centrais dessem dimensão simbólica à ostentação, mas que, segundo Fábio Gutemberg (2003), dão a ideia da “derrota dos bota-abaixo”, na rua grande, hoje Maciel Pinheiro, na tentativa imagem da harmonia e plástica, a concentrar as melhores famílias, em suas batalhas políticas entre as elites e as concentrações populares, circulantes entre as feiras.

Pois os resultados do progresso é parceiro dos males que incidem sobre as cidades, em suas rugosidades, destruindo e entranhando as pessoas sem nome ou família. Contrapondo-se à memória dominante, sob a qual Campina, sarja os pobres e trabalhadores das áreas centrais, mas não das suas imediações, é nesse contexto que surge a “maloca do zepa”, no José Pinheiro, primeira opção dos moradores pobres, hoje favela, habitada desde sempre pela sua facilidade de acesso ao centro e a feira central.

O fato é que a modificação dos valores promovem as reformas urbanas, já que ao promover a iluminação, elege-se também o seu oposto e em sendo assim as perseguições aos habitantes das prisões. Eis que um ponto merece reflexão metodológica, é o que o Prof. Fabio chamou de dupla derrota do “bota-a-baixo”, derrota da tradição entre as velhas e novas elites já que estas também foram afetadas em suas residências com as remoções, que cede lugar a novos sobrados, via de regra pertencentes aos mesmos donos das propriedades derrubadas, mas fundamentalmente por evidenciar a derrota do projeto modernista das elites, impostos às camadas populares para a limpeza das áreas centrais da cidade.

Para as pessoas de menor poder aquisitivo as perdas materiais, se tornam irrevogáveis, pela falta de condições de reconstruir, na área sob legislação de indenizações, que os obrigam a se desfazerem do imóvel e abandonarem as áreas centrais e adjacências.

As ruas foram transformadas em espaço comercial, obrigandoos residentes a habitarem outras áreas da cidade, cuja escolha se deu de acordo com as posses e patrimônio “ancorada nas dimensões simbólicas e venal atribuídas aos diversos territórios e espaços da cidade”, bem sucedidos novo bairro ao sul, no início 1930, rua da floresta, atual João da Mata, Dr. João Tavares, atual desembargador Trindade, Afonso Campos, Vital de Negreiros, parte da Irineu Jofflily e Praça Coronel Antônio Pessoa.

A expansão da cidade empurra os pobres para áreas mais afastadas, em meio aos novos padrões de urbanismo, decadência econômica, perda da dimensão do status e do antigo prestígio de habitar os centros, numa “saída de todos”, trazida pelo professor Fábio Gutemberg Sousa (2003), daí os sentimentos de perda na memória dos habitantes de maior poder aquisitivo, que praticamente se relocaram em espaços de prestígios, mais sobremaneira para aqueles que realmente tiveram de habitar lugares cada vez mais distantes como os operários e detentos.

Ao mesmo tempo em que o Grande Hotel modifica e amplia os horizontes dos moradores campinenses, no plano material, o fim do Largo da Matriz e do Largo do Rosário, em cerca de trezentos metros, se efetiva indenizando e derrubando as casas “que obstruíam a passagem em direção ao oeste” (SOUSA, 2003, p. 74), mesmo com a Rua Venâncio Neiva,

alinhando-se com a Vidal de Negreiros e do Largo da Matriz até a reformada Praça da Luz ou Clementino Procópio, onde se situava a antiga cadeia. No mesmo sentido do Largo do Rosário, que constava nos planos de deslocamentos das áreas centrais, porque se tornaram lugares preferidos das elites, na atual prata.

Wanderley negocia com governo construção de edifícios da recebedoria de rendas em proporções parecidas e vis-à-vis com o Grande Hotel, já o edifício da prefeitura, junto ao Antigo Paço ou Conselho Municipal, vizinho à matriz, indeniza, derruba e se transfere para ampliar a avenida, destruindo assim a Rua Visconde de Pelotas e Rua do Progresso, a permitir o avanço da cidade a Oeste, edificando o novo espaço de lazer e descanso, a praça índios cariris, posteriormente da praça da bandeira

Onde antes dois largos em torno de duas igrejas eram os territórios de sociabilidades tradicionais, agora longa e larga avenida duas praças e um cinema, cafés confeitarias e automóveis, a substituir a antiga cadeia central e bairros populares ampliados em sentido leste e oeste.

É assim que os significados políticos e simbólicos das obras de Wanderley se completa, se não na população, nas perspectivas de suas vidas e de seus territórios, nas “promessas estatizantes e progressistas”. No mesmo sentido, em que comércio e negócios persistiram nas áreas centrais “não há como negar que, inspirados em ideais burgueses modernos, haviam transformado os centros de muitas cidades em exemplo do que concebiam como civilização e progresso” (SOUSA, 2003, p. 65 e 75). Circulação de transporte, pessoas e mercadorias ritmo e capitais e investimento escoimados dos velhos problemas coloniais e imperiais, persistiram em nossa modernidade, mas que também foram combatidos e apropriados pelos sanitaristas, administradores e letrados.

As principais questões estão relacionadas ao saneamento urbano, social, embelezamento e ligação das ruas centrais, como partes constitutivas de amplo projeto separadas ou implementadas em momentos diferentes, mas sempre vinculados às carências materiais e qualitativas, atraso das obras e suspeitas de corrupções nestas.

A mudar a condição sanitária, que acima de tudo significa “interferir e erradicar os maus hábitos e costumes dos maus moradores, dar-lhes uma nova fisionomia e plasticidade e usos condizentes com os padrões da civilidade burguesa” (SOUSA, 2003, p. 65).

É o sanitarista Saturnino de Brito no final do Século XIX e início do XX, quem inicia o projeto de saneamentos referentes ao Recife e João Pessoa, sob a seguinte concepção; “ao sanitário, limitava promiscuamente às questões técnicas e artísticas”, cujo principal foco era o endireitamento das ruas.

Mas, que obrigatoriamente devem ser apoiados na teoria de modernização, associada à vida agitada das metrópoles urbanas a partir de 1840 ‘concentração colossal’ e ritmo, Raymond Williams a imagem da multidão como uma coisa única, (...) ‘massa repulsiva e degradante’ (ARANHA, 2006, p. 82). Londres, mais que todas as cidades da Inglaterra segundo Engels, George Simmel e sua visão, “nada promissora” sobre o Século XX. Personalidade alterada, em razão da celeridade e individualidade grandes cidades.

Baudelaire e Walter Benjamin, embora o moderno encantador pelas inovações é latente a perda social pelo novo estilo de vida ‘terrível realidade social’, o primeiro, é movido pelo espetáculo da multidão, pela figura de flâneur passeante que enxerga a cidade ‘sem disfarces’ (ARANHA, 2006, p. 83), como espetáculo das ruas nas metrópoles europeias, observados por de Maria Estella Bresciani (1994) e o alvo de inspiração de nossos advogados-jornalistas.

Essa é a questão mais apresentada durante a modernidade, a multidão e a diferença dos hábitos entre as classes sociais, experiências de Victor Hugo, Baudelaire, Zola e Eugène Sue, na França Charles Dickens e Edgar Poe na Inglaterra. Mostram o espetáculo da vida na rua, pela diferença das vidas privadas e do “movimento de milhares de pessoas” entre os edifícios, desenhando uma modernidade pela exteriorização “admiração e temor diante de algo extremamente novo” (BRESCIANI, 1994, p. 9), grupos da cidade identidades e identificação própria, entre os olhares que divide e agrupa pessoas por seus sinais.

E que identifica pelos deslocamentos cotidianos, identidades entre a multidão, nas ruas inquietantes da época, o que incita dúvida entre o fascínio e o terror das cidades, através de um complexo paradoxo de gestos e reações de obediência e poder invisível, que modelam os seres e a paisagem urbana, associando as ideias de caos como metáfora de forças naturais. O cruzar de olhares para nunca mais é um movimento do viver coletivo, em uma identidade individual substituída pelo aglomerado urbano e suas marcas.

É na Inglaterra do Século XIX, que a multidão “mob” ganha nova dimensão, entre os apologistas do sistema industrial, defensores de grandes cidades, fábricas e escolas, expressam apreensão com as concentrações humanas que prognosticam as massas e arrastam a sociedade, se constituindo diferente da antiga “mob”, de existência caracterizada por problemas, quase sempre reprimidos à força, enquanto as concentrações nas fábricas e nas cidades encontram-se em expansão.

John Locke e Adam Smith desfazem a imagem negativa do trabalho “patrimônio da pobreza”, fardo dos sem propriedades, traduzindo-as como fonte criadora de riqueza, que recusam aos trabalhadores posição de estranhos ao pacto, metáfora selvagens homens que não

disponham atributos essenciais aos trabalhos fora, assim troca seu corpo por salário, essas normas e leis não são preocupação exclusiva do poder político, nem imposição despótica, mas da necessidade do trabalho e dos dispositivos penais para os que não se submetem ao pacto.

Embora não se admita na indústria, “esta aceitação está longe de ser tranquila”. Conforme tal passagem, Cooke Taylor, um industrial é relembado em Bresciani quando passa as massas de seres que se acumulam nas fabricas, se tem “sentimentos de ansiedade e de apreensão”, por uma população cresce em extensão e força, por formas agregativas.

A existência da multidão em Londres, mantém a imagem do perigo, mas o inglês orgulhoso do progresso do “Império Britânico”, da grandeza da civilização, ameaçada por bolsões de miséria, promove as teorias médico-racial-social, cujo ‘tumor’, deve ser arrancado do corpo social, caso contrário essa “doença ameaçava espalhar-se” no interior da vida civilizada e em detrimento da “positividade do trabalho” (BRESCIANI, 1994, p. 80).

O que foi considerado como um turbilhão que atinge as populações das capitais da Inglaterra e da França chega à capital nacional como “uma marolinha”, se considerarmos as proporções em termos comparativos, e que no Nordeste, não passa de uma onda do moderno, em se considerar a firmeza da crença da aliança entre os modernos em termos universais e as realidades, simplesmente diferentes, se considerados, a duração, a qualidade, os gastos e a abrangência de tais reformas.

Num sentido que perfeitamente pode ser estendido ao entendimento das reformas prisionais como um aspecto e de fato o menos tratado nesse processo de modernização dos centros e das reformas urbanas, junto ao processo de industrialização e favelização, em sentido avesso e contemporâneo do maior ideal de modernidade, já que é a própria luz, que inevitavelmente traz consigo as sombras e o medo, alicerce da busca a todo custo de expulsar as massas perigosas dos centros, procedendo ao seu esquecimento ou invisibilização, dos habitantes desafeitos ao trabalho, mas resistentes, nas suas buscas por espaços, mesmo que nas favelas.

Porque as reformas não foram apoiadas *in totum* pela população e que se transformam as reações em fatos isolados, considerados sem importância, por parte dos veículos de comunicação a denotar aceitação, concordância e (res)significação efetuada pelo povo, que prestigia os atos como coadjuvante em momentos, para em outros se afirmarem em respostas diferentes, onde algumas pareciam vingança contra os projetos civilizadores progressistas, entre arbitrariedades (res)significação e desdém.

Em uma Paraíba do Norte, pouco diferente da descrição dos primeiros cronistas e viajantes, cidade pequena antiquada, sem equipamentos urbanos e sob atenção de seus

aspectos exóticos, natural e peculiar de suas edificações, na segunda metade do Século XIX, era como demais cidades do império “aglomerado urbano pequeno, dos mais pobres e atrasados”, que inicia nas três últimas décadas do século passado seu processo de reformas urbanas e segregações fabril e prisional em conjunto com seus habitantes.

O que divide a cidade em alta e baixa, de acordo com topografia a primeira mais moderna onde se localiza os edifícios da administração pública, igreja, conventos e residências, o segundo mais antigo e próximo ao porto para o comércio. Percebe-se que quando se refere às descrições espaciais, nesse sentido as prisões são ocultas das referências dos letrados, contudo em momentos por vezes negligenciados pelos autores se fazem pequenas referências.

Em cidades que contam com poucas ruas calçadas e ocupações dos espaços descontínuos entre perdidos intervalos, desabitados, residências modestas arquitetura típica, poucos sobrados imponência de sua arquitetura status mais elevado moradores, depois do centro, vários sítios hectares, cercando pequenos conjuntos de habitações, de povoados quase independentes.

Edifícios públicos carentes e inadequados, palácio do governo posto onde era colégio dos jesuítas, depois que estes expulsos, passam por sucessivas reformas mesmo em 1841, casebre indecente e vendo o momento cair sem mobília, a sala segundo o próprio imperador; “nunca vi casa tão ordinária e tão desmontada” (MELLO e AGUIAR, 1989, p. 75) presidente Pedro Rodrigues Fernandes Chaves, barão de Quaraí quando governava a província, constrói um palácio para despachos, mas governador prefere antigo.

Início do XIX construída a cadeia no prédio novo, já que a antiga tinha mais de cem anos visita de Kider³³, se refere a esta como; ‘obra de grande significação’, depois de inaugurada, aparência mesma, deprimente.

Porque o progresso nacional tem algo de passado colonial, no bucolismo dos sítios herdados por nossa elite letrada entre administração urbana a exemplo Sólon de Lucena, João Pessoa, Argemiro de Figueiredo e Wergnioud Wanderley, redefinem a polarização da região e sua difusão nos jornais ufanistas, sobre uma modernidade que bate a porta, mas que apenas chega junto do trem e com o atraso de quem veio à cavalo.

O processo de transformação e montagem do aparelho estatal funde a indústria ao capitalismo, sentidas principalmente em “áreas pobres, onde se fixará a especulação

³³Um viajante inglês na Paraíba

imobiliária, com o povão, empurrado para periferia, edificação da Cidade Universitária, etc.” (MELLO e AGUIAR, 1989, p.19)

Porque João Pessoa, subproduto “capitalista selvagem”, regional, por isso “não pertence indistintamente a todos os seus habitantes”, tendo serviços e espaços melhores, se explica modernos problema de violência e enfavelamento, estudados na monografia “Populações de Baixa Renda-Origem e Aspirações” (1983). Despontando desde então dos excertos jornalísticos, a origem e a formação do sentido de uma cidade em seu ideal moderno e suas admissões além deste.

Nesse sentido que Erving Goffman (1996) trabalha de que forma nas culturas de tradição oral, sua relação tempo-espaço encontra-se limitada, um dos fatores é a perpetuação do passado, algumas falas sobre o Nordeste, mostram o vínculo com a tradição e a pouca evolução em nossas cidades. Porque é a escrita que abre a relação tempo-espaço na modernidade, sob pensamento direcionado na ação, o que dá a sensação de pensamento apenas para o futuro e de conhecimento não apenas autenticado pela tradição, tendo em vista que a reflexividade social moderna consiste em práticas constantemente reformadas, como é o exemplo das penitenciárias.

A partir de então, podemos observar durante todo o Século XX, quão perturbadora é a perspectiva em que a razão substituiu a tradição e a própria razão é subvertida em ciências sociais implicadas na emergência de suas instituições, também nas reflexões sobre estas, esse é o sentido de estudar a vida social, mesmo que em princípio muito ligada ao sentido oficial.

Para analisar o bairro através de uma metodologia sócio-etnográfica da vida cotidiana e da “cultura popular”, uma “hagiografia do pobre”, por uma abordagem objetiva da “encenação da vida cotidiana” (CERTEAU, 1994, p.37 e 38), em suas táticas, esse é o modelo que fundamenta a pesquisa.

As influências dos bairros nos comportamentos pelo contrato social, torna possível a vida, por uma prática cultural, que combina elementos cotidianos concretos, a exemplo dos comportamentos, decisivos para o reconhecimento de identidade positiva ou negativa, no espaço urbano, fabril e prisional “espaço privado particularizado pelo fato do uso quase cotidiano desse espaço”, suas proximidades e coexistência semelhante, ao processo de retirada do bairro da Cachoeira e construção do Conjunto da Glória recentemente em Campina Grande, em meio à sua dinâmica e aprendizagem, até a apropriação.

É que o bairro se inscreve na história do sujeito através de um arquétipo de pertencimento, pois reúne todas as condições de conhecimento dos lugares, trajetos cotidianos relações de vizinhança (Política), relações com os comerciantes (Economia), “sentimentos

difusos de estar no próprio território (Etnologia), tudo isso como indícios cuja acumulação e combinação produzem, e mais tarde organizam o dispositivo social e cultural” (CERTEAU, 1994, p. 45).

Já seus habitantes, não possuem a imagem que eles transmitem em entrevistas, é evidente sem ser por isso falsa, a “relação social completamente singular, extraordinária, instituída pela relação de pesquisa: sentindo-se compreendidos e aceitos, eles podem confiar uma de suas verdades possíveis e sem dúvida darão a que é melhor dissimulada, geralmente sob o efeito da censura do grupo de iguais (com o que eles chamam a “aparência”) e sob o efeito também dos constrangimentos coletivos procedentes da escalada da violência”.

No sentido de guerras, revoluções simbólicas que permitem ativar-se e entrar no grupo “tomado pelo medo, dobrado pelo isolamento, e ligado pela solidariedade imposta pela repressão, na espiral da violência” (BOURDIEU, 1997, p. 85), contudo “será infinitamente ainda mais ingênuo recusar a esta verdade possível, sem dúvida voltada a tornar-se cada vez mais improvável à medida que se multiplicam os encontros com situações propícias a desencorajá-la ou inibi-la, sobretudo nos confrontos com os preconceitos e julgamentos estigmatizantes, derivados do tratamento racional, policial e jornalístico.

Perguntas e respostas moralizantes dizem de uma entrevista relatadas em perguntas legítimas, é também fictícia, pois a entrevista é uma situação de exceção, que permitem “revelar o que eles seriam, sem dúvida mais frequentemente e mais completamente se o mundo agisse de outro modo com eles (...)” (BOURDIEU, 1997, p. 85).

À medida que eu ouvia “lembrarem, com a maior naturalidade, apesar das reticências e dos silêncios, ligados ao medo de dizer demais, ou de chocar, o que fazem na vida, a vida do conjunto e mesmo suas “besteiras”? ou a violência, exercida por alguns, ou por um só (como aquele que fez de um ‘pequeno’ seu escravo) tudo isso me parecia também natural, tanto estava presente, em suas palavras, e em todas as suas atitudes, a “violência inerte, da ordem das coisas” inscrita nos mecanismos implacáveis também nas “forças da ordem” encarregadas de reprimi-lo.

eu não tinha que fazer força para compartilhar do sentimento, inscrito em cada palavra, cada frase, sobretudo no tom da voz, nas expressões faciais ou corporais, da evidência desta espécie de miséria coletiva que fere, como uma fatalidade, todos aqueles que estão amontoados nos lugares de rejeição social, onde as misérias de cada um são redobradas por todas as misérias nascidas da coexistência e da coabitação de todos os miseráveis e sobretudo, dos efeitos de destino que está inscrito na pertença a um grupo estigmatizado. (BOURDIEU, 1997, p. 85).

Para que possamos nos posicionar, pois “se anularmos a neutralização introduzida pela intenção cômica, expressaremos bem aquilo que é preciso chamar, não o ódio de si, mas desesperança de si”, anunciadas a seguir pelos capítulos que trabalham especificamente o interior do *Complexo Penitenciário do Serrotão*, desvendando as origens dos seus habitantes entre os compartimentos que compõe um tipo específico de favela, mas também de suas artes de fazer interno.

CAPÍTULO III

ETNOGRAFIA E RELAÇÕES DE PODER: ESTUDO SOBRE UMA CIDADE, UMA FÁBRICA E UM CÁRCERE.

De longe além das montanhas, por trás das luzes, do lado do infinito, existe também uma cidade que pra falar a verdade foi pelo mundo esquecida. As casas dessas cidades são chamadas de pavilhões, em cada um, mora cem presos, que sem sabedoria, nem visão ficam distante da realidade e foram morar em uma cidade aonde não existe perdão. Ao redor dessas cidades, grandes muralhas farpadas, guaritas por todos os lados, elite ali bem armada, o bairro é um labirinto, as pessoas robotizadas pelo ódio, pela dor, por vingança, sem amor ou porque sabem quem é o autor. (Entrevista concedida pelo Informante Tatuador em 2008)

Nas palavras do nosso informante-tatuador e poeta, cujo nome suprimimos por segurança deste que hoje se encontra em liberdade, faz com que surja a “cidade” que a todos impõe uma identidade pela homogeneização do não perdão e do ser colocado em lugar de esquecimento social. Ele nos apresenta uma estética urbanística para representar, como conhecedor, a prisão. É a um lugar esquecido pelos habitantes da cidade global, que odimensionou que nos conduz nosso interlocutor. Lugar que impõe o esquecimento social, mas também as lembranças daqueles que lá aprendem a habitar. A referência é ao Presídio Regional do Serrotão, “além das montanhas”, propositalmente ali edificado de forma a evitar o fazer lembrar àqueles que vivem dentro da atmosfera de respeito ao ordenamento da sociedade moderna, mas que traz à tona outras modalidades, outras existências, como corrobora nosso informante. Os presos são proscritos (*outcasts*), na medida em que rompem com a lógica imperativa da ordem, do progresso, da produção pelo trabalho vigente na sociedade moderna. A eles se destina o trabalho daqueles que operam a Instituição prisional, produzida com o fim de evitar rupturas com a ordem (CERTEAU, 1994) e a ela dá sustentação.

No sentido de que o Panóptico de Bentham, modelo idealizado por Jeremy Bentham em 1785, permite uma forma de vigiar os detentos sem que os agentes sejam vistos, o que nesse sentido diminui o custo com a segurança, por meio de uma torre cravada no centro do pátio dos presídios, que seriam pelo projeto estruturas anelares, contendo em sua parte interna estruturas labirínticas a evitar a percepção da vigilância, já na parte externa, se tem duas janelas, uma para permitir entrada da luz e do ar e outra voltada para a torre.

Christopher Browning “*The Origin of the Final Solution*” (2004) traz que os nazistas descobriram a exterminação industrial dos judeus, mediada por instituições e dispositivos

materiais, o esgotamento das tropas, massacre das testemunhas e soldados. Suas perturbações, ao executar, alongam a interdependência que obscurece a percepção dos homens detrás das coisas, bem como suas questões interpessoais. Assim, nem o anonimato, nem a relação pessoal são bons ou maus em si, mas para compreender o que permite um e outro, e em qual momento, mais vale dispor de uma etnografia capaz de destituir o modo ócio de seus participantes, exibindo a forma de interação e o que seus comportamentos devem a esta definição.

É evidente a relação entre prisioneiros, nos campos de concentração e nos presídios, contudo, aqui se defende um método artesanal “cerne da questão”, com o objetivo de revelar dimensões antes ocultas, radicadas num conjunto específico de habilidades improvisadoras e pessoais e não de teorias puras, usando outras disciplinas em sua posição astuta para crescer em si e aumentar as problematizações científicas, aplicadas a fatores pessoais e morais e, principalmente, substituir retórica por provas.

Colocamo-nos, desse modo, em um caminho alternativo que segue o de Foucault para a história, em observar a abundante profusão de fatos supostos e possíveis, que tocam praticamente tudo o que se sabe ou se supõe saber sobre os infortúnios e as condições que o cercam, oferecendo mais clareza sobre as diferenças culturais.

Nós (leitor e autor), assim como eles (História e Antropologia) significamos e pragmaticamente alteramos os sentidos, já que as mentalidades estão sujeitas a mudanças que se dão historicamente, em dado “momento em uma genealogia cultural, e o que ‘aqui’ é uma herança” (GEERTZ, 2002, p. 114), já que tanto História quanto a Antropologia, bem como os leitores e os autores, encontram-se sem territórios específicos uns dos outros, sujeitos a “dispersão natural” em uma “história antropologizada e uma antropologia historicizada”; em estudos que olham para trás e para os lados, observando “o desequilíbrio de formas estabelecidas de ser/estar no mundo” (GEERTZ, 2002, p. 116).

“A Antropologia fica com o quadro, a História, com o drama; a Antropologia com as formas, a História, com as causas” em que “Tudo acaba num terrível ‘salão de espelhos’, encharcado de sangue”, este é o produto da lastimável confusão que assalta os homens quando eles não compreendem a fala uns dos outros e julgam mais fácil transformá-los em monstros conhecidos do que reconhecê-los como diferentes. “Uma tragédia antropológica em uma trama histórica”, exposto no “discurso sobre uma terra silenciosa” (GEERTZ, 2002, p. 216 a 118) em suas reivindicações sociais e fantasias. Condição a que aludem a fala de Raminho e a notícia veiculada pelo Jornal da Paraíba, respectivamente:

Mas hoje, hoje tá bem melhor cara, hoje tá bem melhor porque as pessoas que tão lá na frente da situação é (...) são pessoas esclarecidas, pessoas sofridas que conhecem o que é o sistema, São irmãos, viu são pessoas ótimas (...), são pessoas que precisam só de uma oportuniadezinha para saírem (...) ressurgirem das cinzas, né meu filho feito fênix. (Entrevista com Severino dos Ramos Lima, Raminho, 2007).

a morte de ex-presidiário Severino dos Ramos Lima, mais conhecido como “Careca” deve ter posto fim um esquema criminoso na cidade. ‘Careca da Cachoeira’, foi morto na noite deste domingo, dia 15, com três tiros na cabeça. Segundo Severiano Pedro, o criminoso era muito procurado pela polícia há bastante tempo, e já havia cumprido parte de sua pena por homicídios e tráfico de drogas. (Jornal da Paraíba, 16/06/2008).

Leituras que se distinguem pela via da oposição entre o indivíduo, habitante antigo do Presídio, e aqueles que vêm apenas a partir do medo que projetam para seus leitores. A proximidade com seus iguais (presos) faz Severino dos Ramos Lima, os apresentar como pessoas ótimas, enquanto que, no noticiário, a pessoa de Raminho, sobre quem se projeta o rótulo de “ex-presidiário”, representa os demais presos para comunicar à sociedade a retirada definitiva do “criminoso” das preocupações ordeiras da população exterior ao Presídio.

Há para nós uma maior possibilidade de ler a ambiência prisional e as ações de seus habitantes a partir de uma articulação entre os caminhos apresentados, ao menos, por duas disciplinas: História e Antropologia. As contribuições são compreendidas enquanto formatação de um campo de análise que pretende articular o exercício etnográfico à leitura histórica aos moldes da História cultural.

O que projetamos não é fundir os campos produzidos nos fazeres disciplinares específicos, mas redefini-los, administrando suas relações dentro dos limites particulares através de “táticas textuais”, inserindo, inclusive, uma crítica a ambos em sua “convergência não intencional e quase fortuita das duas para um interesse comum: o enredamento do sentido no poder” (GEERTZ, 2002, p. 119) e o papel das formas simbólicas e as teorias regentes do desenvolvimento da estrutura arquitetônica que compõe o *Presídio Regional Agrícola do Serrotão*. Exercício que viabiliza descrever a fabricação do espaço prisional a partir dos usos de seus habitantes, compreendendo-o pelas vivências e não apenas pelo formato arquitetônico físico. Onde resulta nossa “entrada” no interior daquele complexo prisional, dialogando com seus diferentes funcionamentos, por meio das interpretações, dos fatos e dos simbolismos, narrados por seus habitantes, procurando abrir espaço para o estudo do poder e de suas fissuras.

Assim, é preciso compreender primeiramente o sentido dado pela descrição densa de todos os compartimentos, no sentido de se chegar à organização da atividade social, relacioná-las as suas formas institucionais e os sistemas de idéias que as animam. Preocupação que

ganha maior visibilidade ao acompanharmos os acontecimentos ligados ao presídio do Serrotão em 2008, quando da intervenção pública que desmontou antigas articulações de favorecimento, como fora noticiado à época. Então vejamos:

Os acusados administravam o tráfico de drogas e negociavam armas para a realização de assaltos. Presos do regime semi-aberto pagavam propinas para policiais militares e agentes penitenciários para terem regalias e poderem se ausentar do presídio do Serrotão por longos períodos, quando realizavam as ações criminosas (...). Entre os presos estão dois policiais militares que era o ex-diretor e ex-vice-diretor de presídios, além de dois agentes penitenciários. Também foram cumpridos 19 mandados de busca e apreensão (...). A PF relatou que os albergados se beneficiavam do “álibi” de estarem supostamente no presídio para cometer os mais diversos delitos. Desta forma, permaneceriam isentos de qualquer suspeita, uma vez que, nos registros do presídio, constaria que estavam recolhidos no momento do crime. (Ministério Público, Diário da Justiça, 05/06/2008).

Portanto, são aspectos que constituem o fazer prisional em suas variadas dimensões. Às estruturas institucionais oficiais juntam-se outras fabricadas a partir do sistema relacional que articula o cotidiano carcerário e que a ele dá sentidos.

É pelo “mergulhar no meio” - hoje essencial a antropologia, afirmada pelas aceitações das cargas interpretativas da cultura, dos costumes e das mudanças sociais -, não para “responder as nossas questões mais profundas, mas para colocar à nossa disposição as respostas que outros deram” (GEERTZ, 1978, p. 41), que exercitamos o lugar de intérprete do *Presídio Regional do Serrotão* e não de seu tradutor.

Ainda que sejamos conscientes de que o método antropológico possa tender ao exagero, haja vista que as análises das falas dos informantes atuam como mais um filtro, já que o falar desses é filtrado por suas idéias objetivas e/ou factuais sobre o pesquisador e sua pesquisa, por questões moralistas, mas como coloca Geertz (1978) “é em si o problema na antropologia do de ‘dentro’ versus os que estão ‘de fora’”.

Pelo observar as coisas do ponto de vista interno, e tendo por base para tal a empatia, o contato humano feito através de barreiras culturais, pressão tanto sobre o pesquisador quanto sobre os pesquisados para encararem metas, numa assimetria moral inerente ao trabalho de campo, da relação pesquisador/informante, onde “truísmo simples é falso”, em que o conceito de pessoa é o veículo, descobrir a fundo os enigmas pelo livre arbítrio, razão e paixão repousada em um conjunto de ficções parciais, apenas mais ou menos percebidas “meio obscuras”, assim como “a cidade sem perdão” (des)encantada pelo tatuador, na passagem que abre o capítulo, e os estudos de Browningsobre os Campos de Concentração Nazistas, sendo

essas realidades articuladas pelas origens industriais em ambas³⁴.

Assim, o antropólogo/historiador seapóiam no valor científico, o informante no interesse de colaborador, essencial numa empreitada mal compreendida pelo segundo e o que até então se entendia como “orgulho por sua própria cultura ou por seu próprio conhecimento dela”, dessa forma, não tem ou aparentemente fica com a pior recompensa³⁵, pois tornam suas informações científicas “eternizadas, também se encara para sempre como membros do mesmo universo cultural” (GEERTZ, 2002, p. 40).

O perigo é que nossa percepção seja embotada e o intelecto encolhido pelas nossas simpatias restritas, em “uma espécie de morte mental”, em que tudo é tão importante e, ao mesmo tempo, tão insignificante, para a mentalidade cosmopolita a tal ponto de poder chegar a ser fantástica capacidade de eliminar a crítica, caindo-se no que (GEERTZ, 2002, p. 50 a 52) chama “o inferno do relativismo” que pode levar o pesquisador a fazer das prisões uma espécie de lugar de signos pobres do moderno, naturalizados, distanciados das cidades, mas de vida autônoma.

Assim, trazemos ao debate a idéia de desvio como afastamento de uma norma inerente, mas observando suas diversidades, já que frente ao impulso das explicações científicas, estas pouco importam. No dizer de Geertz:

As angústias anti-relativistas que se juntam em um discurso em torno dos enigmas da conduta juntam-se, no outro, em torno dos enigmas da crença [e]. Todas estão atrás de alguma coisa sólida: a Realidade alcançada, a Razão salva do afogamento. (GEERTZ, 2002, p. 62).

Tendo todas em comum um funcionamento mental “uma visão fundacionista da mente”, fundamental a abordagem pragmática e essencial para todos os modos e sistemas de pensamento, igualmente validos a partir de referenciais “[O] caminho florido que leva ao relativismo (...) é pavimentado com afirmações plausíveis” e que “aquilo em que acreditamos não é a ‘única visão verdadeira’, assim não compreendem nem podem compreender de fato o que eles significam” (GEERTZ, 2002, p.63 e 64).

Embora existam algumas generalizações porque nem tudo é relativo, o que se busca é uma experiência histórica particular desenvolvida pelas teorias punitivas e que regem a fundamentação arquitetônica e supostamente os regimentos internos daquela instituição (a prisão), sem generalizações, mas apresentando as congruências frouxas e indeterminadas e a relação/correlação de “modelagem” entre eles, em um estudo que aborda as pessoas de acordo

³⁴Inclusive com supostas aceitação dessas entre setores intelectuais e políticos.

³⁵Nosso caso busca de apresentação de palestras e aulas de historia sobre a Sociedade Prisional.

com sua condição e o local em que vivem e que são obrigadas a perceber e a pensar, em uma forma específica do funcionamento mental “intensidade, tendência, duração ou poder como fenômenos autônomos” (GEERTZ, 1998, p. 223).

Através de uma forma local, determinada pelo tempo e pelos membros em particular, o que para se compreender se precisa acessar sua forma crítica dos conceitos específicos e das relações entre esses, a exemplo do preso e a arquitetura que ela/ele incorporam e que faz dela sua forma de manutenção já que “uma vez que formam eles e que governaram a sua criação. Não é diferente com os homens: eles também, até o ultimo deles, são artefatos culturais” (GEERTZ, 1978, p. 63).

Para, a partir de então, identificar os dramas históricos do mundo interior em seus desejos e sentimentos, onde “a realidade é procurada não fora de si mesmo, mas dentro” de uma análise empírica da percepção interior e, ao mesmo tempo, uma análise da realidade cujas “discriminações, categorizações e conexões verdadeiras feitas são, muitas vezes, a um só tempo, sutis e detalhadas”. A ação, resultante das manobras que precisa fazer com sua economia emocional, tem como preocupação sobreviver e assim: “manobrar com sua economia emocional torna-se para o individuo sua primeira preocupação, pois é em termos dela que tudo o mais se racionaliza em última instância”, portanto “deve-se ir além das emoções da vida cotidiana, até o sentimento-significado genuíno” (GEERTZ, 1978, p. 151 a 153), buscadas nas formas de viver dentro de cada um deles (presos), durante os tempos em que estão inseridos literalmente na cidade do cárcere, composta por dois sistemas específicos, opostos e complementares entre si “seguro e favela”.

E assim, na esteira do que nos diz Geertz (2002, p.65): “temos procurado, com sucesso nada desprezível manter o mundo em desequilíbrio (...) mercadores que somos do espanto”. Por vezes, indo longe demais, “transformamos idiosincrasias em charadas, charadas em mistérios e mistérios em farsa e campos de pensamento sem certezas, já que foram os fenômenos instáveis que mataram as regularidades e não o contrário”. Vemos e somos vistos através de lugares, estes sim são relativos, diferentemente dos fatos que não são “lentes que nós próprios polimos e que os outros não vêem através das deles”. Por explicações descritivas, narrativas e interpretativas de formas imaginativas, fazendo desaparecer generalizações pela “entropia intelectual e a paralisia moral”.

A chegar a um padrão da conduta que é o resultado direto de uma realidade psicológica, dentro da “dramatização da experiência subjetiva, individual em termos simultaneamente morais e factuais”, a partir das instabilidades em que, muito se perde, mas também é descoberto, mesmo que de forma ambígua e inquietante, já que “informações se

conectam na mente, formam um retrato vivo e verossímil de um tipo de vida humana”, pelo senso comum e corpo de crenças e juízos culturais iguais para todos, em uma forma local característica, mas que concebe as variedades existentes e as oscilações entre individuais e globais, que resiste ao estruturalismo e ao racionalismo universalistas.

Guiamo-nos aqui, por suas atividades normais (claras ou obscuras), desenvolvidas no interior de cada compartimento descrito densamente, mas comuns na vida cotidiana, onde: “Se o estudo científico da cultura se arrasta, e na maioria das vezes se atola num mero descritivismo, é porque o tema de seu assunto é esquivo, enganoso, em sua maior parte” (GEERTZ, 1978, p. 227), em que nem eu de fora, nem eles de dentro podem dar conta, tamanha a agitação, a isso “atribuímos grandeza de espírito, desespero, esperança, encadeamentos de sons; leveza, energia, violência, fluidez a blocos de pedra”, inquietante de “vez que acabo de negar suas consequências práticas”, por “uma alternância arritmica de períodos curtos em que algo (isto é algo significativo) está acontecendo e períodos igualmente curtos em que nada (isto é quase nada acontece) - entre aquilo que eles mesmos chamam de (...) ‘buracos’” (GEERTZ, 1978, p. 311), até o dia de visita e as formas que nos fizeram refletir sobre as diversas temáticas relativas as prisões.

Dentro de um brilho difuso ou um estremecimento abstrato - e muitas vezes nem mesmo isso, onde: “Qualquer forma expressiva só vive em seu próprio presente - aquele que ela mesma cria”, partindo suas vidas em jorros por entre visitas, mortes, transferências, fugas e seus comentários.

As instituições das luzes dão a essas a subversão, a análise dos enquadramentos disciplinar e o papel “passivo” do público dão o teor das subversões (ação - reação). A sociedade passa a ser organizada pelo poder de modificar as coisas e reformar as estruturas, a partir de uma racionalidade escrita por meio de textos, e instaurada a partir do fazer escriturístico da história, acabando por excluir os métodos orais, representacionais e simbólicos.

Estudar as relações institucionais de poder no presente pela interdisciplinaridade, e pela história do presente, exige o mesmo rigor que o social pela sua relatividade, recorrendo ao método e a demanda social objetiva, introduzindo no relato uma racionalidade, em detrimento da complexidade das situações e a luta dos comportamentos contra ou a favor o estarno interior de lugares e espaços, que se comunicam com os fazeres estratégicos e táticos, onde o primeiro é a ordem a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência, já o segundo é o efeito produzido pelas operações que o orientam e o levam a funcionar.

Esses não têm a univocidade, nem a estabilidade de um lugar próprio, “o espaço é um

lugar praticado” que, quando transformados em espaços, modificados “transformam lugares em espaços e espaços em lugares” (CERTEAU, 1994, p.202 e 203), organizando o jogo das relações.

Com a panóplia dos códigos e espaços de ordem; com a inserção de elementos pessoais representados em descrições ou figurados nos relatos cotidianos, que abriram um estudo sobre “uma prática do espaço”, desde o pós guerra; e o estudo sobre campos de concentração, passando pela História Social das fábricas, cidades e seus trabalhadores e ociosos; “dos de baixo”; a Escola dos *Annales* e os estudos das mentalidades relacionadas às violências e a História Cultural, diretamente ligada às táticas cotidianas, por uma semântica do espaço e suas descrições que em dialogo com a antropologia cultural chega até as relações de poder pensadas por Foucault, no interior dos espaços tratados por Certeau.

Porque o dialogo com a antropologia cultural surge e cresce entre as fissuras, com abordagens não metodológicas, mas morais e posicionadas em que “os choques são mais comuns do que as conclusões” e equívocos, promovendo um alargamento das temáticas que veio a influenciar toda uma geração de novos historiadores.

Eis que o saber local não é um principio, no qual ele é construído, ele é concreto é: “Em vez de exercício de taxionomia³⁶ institucional, uma homenagem aos instrumentos tribais de controle social” e a relação entre o estabelecimento de normas e a representação dos fatos, sem serem tragados ou auxiliados por estes, mas pelo contrário se impoendo.

A experiência de campo no sistema prisional de Campina Grande, e como pesquisador é comum aos que se dedicam a esse tipo de trabalho, nos permitiu interagir com o ambiente e com os detentos, agregando um tipo e uma forma única de experiência pesquisadora. Foi a pesquisa pensada primeiro sobre as representações tatuadas no corpo dos apenados, que foi redirecionada por Raminho, para a realização da descrição de cada compartimento destinado aos presos, aos agentes, policiais, médicos, diretores, advogados e psicólogo, aproximando o leitor que nunca visitou uma penitenciária de compartimentos e das relações entre os poderes no interior de tais, chegando a emergencia das identidades mais conhecidas no interior institucional, por meio de narrações e imagens colhidas e que estão anexas. Aparato observacional e de interlocução que nos permitiram elaborar um saber local, aos moldes do que vimos aqui demonstrando no diálogo com Geertz e que caleja nosso leitor a acompanhar fatos com a experiência de um visitante.

Agregamos à abordagem antropologia teóricos que se preocuparam com o debate

³⁶Ciência das classificações biológicas e botânicas.

sobre o espaço, Foucault (2008) em suas análises específicas sobre as prisões, e Certeau (1994), pelo fazer com os espaços, não apenas para mostrar experiências particulares vividas e relatadas pelos detentos do *Complexo Penitenciário do Serrotão*, mas contribuir para um debate firme sobre a temática aqui focalizada.

É para problematizar mais que solucionar, que observamos: “Há um aspecto de diagnóstico e um lado terapêutico em nossa preocupação científica com essas sociedades, e o diagnóstico parece, pela própria natureza do caso, ser infinitamente mais rápido que o remédio” (GEERTZ, 2002, p. 32). Daí a necessidade de períodos longos e intensos de pesquisa e uma compreensão aguçada para se chegar aos problemas, tão diversos quanto a utilização teórica do trabalho, erguido com a colaboração da Antropologia de Geertz, mostrando não apenas que conhecimento científico é poder, mas a atual situação insustentável funcionalizada estrategicamente pela racionalidade e como ela pode sempre piorar por sua reprodução, no interior dos complexos prisionais.

2005, existiu um "Pseudocomando", lá dentro, lá cara que os cara se reunia pra (...), se o cara tivesse uma televisão, os cara entrava na tua cela tomava tua televisão lá, se abrisse a boca matava o cara, estupros aconteceram lá dentro por conta desse comando doido que tava lá à frente do presídio. Mais hoje, hoje tá bem melhor (...). (Entrevista concedida por Severino dos Ramos Lima, Raminho, 2007).

O trecho da entrevista com Raminho nos permite introduzir uma das principais discussões levada a efeito ao longo desse trabalho sobre a construção das cidades fabris e das cidades prisionais e que aqui se fixa nas relações de poder no cotidiano do cárcere; mas, antes de tudo, nos possibilita apresentar ao leitor, aprioristicamente, um pouco da compreensão desse homem que vai exercer forte liderança sobre os apenados do *Presídio Regional Serrotão*, mas que, também, como um preso experiente se particularizava por dar detalhes do funcionamento e da vida cotidiana, como os relatos das articulações feitas entre o estar dentro e as relações entre cada compartimento físico que constitui o presídio e que ele nos descreveu, detalhando sua funcionalidade simbólica.

Assim, foram por nós elaboradas as temáticas, pensadas, apresentadas e aprovadas, exceção das ideias sobre tatuagens e a partir de então narrações e ampliação no contato com outras fontes pelo menos a partir de 2006, momento do fortalecimento das intenções do projeto de redesenhar, a partir das memórias narrativas dos detentos e dos agentes oficiais sobre a arquitetura prisional e seu funcionamento no cotidiano prisional. Informantes a que chegamos a partir das primeiras entrevistas com Raminho que nos indicou, nas suas falas,

aspectos que nos despertaram para trazer para o texto lados distintos e complementares sobre o presídio.

Hoje eu acho que a direção do presídio do Serrotão é uma direção bacana, eu acho eu, mas já passei por diretores ruins, onde o preso ele tinha que (...) qualquer coisa cara ele era cobrado, ele era transferido pra outros presídios, entendeu, e a função da direção é mostrar pra sociedade a visão de uma coisa que não existe né meu filho, porque quem segura presídio não é diretor, sabe não é diretor, o que faz com que o presídio permaneça calmo as pessoas parem, não fiquem tão violentas, não é o diretor, não é o diretor do presídio quem segura. (Entrevista concedida por Severino dos Ramos Lima, Raminho, 2007).

Ouvir a fala de Raminho, nos coloca diante não simplesmente de apenados, mas de pessoas, subjetivadas, prenes de interesses, valores e compreensões de mundo; possibilita-nos construir outras identidades para sujeitos que são costumeiramente percebidos como desviantes sociais; coloca-nos diante de uma espacialidade que tem configuração e regras próprias, cujo aprendizado se faz necessário e resulta na construção de relações de saber/poder; nos retira do lugar comum de percepção do apenado como o mero “outro” das normas de condutas sociais.

Donde, se justapõe ao aprendizado mais geral do apenado outro saber: da Instituição Carcerária, pensada enquanto espaço físico e social que se constitui, também, pela articulação com seu exterior, a sociedade, sob a qual se retira a valorização da favela. O que nos remete a um dos momentos fundamentais de articulação entre mundo encarcerado e mundo externo: “o dia de visita”, situação que acessamos para ter contato com as principais fontes entre os detentos, em impressões ratificadas pela observação etnográfica *in loco*.

A fala de Raminho, também, demonstra uma compreensão de comando/liderança que visa a se distinguir das atrocidades que aponta no antigo sistema “pseudocomando”, identificando nos apenados expectativas boas dentre da visualização desses como “irmãos”, como “pessoas ótimas”, isso porque ele diz que “antes era safadeza tirar cadeia no Serrotão”, numa memória que aterroriza com as atitudes do antigo sistema e que se particulariza no imaginário do que eles chamam CTPC (*Comando Tudo Pelo Certo*), vejamos na fala do informante cujo nome intencionalmente modificado, quando trata da questão:

Meu filho, isso foi organizado através dos presos mais velhos, que tava tendo muitos problemas de extorsão, assalto, estupro, com irmã, o cara ficava devendo, servia a irmã pra fazer o pagamento e isso agente foi cortando, foi cortando e por volta de 2004, entramos com um pedido lá junto a direção que a gente não tava suportando uma patota de preso que tava fazendo só esse tipo de coisa, ai a gente foi obrigado a tirar eles de lá (...) na força, é o único jeito que o preso tem. (Trecho de entrevista com Marc, 2011).

Observa-se na fala de informante dos movimentos no interior do presídio que vão fabricando um cotidiano, a partir das disputas e das articulações que se realizam ordinariamente entre os presos e a direção, que findam por estabelecer “legislações (in)visíveis” para a manutenção de uma ordem, também, fabricada. Nesse sentido, a normatização consentida serve de suporte para harmonizar as relações para além daquelas que se dão entre os presos, como, por exemplo, para com esses e os familiares de cada um nos dias de visitas.

A visita se estabelece como o dia mais esperado pelos apenados, segundo Raminho é o “o dia de glória”. É o dia em que podem usufruir a visita íntima, em que entra comida diferente, entra dinheiro (...) em que o preso vai sanar suas dívidas, fica sabendo como estão alguns parentes e pessoas com as quais ele ainda possui algum vínculo; pode ver os filhos, fazer refeições e brincar com estes, enfim, assumir em parte outra identidade, ainda que em caráter de grande efemeridade.

Situação a que faz referência o informante oficial e que corrobora com as expectativas apenadas sobre o dia de visitas, quebrando a mística do senso-comum de que a prisão seja lugar de impossibilidade de ilícitos. Então vejamos, de que trata a fonte oficial³⁷:

(...) é complexo porque como existe os dias de visita e existe uma determinação pra não se entrar dinheiro e o consumo de drogas e de outras substancias é comum, como qualquer outro presídio o camarada chegar pra você e dizer no presídio x não existe consumo de drogas é muito improvável, é muito improvável não (...) em determinado presídio não existe entrada de celular não existe entrada de armas, isso é muito improvável, então seria demagogo dizer que no Serrotão não existiria droga, não existiria bebida, não existiria armas, então isso inicia a partir da convivência do comprometimento de funcionários e a participação de familiares, em dia de visita quarta e domingo. (Trecho de entrevista com o informante oficial, 2008).

A visita é dia também de ilícitos e, assim, fazer o abastecimento de produtos que estiverem faltando na Penitenciária. Para isso, as articulações com os agentes de transportes, normalmente detentos e com os próprios oficiais têm que funcionar, justamente para auxiliar a entrada de produtos para alguns e a interdição para outros. Os domingos e, principalmente, as quartas-feiras são dias a que os apenados destinam atenção especial, cuidando de respeitar e fazer serem respeitadas as regras estabelecidas, propriamente, para “o dia de visitas”.

Em nossa primeira experiência com “o dia de visitas” nos colocamos atentos a tudo que se movimentava em nosso entorno, a forma como as pessoas se comportavam, as sensações familiares e expectativas apenadas, a vigilância redobrada da instituição. Buscávamos entender o trançado simbólico fabricado pelas identidades para além das

³⁷Aqui suprimida pela ocorrência de relações complementares, entre as identidades aparentemente opostas que compunham o período à época.

narrativas que acessamos sobre o cotidiano carcerário³⁸, estávamos ali na condição de integrante/coadjuvante da cena.

Ficava muito evidente ser um momento de contato do apenado com o que acontece lá fora, mas, também, detensionamentos, angústias, decepções. Nem todo mundo recebe visita dos parentes, havendo também muitos que tiram a pena no abandono, o que tem implicações no jogo das relações de poder que movem as ações internamente. Há aqueles que aguardam ansiosos, as benesses trazidas pelos familiares, que nem sempre correspondem ao que de fato importa no “mercado” interno. As “regras” de comportamento devem ser observadas, sob pena de acertos após o término da visita: “O cara num pode olhar visita de ninguém não, se não vai ser chamado à ordem” (Entrevista concedida por Severino dos Ramos Lima, Raminho, 2007).

De fato, o “dia de visitas” como “benção” torna-se fato prático para muitos pelo contato com familiares, parentes e amigos, um almoço e algumas horas de conversas, que da mesma forma ambígua com que passa como uma fração de segundo para o apenado, mas dura de forma “quase interminável” para os visitantes, os finais desses dias podem decretar punições as pessoas que assumem os compromissos a serem pagos nesses dias, apenas quando da evasão dos visitantes e recolhimento aos pavilhões iniciam-se os chamados por lista de devedores e efetivação dos compromissos, o descumprimento e as penalidades, aliado ao medo da convivência, faz com que muitos subam ao sistema seguro e a direção, que acolhe ou não tal pedido.

O período da visita se dá entre o horário de 08h00 às 16h00, tanto nas quartas-feiras, quanto aos domingos, havendo a diferenciação em que primeiro temos o dia de visita íntima e o segundo, ao acesso mais geral de visitantes, portanto, aberta a todos, hoje em dia apenas para aqueles que comprovam familiaridade e que possuem carteiras distribuídas pela direção.

“O dia de visitas” merece atenção específica pelo fato de criar uma situação distinta na rotina carcerária, colocando os apenados em contato com o mundo externo. Esse articula todo um conjunto de relações no interior da Instituição, sendo estrategicamente “planejado”,

³⁸A primeira visita que fizemos ao Complexo Penitenciário do Serrotão, mais especificamente ao *Presídio Regional Agrícola do Serrotão*, em dia de visita, se deu em 07 de agosto de 2005. Portanto, estávamos sob forte emoção por no invadir o que os detentos conhecem como faculdade do crime, embora já tivéssemos começado o trabalho poucos meses atrás, no que os detentos chamam de jardim de infância do crime, a *Casa de Detenção do Monte Santo*, Instituição Penitenciária, localizada na mesma cidade (Campina Grande-PB), tratada aqui quando da primeira reforma urbana e prisional da cidade. A oportunidade em que dialogamos com apenados sobre questões que viriam a ser norteadoras da pesquisa. Ressaltamos que, inicialmente, tínhamos como foco a análise das imagens tatuadas nos corpos dos apenados, passando a ampliar os horizontes do estudo depois da frequência com que passamos a visitar o *Complexo Penitenciário do Serrotão* e das interferências dos seus habitantes.

por parte de sujeitos com interesses e expectativas variadas. Resulta, portanto, de um conjunto de ações que colidem para o êxito do acontecimento. Nesse sentido, temos que “o dia de visitas” é um momento em que são postos em práticas modelos comportamentais pré-postos, teatralizando atitudes, gestos, palavras. Situação balizada por um cem números de olhares: vigilantes, tensos, ansiosos, temerosos, decepcionados, em expectativas várias, inclusive sobre suspensões das visitas³⁹.

É ao que podemos observar um momento rico para se analisar, em que todo um conjunto de relações entra em jogo para intermediar os movimentos de apenados, visitantes, direção. Circunstância em que são produzidas identidades efêmeras e saberes próprios, na medida em que o “pacto” do dia de visita já é instituído anteriormente entre os envolvidos, sobretudo, sob forte tensão entre presos, entre esses, os agentes e a direção. Há que se consolidar a variedade de interesses dos indivíduos que o vivenciam.

Acerca do dia de visita nos foi informado por Raminho (2007):

(...) para o preso o único que existe é a quarta e o domingo, dias de visitas tipo quarta e domingos o cara não pode falar certas coisas na presença da visita, ele não pode tá olhando demais, pra mulher de sicrano, mulher de fulano, o cara tem que baixar a cabeça, fingir que não tá vendo, coisa e tal desbaratinar, não pode brigar, discutir, - Durante o horário de visita o cara não pode tá fazendo isso, porque depois ele vai ser chamado a ordem, quando for feita a ordem ele vai ter que pagar por aquele vacilo grande que ele deu. (Entrevista concedida por Severino dos Ramos Lima, Raminho, 2007).

Nesse dia são montadas tendas, onde ocorrem os encontros e contatos entre apenados, familiares e amigos ou servem para a comercialização de diversos produtos, principalmente alimentícios, sob concessão da direção. Os presos podem comercializar alguns lanches, sucos, refrigerantes, balas e doces para as crianças, artesanatos, artigos produzidos no próprio interior da Penitenciária. Cada preso se reúne em grupo com seus familiares, para passar entre duas a quatro horas juntos. Nessa ocasião se faz necessário que os visitantes os vejam em situações humilhantes, em uma exposição contaminadora, maltrapilha, abatida e surrada, o que faz com que, muitas vezes, famílias deixem de comparecer ou do seu impedimento quando estes estão no reconhecimento ou isolado, detentos novatos são mais propícios aos castigos internos e as provações, no interior de tendo sistema diferenciado por algum período de tempo estabelecido pela direção, casos que os impedem de ter contato direto com as visitas. É facultativa a saída de qualquer visitante antes do término desta. “Quando os líderes, o pessoal que tá à frente, ele não tem o pulso forte, ele tem alguma coisa encardida lá no

³⁹Casos de fugas, rebeliões ou revista dos pavilhões que levam a direção a suspender o dia de visitação.

passado, quem tem furo vai morrer rapaz, morre mesmo, eles matam, matam mesmo, num querem nem saber”. (Entrevista concedida por Severinos dos Ramos Lima, 2007).

Então, para que todo o fim de visita não contemple o início de diversas mortes, para que os detentos tenham voz junto à direção, para regular a limpeza e as regras próprias das penitenciárias, é necessário, como enfatizado por Raminho, um comando que se faça respeitado perante os demais apenados. O comando precisa estar com pessoas que tenham “nome” em meio à criminalidade e que exerça seu poder como derivação do medo dos demais e por suas potencialidades criminosas, fazendo valer as regras próprias ao interior institucional, quais sejam:

Não olhar ou interceptar visitas alheias (cobrar pedágio);
 Venda livre de drogas, assim como qualquer tipo de comércio;
 Não roubar nos pavilhões (“ratos de cadeia”);
 Não caguetar ou descumprir as leis do estatuto (pena);
 10hs, lei do silêncio;
 Briga da rua se resolve na rua, no presídio tora o pescoço.
 Morte pra tarado (estuprador);
 Proibida a extorsão;
 Solidariedade aos detentos respeitados;
 Reunião no campo para comunicados coletivos (rebeliões);
 Decisões internas nas celas do comando.
 (Entrevista pelo informante reincidente, 2007).

Um terceiro informante não oficial, cujo nome é suprimido devido ao fato de se encontrar novamente recluso, após um período liberto, expõe que é pelo tempo que se formam, já que geralmente o comando é formado por presos antigos, mantém contato com apenados e agentes oficiais, além de possibilitar a geração de renda. Faz com que alguns detentos exerçam maior liderança sobre os demais no sentido financeiro, já que se articula com uma fonte de renda, via de regra, o “tráfico”. Torna-se credor de dinheiro e de produtos a juro e as pessoas que não pagam ou “devem” entram no *hall* das pessoas que fizeram alguma coisa que julgam ser incorreta, atribuição estabelecida pelos “líderes das cadeias”. Assim, elas são “cobradas”, por não cumprimento de dívidas, por mortes de alguns protegidos do comando, etc. Cobrança que se dá de forma violenta (morte em casos elevados, em se tratando de vingança). Geralmente quem tem melhor condição e/ou influência, cobram de seus devedores que cumpram com suas dívidas logo após o término das visitas, então são pessoas que em instância prática agem de acordo com circunstâncias éticas e culturais próprias do cárcere, se fazendo reconhecido e alvo de identidades oficiais/marginais.

Ao que podemos observar *in loco* e nas falas dos entrevistados, a organização criminal se faz nos moldes de um negócio como outro qualquer, com taxas, proteções, sansões e punições por meio de um código criminoso, “a justiça do Submundo” (MORRIS, 1978,

p.134). A partir do que, para alguns, a visita atua como "uma benção" e, para outros, como a "descida aos infernos", que vem a ser concluída com seu fim, que estabelece o início de suas mitigações. Os parentes se distanciam e o detento só conta consigo, fecham-se os portões e o chamado da lista dos endividados se inicia. A cada pagamento um alívio. A cada acordo descumprido, violência e espancamentos, renovação de acordos sob pagamento de juros, expulsão de pavilhões e mortes em alguns casos – aqueles que não têm renda ou não contam com a ajuda de parentes ou mulheres que os libere das dívidas adquiridas.

Portanto, ao afastarem-se do pátio e retornarem às espacialidades de rotina o que vigora é outro código. Interior permissivo em que as regras são de conhecimento dos apenados e a que não adianta fingir descaso, visto que vão ser postas em xeque as atitudes dos detentos quanto ao respeito ou não das regras pré-estabelecidas, nesse sentido, os pavilhões internos são espaços em que a pressão psíquica pós-visitas se faz sentir diretamente, que no espaço interno é onde se estabelece, por exemplo, a sentença de morte.

O adentrar no *Complexo Penitenciário do Serrotão*, nos remete a uma forte tensão, principalmente quando da visita ao pavilhão do isolado e do reconhecimento, hoje desabitado, trazendo segundo nível de espacialidade, aquele que diz respeito à arquitetura física e simbólica que lhes dá sentido, dos mortos que por ali passaram em suas últimas horas de vidas, e qual o sentido das estruturas arquitetônicas para os detentos que integram aquela instituição, no que esclarece um pouco mais sobre o que nosso informante-poeta chama de "cidade sem perdão".

Em face de nosso estudo, a essa altura se deter na leitura das relações inter-espaciais que se desenvolvem no *Presídio Regional do Serrotão*, foi que destinamos maior atenção à descrição de cada um dos seus compartimentos, ainda que consideremos as articulações que ocorrem em âmbito mais amplo, nas penitenciárias a este conjugada.

A descrição da espacialidade da *Penitenciária do Serrotão*, que realizamos a seguir, objetiva permitir ao leitor, tanto àquele que já tenha visitado uma prisão, quanto aos que nunca tiveram a oportunidade de fazê-lo, ainda que a partir de nosso "olho", entrar na intrincada articulação que se estabelece entre a espacialidade física e simbólica que estrutura as relações entre tais identidades no interior do cárcere.

O *Presídio Regional do Serrotão* é composto de uma entrada, com acesso exclusivo pelo portão principal, que tem em seu lado esquerdo, no sentido da entrada, o corpo da Guarda dos Agentes que fazem a "revista" dos visitantes em dia de visita e, nos demais dias, controla a entrada e saída de detentos, albergados e públicos em geral. À direita localiza-se o Corpo da Guarda da Polícia Militar, que funciona em sistema de plantão para agir em

qualquer eventual situação. Em sentido frontal tem-se o portão que dá acesso ao sistema seguro, uma grande área arborizada onde os detentos desta parte recebem visitas, trabalham e tomam banho de sol. Em sentido da extrema esquerda para a extrema direita encontra-se um portão que divide tanto o *Presídio Regional Agrícola do Serrotão*, da *Penitenciária Máxima do Serrotão*, o que serve de passagem para agentes e, mesmo, para transferência de detentos e que também dá acesso à *Penitenciária Feminina*. Espacialidades que integram o complexo penitenciário do Serrotão.

A primeira estrutura do seguro era funcional, a cela da caixa d'água, controlada por um detento, hoje desativada e que se tornou pequeno espaço vazio, ao lado um pequeno campo de futebol que já não existe, a frente deste se tinha primeiro, as celas do seguro e do isolado, contendo duas celas cada um (seguro e isolado), com funcionamento em um mesmo bloco, hoje transferidos para os conjugados de muro, portões e cabines de monitoramento que dividem o seguro da favela. Em frente a estas celas localizava-se o Pavilhão individual 1, utilizado por presos com penas quase cumpridas “– não querem se envolver”, segundo o informante-poeta que ali morava, mas o lugar hoje está desativado.

À frente do antigo pavilhão 1 está localizada ainda hoje a enfermaria, que contém seis celas, qual dependendo do caso e do detento, este podia circular entre a enfermaria e o seguro, no sistema que dependendo do sistema impõe fechamento de celas em todos os casos ou abertura pela não necessidade de se trancá-las diante do caso,⁴⁰ um espaço para depósito de medicamentos e uma sala de atendimento médico, receitas e uma sala para atendimento de doenças sexualmente transmissíveis, DST/AIDS.

De frente à enfermaria e ao lado do pavilhão 1 encontrava-se o pavilhão dos albergados, em uma estrutura de galpão sem grades, contendo um compartimento onde funcionava um pequeno comércio - em dias de visitas - e que serve para guardar os colchões dos detentos. Neste espaço, no período da manhã e à tarde funcionava a escola, hoje transferida para o antigo pavilhão individual, à noite recebiam os albergados, hoje encaminhados para o presídio mais velho da cidade o *Monte Santo* (1924), numa entrada que se fazia aqui no Serrotão, como supostamente, seguramente lá é também imposta entrada até às sete horas da noite e saída iniciada às seis e meia da manhã.

À frente, ainda mais ligadas estruturalmente, funcionavam celas individuais, basicamente três que servem para alojar detentos que, por questões de segurança, não podem estar em convívio com os demais, na favela. No lado esquerdo destas havia uma Igreja

⁴⁰Por vezes, tentativas de fugas tratadas dentro das penitenciárias e apenas em casos removendo para hospitais.

evangélica, sempre aberta, exceto à noite, que foi demolida, com as transformações por que passou o presídio desde 2008. Nesta ocorriam reuniões às quartas-feiras e aos domingos, contando com a presença dos familiares dos apenados convertidos. Ao lado (esquerdo) desta encontrávamos, em proporções maiores, as celas funcionais para detentos que trabalham a serviço da direção, todas desabitadas e destruídas, após a operação *Albergue*⁴¹ da Polícia Federal. Primeiro encontrávamos a cela destinada à criação de galinhas. À frente desta existe um bloco de três celas com detentos da oficina de panificação e o barbeiro. Ao lado, outra cela ocupada pelo chefe da musculação. Em outro bloco semelhante encontram-se celas ocupadas pelo responsável pela iluminação, através da casa de força, e por detentos do setor administrativo. O que leva a pensar/perceber que todas as atividades da Penitenciária são efetuadas por detentos, exceto a vigilância. Essas celas antes eram habitadas por policiais de plantão, mas, por questões que dizem respeito à própria manutenção interna, se fez necessário a colocação de detentos nesses compartimentos, permitindo tanto sua proximidade com o trabalho, como o distanciamento entre os agentes e a massa apenada.

No seguro ainda hoje funciona a chácara da Penitenciária, sob chefia de um detento que realiza o trabalho com a ajuda de mais dois detentos. Aí são cultivadas verduras, batatas-doce, macaxeira, etc; se cria galinhas e patos, tudo em baixo nível de produção. Em se tratando de uma Penitenciária Agrícola, cuja função seria a (re)socialização do apenado pelo trabalho na terra, observa-se que esse tipo de atividade é inexpressivo, hoje mais que ontem pela diminuição dos trabalhadores e atividades nesta.

Ao lado direito da chácara há uma quadra de futebol, apenas para os detentos do seguro, já próximo ao portão que divide esse espaço da favela, sendo separados pela estrutura da cozinha. A quadra de esportes é pouco utilizada em virtude de a maior parte trabalhar e não se expor num bate bola em frente à direção e agora mais que nunca pela imensa diminuição da quantidade de detentos que circulava no seguro do Serrotão, pelo menos até 2008.

A parte administrativa, antes funcionalidade de agentes e presos, é composta por um grande corredor com salas de tamanho variados nas laterais da esquerda para direita no sentido que seguimos pelo setor pessoal, onde o detento vai ser fotografado na sua entrada e em que são coletados e armazenados dados para averiguação sobre crime e periculosidade do recém-chegado, para em seguida conduzi-lo ao reconhecimento. A maior sala do prédio, ao

⁴¹Desencadeada pela Polícia Federal, no período de 2008, e que efetuou uma série de prisões dentre diretores, vice- diretores, agentes e detentos, suspeitos de articularem planos de saída dos detentos para o cometimento de delitos na rua, o que seguramente afeta as investigações, já no momento dos homicídios deveriam estar detidos, aluguel de armas para tais práticas, articulações para o tráfico de drogas e construção de casas para moradia de detentos, que segundo o próprio diretor, originalmente, eram ocupadas por policiais e agentes, se tornando ociosas passaram a ser ocupadas por detentos.

fundo desse corredor, é o setor jurídico em que são recebidos os advogados e se faz transferência de processos para estes e para os detentos.

Retornando pelo mesmo corredor, à esquerda e de frente ao setor pessoal, é a secretaria dos diretores que mantêm um primeiro contato com as pessoas que com estes necessitam falar e, já de algum tempo atrás, vem sendo utilizada pelos agentes para a confecção de carteiras de entrada nos dias de visitas. No interior desta sala e a direita abre-se a porta da sala da direção, que cuida dos principais assuntos relacionados, primeiramente, entre a *Penitenciária Regional Agrícola do Serrotão* e a *Penitenciária Máxima do Serrotão*, recém-inaugurada e com direção a essa vinculada, a partir de então, nossa pesquisa passou por um policial militar, assumindo provisoriamente um agente e agora novamente sob comando de um oficial da polícia militar⁴², na função de diretor.

Ao lado da sala dos diretores temos o setor sonoro, responsável por convocar os apenados até a direção ou transmitir informação para organizar a recepção das visitas, em seguida, à direita do setor sonoro, encontra-se a sala de psicologia, responsável pelo acompanhamento e combate aos vícios de apenados da penitenciária de uma forma geral⁴³ e, ao fundo do corredor, em compartimento semelhante arquitetonicamente ao setor jurídico, temos a cozinha da direção, com funcionamento exclusivo para diretores e funcionários, servindo, além das três refeições, café e chá aos funcionários e algumas visitas, exceto às quartas-feiras e aos domingos.

À frente da direção funciona a cozinha dos apenados, tanto da favela, como de alguns detentos do seguro e antigamente para os albergados, quando o Serrotão ainda os recebiam, sendo opcional apenas o café da manhã, já que o jantar era servido antes do retorno destes. Às 6h30 é servido pão, produzido na oficina de panificação, com manteiga e café. Após o que os detentos ficam soltos ou têm trabalho específico no seguro. Às onze e meia é servido o almoço com feijão, arroz, por vezes macarrão e verduras, caso se tenha na chácara, e carnes, vindas da COZIPE (cozinha penitenciária). Por volta das três e meia os detentos são recolhidos aos seus pavilhões e às sete horas da noite é servido o jantar, sopa, para novo recolhimento aos pavilhões. Nesse sentido é que existe a necessidade dos apenados em buscarem outras maneiras de se alimentarem. Questão que, no geral, é resolvida a partir do recurso aos parentes ou através das compras internas que custam muito caro, até a próxima

⁴²Todos esses com nomes intencionalmente suprimidos

⁴³E todos os comentários entre professores e funcionários do casamento à época da psicóloga com um detento, hoje em liberdade, após passar a maior parte de sua pena no regime seguro, por trabalho junto a direção.

subida à cozinha, como efetuada antigamente ou como hoje, onde os apenados que trabalham na cozinha, que descem até a porta dos pavilhões.

A “comida do governo” é servida através de uma grade que separa a cozinha da favela, havendo em sua extensão um composto de grade e muro antes, mas que agora se transformou em um ponto de observação na parte superior dos portões e sistemas de reconhecimento e isolado na parte inferior deste, sempre vigiado por pelo menos dois agentes. Esses portões são em tamanho maior e por eles passam as visitas do seguro para a favela.

Uma espécie de segundo regimento dentro da mesma instituição e distribuídos nesta é composta por mais Nove pavilhões todos divididos em dois blocos, “A” e “B”. Alguns pavilhões são organizados por dois detentos, principalmente os coletivos, um de cada lado, outros por apenas um detento, no caso de individuais. O primeiro pavilhão, ainda próximo ao portão de segurança, é o pavilhão coletivo 1 ou pavilhão 3, se iniciarmos a contagem considerando os pavilhões antigos, pavilhão individual 1 e dos albergados, hoje desativados, é o chamado pavilhão especial ou pavilhão coletivo 2, já que o dos albergados é o coletivo 1.

Este pavilhão se destina, em sua grande maioria, aos detentos mal vistos, aqueles que tendem mais a “subir”, no sentido da direção, que “descer”, no sentido dos apenados. Expressão utilizada pelos demais detentos para distinguir os apenados que fazem o jogo da direção, identificando-se mais com as regras oficiais do que com os códigos de convivência postos em prática pelos próprios apenados.

Na linguagem carcerária eles estão no “Purgatório”, tanto a partir de uma percepção arquitetônica – por que passam a habitar espaços próximos aos setores de circulação maior da direção - como cultural, embora haja suas exceções. Mas, é nesse pavilhão, prioritariamente, onde ocorre a execução de estupradores, em suas esquinas e mini-ruas - referência aos espaços que dividem os pavilhões, já que no imaginário apenado o prédio se faz cidade, as celas casas, o pátio ruas com suas esquinas e “perigos”.

Os pavilhões 2, 3, 4 e 5 são coletivos, vários detentos em uma mesma cela, geralmente pessoas que já se conheciam antes de cumprirem pena ou parentes em número variado, dividindo, por vezes, pertences e até alimentação, dentro de um espaço em que se aceita ou não um novo detento, que não entram nessas sem passar pela BR, como nos informa nosso quarto informante não oficial: “Quando chega o preso é novo ele dorme na Br” (Trecho de entrevista, 2011), Br é o nome dado pelos detentos aos corredores dos pavilhões fora das celas em que os detentos novatos dormem até o maior vínculo com alguma cela e sua integração junto a estes.

O sistema que muda entre os pavilhões e o seu último coletivo, de número 6, constitui na “Mística dos assaltantes” dos assaltantes de banco, por serem pessoas reconhecidamente com boa condição financeira, se comparadas aos demais. Essa distinção se faz presente e altera as relações no cotidiano apenado. Dessa relação de conhecimento entre esses é que o quarto informante afirma que realmente lá as coisas funcionam meio à parte do presídio.

Há de se pensar que a própria estrutura arquitetônica orienta a localização e hierarquização deste no interior de tal estrutura, onde após o pavilhão coletivo 6, aplicando a lógica hierárquica dos pavilhões especial, coletivos e dos assaltantes de banco, até chegar aos pavilhões individuais 1, 2, 3 ou pavilhões 7, 8, 9, sob forma de entendimento que se fixa na memória dos detentos que passam a considerar-respeitar ou temer os habitantes de determinados pontos.

A cela de cada detento, também, passa por esse tipo de hierarquização já que, principalmente no caso das celas individuais, elas têm um custo financeiro para o detento que a ocupa a partir da compra ou aluguel, especulado por um detento mais antigo. Assim, a cela constitui-se na principal posse do detento. Nessa lógica, a cela 10, do pavilhão 9, assume grande importância, tanto em sentido arquitetônico como cultural, pelo fato de localizar-se junto ao campo de futebol, no interior do pavilhão 9, onde, principalmente pelas manhãs, tem bate-bola e são discutidos os principais assuntos referentes aos detentos, de forma mais geral.

Resta ainda destacar os muros - que na parte superior ao campo são dois -, visto que entre esses se realizavam-se a criação de ovelhas e cultivo de pasto para alimentação destas, atividade desenvolvida por detentos em benefício da direção. Acima desses muros localizam-se guaritas que contêm, ou não, agentes de vigilância e arames farpados, além de fios de alta tensão que objetivam evitar fugas.

Seguindo-se em movimento direcionado ao interior da Penitenciária, ao final do corpo da revista e da importância da visita, chegamos ao portão principal que dá acesso ao interior penitenciário, é de fato a partir desse momento que se iniciam as hierarquizações em termos de sistemas, já que no sentido superior encontramos o Seguro e no sentido inferior encontramos a Favela, como é conhecida entre todas as identidades que a compõe, bem como de seus visitantes.

Assim, seguimos o mesmo trajeto que as visitas fazem, encontramos outro portão que divide a entrada do primeiro compartimento que é a parte segura da Penitenciária. Esse espaço não consiste especificamente em pavilhões ou celas, mas, de uma área arborizada, localizada na parte superior do presídio "um mini-presídio", região em que se encontra algo que lembra uma Penitenciária Agrícola (a chácara e os antigos criadouros). Espacialidade em que

convivem os detentos banidos do convívio com a massa, sendo estes, na maioria dos casos, indivíduos ameaçados de morte ou, mesmo, que têm um papel funcional no presídio. Presos mal vistos pela maioria dos apenados e, principalmente, pelos “comandos” (conhecidos por suas ligações com o crime, por pertencerem a facções rivais e/ou terem cometido infrações aos códigos internos) que sendo excluídos do convívio com a maioria, que habita áreas de massa como a "Favela", de que tratamos mais adiante, por considerarmos ser a parte mais importante no que diz respeito às identidades mais vinculadas ao crime.

Esses presidiários passam a conviver na cadeia na parte segura, por não mais poder manter o contato com "credores" e inimigos, como nos casos de ladrões de celas "ratos de cadeia", que justamente por sofrerem constantes ameaças são apartados desse convívio; outras vezes por terem adquirido regalias internas, atreladas à dedicação a alguma atividade no regime seguro, que tanto gera alguma renda (em torno de cinquenta reais mensais), como dá direito a remissão das penas (pagamento de um dia da pena por três dias trabalhados). Tendo em vista que o convívio nas áreas de massa impede a produção ou realização de algum tipo de trabalho, menos pelo fato do apenado ser mal visto perante os demais e mais pela falta de projetos internos, já que na(s) favela(s), também existe estruturação de trabalho e mesmo de disciplinas próprias. A parte segura acaba por ser um lugar que viabiliza ao apenado possibilidades de “fazer com o sistema”, no seu sentido oficial, articulando formas outras de vivenciar o cotidiano carcerário, mais distante do crime.

De uma instituição com função tripla: produtiva, simbólica e de adestramento é que as Instituições Carcerárias na modernidade são balizadas idealmente. Entretanto, observa-se que, na prática, a função produtiva não atinge a expressividade das outras duas, que articuladas possibilitam o “funcionamento” do sistema. A isso, atente-se para o fato de que esse “pseudofuncionamento” se efetiva a partir de articulações outras, mais importantes que o saber/poder disciplinador e normativo, que são estabelecidas com base em condições externas às estratégias institucionais, por meio de dispositivos táticos que transformam as relações de poder em uma complexa rede movida por interesses que fogem ao controle do sistema normativo oficial.

É que, se para Raminho, os presos precisam de uma chance, para o informante oficial, sua função é lidar como o lixo social;

Hoje o que a gente percebe no sistema penitenciário brasileiro, em toda a sua conjuntura, é que o apenado, o criminoso ele é escoria é a escoria da sociedade é o lixo, então o que é que acontece, a gente tem que trabalhar como no regime de reciclagem, né pra melhorar aquele lixo e no sistema penitenciário que deve ser dada a oportunidade, ou seja, investimento, ninguém quer investir na escoria da

sociedade (...) então hoje o que nós temos são verdadeiros depósitos ‘depósitos humanos’. (Entrevista concedida pelo Informante oficial, 2007).

A fala acessada traz a dimensão humana do que é o trabalho com que ele lida todo dia: o lixo. Nesse sentido, se irmanam presos, agentes, direção, assumindo distinções que se fazem por níveis hierárquicos advindos dos lugares institucionais e das relações de poder que se dão no cotidiano carcerário. Por mais que haja um senso comum sobre a ineficiência do aparelho institucional militar, consideramos que a maior parte do tempo, a crítica se localiza no quadro humano, escamoteando problemas estruturais, como aqueles que dizem respeito a investimentos públicos que viabilizem o funcionamento dos sistemas. Há, portanto, a criação de uma cadeia que alimenta problemas sociais que, dependendo da região e de suas riquezas, podem ser agravados pelo não funcionamento daquilo que é feito para pensar o desenvolvimento.

As expectativas sociais de que uma vez o indivíduo caindo no sistema prisional ele venha a ser punido pelos crimes cometidos e, conseqüentemente, passe a respeitar as regras e leis estabelecidas para o funcionamento da sociedade se apresentam enquanto utópicas a se considerar as informações que nos chegaram pelos informantes que integram a Instituição sob análise. O oficial fala de um lugar que mais representa a idéia de “depósitos humanos”, portanto, distantes daqueles pensados para (re)socializar o indivíduo apenado e que apenas cumprem o papel de retirar de cena o “obsceno”.

Em 1810 é instituído o código penal. Em 1838 são reformados os sistemas prisionais sob uma organização que pretende funcionar adestrando e controlando pela sujeição do corpo e da mente. A técnica penitenciária de funções acumulativas se aprende, se transmite e se prolifera. Parafraseando Foucault (2008), o séc. XIX torna legítimo o poder das Instituições em punir e disciplinar através de um método “racional” e homogeneizador, aplicando a “Arte de Punir” (Foucault, 2008).

Assim, a história do procedimento penal tem como aspecto demarcador a gênese de um saber sobre a anomalia, a insurreição dos saberes “dominados”, bem como, a crítica efetiva ao Manicômio e a Prisão que as organizações funcionais tentam mascarar.

Com base no que nos diz Foucault (1979) sobre essa questão temos que, o processo de luta e utilização do saber nas táticas “anti-ciência” insurge-se não tanto contra os conteúdos, métodos e conceitos, mas contra tudo que obscurece os efeitos do poder através de um discurso “científico organizado”. A genealogia liberta da sujeição os saberes históricos, tornando-os instrumentos contra as coerções de um discurso científico e suas hierarquizações, que faz emergir seus efeitos de poder, a genealogia é tática a partir da discursividade local que

ativa os saberes que são exercidos em sua forma prática, que burlam diariamente a forma estratégica, e em meio a essa, produzem formas que viabilizem a sobrevivência e possam trazer melhorias para as condições de estadia e manutenção do apenado.

A Instituição Penitenciária é aqui pensada como espacialidade que se move pelos combates que se dão através dos confrontos e tensões, ocultados por um discurso estrategicamente eficaz e com efeito político, necessário a sua manutenção, buscando assim decifrar metáforas e estratégias como a utilizada por nosso informante-poeta, para falar da “cidade sem perdão” e evidenciar os pontos em que os discursos se transformam em relações de dominação.

Portanto, nossa intenção é a de fazer uma história dos espaços, que seria, ao mesmo tempo, aquela que diz respeito à ação do poder institucional sobre estes, estudando desde as estratégias geopolíticas até as táticas do habitar na arquitetura institucional, que passe pela percepção da implementação econômico-político no sistema e faça emergir as várias identidades apenadas que dão “liga” às relações no interior do *Presídio Regional Agrícola do Serrotão*.

Mas, que em instância prática se configura numa maquinaria que impede a identificação do titular do poder, sujeitos e lugares estão em constantes mudanças, então a questão do poder não pode ser colocada exclusivamente em termos institucionais. O poder é mais complicado, denso e difuso, permite hierarquias, enquadramentos, inspeções, condicionamentos e adestramentos, em uma rede piramidal, onde o ápice não exerce exclusivamente o poder, que está distribuído por toda a pirâmide, inclusive em sua camada inferior, que se faz “produzida” no interior dos compartimentos analisados, no caso específico em análise: as espacialidades físicas e simbólicas, que dão contornos ao cotidiano apenado no interior do *Presídio Regional Agrícola do Serrotão*.

Considerando o que foi exposto até aqui sobre o *Presídio Regional Agrícola do Serrotão*, admitiremos uma lógica que articula a descrição da sua espacialidade, ao sistema de hierarquização vigente internamente e que acaba por esclarecer e distinguir as diversas identidades que se relacionam ao exercerem formas de poder no âmbito interno.

De uma instituição total, que segundo Erving Goffman (1996) se caracteriza por ser local de residência e de trabalho de indivíduos em situação semelhante, que se encontram separados do contato social mais amplo, por um período de tempo específico, levando assim uma vida fechada e formalmente administrada. Nessa, ocorrem atividades determinadas e coletivas. Uma Instituição fechada com plano arquitetônico (grades, barreiras e muralhas) a impedir o contato físico com o meio social e imposição de um poder não apenas sobre os

corpos, mas principalmente sobre a vida daqueles indivíduos, como destaca o quarto informante: “Os cara mesmo faz pressão dizendo que vão matar ele, chega uma hora que ele não aguenta e se mata” (Trecho de entrevista concedida pelo informante liberto, 2011).

Em termos mais abrangentes Goffman (1996) atribui o perfil de total a cinco tipos específicos de espaços: os asilos, que se destinam ao cuidado de pessoas incapazes e inofensivas (os idosos); os hospícios, que objetivam cuidar de pessoas incapazes psiquicamente de cuidar de si mesmos (os loucos); os conventos/seminários, que servem de refúgio e em que se pode viver uma vida dedicada à espiritualidade (religiosos católicos como freiras, seminaristas, etc); os quartéis, que têm no treinamento militar seu eixo central; as prisões, que “abrigam” os desviantes, que transgridem as normas e códigos sociais, praticando periculosidades intencionalmente (assassinos, estupradores, criminosos em geral), muito embora as instituições possuam essas mesmas características, elas variam em termos específicos e de regimentos e do modelo adotado por estas.

Nas Penitenciárias aqui focalizadas, e mais pontualmente o *Presídio Regional Agrícola do Serrotao*, verificam-se dois tipos de espaços: um que se situa no chamado sistema seguro, caso da antiga cela da caixa d’água, do antigo pavilhão individual 1, hoje a escola, do antigo pavilhão dos albergados, hoje recambiado para o *Presídio do Monte Santo*, da enfermaria, da chácara que permanecem, da igreja desativada e das celas funcionais, entendidas pela operação da policia federal em 2008 como construção de casas no interior do presídio e demolidas⁴⁴; e do compartimento que divide o seguro dos muros internos da “Favela” e que, dificilmente, podem ser controlados pelas autoridades, já que os detentos que se situam no interior dos pavilhões e celas como “locais livres”, onde ocorre o aparecimento das “leis internas⁴⁵”, ambiente de prática de atividades oficialmente proibidas, estão em um espaço onde, para Goffman: “A pessoa pode ser ela mesma” (GOFFMAN, 1996, p.191).

Historicamente, as Instituições totais não procuram uma vitória cultural do indivíduo em sua (re) socialização, mas buscam, através de uma tensão entre o mundo social interno, uma forma de controle a partir da mitigação das penas, que desde o princípio mostram seu caráter “moribundo” em sua tentativa de disciplinar um mundo próprio e construir um tipo

⁴⁴Seguindo-se à prisão dos diretores à época.

⁴⁵Aqui chamamos a atenção para as colocações de Goffman sobre o que considera as “leis internas” nos sistemas carcerários, nesse sentido é possível citar, por exemplo, a necessidade de se manter o respeito aos espaços de cada um (apenado) na visita íntima; o silêncio a partir das 10H: 00, bem como, práticas permissivas que vão sendo adotadas no interior das celas, sejam individuais ou coletivas. Acerca de que estabelecemos uma série de aproximações no estudo aqui apresentado.

determinado de sujeito, por meio de teorias deterministas, cujos resultados são as “Penitenciárias Modernas”.

As tecnologias empregadas para a construção das “Penitenciárias Modernas” levaram em conta os modelos de Instituições que já existiam. Inspiradas no modelo marítimo e militar, sob premissa de uma vigilância constante e tendo a disciplina como técnica de exercício de poder, em uma nova maneira de gerir os homens, “gestão disciplinar do corpo”. Sob estrutura arquitetônica orientada para a vigilância perpétua e constante, inspiradas na escola militar de Paris de 1751, nos dormitórios com visibilidade isolante, tirando daí o padrão generalizado das prisões, auxiliado pelo registro do saber, constitui-se em um mecanismo não mais destinado a resolver um problema em específico, mas todos aqueles ligados à vigilância, amplamente praticada no século XIX. Onde, para Foucault: “as ciências do homem nasceram a partir do momento em que foram aperfeiçoados os procedimentos de vigilância e de registro dos indivíduos” (FOUCAULT, 1979, p. 162), tornaram-se funcionais, “totais”, não só pela forma de poder exercida, mas pelos saberes que as orienta.

Assim, é necessário se verificar a formação dos discursos, a genealogia do saber e sua organização pelo poder contraditório que vigia ao mesmo tempo os prisioneiros e agentes subalternos. Além de ter que se considerar os fatores econômicos, que articulam as relações interna e externamente ao sistema.

Dessa forma, a descrição de instituições, a arquitetura da “cidade carcerária”, seu modelo implícito de poder, sob a disseminação de micro-poderes em aparelhos dispersos sem foco, nem centro. Instituição Penitenciária: “uma invenção tecnológica na ordem do poder”, que foi concebida com base na técnica de poder disciplinar e que se rege pela intervenção em sua pretensa autonomia funcional, tendo modificado sua arquitetura física – pela simbólica, culturalmente (re)estabelecida - e seu funcionamento estratégico - por vias e táticas -, privilegiando aspectos culturais e sociais.

Essa disciplina age sobre três características básicas e inter-relacionadas: organização do espaço, distribuição em espaços individualizados e sentido classificatório, segundo objetivos específicos, sendo capaz de desempenhar funções diferentes através do controle do tempo, sujeição do corpo para desenvolver (processo) os efeitos com rapidez e eficácia, aliada a uma vigilância que precisa ser vista e reconhecida pelos indivíduos a ela expostos e as séries de registros que desta derivam, além da adaptação institucional/local, extraindo saber da prática pelo aprimoramento e exercício.

Assim, o modelo prisional, em nível ideal, adota as estruturas da fábrica, tendo como efeito último a constituição de uma identidade, já que o indivíduo é objeto e produto de uma

relação de poder múltiplo em movimentos de desejos, forças e conflitos, mas principalmente frustrações.

A ineficiência do sistema prisional na França e Inglaterra é já apontada por Foucault que coloca: "tornou-se escandaloso o fato de as prisões serem o que são: uma escola do vício e do crime; e lugares que tão desprovidos de higiene causam a morte". Na continuação a análise que estabelece atenta para o fato de que no cárcere o corpo se destrói e se desgasta e que "o poder, exercendo-se por transparências de dominação, por iluminação" (FOUCAULT, 1979, p.215 e 217) não se mantém em um "lugar" de legitimidade discursiva exceto se construída através da voz oficial, estratégica, visto a debilidade de sua disseminação via subversão elaborada no cotidiano prisional.

Portanto, para Foucault, internamente a Instituição prisional é um mundo infernal onde todos olham e são olhados "é uma maquinaria que circunscreve todo mundo, tanto aqueles que exercem o poder, quanto aqueles sobre os quais o poder se exerce" (FOUCAULT, 1979, p. 219), onde a participação do indivíduo, no interior da entidade, exigirá primeiramente controle da vigilância; depois se fazem necessárias algumas atividades "obrigatórias", é uma imposição por meio do compromisso e da adesão, aos detentos, estipulando uma espécie de contrato entre as partes (Instituição-Apenado), constituindo-se uma "organização formal instrumental" que se fabrica no exercício do funcionamento do sistema.

Sob uma racionalidade que acentua a criminalidade, porque junta num único sistema discurso e arquitetura coercitiva, edificando a delinquência; que desde o Séc. XIX se tem como verdadeiro e eficiente, mas, na prática não suprime as infrações, apenas as distingue, daí o fracasso, dessa utopia, dimensionada em critérios políticos de ilegalidades enquadradas a partir de leis universais que discordam da própria justiça. Fazendo deste método não só um fracasso, como organizador da delinquência, donde no dizer de Foucault: "espalha delinquentes".

Reformas são projetadas, mesmo nos países mais desenvolvidos, com base em abusos, corrupção, medo, extorsão e exploração nos "Quartéis do Crime", onde o ócio, a vadiagem, a falta de educação, de estratégias econômica e organizacional, impedem a transformação do comportamento do indivíduo, desde sua entrada. Situação assim compreendida por Severino dos Ramos Lima:

a própria companheira do preso aqui fora pra que ela possa levar algo pro cara, pelo contrário é marginalizada também como mulher de preso, né velho e o sistema carcerário hoje é isso (...), é uma coisa esquisita, eu sempre penso que o sistema carcerário é o seguinte é (...) a miséria de muitos pra beneficiar poucos. (Entrevista concedida por Severino dos Ramos Lima, Raminho, 2007).

Assim, temos que o fato de se encontrar em uma prisão, por si só, já inviabiliza aquilo para que o sistema foi criado: a recuperação e o conseqüente retorno para a sociedade. Portanto, a fala de Raminho, vem a confirmar aspectos do sistema carcerário, observados por Foucault (2008) na análise que desenvolve sobre as prisões francesas e que reaparecem no *Presídio Regional Agrícola do Serrotão* na contemporaneidade.

É a partir de então que temos a entrada como a parte arquitetônica a que o detento tem menos contato, exceto se este for da confiança da direção e participe da entrega dos mantimentos aos detidos, dos quais a família não pode ficar para a visita em dia de abastecimento dos comércios, ou mesmo serviços de limpeza domatos nas proximidades dos muros nas partes de dentro e de fora da instituição.

É justamente na entrada que comumente ocorrem certos tipos de humilhações, por parte dos agentes em relação às visitas de alguns apenados, como observado nas queixas de Raminho. Ocorrem constrangimentos, principalmente, para as mulheres que são submetidas à vistoria íntima e humilhadas pelo fato de serem mulheres de detentos, tratada como cúmplices, tratamento estendido aos filhos, que atualmente só podem entrar quando de maior, com carteira ou autorização formal do juiz da 6ª vara de execuções penais⁴⁶ e aos demais parentes.

Aqui é preciso considerar que as humilhações se agravam em se tratando de detento de baixa condição econômica, fora e dentro do presídio (estigma familiar). Neste setor é onde, também, ocorre a revista das comidas e dos produtos levados pelos visitantes para os detentos, que tende a ser realizada de forma rígida, para evitar a entrada de produtos/alimentos de fácil fermentação - o que possibilita a fabricação de uma bebida artesanal chamada "Carraspana" ou "Maria Louca" - é o caso dos desodorantes que contêm álcool. Há controle ostensivo para evitar a entrada de armas ou objetos que possam ser usados como tais, bem como, de roupas pretas e de dinheiro, não podendo este último superar a quantia de vinte reais. Vejamos o que diz Raminho, sobre esta espacialidade e os constrangimentos a que são submetidos presos e parentes desses:

Na entrada do presídio, tem o portão, tem que ter é lógico, do lado esquerdo tem o corpo da guarda onde dormem os agentes, do outro lado tem também outro corpo da guarda, do lado direito, onde dorme o pessoal da PM, tem o primeiro portão, tem o segundo portão, no segundo portão tem uma guarita, guaritazinha no segundo portão, mas em relação as visitas que acontecem nesse corpo da guarda que as mulheres até passam por isso em dias de visitas também cara, visitas podem ser

⁴⁶Dr. Fernando Brasilino

constrangida, as vezes com um garfo os cara partem um sabão e vão lá revirar tua comida lá. (Entrevista concedida por Severino dos Ramos Lima, Raminho, 2007).

Embora seja um lugar onde os estigmas se estendem aos familiares e pessoas próximas do apenado, de fato é nesse espaço por onde se inicia o processo de hierarquização no interior do cárcere, primeiramente as pessoas formam duas colunas divididas por sexo para entrada, chama-se de quatro em quatro mulheres e de seis em seis homens, tanto porque as mulheres demoram mais, como na maioria das vezes, são elas que transportam verdadeiras malas para o interior do presídio ou conduzem objetos no próprio corpo, apostando ou articulando “vacilos” das revistas. Ocorre que não sendo revistas devidamente, acabam por abastecer determinados pontos no interior da Penitenciária, em detrimento de outros.

Logicamente aqueles que não conseguem se abastecer por essa via terão que se sujeitar à compra à vista, ou por empréstimos semanais a cada visita com acréscimos de juros. Essa é uma das possibilidades de apenados se beneficiarem da geração de uma renda própria que implica, também, na formatação de identidades individuais internas, respaldadas na relação com o mundo externo. Assim, determinados indivíduos chegam a controlar, tanto a circulação de produtos internamente, como, muitas vezes, pavilhões.

Pelos códigos culturais internos, a entrada é vista como uma ponte entre parentes e produtos externos, o interior institucional e os intermediários entre agentes e detentos de transporte, isso faz com que detentos fiquem abastecidos daquilo de necessitam e mais do que isso, se tornem, identificados/distinguidos diante dos demais por poderem ter.

Esses contatos formam uma máquina de criar e sustentar uma relação de poder que independe daqueles que o exercem institucionalmente. Assim, o poder é exercido entre os oficiais e sobre estes, entre oficiais e detentos, entre detentos e sobre estes, em três níveis que se “concubinam” por identidades semelhantes “meu destino, diz o mestre do panóptico, está ligado ao deles (ao dos detentos) por todos os laços que pude inventar” (FOUCAULT, 2008, p. 169), justamente por isso alguns detentos vão estar abastecidos e abastecendo os demais com determinados produtos que serão negociados gerando renda ao apenado pelo aluguel, venda ou “empréstimos” e trocas de objetos lícitos ou não.

De forma que, os mais diversos objetos podem ser encontrados desde que se tenha algum recurso financeiro, resultado, também, da articulação entre os apenados e oficiais, como já tratava Foucault para o caso francês: “1940 concubinação entre a polícia e a delinquência e os benefícios dessas fabricações” (FOUCAULT, 1979, p. 161), o elevado preço no interior dos presídios, faz com que os apenados tanto dependam das visitas, como

busquem métodos alternativos, ou seja, elaborando artesanalmente “substituições” mais viáveis.

Portanto, de acordo com o que argumenta Foucault (1979) estamos diante de uma prática que se exerce como maquinaria e se dissemina por relações múltiplas, aliada a multiplicidade de formas de resistência, guerra ou, pelo menos, luta de forças em um campo estratégico (genealogia do poder), exercido de formas díspares, heterogêneas, uma prática institucional constituída historicamente, a partir de poderes reguladores que se fazem destruído por técnicas infinitesimais de poder-saber. Micro-poderes que possuem tecnologia própria e histórias específicas, que se relacionam com o nível mais geral do poder, assim não são localizáveis, exceto por uma rede de dispositivos sem limites.

De forma que, ao passo em que se difunde o encarceramento, crescem sua produção e rentabilidade, crescem os efeitos do múltiplo utilizável que as disciplinas definem como “tática”, formando um saber que auxilia no crescimento do sistema carcerário. Donde resulta que, a base que visa a estabelecer a disciplina, organizada para neutralizar os efeitos do contra-poder, que fabrica seu inverso e lucra com essa inversão. Portanto, na medida em que se articulam resistências ao sistema disciplinar, por dentro, invertendo a função da disciplina, tem-se outro tipo de êxito: “as disciplinas funcionam cada vez mais como técnicas que fabricam indivíduos úteis” (FOUCAULT, 2008, p.174).

No sentido que, a maioria das sanções relacionadas às Penitenciárias, se forma através de uma cadeia de privilégios que em contrapartida privam outros indivíduos, forma um sistema típico que só funciona a base de “extorsões” físicas e materiais. Forma-se uma micro-economia de privilégios e castigos, quem castiga é castigado, surgindo às diferenciações individuais por meio desse tipo de regra fundamental: a hierarquização do espaço interno. Ainda um exame permite classificar e qualificar os tipos dos detentos dentro da hierarquia interna, sendo, muitas vezes, representados por sinais, por suas intimidades e intimidações diárias que multiplicam tanto as disciplinas, como os mecanismos de (des)institucionalização onde “as disciplinas mosaicas e compactas se decompõem em processos flexíveis de controle que se pode transferir e adaptar, através de margens de controle, os efeitos falhos do poder” (FOUCAULT, 2008, p. 241).

No ponto em que se faz a torção do poder codificado de punir, (re)qualificando o sujeito, a partir do treinamento útil do criminoso no aspecto em que o direito se inverte pelo conteúdo efetivo e institucionalizado “é a trama infinitamente c(s)errada dos processos Panópticos de “espertezas à-toa” para desequilibrar os mecanismos de poder. Constituindo-se num infradireito ou contradireito pela desigualdade de posições em relação aos regulamentos

que ainda os permite falseá-los “por regular e institucional que seja a disciplina em seu mecanismo é um contradireito” (FOUCAULT, 2008, p. 132 e 184).

Nesse sentido, e estabelecendo um diálogo com os entrevistados, o que pode ser questionado, num primeiro momento, é como os mais diversos tipos de objetos chegam ao poder dos detentos para serem comercializados? Uma trilha é estabelecida, por exemplo, na descrição que Raminho faz do dia de visitas: “Quanto ao dia de visita meu irmão é um dia de benção, entrou comida, uma comida diferente, tem o dinheirinho, apareceu, o cara vai pagar as dívidas dele, ele teve contato com o mundo exterior através daquela visitas” (Entrevista concedida por Severino dos Ramos Lima, 2007).

Dessa forma, o trabalho penal pode ser pensado como sendo um tipo de trabalho que tem a particularidade de não servir para nada, visto que, a intolerância, o ilegalismo e as irregularidades permeiam todo o sistema que lhe dá sustentação - do âmbito judiciário ao penal - ganhando contornos de desmandos que desenvolvem técnicas de torturas dos corpos ou pelo menos da exploração do trabalho prisional, “o surgimento das penitenciárias traz consigo a penetração da violência diária e de diversas formas punitivas” (FOUCAULT, 1979, p. 173), apesar de nas Penitenciárias todas as funções serem efetuadas por apenados, pessoas que já chegam com algum tipo de “profissão”, já que sua aquisição interna é nula.

Esse tipo de sistema (Penitenciárias agrícolas), implantado pelos americanos com “o fim corretivo do sujeito e aprendizado de um ofício”, facilmente transforma os indivíduos e os faz “elevados a categoria de escravos civis”, além disso, há uma ofensiva moralizante que se veicula em meio aos operários para constituir (para estes) uma identidade separada da delinquência. Nessas instituições que as recrutam. Daí o nascimento da literatura policial e jornais com narrativas de crimes onde os pobres eram as principais vítimas e personagens, identificados como grupos perigosos, carregados de vícios, que na prisão acionavam/aprendiam todo tipo de mecanismos que os aperfeiçoavam no crime e quando saíam não podiam/sabiam fazer nada a não ser voltar à delinquência, resultando disso uma compreensão da cidade fabril que ao tempo que estigmatiza, profissionaliza.

É o que ocorre na maioria dos casos, o preso inicia seu período interno após o reconhecimento de 15 dias, na área conhecida como “favela”, convivendo com todos os outros detentos. Contudo, por motivos como dívidas ou brigas internas, rixas entre facções e expulsões é obrigado a subir evitando execução, já que está prestes a ser assassinado, nos termos internos ele é a “Bola da Vez”, ocasião a que o detento toma conhecimento a partir do jogo de ameaças que é feito pelos demais, o que serve para alertá-lo do risco que sua vida corre e, claro, causar no mesmo os sentimentos de medo e pânico, de forma que, na grande

maioria dos casos, o indivíduo assassinado sabe da sua sentença, já que esta é debatida por cúpula e em seguida é informada aos demais detentos, em casos mais graves.

tem uns cara lá que quando tã na parte de baixo convivendo com os outros presos, ai os caras se viciam em alguma coisa geralmente é em pedra, né, se viciam em pedra ai começam a queimar demais, ai chega a dois três mil reais (...) então, não tem condições de arcar com as consequências, com as dívidas, ai o que é que ele faz? chega um belo dia que ele se nóia demais, vem aquele (...) vem aquela verdadeira síndrome do pânico, ele pensa que as pessoas lá tã querendo matá-lo porque ele tá devendo, ele (palmas) corre pro seguro, chega lá fica no seguro. (Entrevista concedida por Severino dos Ramos Lima, Raminho, 2007).

Na continuação de sua fala, Raminho informa que há casos freqüentes de que o detento nem chega a descer, já que durante os quinze dias em que passou em regime diferenciado os diretores avaliaram sua situação entre os demais e perceberam a inviabilidade de retirá-lo do sistema seguro. Resultando disso que a direção acaba por decidir sobre o destino de determinado detento na Instituição, em alguns casos, ainda nesse estudo prévio pode haver a indicação de alguma habilidade técnica que faz deste um detento funcional, já que a grande maioria dos trabalhos, principalmente braçal, nas Penitenciárias é executada por detentos.

Então esse regime seguro, mas que o próprio compartimento, é um espaço que tanto segrega como intercala indivíduos moradores do seguro e da favela, hoje a maioria dos apenados mora na favela, na parte do especial, então para dar funcionalidade ao presídio, chegamos às seguintes estruturas.

No sentido da extrema esquerda, o muro que dá acesso convergente internamente tanto para *Penitenciária Máxima* (2007), quanto para *Penitenciária feminina*, no primeiro caso inclusive dos presos, no segundo apenas de agentes, mas é uma estrutura utilizada principalmente no trânsito dos agentes e na condução de apenados transferidos da Penitenciária Agrícola e mesmo na troca de informações, já que o primeiro presídio citado surge como uma necessidade do mais antigo do complexo a Penitenciária Agrícola e que não possuía sistema punitivo adequado para os infratores daquele regimento.

Contudo, pouco tempo depois da inauguração, a justiça determinou a transformação da *Penitenciária Máxima* em Penitenciária Provisória, substituindo a *Penitenciária do Monte Santo* para casa de albergue, quando também da desativação do pavilhão dos albergados e da transferência da antiga escola.

À frente do muro que dá acesso à máxima, uma pequena área livre que servia como campo de futebol - atividade que paira no imaginário subversivo – quais os detentos preferiam a quadra junto da direção, quando não da hora da malhação das quatro até às cinco horas da

tarde, a cela da caixa d'água, que hoje não é mais cela habitada, sob comando de um detento que controlava o banho de detentos pela responsabilidade de abrir e fechar da caixa, controlando seus horários. Ambas são estruturas situadas atrás do pavilhão individual 1 (do qual trataremos melhor quando da abordagem sobre os pavilhões, por sua homogeneização arquitetônica e funcional) que se destinam aos detentos que possuem uma melhor condição financeira e já estão perto do fim de suas penas em regime fechado.

Do lado esquerdo deste e à frente da antiga cela da caixa d'água, havia as celas do reconhecimento e do isolado, é o primeiro contato deste com os futuros companheiros para saber de algumas inimizades, evitando um conflito logo de início. É o que Goffman chama da fase pré-paciente que age diretamente sobre o corpo e a mente dos apenados que se encontram no período do “reconhecimento”, em que a direção terá as referências principais sobre comportamento, personalidade, periculosidade. Processo que serve, principalmente, para perturbar o sistema emocional do interno, por meio de um clima constante de tensão e isolamento que pode durar entre quinze e trinta dias, ao lado de detentos castigados por crimes de homicídios no interior de tal prisão, separados por grades, mas de visualização olho a olho e que seguramente serão reconduzidos por vezes juntos às celas coletivas.

São celas especiais, bastante comuns e necessárias nas Penitenciárias, já que as celas de reconhecimentos abrigam por um determinado período as pessoas presas recentemente, quinze dias no máximo. Período em que se “avalia” periculosidade, vícios, crimes e forma de adaptação do detento a nova realidade, corroborando com o que diz Foucault “bastam três dias para verificar se alguém já sabe como viver aqui dentro” (FOUCAULT, 2008, p. 179).

Porque sua presença passa a ser percebida pelos outros apenados, iniciando-se o jogo de ameaças, principalmente, dependendo do crime que cometeu e de sua relação com os demais detentos pelo nome. Pode ocasionar invasões e mortes, protesto para a não manutenção de um detento na Instituição.

(...) eu participei, quer dizer que eu tava no meio dessa transferência, 10/11 comigo, eu e mais 10 fomos transferidos, isso em 2003, junho de 2003, dos 11 que tavam comigo até eu né tinha muitos inimigos aqui, fui transferido pro Instituto Penal Sílvia Porto, que inclusive é uma cadeia de regime máximo também, aí quando nós chegamos lá, isso na sexta, quando foi no sábado pela manhã, a nossa recepção foi que uma galera de assim (...) de mais de 100 presos armados, entraram no pavilhão da mini-máxima e mataram 6 dos nossos, por conta de inimizades. (Entrevista concedida por Severino dos Ramos Lima, Raminho, 2007).

Ou momentos de interação e amizade quando de um detento respeitado que reincidiu no crime, para em seguida voltar as suas celas coletiva ou individual, a segunda principalmente, conseguida a custa de dinheiro "cela de cadeia é comprada nunca dada”

(conforme afirmação da maioria dos entrevistados). Assim, em caso de primeira prisão dificilmente ele terá uma cela individual, passará primeiramente por um convívio coletivo.

Mas, também, são celas que podem ser destinadas àqueles que cometeram infrações internas, basicamente homicídios, que pode acarretar consequências futuras em relação aos processos individuais, mas que na prática se constitui, basicamente, numa punição estabelecida pela direção do presídio e "comunicada" a justiça, ficando o detento em sistema diferenciado em relação a banho de sol (período e horários), longe do contato com os outros presos, com visitas suspensas e alimentação em cela. Isso ocorre em casos, principalmente, homicídios internos, líderes de rebeliões ou de fugas, sofrendo punições físicas e principalmente psicológicas - onde "bandido vira bicho"; "Com o tempo que eu fui passando dentro dela, vendo o dia-dia da cadeia, me deu aquela vontade né" (trecho de entrevista com informante liberto, 2011), - além de possíveis acréscimos em suas penas.

Em seu contexto físico são geralmente as piores celas, aquelas que, normalmente, mais fechadas e inabitadas, com péssimas, condições de iluminação, clima, circulação de ar, destinadas aos líderes e infratores justamente para servir de exemplo.

Com base no que diz Foucault temos que o isolamento é pensado para:

1. garantir a segurança pessoal dos loucos de suas famílias, 2. liberá-los das influências externas, 3. vencer suas resistências, 4. submetê-los a um regime, 5 impor-lhes novos hábitos intelectuais e morais, isolamento e castigo como forma interior de punição, copiada pelos modelos Inglês XVIII e XIX quando os crimes passam a ser julgados por sua gravidade, de acordo com regras e rituais específicos que atenuam ou agravam a situação mas, também, produzem lembrança do interior punitivo e rituais próprios ao período de cárcere, tatuagens trazem vivas lembranças de sentimento e de revolta que marca o cotidiano do poder punitivo no "Teatro dos Castigos". (FOUCAULT, 2008, p.95).

Situação ativada pelo modelo imposto pelo regime e pela tortura, fazendo-se "ostentar suplícios".

Esse período expropria o detento de seus caracteres morais anteriores, para que incorpore o modelo vigente a que deve se adequar. Processo semelhante ao que se dá com todos os indivíduos que ingressam nos sistemas de internamento, passando segundo Goffman (1996), do "status civil para o de internado". É um primeiro contato, mas, é, também, o momento em que o indivíduo vai desenvolver a formação de todo um conjunto de contatos, mas principalmente uma rede de inimizades que se inicia da entrada, passando pela não aceitação destes na favela e necessidade de estadia em celas individuais do seguro, hoje os antigos detentos do isolado e seguro foram transferidos para um sistema semelhante, agora na parte direita do conjugado entre portões e muros de vigilância que dá acesso à favela.

À esquerda do antigo pavilhão individual 1, hoje escola e seguindo a trajetória do muro divisor da penitenciária feminina que invade ou fica no interior deste encontra-se o pavilhão dos albergados, que diferentemente dos demais não possuíam celas pela sua utilização como escola primária, durante o dia e à noite recebia os detentos do semi-aberto, todos os dias, e do aberto, nos finais de semana, onde no espaço de guardar os colchões se fazia pequena mercearia quando das visitas, onde seria possível comprar algumas coisas como biscoito, refrigerante, pipoca etc. Diariamente o albergue era programado para sua entrada às seis e meia da noite e a saída para às seis e meia da manhã, mediante assinaturas para averiguação do comparecimento quando das recontagens diárias.- antiga marcenaria e o desativamento pelo risco ou pela não funcionalidade.

À frente, mas arquitetonicamente ligadas a esse, estão as celas individuais do seguro que são destinadas aos detentos que estão ameaçados, que desempenham ou não função específica na Penitenciária. Estando aí por motivo de pagamento mensal ou determinação da justiça, pagamento para o advogado, são pessoas responsáveis pela liderança de facções rivais, às do comando e por isso são ameaçadas de morte.

Sobre o comando de antigamente se centralizava no pavilhão 4, o que aconteceu morreram alguns, morreu alguns, existe essa guerra que até hoje morre alguns, pessoas que quando chegam lá os cara matam, são pessoas que foram banidas do sistema carcerário de Campina Grande, são banidas, são pessoas banidas, são pessoas que tão na capital ou em Guarabira, mas que vivem lá no seguro, não podem ir pro Roger, não pode ir pro Monte Santo, pro Serrotão, porque não fizeram por onde, né, ter a simpatia, o apreço da galera, essas pessoas são condenadas a morte, pelo sistema, pelos próprios apenados. (Entrevista concedida por Severino dos Ramos Lima, Raminho, 2007).

De frente ao muro da Penitenciária Feminina e entre os antigos pavilhão coletivo 1 e dos albergados, encontra-se ainda hoje a enfermaria que, embora existam nas Penitenciárias, não suportam situações de grandes proporções sendo necessário o encaminhamento para hospitais. Apesar de ser um lugar pouco frequentado pelos detentos é aí onde estão os doentes, sobretudo, aqueles que têm tuberculose, causada pelo frio intenso e a umidade presente no interior dos pavilhões. Além da constante exposição à inalação de fumaça, por parte da maioria dos apenados que chegam a esses setores. “Na enfermaria tem de tudo, AIDS, tem um monte de caras aidéticos lá, tuberculose, o que mais tem lá é tuberculose, pessoas com tuberculose, furos de espetos, facas (...)”. (Entrevista concedida por Severino dos Ramos Lima, Raminho, 2007).

Em menor grau se dá a incidência de AIDS, adquirida, principalmente, por meio de relações sexuais, aliada a ineficiência na distribuição de preservativos aos apenados e às suas

companheiras e entrada, antigamente mais que hoje, inclusive de prostitutas. O que pode fazer com que o vírus se espalhe de dentro para fora da Penitenciária, mas também por meio de seringas contaminadas quando de sua (re)utilização para drogas injetáveis, “picos” (compostos de medicamentos, por vezes, conseguidos nas enfermarias).

É na enfermaria que vão parar aqueles que se encontram furados por espetos de fabricação artesanais “xuxos”, no geral bastante enferrujados, dificultando o tratamento. Havendo casos de detentos que se furam, sejam para saírem da cela ou da Penitenciária. Nas palavras de Raminho (2007): “(...) pra saírem de dentro do presídio se cortam, sair pro hospital (...) pra não voltar pra dentro do presídio”.

No caso do Serrotão a enfermaria é composta por 6 celas, sob comando de apenas de confiança, na guarda dos medicamentos e na ausência do médico, entre os enfermos era permitido a saída dos detentos para a área segura, pois as celas encontravam-se abertas durante o dia, hoje permanentemente fechadas. Contendo sala para atendimento e distribuição de remédios, receitas e encaminhamentos para remoção ao hospital.

Praticamente toda estrutura atrás da enfermaria é o que forma a chácara Penitenciária, onde eram cultivados, ontem mais que hoje, porém com benefícios semelhantes aos principais interessados no trabalho, no cultivo verduras que se destinam ao consumo nas cozinhas, mas também da extinção das criações de patos e galinhas e por um período ovelhas no entre muros de sua parte inferior, favela. Atividades hoje desenvolvidas por três indivíduos.

À frente dessa chácara e ao lado do pavilhão individual 1 encontrava-se a Igreja evangélica, aberta diariamente e com reuniões às quartas-feiras e aos domingos para proporcionar a presença dos familiares dos detentos, sob liderança espiritual de pastores e coordenação cotidiana de detentos convertidos, diante do medo, da prisão e sua característica de submissão corporal e mental do indivíduo, o que a torna praticamente a única forma do que se entende por reabilitação dos internos, que pela vertente cristã católica é formada pela Pastoral Carcerária e de nossas primeiras aproximações, mas também observação da dissonância discursiva entre estes e as pesquisas sobre a estrutura arquitetônica e suas reflexões imaginárias entre cidades, favelas, fábricas e presídios, contudo a existência de duas vertentes cristãs tidas como oficiais: a católica e a evangélica, e suas dissonâncias dos discursos dos apenas antigos da favela, principalmente nos crentes⁴⁷, culmina com a

⁴⁷Pessoas que quando no cárcere encontravam-se possuídos e quais a melhor situação reflete a saída quase santa deste daquele contexto o qual não deixaram de persistir, anti estigmas e possibilidades outras.

impossibilidade de grandes reflexões sobre estas, mas sabedores da existência de um detento⁴⁸ conhecido por rezar e “fazer trabalhos espirituais”, no pavilhão individual 7.

A submissão aos constantes castigos físicos e psicológicos e as formas de viver e as inovações que se fizeram, cada vez mais freqüentes nas penitenciárias francesas do Século XIX, para auxiliar as técnicas punitivas e fazer-se ideologicamente justificada, tecendo uma “Teologia Jurídica”.

Como culminância da espacialidade do Sistema Seguro, temos a quadra de esportes que é de uso exclusivo dos detentos que habitam a região. Essa é pouco utilizada, visto que os apenados gastam seu dia em trabalhos específicos e a localização da quadra favorece o jogo de ameaças dos detentos da Favela em relação aos que habitam o seguro, por sua proximidade do portão que divide um setor do outro. Assim, a quadra é “inutilizada”, sendo mais constante o futebol, atrás do pavilhão individual 1 e as atividades físicas, a malhação, sob coordenação do chefe de musculação.

A direção é a “cabeça” da Penitenciária, que é formada por internos, agentes e diretores, hoje apenas agentes e oficiais, sendo os componentes das Instituições penitenciárias e totais, que necessariamente têm de apresentarem-se de acordo com as exigências das Instituições, de acordo com uma “divisão moral do trabalho”, por meio de exigências específicas que se dirigem a ambas as partes. Seu cumprimento é recompensado com privilégios e o descumprimento acarreta em castigos, também padronizados. O temor é impresso por meios coercitivos, utilizados tanto pelos oficiais, como pelos apenados.

Pretende-se construir uma hierarquização, principalmente, na esfera dos funcionários, que são responsáveis pelas limitações das liberdades internas e pelo controle das visitas, no geral, e das visitas íntimas, além de realizarem as revistas dos objetos que entram nas Penitenciárias. Estes devem estar sempre atentos às fugas - juntamente com os guardas nas guaritas, que não são agentes, mas policiais, funcionários de outro regimento e que internamente é encarada e comemorada como próprias dos apenados, como diz o Informante reincidente, “O juiz mesmo diz o preso pode (...) tem direito de tentar fugir sete vezes por dia, porque é difícil, meu vei, é difícil, tentar todos tenta, mas sabendo que pode num voltar (...)”(Entrevista concedida pelo informante reincidente, 2007). Corroborando com tal exposição Raminho acrescenta: “tem uns que se engancha lá nos fio, morre de choque, já vi muitos, ficarem lá na, uns leva tiro, quando escapa, mas ficam doido. (Entrevista concedida por Severino dos Ramos Lima, Raminho, 2007).

⁴⁸Nome preservado intencionalmente.

Cabe a equipe dirigente fazer com que o apenado venha a cumprir a condenação judicial e encontrar soluções, que levem ao controle e passividade interna, que se finda no alternar privilégios e castigos que objetivam a manutenção e conservação da própria instituição.

Já a equipe dirigente inicia seu trabalho a partir de uma leitura que resvala em uma homogeneidade errônea, no que diz respeito aos apenados, bem como, aos agentes e suas relações com detentos e policiais, em suas atividades e privações, que dissemina o despojar-se de valores antigos e sua aproximação, relacionamento e identificação até a “lavagem de cérebro” que, em última instância, simboliza a aceitação da vida institucional por ambas as partes, ainda que não seja de forma semelhante.

Os agentes internos são as únicas pessoas que sob determinação da direção podem entrar nos pavilhões e celas para apreensões e revistas, quando da determinação da entrada policial, se é necessário autorização por ordem judicial. Daí os trabalhos realizados por agentes e policiais, embora se façam em aparente descontração, esconde o clima moral específico e sob constante perigo, como as comparações entre carrascos, Judas, em um todo que faz do presídio artigo de “incapacitação, retribuição, intimidação e reforma” (GOFFMAN, 1996, p. 77).

O fato é que a Instituição Penitenciária beneficia alguns a despeito de muitos e, com base nas informações que coletamos no *Presídio Regional Agrícola do Serrotão*, é possível depreender que há um constante jogo de poder que se estabelece no cotidiano carcerário, levando os apenados, especialmente as lideranças, a considerarem que quem segura/mantém o funcionamento dos presídios não são as suas direções e que esta embora modifique aspectos pontuais em suas formas de atuar, também adaptam a estas.

Essa é a compreensão interna, de que as leis nos espaços das favelas são estabelecidas por estes, embora esteja aparente submissão a regimento institucional, é isso que se reflete nas relações entre apenados e, em número muito superior, entre os agentes oficiais que, também, visualizam que a função da direção se estabelece primeiramente para controlar os processos de cada apenado, regulamentar a parte burocrática e as verbas destinadas a cada setor. Havendo uma distribuição de papéis que vêm a garantir o funcionamento do sistema.

De fato existe uma "íntima" relação entre detentos e diretores, subdiretores, advogados, policiais, familiares e agentes de entregas, geralmente detentos, mas que no caso das relações entre diretores, agentes e presos Raminho expõe o que presencia:

Têm diretores que no início eles começam brabos querendo mostrar serviço, depois eles vão entendendo o que realmente é o sistema carcerário que é um presídio né,

eles passam a ter mais intimidade com o preso, outros diretores passam a ter até uma certa amizade com alguns apenados e através desses apenados ele vai entender o que é o dia do preso. (Entrevista concedida por Severino dos Ramos Lima, Raminho, 2007).

Conhecem-se e relacionam-se por meio da identidade íntima de cada apenado e sua real periculosidade, a despeito das questões transcritas no processo. Processo que serve apenas para que o juiz o sentencie, revelando um fato que constantemente ocorre nas diversas Penitenciárias que é a atribuição de um cargo de diretor com base em aspectos políticos e afetivos, isso faz com que muitos diretores iniciem suas funções a partir de uma postura de desmandos e que, com a convivência em meio aos apenados antigos, vem a perceber outras identificações no interior da comunidade carcerária, em detrimento da padronização que imaginava existir no universo das prisões: “Vai passar a ver o preso como pessoa, não como um número, vai ver como uma pessoa não como um número”. (Entrevista concedida por Severino dos Ramos Lima, Raminho, 2007).

Observa-se que há um acordo tácito entre ambas as partes, visto que o objetivo maior é fazer o sistema funcionar. Fazer com que isso ocorra é articular as relações no interior do cárcere, evitando-se confrontos de interesses e a manutenção de uma convivência ordeira entre detentos e destes para com agentes e consequentemente direção (que representa o aparato repressivo). Nesse sentido, um lado e outro têm que ceder. A direção, na medida em que facilita a vida do detento, possibilitando-lhe, por exemplo, ganhos em alguma função que venha a desempenhar e o apenado, que evita comprometer a direção diante da sociedade, especialmente, na mídia. Claro que o funcionamento desse “jogo” de sobrevivência é também responsável pela fabricação de hierarquias no universo dos detentos, distinguindo os privilegiados dos não privilegiados, sendo os chefes de pavilhão figuras que ambigualmente são os maiores favorecidos, mas que também lidam com constantes perigos de morte, transferência, isolamentos, comprometimento como testemunhas ou autoria de crimes.

Quando as coisas passam a ser consideradas inaceitáveis, entre a “maioria” ocorrem situações de rebeliões reivindicativas ou por rixas internas, que sempre evitam os dias de visita e que foi o estopim da revolta da maioria dos habitantes da favela, quando viram seus familiares sem poder sair que eles chamavam de greve, daí a reunião, que quando as visitas deixaram aquela instituição, se desvencilhou a disputa entre os detentos que acabou com mortes, transferências e elaboração do que alguns detentos denominaram CTPC, pondo fim a história do comando safado e fazendo de “careca da cachoeira”, uma das figuras mais reconhecidas, a partir de 2005.

Sabe-se que a direção tem mecanismos de acionar um aparato repressivo, contudo sua constituição é lenta e não evita os estados de rebeliões, que naquela situação específica indignou até os próprios apenados, no sentido que se estabelecendo o maior momento de tensão no interior do sistema se relacionou a retirada de um comando daquela prisão. Uma rebelião reivindicativa, conta com circunstâncias entre as partes e quando os acordos não cedem, ou são deixados de lado, pelas perdas materiais proporcionadas. Acerca da questão nos informa o Raminho:

Quando tá ocorrendo algum tipo de problema, primeiro os presos têm que se reunir entre eles, se reunir entre si e vamos debater aquele assunto, ai procura-se as pessoas mais esclarecidas daquele meio ali, os líderes para ir levar o problema até a direção, então quando a direção não resolve aquilo ali, então à insatisfação no meio dos apenados é muito grande, é uma insatisfação muito grande, então o que é que acontece, uns já começam a desenterrar as facas, outros já colocam camisas na cabeça, outros já vão cobrar uma bronca de outra coisa, entendeu? já vai cobrar uma ponta lá, então o presídio se torna um verdadeiro "Pandemônio", quando existe alguma coisa então a direção não vem até o portão ouvir o que o preso tem a dizer, quando você menos espera meu irmão desce é o choque. (Entrevista concedida por Severino dos Ramos Lima, Raminho, 2007).

Então, mesmo que esses líderes, “criminosos natos” (GOFFMAN, 1996, p. 101) possa(m) proporcionar transtornos materiais no interior da instituição as represálias a estes destinadas são violentas e tem por principal alvo o corpo,

Os homens que lidam com o sistema carcerário, falo me referindo as autoridades, eles querem que alguém pague por aquilo ali, por aqueles danos materiais, eles querem dar uma satisfação a sociedade, querem encontrar um (...) ‘Cristo da vida’. (Entrevista concedida por Severino dos Ramos Lima, Raminho, 2007).

Além disso, há a pressão psicológica exercida pela chegada da tropa de choque e pelo início da invasão da penitenciária, que se faz em clima de desespero e tensão. Há um clima de terror e de medo, principalmente por parte das pessoas mais conhecidas por terem matado policiais ou terem cometidos delitos graves. A entrada da tropa de choque com os cassetetes batendo nos escudos, bomba, tiro, sirenes, escuridão cria um ambiente terrificante.

(...) ai já era né, já era. Mas o clima ele é como se você tivesse se preparando para uma guerra (...) meio fúnebre (...) uma coisa meio fúnebre e meio é(...) uma coisa meio louca, é desordenada, porque de um lado você vê a policia com armamento altamente pesado, do outro lado quando olha você vê seus amigos com faca velha, com espeto, com toca na cabeça e com pedra, lutar contra homens, entendeu cara armados (...).

(...) eu vejo isso ai como um meio de (...) de reprimir uma coisa que o preso tem direito, o preso tem direito de reivindicar uma coisa que ele ache que por lei ele pode usufruir daquilo ali, o preso tem direito, mas a (...) quando começa aquele negócio a direção quer uma coisa, os presos querem outra coisa, muitas vezes o diretor do presídio adentra atirando, um guarda adentra atirando e (...) quando a policia perde o controle (Entrevista concedida por Severino dos Ramos Lima, Raminho, 2007).

As consequências são muitas e o pós-rebelião é sempre tenso, visto que, no geral, elas acarretam transferências que é uma das coisas que o detento mais teme, porque de fato não dá para relacionar as pessoas que serão encontradas. Sobre isso nos diz o Informante 1:

Transferência é sempre um negócio perigoso, é sempre uma coisa nova, nova porque você não sabe quem é que você vai encontrar, muitas vezes encontra quem gosta e quem não gosta de você, você fica a mercê do tempo, é ruim, transferência é ruim, até mesmo porque toda experiência nova para o homem ela não é muito boa não. (Entrevista concedida por Severino dos Ramos Lima, Raminho, 2007).

A transferência resulta na criação de uma situação em que, primeiramente, o sujeito se encontrará em sistema diferenciado, onde os detentos integrantes daquela penitenciária, necessariamente, terão o conhecimento da pessoa que é recém-chegada. No sentido em que, a partir daqueles primeiros contatos e "bastidores", o preso pode ser dos mais bem-chegados ou "execrado", por definições que em casos se dão já na entrada ou no ingresso deste naquela instituição. Geralmente estupradores e "casos midiáticos" colocam o indivíduo no lugar de execrado, mas, também, líderes de gangues, quadrilhas e facções que são tidos como cabeças de rebeliões.

(...) muitos perdem o juízo, por conta da pressão que ele tá sofrendo, outros se matam né, eu (...) eu, participei de uma rebelião que houve no Instituto Penal Sílvia Porto (João Pessoa-PB) em 2001, onde um companheiro da gente, por não agüentar pressão, entrou pra dentro de uma cela individual, individual mesmo no pavilhão 16, a última cela, matou-se, enforcado, por não agüentar a pressão. (Entrevista concedida por Severino dos Ramos Lima, Raminho, 2007).

A transferência é uma questão que, em última instância, passa pelo aval e pela própria autonomia da direção e de suas relações com a direção da penitenciária recebedora do detento, mas que, na maior parte dos casos, depende do juiz. "Que a justiça criminal puna em vez de se vingar" (FOUCAULT, 1979, p. 69).

Transferência é através do juiz da (...) aqui em Campina Grande da sexta vara né, é uma coisa feita através do juiz, mas quando é uma coisa, um caso de extrema urgência quem faz é o diretor mesmo, um caso de extrema urgência aí o diretor já não faz mais o pedido ao juiz da (...) sexta vara, e depois que ele transfere que ele comunica, quando é um caso muito badalado, o cara tá correndo risco de vida, ou o cara fez alguma coisa grave demais. (Entrevista concedida por Severino dos Ramos Lima, Raminho, 2007).

A direção, então, seleciona e encaminha os detentos para a capital (João Pessoa) ou para Guarabira e, em casos mais especiais, para o Aníbal Bruno em Pernambuco. Ainda em casos mais midiáticos pode ocorrer uma transferência pelo secretário de segurança do Estado,

tendo ocorrido um caso exemplar desse tipo com o ex-secretário de justiça (2005) em sua política dos irmãos encarcerados, transferindo detentos para penitenciárias comandadas por facções rivais, de forma mútua, tendo gerado à época grande número de mortes no interior dessas Instituições. Isso fez com que grande parte dos familiares dos apenados denunciasses a real situação da "Política dos Irmãos Encarcerados" nas cadeias locais, causando grande terror entre os apenados, principalmente, os que tinham seus nomes nas listas de transferência.

Atitude que se respaldaria na justificação moral ao direito de punir, segundo códigos modernos, discutidos na França (1788) que, tanto legitima um novo sistema, como garante ao indivíduo o cumprimento de sua "pré racionalização" e o direito de punir, através do aparato judicial. Portanto, uma "cientificação" por discurso mediador, sacralizador, neutro e científico "medicalização geral do comportamento, dos discursos, dos desejos, etc." (FOUCAULT, 1879, p. 190).

Elabora-se o primeiro código de leis modernas na França, em 1650, vinte anos mais tarde ajusta-se o código penal, dando aos crimes uma racionalidade ainda bastante medieval, isso porque se propõe, em última instância, a julgar a alma de cada indivíduo, julgando-o de forma semelhante ou buscando inspiração no juízo final. Isso se faz tão visível que para tanto basta que exemplifiquemos a partir da rememoração do início de um jure, como o anti jure perjúrio é crime aos olhos humano e divino. Além de ser uma condenação científica, atribuída por um poder "científico-judiciário", trata-se, também, de uma condenação divina, donde "toda a condenação de qualquer indivíduo sofre esse duplo impacto". O sistema do próprio jure se faz, em parte, baseado no sistema inquisitorial de coação e de prática penitenciária cristã, que agora distingue os criminosos e os loucos a partir de "regimes de verdades" (FOUCAULT, 1979, p. 12 a 14), circularmente ligados a sistemas de poder, que o produzem e apóiam a efeitos do que ela induz e o quereproduz.

Forja-se em um esquema que se torna símbolo das punições modernas, principalmente durante o Séc. XIX, que ajunta diversos indivíduos com tensionalidades e potencialidades diferentes, formando uma organização peculiar, com seus próprios métodos, inclusive, de aumento ou redução das penas, aliada as teorias de "Castigo - prêmio" (FOUCAULT, 2008, p. 57).

Para os detentos serem castigados ou não depende muito da direção em vigência no presídio, podendo ser aplicados castigos semelhantes e até piores em períodos entrecortados por diferentes formas de mitigações e "automortificação" (FOUCAULT, 2008, p. 48) que vão desde espancamentos com cacetes, tortura em "Pau de Arara", queimaduras com pontas de cigarro, ameaças e interrogatórios sob torturas, choques e afogamentos ou sufocamento.

Contudo, esses presos tendem a retornar a convivência com os outros detentos na parte mais geral, sendo por estes respeitados por suas tolerâncias às diferentes violações de seus corpos.

Considerando as implicações provocadas no cotidiano apenas por toda essa rede de sentidos que se estabelecem para além da dimensão visível, há que atentar para o aprendizado que os indivíduos encarcerados precisam adquirir para garantirem uma melhor forma de convivência no interior desta cidade e, mesmo, de ultrapassagem do complexo aparato ordenado institucionalmente. Situação que provoca diferenças entre os detentos novatos e os já “institucionalizados”, termo que carrega em si não apenas a compreensão do funcionamento do sistema, mas, as possibilidades que o detento já “descobriu”, podendo-se dizer que ele já sabe “jogar com”. Jogo que tem grande importância o domínio da arquitetura física/simbólica e dos componentes humanos da instituição em que ele será jogado.

Os compartimentos onde se inserem as pessoas que integram o sistema seguro e a aquisição de conhecimentos sobre estes, embora ratifique suas tensões para com os habitantes das favelas, acaba desmistificando as ideias de comandos entre apenados, traduzindo como uma forma dura, mas necessária para o mantimento da vida, junto ou separado da maioria, já que todas as questões que envolvem a vida de detentos passam pelo chefes de pavilhões e o interior de suas celas e das identidades condenadas principalmente por tráfico com consequentes homicídios.

Essa história de dizer que a cozinha, pelo menos no, pelo menos aqui no estado da Paraíba, é o lugar que pelo menos é o coração da cadeia, não é, é o lugar de pessoas que subiram, por coisas erradas né cara, ou por dívidas ou por cabuetagem ou por falar demais, no meio da própria galera, fuxiqueiro, enxamista, tudo, foi banido então a cozinha é o lugar, onde 99%,9, são de pessoas não gratas, né meu filho.(Entrevista concedida pelo Informante oficial, 2007).

Daí a grande insatisfação com relação à alimentação "Rancho", o que desmistifica a ideia de que na cozinha das cadeias é o lugar em que se arquitetam as leis e as sentenças devidas por cada indivíduo, que é através da "barriga" que se coordenam as ações dos presídios e desencorajam-se outras, tornando mais nítida à ideia de que a cadeia, mesmo internamente, é comandada por quem trafica (drogas, armas e informação), de forma mais sistemática, e que possuem um maior poder de articulação tanto para se manterem em tal situação, como para responder a qualquer atentado de inimigos ou da polícia.

Ao ultrapassar o portão principal encontram-se grandes áreas vazias, destinadas ao banho de sol e a prática de futebol, dificilmente havendo outro esporte ou, mesmo, atividade o

que faz com que muitos indivíduos após o café-da-manhã mantenham a mesma rotina, nas palavras de Raminho (2007):

Abre os pavilhões 7hs da manhã, o cara vai jogar bola, o cara tira a cadeia dele todinha meu irmão sabe nesse lance de jogar bola, passa 10/15 anos meu irmão o cara inda sonhando em ser um craque o cara sai de lá com a mente do tamanho da mente de um rato. (Entrevista concedida por Severino dos Ramos Lima, Raminho, 2007)

Além disso, o banho de sol é um momento de interações sociais entre os detentos, onde muitos vão jogar baralho, dominó, apostar corridas, escutar som, assistir televisão, principalmente desenhos e DVD, usar drogas, principalmente craque, maconha, cigarro, haxixe, bebida industrial. “Sempre entra no sistema de todo o Brasil, pode entrar uma bebidinha” (Entrevista concedida pelo Informante reincidente, em 2007).

Então esse setor do pátio e do banho de sol é estratégico para os detentos, mas, principalmente, para parte dos agentes e policiais que ficam nas guaritas observando os movimentos, a fim de impedir ações suspeitas e construção dos "tatus" (os túneis). Essa é a parte mais utilizada pelos detentos durante o dia, sendo recolhidos aos pavilhões apenas nos finais das tardes, para que passem as noites no interior dos pavilhões. Além de ser o local onde os detentos passam a maior parte do seu tempo é, geralmente, nos pátios, ou campos que acontecem as chamadas pós-visitas, a contagem dos detentos pelo corpo oficial.

É fundamentalmente nesse setor, quando do fim de uma rebelião ou fuga, em que todos os detentos são postos nus, sentados e com as mãos na nuca, para em seguida ser dado início a contagem. Momento em que as tensões se elevam, pois são chamados todos os nomes e os respectivos pavilhões a que pertencem. Ocasão em que quem matou policial, quem já é conhecido pela policia "manjado", comandantes de rebelião, fugitivos (com fugas não frustradas), ficam todos à parte, algemados, onde são espancados, até que todos entrem em seus pavilhões, para as cessões continuarem no interior destes.

Os principais colaboradores para o motim, que facilmente são identificados pela investigação ou conhecimento do histórico ou índole de cada apenado, para que seja torturado na sua própria cela, o que acaba por torná-lo reconhecido, muitas vezes, pelo número desta (cela) e do pavilhão. Fazendo com que o individuo, também, retire desta cela seu nome, periculosidade e reconhecimento entre os semelhantes, o que realmente define sua identidade como bandido, como nos foi informado "O comando é da favela", designação dada a área destinada aos principais presos do "Serrotão", como já alerta Morris: “È o sistema de justiça

criminal que faz os delinquentes, pelo mesmo processo de rotulá-los” (MORRIS, 1978, p. 115).

Ainda os pátios têm um lugar importante por serem esconderijos para armas como facas industriais e/ou fabricadas artesanalmente; por servirem de lugar para se enterrar bebidas, drogas (geralmente em menores quantidades); e principalmente, por permitirem que haja uma interação entre os detentos – o que também ocorre no interior das celas, local preferido para as reuniões de cúpula -, e que, juntamente com as celas, são as principais espacialidades de formatação de uma identidade bandida.

Identidade que se massifica no interior da cadeia, como no caso dos pequenos roubos ou furtos que formam a maioria da população carcerária ou indivíduos que se destinam a ampliar sua tentacularização no sentido do crime, por meio das relações internas e externas com outras forças criminosas e/ou oficiais que se subornam ou até comandam o tráfico, basicamente, de drogas e de influência, bem como, de armas brancas, haja vista que o controle das armas de fogo se faz mais restrito.

O pátio tem importância fundamental na vida do apenado porque é o local onde este permanece a maior parte do tempo, quando não estão presos aos seus pavilhões, onde podem manter contato e se divertir, com jogos, corridas e bate-bola, por vezes apostado. Assim, contemplam o campo de futebol no imaginário e nas discussões diárias entre os apenados, recontagens quando de fugas e motins, bem como, os espaços por entre os pavilhões denominados pelos detentos de mini-ruas, via de regra, comandadas pelos mesmos comandantes dos pavilhões. Nessas espacialidades o comércio ilícito e o tráfico se fazem como um negócio corriqueiro, daí a maior propensão de, nesse trabalho, acreditarmos que o comando e as decisões no universo apenado se fazem por quem trafica drogas, armas, influência, assinalando/identificando este detento perante a massa que transita e compõe esse espaço.

Além do que já foi dito até aqui sobre o pátio, há uma circunstância que também lhe imprime visibilidade, o “dia de visita”. Este segue uma disciplina pré-estabelecida, devendo-se respeitar as regras impostas pelos detentos que exercem comando em meio aos demais, conforme já enfatizamos anteriormente.

No interior do pavilhão de maior força é que são decretadas e efetuadas regras próprias ao interior carcerário, sobre o que comenta Raminho: “São diversos pavilhões e cada pavilhão tem uma pessoa que representa” (Entrevista concedida por Severino dos Ramos Lima, Raminho, 2007).

Assim, sobre essa questão temos que os apenados dividem-se nos pavilhões coletivos, sendo representados, geralmente, por dois detentos. Nos pavilhões individuais apenas um detento representa os demais. Os representantes de pavilhões fazem cumprir as leis próprias do cárcere desde o acordar até ao adormecer, para isso ganhando tanto benefícios oficiais, quanto não oficiais. Porém, para ser escolhido como representante de pavilhão é preciso ser reconhecido como liderança pelos demais. Quanto às pessoas condenadas por estas “cúpulas”, Raminho coloca: “Pessoas são condenadas a morte, pelo sistema, pelos próprios apenados” (Entrevista concedida por Severino dos Ramos Lima, Raminho, 2007).

De acordo com as informações dos entrevistados, pavilhão de maior força, é aquele em que existe um indivíduo mais articulado no crime, externamente, e/ou no interior carcerário, fazendo com que este seja reconhecido como respeitado pelos demais e venha a exercer comando. No dizer dos apenados ele é o "Dono", que corresponde na gíria carcerária, a ideia de que ele é uma pessoa reconhecida por ter um maior nível financeiro ou de articulação em meio às identidades oficiais e marginais.

Sendo, ainda, aquele que tem certa quantidade de produto a ser comercializada, que os demais não terão. Então ele se faz “Dono”, tanto no sentido de sua cela, geralmente os detentos antigos buscam celas individuais, quanto do pavilhão, podendo exercer esse poder disciplinar. Vindo a fazê-lo só ou acompanhado de outro detento, nas mini-ruas ou em parte do pátio que fica ao redor do seu pavilhão e dos produtos por ele comercializados, sob pagamento ou crédito até os dias de visitas, decidindo inclusive sobre vida e morte de detentos.

A sentença de morte é uma decisão avalizada e/ou efetuada pelos “Comandos”. A efetuação da sentença pode ocorrer de forma que cada detento perfura o apenado (sentenciado) uma única vez, dando a entender que o mesmo era mal visto perante a maioria dos apenados; ou através de "bode expiatório", colocando-se um apenado, geralmente de outra região ou cidade, ou que não recebe muitas visitas, para assumir os crimes da cúpula - forma de ação criminosa que os informantes disseram ser bastante comum no interior das cadeias. Essa segunda possibilidade poderia ser pensada enquanto dependente da aceitação do apenado “escolhido”, porém, este não tem escolha, repousando sobre ele a pena de morte em caso de recusa. Contudo, vale lembrar que nenhuma atitude deve ultrapassar questões prévias, mesmo no caso de morte, com ou sem "esculacho" (com mutilações corpóreas, tais como retirada de olhos e dentes para serem postos em bebidas em caso de crimes de vinganças e dos órgãos genitais em casos de estupradores. Visando, principalmente, a demonstrar poder através do terror e medo disseminado entre os demais).

Trata-se, portanto, de pensar na existência de códigos e regras, "os estatutos", que regulam as ações no interior das penitenciárias, juntamente com seus códigos éticos e morais que se fazem cumprir a partir de um aprendizado que se adquire no cotidiano do interior carcerário, um "saber local" gerado e gerador de um sistema cultural particular, de Clifford Geertz (2001). Modelos comportamentais que são "passados" culturalmente via oralidade e gestualidade (de maneira geral, mas, sobretudo, nos presídios menores), bem como, de forma escrita, dependendo da organização dos "Comandos".

Esses "estatutos", por outro lado, têm a pretensão de evitar o nascimento de facções, que surgem a partir da impressão de comportamentos padronizados por um grupo, mas, que se distanciam do que os mesmos (estatutos anteriores) estabelecem; de manter o "sistema" sob legislação de um único código de conduta que implica uma sistematização na geração de renda, mantimento interno e dos familiares, em alguns casos financiamento de delitos e, em instância maior, fortalecer/solidificar um bloco que enfrente desmandos de apenados, para que "eles não fiquem tão violentos", bem como, os excessos cometidos por agentes, diretores e pelo próprio sistema judiciário. Sendo, ao que podemos depreender, esse último o interesse que termina por permitir aos "Comandos" atuarem de forma a que as penitenciárias tenham uma "Única Voz" internamente, embora, muitas vezes, existam várias facções no interior de uma única Instituição.

Com base nas informações concedidas pelo informante reincidente, temos que as penas para o descumprimento desse "estatuto" se fazem sempre baseadas na violência e na força. A punição pode ser realizada a partir da utilização de pedaços de madeira para espancar o "detento-infrator" que, geralmente, tem seus olhos vendados com camisas ou lençóis, evitando a visualização de seus agressores, é o chamado "boi" das cadeias. Em suas palavras: "O cara leva 1 boi, leva 2, no terceiro os cara mata, num quer nem saber" (trecho de entrevista realizada com o informante reincidente, 2007).

Essa pode até ser considerada uma pena leve, se comparada aos tratamentos destinados, por exemplo, aos estupradores e suas execuções e esculacho do corpo. Nesse caso segue-se o que se chama de "castigo", ou "boi", que consiste em o detento passar duas ou três horas com pedras na cabeça, sob olhar dos demais apenados, é basicamente uma correção. Na continuação ao assunto que ele coloca: "(...) 2, 3 horas todo fodido com pedra na cabeça, pra depois os corte se costurado no pavilhão, no pavilhão é que o corte é costurado, depois bota um detento direto na cola dele é o "sombra", a chamada sombra, esse é o castigo e cadeia". (Trecho de entrevista com o informante reincidente, 2007).

Em seguida, os ferimentos do detento agredido são ponteados no próprio interior do pavilhão por detentos companheiros próximos, para se pôr à “sombra”, que significa dizer evitar que a direção tome conhecimento do ocorrido. Para tanto, um detento fica responsável por fazer a vigilância, evitando o contato do detento agredido com a direção, que consistiria em outro tipo de crime, de acordo com os códigos internos, a caguetagem.

Chama-se de “Favela” a área que comporta a maior parte dos apenados do Presídio Regional do “Serrotão”, setor esse isolado por uma extensa grade e pela cozinha dos apenados o que evita o contato destes com os detentos considerados mal vistos, é um setor que, pela maior distância e menor interferência das autoridades, funciona por meio de códigos e regras próprias estabelecidas internamente e avalizadas cotidianamente pelas pessoas de maior influência nesses espaços. Em seu interior se encontra o pátio que é a primeira estrutura por entre os pavilhões, se estendendo do pavilhão “especial” até o 9, mais importante na leitura apenada, contemplando inclusive o campo de futebol.

São espaços que ao redor de cada pavilhão observa-se a extensão do poder dos “Chefes” de cada pavilhão até suas mini-ruas e esquinas, “retirando da rua” sua forma de sobrevivência, por onde passam a maior parte do dia e interagem com os demais detentos; jogam bola (importante no imaginário e nas conversas diárias) e se divertem; escondem facas e espetos; recebem visitas, armando tendas; mas, fundamentalmente são postos nus e de cócoras, para suas recontagens quando de rebelião e fuga.

Daí nossa persistência na ideia de formatação no interior carcerário, pois, delinquentes de primeira viagem em contato com presos antigos, passam não apenas a conviver mais literalmente e sim a “respirar os ares criminosos”, buscando satisfações cada vez maiores dentro da própria convivência criminosa, dependendo de sua capacidade pessoal. Então, um nível de (re)socialização dos detentos, mesmo de crimes menores e não hediondos, passa a configurar-se em um problema pelo contato e adesão à mecanismos que, cada vez mais, o insere na criminalidade, reproduzida em âmbito externo às instituições. Então vejamos o que coloca Raminho:

(...) por exemplo, o cara é preso aqui, fora tava roubando uma galinha pra um (...), um kg de macaxeira, 1L de uísque, qualquer besteira que seja (...) for o cara tá lá põe um homem desses na cadeia, o cara não fumava conconha, maconha, o cara não usava drogas, lá dentro ele vai ter uma convivência diária com pessoas que realmente são do mundo do crime e a tendência do cara é o cara se corromper, entendeu? A tendência dele é se corromper, já não vai mais querer roubar uma galinha quando ele sair, ele vai querer roubar algo que lhe beneficie bem mais, porque ele foi aprender dentro do sistema, o sistema carcerário hoje cara, ele é uma fábrica de bandidos, de marginais, que a própria sociedade, ela não abre os olhos. (Entrevista concedida por Severino dos Ramos Lima, Raminho, 2007).

É nesse sentido que o detento passa literalmente a aprender com detentos mais antigos as formas mais viáveis de sobrevivência no interior institucional, valendo salientar que esse tipo de aprendizagem formata na mentalidade do apenado outros níveis de práticas, impensados pelos mesmos em termos externos e que apesar das “satisfações” em momentos corriqueiros se fazem entrecortadas por mitigações corpóreas e “cobranças” em sentido direção-detento e em sentido detento-detento, em práticas sempre permeadas de violência e exposição dos suplícios pela força e pelo medo, nos moldes de uma tensão constante, oculto sob um clima de aparente tranquilidade, cujo estopim, traz consequências que marcam profundamente a vida de um apenado.

Principalmente no caso de uma rebelião os mecanismos utilizados para debelá-la são os cortes na alimentação, água, luz, tentativa de mantê-los acordados o máximo de tempo por meio de sirenes, sons, bombas e ameaças e atendimento ou não das reivindicações. Porém, em todas as rebeliões, ao fim, os líderes sabem de suas consequências.

Sabe o que é que você ganha com tudo isso? Transferência cara, como líder de rebelião, é transferido pra uma Penitenciária Máxima de Mangabeira, Instituto Penal Sílvia Porto, aonde vai lá penar durante 4/5 anos, por conta de uma coisa mais ou menos assim eu passei quatro anos, cara, agora, o último agora eu tirei quatro anos trancado, trancafiado, 30 minutos de banho de sol. (Entrevista concedida por Severino dos Ramos Lima, Raminho, 2007).

Pois, os representantes oficiais, também, têm conhecimento da situação individual da Penitenciária, bem como, se a rebelião é para reivindicação de melhorias ou por brigas internas. Portanto, em Instituições que têm comando setorizado, durante as rebeliões reivindicativas, "não há derramamento de sangue apenas as reivindicações" (Entrevista concedida por Severino dos Ramos Lima, Raminho, 2007), no entanto, em casos de sistemas prisionais mais fragmentados as pessoas que “devem” ou tem crimes "condenáveis", pelo código marginal, morrem.

(...) mas quando tem uns líderes, alguém que tá coordenando aquela rebelião tem o pulso forte, tem moral e tem dignidade, é (...) sangue não é derramado apenas as reivindicações o que vão fazer com que essas reivindicações, pelo menos até 5/6, no meio de 10, pelo menos 2/3/4 é atendida (...), mas em relação a quem deve, se não tiver o pulso forte o cara morre mesmo, morre mesmo, eles matam, matam mesmo, num querem nem saber. (Entrevista concedida por Severino dos Ramos Lima, Raminho, 2007).

Eis que essas decisões são mantidas para a ciência de todos os presos, mas sendo avalizada e atribuída a alguns chefes de pavilhões.

Quanto aos pavilhões, esses são dois na parte segura o pavilhão individual e o pavilhão dos albergados. Na favela existem mais nove pavilhões, cada um contendo vinte e uma celas, onde, de acordo com a disposição arquitetônica, são distribuídos em: pavilhão coletivo 1 ou pavilhão “especial”, o primeiro; e pavilhões coletivos 2, 3, 4 e 5. No primeiro caso, do pavilhão especial, destina-se a detentos que estavam próximos de serem executados pelos demais ou que, pelo menos, sofrem diariamente com ameaças e mitigações para além de suas penas oficiais, neste setor encontram-se os detentos que estão no “Purgatório”, de forma que hoje estão separados por uma rede de ferro dos demais detentos da favela. Nem podem subir, no sentido arquitetônico e cultural, para a área segura, próxima a direção, seja por falta de trabalho ou opção da mesma, muito menos descer, nos mesmos sentidos, ao convívio maior com a massa apenada.

Suas celas comportam principalmente “Devedores”, pessoas que não são aceitas entre os demais apenados, estupradores, sendo em suas esquinas e mini-ruas onde se dão o espetáculo da morte de estupradores que, de acordo com o código interno vigente, morre. São os “Tarados”, assim comenta nosso informante reincidente: “Pra tarado não tem “boi” não, tarado na cadeia morre (...)” (Entrevista concedida pelo informante reincidente, 2007).

Quanto aos estupradores executados com esculacho do corpo e de formação de espetáculo, já que reúne vários detentos, com o objetivo de expor a execução do acusado e provocar diversão/temor pela mitigação de seu corpo. Assim, são apedrejados, têm seus órgãos genitais decepados, sendo-lhes introduzidos materiais. Acontecimento que se faz possível apenas na cadeia porque tem sua permissão oficial e marginal. No sentido oficial, a direção que retém o apenado no reconhecimento permite e conduz o apenado para junto da massa no pavilhão especial, regido por regras próprias. Havendo, em pouco tempo a invasão deste pavilhão e a retirada do detento para as mini-ruas, sendo este exibido, bem como, seu ato homicida, deixando claro que na cadeia essas situações são intoleráveis.

Trata-se de referências frequentes que os detentos fazem, poderiam ter sido suas mulheres (esposas) e filhas, as vítimas daquela situação. O espetáculo culmina em meio aos gritos tanto do apenado assassinado aos poucos, como dos assassinos, eufóricos com a ação e com a identificação/afirmação da cultura carcerária.

A caguetagem, a formação de cúpulas inimigas e as dívidas continuam sendo uma das principais causas de mortes, punições, isolamentos em regimes especiais.

O pavilhão coletivo intermediário, localizado em espaço intermédio, visto que fica entre a massa dos apenados e o sistema seguro, sendo o primeiro pavilhão da favela, ainda

próximo ao portão que divide a cozinha e o sistema seguro, sendo composto de celas para detentos que, constantemente, recebem ameaças de morte.

São "chacoteados" quando de sua subida ao seguro, sendo sinônimos de caguetes, fracos, devedores, ladrões, "enxamistas". Foram banidos do convívio com a massa e, na medida em que assumem maior proximidade com a direção, no sentido espacial e cultural, mais distantes ficam da possibilidade de virem a ter relações com os outros detentos. Então, de especial, no caso do Serrotão, só tem o nome. Abriga os detentos que estão, na ótica subversiva, no purgatório, entre o céu (massa de presos homogênea) e o inferno (o seguro sujeito a represálias e invasões em rebeliões). Nesse pavilhão são decretadas as sentenças, principalmente, dos estupradores já que nem um agente subversivo quer se comprometer em abrigá-lo, muito menos, que sua execução venha a ocorrer em sua cela ou pavilhão, sob seu comando. Por isso a execução acaba por ser efetuada nas esquinas das mini-ruas. Então, esse é o pavilhão que tem o comando mais flexível, se é que este existe.

Os pavilhões das Penitenciárias podem ser divididos em coletivos e individuais, no caso do Presídio Regional Agrícola do Serrotão se tem um pavilhão individual na parte segura, um pavilhão dos albergados e celas distribuídas por toda a extensão do seguro; no caso da favela são três pavilhões coletivos e três individuais, sendo que cada pavilhão possui vinte e uma celas. Essas têm uma importância vital na vida do preso, não só porque é o local em que dorme, ficando determinado que a partir das 10hs entra em vigor a "lei do silêncio", cabendo penas de espancamentos, por meio de rodas e becos formados entre os apenados para a agressão do transgressor da regra, expulsão de celas, impedimentos de realização das refeições, sendo proibido o incômodo a um companheiro de cela.

3 pavilhões individuais, ou seja, você tem mais privacidade, você pode ficar mais a vontade com a visita, você tem uma TV, um som, e, tem a questão se você for um preso velho, você vem a muitos anos dentro da sua cela, o cara tá chegando hoje da rua por um motivo ou outro o cara tá vendendo a cela dele. Eu acredito que ele tá fazendo o certo, porque ele também comprou, ele vai querer tirar o dinheiro que foi empregado, na cela a (...) um preso novo que tá chegando recentemente, que tem uma condição financeira melhor do que ele, ele tá precisando do dinheiro, ele vendeu ao cara, porque ele também comprou. (Entrevista concedida por Severino dos Ramos Lima, Raminho, 2007).

Ainda o interior do pavilhão é de grande importância, pelo fato de que aí se movimentam as mais diversas articulações para decretação de mortes, constituem-se em um conjunto de celas abertas durante o dia e a noite, em casos também os pavilhões abertos, hoje se impedindo a passagem dos detentos entre os pavilhões. Sendo livre a relação inter-celas,

em um mesmo pavilhão e sendo a mesma uma prática rotineira, desde que a permissão do(s) integrante(s) das celas seja concedida(s).

Esses pavilhões podem ser de dois tipos, os mais simples, para presos "mais comuns", que são as estruturas compostas por celas coletivas, onde todos os presos convivem juntos, separando seus espaços com varais de lençóis que servem para dividir as celas, mocós, onde o preso dá um jeito de manter sua privacidade, principalmente, no caso da visita íntima, sendo decidida por vez a utilização da cela para o ato sexual mais privativo. Há, nesses compartimentos, uma maior chance de que venham a ocorrer roubos, envolvimento com rixas e inimizades, inclusive com mortes, onde o autor do delito é transferido para o sistema isolado por um período máximo de trinta dias e retorna ao mesmo pavilhão e cela de onde saiu.

Podendo ainda ser transferido para o seguro ou para outros presídios, em caso de não comunicação da efetuação do ato "cobrança" ou de rivalidades entre gangues, é justamente por ser um compartimento que abrigam muitos presos que esse tipo de situação faz parte da cultura apenas "controle populacional", já que todas as vinte e uma celas dos três pavilhões coletivos funcionam de maneira semelhante, abrigando, na grande maioria das vezes, uma quantidade maior do que a sua capacidade e suas proximidades em termos espaciais torna mais fácil a perda de controle pela tensão nervosa e pelas imposições e submissão de outros pelo uso da agressão e força física e uso de drogas e sob o qual o Serrotão teve seu pior momento em 2005: "Era safadeza tirar cadeia naquele tempo o cara vivia debaixo de ordem". (trecho de entrevista realizada com informante reincidente, 2007).

De forma que, independente do comando da Penitenciária em geral, se faz necessário um representante (apenado) para cada pavilhão e esse tem que ter pulso, sendo normalmente um preso antigo, fazendo valer no interior destes as mesmas regras válidas para todas as cadeias desde o acordar ao adormecer.

Descendo em sentido arquitetônico e cultural ao maior convívio dos apenados, se tem os pavilhões coletivos 2, 3, 4 e 5 esses são pavilhões em que os detentos convivem em conjunto com os demais, são parentes, ou pessoas conhecidas e próximas, no sentido interno e externo a cadeia. Nesses funcionam questões de bairrismos, detentos protegem outros mais próximos e dividem os objetos lícitos, ou não, no interior das celas, também, coletivas, que são abertas durante todo o tempo, e dependendo da direção entre pavilhões, que são abertos das sete e meia às oito horas, das onze e meia às doze e meia, das quatro às quatro e meia da tarde, e das seis às sete horas da noite.

São pavilhões que têm maior propensão a roubos internos e ao desvio do estatuto específico dos detentos, em virtude da quantidade de integrantes que variam para cada

pavilhão, tendo sua estabilidade mantida pelos laços de parentescos e/ou amizade entre esses integrantes e, fundamentalmente, pelo controle dos “Chefes” de disciplina que nesse setor, geralmente, são em número de dois, um para cada bloco, já que todos os pavilhões têm controle de detentos, em menor grau no pavilhão “especial”, em grau intermediário nos pavilhões coletivos e em maior grau nos pavilhões individuais.

Quando do dia de visita íntima, especialmente nos pavilhões coletivos, são separadas as celas por divisórias internas, elaboradas com lençóis ou colchões para que o apenado possa gozar de uma maior privacidade com sua visita, ou se decide o uso de tais celas por vez de cada apenado, fazendo com que os outros esperem sua vez para utilizar as celas coletivas com suas visitas no pátio, por vezes permanece como a separação do espaço. As divisórias são retiradas após as visitas.

Já o pavilhão 6, também de sistema coletivo, carrega a mística de ser de uso exclusivo de assaltantes de banco, tendo um funcionamento mais tranquilo pela homogeneização dos seus integrantes, que passa a funcionar sob regras vigentes para pavilhões individuais. Ou seja, são celas adquiridas no interior desses pavilhões, geralmente compradas ou alugadas a detentos mais antigos, e que proporciona uma maior privacidade no que diz respeito ao cotidiano, já que os detentos têm a possibilidade de trancar suas celas, evitando invasões e roubos, mantendo seus objetos intactos.

Esses pavilhões individuais comportam, em sua maioria, detentos mais ligados ao mundo do crime e que retiram da própria penitenciária, ou de ações burlativas, possibilidades de se manterem em termos materiais e simbólicos, já que tanto os pavilhões, quanto as celas trazem ao detento uma carga simbólica, que o faz reconhecido no interior carcerário. Em termos estimativos os habitantes do pavilhão “especial” se destacam e em termos de maior influência são os habitantes dos pavilhões com celas individuais, geralmente sob comando de 1 único detento, que retira deste compartimento, seu “nome”, fazendo-se reconhecido dos agentes oficiais e marginais.

Hierarquicamente (em sentido arquitetônico e cultural) a habitação nos pavilhões individuais 7, 8 e principalmente no 9, assumem maior importância por manter uma considerável distância da parte segura (sistema seguro) e da direção, localizando-se ao lado do campo de futebol, por onde fluem os mais diversos assuntos de interesse apenado e que tem na cela 10, uma composição simbólica, no sentido do imaginário apenado (camisa 10) e, no sentido prático, pela proximidade do lugar em que são debatidos os assuntos de interesse da maioria, sendo, muitas vezes, daí que resultam rebeliões e reivindicações, sob liderança de chefes de pavilhões.

As portas dos pavilhões são fechadas, hoje mais que antes, impedindo o contato entre pavilhões, evitando o desencadear de disputas e diminuição do número de agentes oficiais e de seus olhares para as favelas que se estruturam como, mas não entre celas de um mesmo pavilhão, o que acaba fazendo com que as celas da penitenciária simbolicamente se estruturam como casas próprias ou alugadas, coletivas ou individuais, o pátio esteja para o imaginário como mini-ruas, com suas esquinas e o prédio simbolize a cidade habitada pelos detentos ante códigos de regras, antiga como até 2005 e pós o estabelecimentos do que Raminho, chamava de “comando bacana”, que se revezam no poder marginal, tanto quanto policial, oficiais e agentes se revezam em relação ao poder oficial, todos identificados por seus chefes e disseminação de saberes práticos que possibilitam a elaboração de poderes aglomerados nos compartimentos descritos, necessários à manutenção cotidiana do apenado, alicerçada por saberes oficiais, oficializados e marginais.

Por fim, na parte inferior da *Penitenciária Regional do Serrotão* temos dois muros de proteção, antes utilizados como pastos para ovelhas, depois de desativada essa função, hoje novamente se tornou espaço vigiado, fora do contato dos detentos, exceto quando de sua manutenção.

Ao lado do campo e de suas místicas, cujas celas do pavilhão individual 9 de maior comando arquitetônico e cultural, tem visão privilegiada, encontra-se cercado todo o perímetro arquitetônico, um muro de segurança, contendo cercas farpadas e elétricas a evitar fugas, bem como, guaritas em pontos estratégicos para vigilância e controle de apenados, mas também dos apenados para com estes a saber de momentos em que encontram-se desabitadas.

CAPÍTULO IV

OS FAZERES DAS FAVELAS, NAS CIDADES OU NAS FÁBRICAS DO CÁRCERE

O preso, ele é que nem um pedaço de sabão molhado, na mão, na palma da mão, se você apertar esse pedaço de sabão ele vai sair por onde? (...) pelas brechas dos dedos, a mesma coisa é o preso, se você apertou ele demais ele sai por aqui, se você abre a mão, ele faz o que, o pedaço de sabão (...) ele escorrega, ele sai da mão, ele mata, ele bagunça, ele acaralha, ele faz tudo, então ele tem que tá aqui, toda vida, nem apertado, nem folgado.

Porque se você folgar é uma semana com rebelião, com morte, com tudo, se você apertar, tá todo mundo se esperneando do mesmo jeito ou pior ainda.

(...) igual a uma barra de sabão, pedaço de sabão, um pedaço de sabão molhado, se você aperta, acontece o que (...) ele escapa por entre o dedos, se você abre a mão, o que acontece ele cai ele foge na sua frente. (Entrevista concedida por Marc, 2011).

Agora, fixada uma ideia de regimento entre poderes e conhecimento sobre os compartimentos estruturais do *Presídio Regional Agrícola do Serrotão*, discutiremos aqui os principais métodos utilizados para a socialização entre os detentos desta instituição, bem como as formas de reconhecimento pelas identidades internas e, principalmente, as práticas de sobrevivência. Essas últimas, quase sempre levadas à cabo por via tática, exercidas por entre as falhas dos mecanismos de vigilância oficial e/ou fora deste, em sentido que se alastra das celas ao pavilhão, menos vigiados diariamente, e pelos pátios, tomando corpo prático em toda a favela, tendo as “substituições” como principal forma de (re)elaboração da matéria prima conseguida e do desvio dos fins originais destes, chegando até a comunicação com as favelas externas. Ponto que nos traz preocupações com o retomar/evocar as teorias sobre o cotidiano e as formas com que se conduz o saber estratégico e os fazeres táticos, trazidas por Michel Certeau (1994-1996) e que no *Presídio Regional Agrícola do Serrotão* teimam em se combaterem e em se completarem.

O lugar que pretendo levar o leitor a aportar é em um cotidiano que, antes de tudo, é entendido como aquilo que nos é dado a cada dia, que pressiona e oprime através da pressão do presente, aquilo que nos prende a partir do interior, um mundo das memórias sensitivas dos lugares da infância, dos prazeres, mas, também, uma “historia irracional” (CERTEAU, 1994, p. 31).

Porque o que interessa ao historiador do cotidiano é fazer emergir o invisível pela explicação das formas de fazer e modos de ação, presente nas suas interligações com as memórias. Perspectiva que visualizamos, a partir das contribuições “colhidas” nas leituras de Certeau e, fabricada na interação com o ambiente e os protagonistas que lhes preenchem.

Dois motivos, a habitação prática e a “estrutura fervilhante da rua” (CERTEAU, 1994,

p. 32) e a “cidade sem perdão”⁴⁹, imaginada por nós seguindo a ideia do informante-poeta, para observá-los agora por meio de suas atividades ritmadas por espaços e relações múltiplas entre desfrutar e manipular, virtuosidades ligando-se ambos as artes de fazer fabril como a uma de arte de viver, escrita por um preso anônimo em grafite “Só Deus é por nós CTPC”⁵⁰.

As articulações diárias, no interior da Instituição aqui focalizada, se dão em níveis individuais e de grupo, percebidas através da pesquisa de campo e interpretações das narrações sobre a realização de atividades, tais como, a prática de futebol; a ingestão de bebidas e drogas; a alimentação; o estudo; a utilização e limpeza dos pavilhões coletivos e individuais; ou a partir das práticas “não tão constantes”, em termos de decisões coletivas, como aquelas que se dão nos momentos de rebeliões reivindicatórias ou por disputas internas de facções, e decisões particulares (caso de pessoas condenadas à morte), além de algumas infrações do “Estatuto ético moral”⁵¹ dos detentos, em que pese algumas punições aplicadas pela violência e força. Experiências próprias vividas pelos apenados cotidianamente e que, quando relatadas, esclarecem algumas das diversas significações do/no cárcere, servindo de balizadoras das atitudes aceitas ou não dentro daquele universo específico.

Aprendemos que primeiramente não podemos nos referir a saberes e poderes exercidos no interior do *Presídio Regional do Serrotão* desvinculando-os das identidades fabricadas, mas, também, dos espaços e dos lugares onde são exercidos. Preocupação que nos fez iniciar o capítulo fazendo a aproximação entre esses conceitos, concretizados como resultados de lutas em diferentes campos de localização entre lugares sociais, rendas e posição particular do indivíduo, produzindo símbolos que elaboram distinção. Assim, na concordância do que diz Bourdieu: “o espaço é também ao mesmo tempo um poder sobre o tempo” (BOURDIEU, 1997, p. 163), esses são os ganhos de ocupação e acumulação do espaço físico, a excluir a intrusão.

⁴⁹Citado no capítulo III.

⁵⁰Ainda hoje encontrada acima do pavilhão coletivo 3 e colocada quando da rebelião mais sangrenta da história daquele presídio e como forma de simbolizar o novo comando que se iniciara em 2003.

⁵¹Quando nos referimos ao “Estatuto ético moral” dos detentos, estamos considerando aqui as normas que se institucionalizaram no universo das relações cotidianas do apenado e que ele deve levar em consideração antes de qualquer atitude que venha a cometer. Esse código “invisível” aparece com constância nas falas dos entrevistados. Ao que podemos depreender das entrevistas trata-se de um código culturalmente criado, visando estabelecer um Regimento que desde 2005 se mantém em vigor no Presídio do Serrotão, dando as diretrizes do que o detento não deve fazer para não ser “cobrado” ante seus companheiros e que, em última instância, regem pela integridade das visitas, limpeza, disciplina e comércio, tendo por elemento coordenador um único comando. Constando como “orientações” básicas: 1- não pode “caguetar” (vê, ouvi e calar); 2- não pode olhar visita de ninguém; 3- 17hs (dezessete horas) limpeza dos pavilhões; 4- 10hs (dez horas) lei do silêncio; 5- todo mundo pode ter comércio, emprestar a juro e alugar; 6- quem deve pagar ou faz acordo; 7- não pode roubar nas celas (ratos de cadeia); 8- estuprador, “tarado” morre; 9- mortes só falando com o comando; 10- não descumprir o estatuto que acaba por impor regras onde existiam desmandos, ajudando-os a manterem-se distante da imposição da direção.

Pela capacidade de dominar o espaço apropriando-se, não apenas no sentido material, mas, também, simbólico e que, inversamente os fazem convertidos nestes, pelos efeitos da delegação entre o poder, o fazer e o agir proposto, no interior de cada um dos espaços descritos no capítulo anterior.

Articulação que alarga as suas experiências, “prende a um lugar” e transforma o apenado neste, por disputas para a apropriação do espaço e da ordem, quaisquer que sejam, a tomar uma forma individual no espaço hierarquizado, das lutas e reencontros que ocorrem tanto nas favelas externas, quanto nas suas formas internas ao cárcere. Onde se tem que, o sucesso disso depende da experiência acumulada e das oportunidades de apropriação “dos diferentes bens e serviços materiais ou culturais”, numa interlocução que permite articular-se com as formas como Bourdieu teoriza sobre as relações entre o hábito e o habitat enquanto lugares forjados em uma relação de interdependência;

Se o *habitat* contribui para fazer o hábito, o hábito contribui também para fazer o *habitat*, através dos costumes que estimula o fazer, pela ocupação legítima de um lugar, que por sua vez supõe uma ocupação prolongada desse e a frequentação de seus ocupantes, entre relações ou ligações privilegiadas ‘amizades’, além de todos os aspectos mais sutis do capital cultural e linguístico, como modos corporais e a pronúncia. (BOURDIEU, 1997, p. 165).

Por tal motivo os deslocados desse movimento devem cumprir condições: “Pensa-se evidentemente nos museus, mas isso vale também para os serviços que são tidos espontaneamente como os mais universalmente necessários, como os das instituições médicas ou jurídicas”, mas que segundo Bourdieu reconhece o seu desencanto quando do saber sobre as suas formas de associações e o seu “efeito clube”.

Esse sentimento de exclusão das elites é traduzido nos bairros chiques, onde a exclusão ativa, “consagra simbolicamente cada um de seus habitantes”. Já o contrário estigmatiza e degrada simbolicamente os que não os habitam por estarem privados de acesso aos lugares e bens que seu deslocamento social produz. “eles não têm em comum senão sua comum excomunhão: a reunião num mesmo lugar de uma população homogênea na despossessão tem como efeito redobrar a despossessão, principalmente em matéria de cultura e de prática cultural”. (BOURDIEU, 1997, p. 166).

Daí que, Bourdieu (1997) acredita que as repressões “produzem um efeito de atração que nivela para baixo e, portanto não deixam outra saída que a fuga” dos “despossuídos” desse não lugar para onde são projetados.

Por representações minúsculas, que a conveniência se encarrega de promulgar, sob as regras do uso social e pelo “gerenciamento simbólico das ruas” e das favelas, que na análise

antropológica do seu terreno é equivalente à regra cultural, uma herança que ultrapassa o sujeito, implantando desvios e estereótipos admitidos. Lógica que é transferida para o interior da Instituição prisional. Assim, essa também vai ser articulada a partir do espaço reservado a cada indivíduo que a habita, o que nos permite transferir a compreensão da costura que se faz entre bairros, ruas, becos, etc., na compreensão da sociedade, para nossa leitura da disposição espacial que integra as prisões. De modo que, considerando a análise de Mayolin Certeau (1996), que nos coloca:

(...) a conveniência é o rito do bairro; cada usuário, por ela, se acha submetido a uma vida coletiva da qual assimila o léxico, afim de se dispor a uma estrutura de trocas que lhe permitirá, por sua vez, propor, articular os sinais do seu próprio reconhecimento. A conveniência subtrai à troca social os 'ruídos' que poderiam alterar a imagem do reconhecimento; é ela que filtra tudo o que não visa a clareza. Mas, e esta é a sua face positiva, se ela impõe a sua coerção, o faz em vista de um benefício 'simbólico' que se há de adquirir ou preservar. (MAYOL, 1996, p. 51).

Portanto, é necessário que esta seja reconhecida e considerada para que o consenso funcione. No interior da prisão, tal qual como ocorre no bairro, não se aprecia muito a transgressão, havendo que se ter uma postura conveniente com o que é disposto nas regras internas de funcionamento.

Os fatos e gestos são máscaras que atravessam as relações no bairro, promovendo uma inserção pessoal indefinida, em que o tempo tem grande importância na elaboração das hierarquias das ruas. Situação que se transfere para os universos das fábricas e das prisões. Nas prisões, os fatos e gestos atuam para a produção das identidades que vão ser reconhecidas ou não por seus "moradores", de acordo com a localização espacial em que se encontram os indivíduos. Há, portanto, a fabricação de leituras que se dão pela observação de uns sobre outros, em uma rede que se distribui entre os agentes oficiais, em seus sentidos de representação e articulação, com seus aparentes opostos imediatos e no interior de ambos os mal vistos⁵².

O trabalho social dos sinais que são notáveis apenas com o tempo e tem função de garantir o contato, através dos estereótipos do corpo e manipulação das distâncias sociais pela atitude corporal, estabilizando e impondo uma submissão, "o corpo é na verdade uma memória sábia, que registra os sinais do reconhecimento" (MAYOL, 1996, p. 55), manifestando a inserção nos bairros, fábricas e prisões, para um benefício simbólico e aquisição de excedente, para a legitimação do contrato no seio da vida cotidiana.

⁵²Primeiro em sentido da disputa entre policiais e agentes para controle da administração prisional e no segundo caso, os detentos que não têm boas relações com os demais.

A palavra se torna a única matéria social sobre a qual se pode fazer jurisdição na faixa tolerada pelo regime comportamental e suas conveniências, permitindo o dizer e proibindo o fazer, pela moral pública, integrada nas heranças dos comportamentos, de repressão ou autorização, o que faz lembrar o exemplo dado por Pierre Mayol in Certeau (1996) em relação ao feirante e seus gritos que sob forma de um trabalho retórico, que age com fins específicos de seduzir, zombar, rir; “poética do jogo, desordens introduzidas nos arranjos convencionais” (MAYOL, 1996, p. 68), e reutilização dos códigos, sob sua forma tática em uma prática antiteórica que se desvia do código. Alguma semelhança com os estudos Foucaultianos?

Pois, a “organização do trabalho é determinante para as possibilidades de utilização do tempo livre pelos operários” (WEBER, 2009, p. 19), o que nos presídios se tornam eternos, numa integração social interna que se dá por ritmos dominantes diferentes de dia e que aproxima em meias jornadas e integra grupos de noite, uma semana a cada três os isola, de forma que mais da metade dos funcionários, de uma antiga fábrica Montbard, na França, residiam fora da cidade, sendo este o fator fundamental para tais grupos de interconhecimento, nesse sentido se aproximam, as resistências, arquitetura e fazer cotidiano vinculando prisões e fábricas, detentos e artesãos.

Ainda mais pela tomada de consciência de desvalorização do local, ascensão social de famílias operárias ‘colarinhos brancos’, Montbard era percebida sob lógica de desprezo estigmatizado, em virtude do índice de alcoolismo, brigas e divórcios⁵³, enfim “imagem negativa multiforme” (WEBER, 2009, p.19 e 20), no interior de metáforas sobre as cidades fabris e equivalência de ambas reafirmada em Montbard, onde nunca acontece nada e onde sair de casa é sair da cidade.

Depreciação do lugar, quais as favelas representadas também dentro das prisões, não em consequência da simples e direta característica ligada à vontade de se distinguir, procurando, em outro, seu lugar e espelho no que se faz imitado, lógica da “distinção/imitação” (WEBER, 2009, p. 20), não apenas por conta do lugar; “coloca em evidência cotidianamente os fracassos de sua trajetória profissional” (GIARD, 1996, p. 41), substituída pela trajetória artesanal.

Sobre “Vigiar e Punir” (2008), Giard, observa que Foucault substitui a análise dos aparelhos que exercem o poder pela dos dispositivos que os “vampirizam” e reorganizam a instituição por entre as brechas da vigilância generalizada⁵⁴ “se é verdade que por toda a parte

⁵³Que também parece dialogar com E. Paul Thompson em “Costumes em Comum”, das culturas populares

⁵⁴Vê: Microfísica do Poder (1979).

se estende e se precisa a rede da vigilância, mais urgente ainda é descobrir como é que uma sociedade inteira não se reduz a ela”, mas também como são utilizados os procedimentos populares através de mecanismos minúsculos e cotidianos que jogam com os mecanismos da disciplina por “maneiras de fazer”, sendo assim, são operações micronianas no seio das estruturas, formas subreptícias, assumidas pela criatividade da “autodisciplina” (GIARD, 1996, p. 41 e 42).

Deve haver uma lógica dessas práticas no interior da cultura popular, assim como literatura se formula em artes de fazer, consumo combinatório e utilitário do que se é imposto, mistos de práticas, ritos, mitos, manipulações, interações cotidianas e improvisações, relatadas no entorno de histórias orais, que deve empenhar-se em legitimar a lógica cultural das práticas, numa possibilidade concebida aqui como possível para explicar as necessidades de formas de fazer interno no *Presídio Regional Agrícola do Serrotão*.

Porque foi no passar da história das estruturas para a história das representações práticas, que a história multiplicou as questões em debate, tentando identificar os vários discursos conflitantes, escolhas, compromissos e proximidades entre a história e ficção, o que nem por isso a torna falsa, por isso Certeau (1994-1996) e Ginzburg (1991) demonstram que mesmo o aparente falso, oculta e ao mesmo tempo mostra uma verdadeira, factual e cotidiana no fazer prisional.

Para isso nos anos 1970, ocorre o retorno da história pelas memórias, na busca de identidades, em meio a crise dos paradigmas, avessos a distinção entre pesquisa, vida e investigação contemporânea, ou da escrita e rescrita do fato, sem o dominar, mas se aproximando em correlação e reciprocidade por parte do sujeito e do objeto, entre a objetividade e a subjetividade, multiplicando as fontes, as formas de abordagens e questionamentos pela complexidade do real, “multiplicam-se as incertezas, ao mesmo tempo das curiosidades, dos objetos e dos caminhos da história” (ROSENTAL, 2008, p. 222).

Assim, fazendo uma interlocução com o que afirma Weber em suas análises sobre a fábrica, pensando a questão no deslocamento para a leitura do *Presídio Regional do Serrotão*, diria que: “eu me interessei, antes de mais nada, pelos princípios nativos de classificação das atividades, das situações e das pessoas e, com isto, dei uma atenção extrema às fronteiras: fronteiras entre o dentro e o fora (...)” (WEBER, 2009, p. 264) das prisões, pensadas tal qual as fabricas.

Em uma elaboração que estabelece conexão entre os modelos fabris e os prisionais, a que nomeamos de fábricas do cárcere, nos apropriamos da idéia de modo que nos foi possível

observar similitudes entre detentos e artesãos, em seus fazeres cotidianos, no fabrico das relações cotidianas.

Para Weber é uma População homogênea de operários empregados da mesma empresa, com baixos salários, pouca escolaridade, filhos de migrantes “homogeneidade profissional e social”, heterogeneidade das origens geográficas e datas de chegada de pequenos grupos de pertencimento, pela etnicidade sobre um vínculo comum, que forma a fábrica. Em se tratando da prisão há um grande nível de similitude, pois que, predomina essa homogeneidade aparente no interior de uma heterogeneidade que se afirma, fundamentalmente, nos espaços inimigos, mas também nas artes de fazer, para que, como já afirmamos anteriormente, ocorra a conversão, traduzidas pelos detentos como robotização, são necessários três dias para o aprendizado do como se faz.

Dessa forma, apoiados no modelo investigativo da Antropologia, principalmente no que diz respeito a como uma cultura é articulada e fundida em suas constantes mudanças, o que a distancia de explicações funcionalistas, nos propomos a analisar essas localidades e os “vários tipos de sociedades” constituídas a partir de suas artes.

Destacamos que o trabalho situa-se para além da análise da relação histórica em conflito entre o trabalho e sua aplicabilidade no interior do sistema carcerário, mas faz desse aporte, premissa básica na concepção do sistema carcerário como fábrica, muito mais do que “mini cidades”⁵⁵, para com isso estabelecer a ideia da arquitetura prisional semelhante à fabril e da homogeneização dos encarcerados semelhante a dos trabalhadores pela constância e repetição das atividades diárias, além de formas métodos e usos de materiais oficiais reelaborados a fins subversivos, formatando a ligação entre "uma identidade própria ao apenado" e suas artes de fazer, nos espaços que ocupam.

Para isso utilizamos os dias de visitas em que visávamos entender os compartimentos que compõem aquela instituição prisional, mas, também, procuramos observar o que os “moradores” faziam ao longo do tempo em que permanecem na Instituição. Possibilidade que nos adveio pela associação entre observação e “coleta” de relatos sobre suas atividades diárias e suas relações com a criminalidade, imaginando a penitenciária como uma “outra fabrica de artesãos”, cujas práticas e produções oficiais ou não, servem fundamentalmente aos diversos interesses cotidianos e as relações de poder entre apenados e destes com os agentes institucionais, inserindo-os cada vez mais na cultura própria, interna àquele sistema prisional e dos grupos que o sustentam. Situação confirmada tanto por meio dos diversos artefatos

⁵⁵Ideia mais marcante no imaginário subversivo.

produzidos pelos apenados, mas, principalmente, a partir dos relatos sobre as experiências nos fabricos de tais objetos, em meio às hierarquias e códigos internos.

Dessa forma, o capítulo tomou como principais aportes teóricos a História Cultural de Michel de Certeau nos dois volumes que constituem “A invenção do cotidiano” (1994/1996); a Sociologia de Florence Weber (2009) na obra “Trabalho fora do Trabalho: Etnografia das percepções (2009), em suas análises sobre os trabalhos extra fábricas, admitidos como momentos de mudança das identidades entre operários e trabalhadores e criminosos⁵⁶; reunindo a essas análises o caminho metodológico apontado por Clifford Geertz no “O saber local” (1998) em que articula a descrição densa, presente já em sua obra “A interpretação das culturas”, e a importância das interpretações dos fatos acontecidos e por nós tecidos e colocados em series.

A Primeira serie de fazeres, são os oficiais; àqueles efetuados em favor da direção e que possibilita ao apenado "benefícios oficiais", remuneração em dinheiro e/ou "remissões de pena", o informante oficial coloca:

Aqui há diversos tipos de trabalhos, que a parte administrativa é toda feita por apenados, só não tem na parte de segurança, mas nos outros locais tem mão de obra de presos na cozinha, na enfermagem, na parte administrativa, setor jurídico setor individual, esses serviços trazem ao preso a remissão de pena e a remuneração. (Entrevista concedida pelo informante oficial, 2007).

Articulando tal idéia às formas e efeitos dos poderes saberes estratégicos entre Certeau (1994-1996) e Foucault (1979), chegando primeiro as funções oficiais, limpeza do mato dos arredores do presídio, pintura, eletrificação, agricultura na chácara, barbearia, panificação, estudo e cozinhas, tanto da direção quanto do seguro, que serve as refeições dos apenados de forma geral.

Para em seguida abordarmos a serie que chamamos de artefatos e fazeres oficializados, ou seja, os que teoricamente não deveriam ser permitidos, mas que na prática se costumou relevá-los, estabelecidos em dois sentidos os que permaneceram em vigência durante toda a pesquisa, esse é o caso dos chefes de pavilhões, da fabricação de artesanatos e construção dos mocós, principalmente do comercio e outros fazeres e trabalhos extintos no decorrer da pesquisa e, mais especificamente, quando das mudanças das equipes de diretores, nesse sentido foram abolidas as antigas casas, apontadas pela policia federal em 2008 como lugares que criavam privilégios. Sobre essa problemática o detento da enfermaria, que embora se recusasse a gravar entrevista, convertido ao evangelho e recentemente solto, nos conta em

⁵⁶Principalmente se pensarmos nas profissões relatadas em processos crimes.

particular:

Eu tava aqui trabalhando, fazendo meu serviço normal foi quando ele (o diretor) chegou aqui e disse ‘- oh Tu pode pegar tuas coisas que tu vai descer, aqui não vai ficar mais ninguém trabalhando’, chega deu aquele aperto no coração, aí eu pensei ninguém pode mais do que tu senhor (...) - eu vou voltar pra li, quando foi dois dias depois sai meu alvará, oh benção. (Trecho de informações concedidas por um detento evangélico).

A musculação; o trabalho junto à direção, nos setores de processo e pessoal; criadores de galinhas e ovelhas foram proibidos. Já o comércio que se estende até a favela deforma dependente ou não da direção, ainda entre produtos lícitos ou não, se torna incontrolável nas favelas, esse é o ponto exato das articulações entre poderes e saberes estratégicos e táticos e sendo, pois, a cozinha o local de serviço de maior estabilidade nas prisões.

Atuamos aqui em um ponto limite imaginário, que chega até a produção de um fazer exclusivamente tático, como são os artefatos colocados nas series que chamamos de não oficiais ou marginais, ratificadas ou apoiadas nas narrações dos detentos, modelando o eixo descritivo-narrativo, de inscrições que vinculam as identidades prisionais às operárias e retirando da simbologia das favelas externas a inspiração para tratar das favelas internas, não mais pelos espaços como pretendemos no capítulo anterior, mas pelos artefatos ou fazeres internos, retirando desses, informações próprias de uma "Cultura Delinquente" e aperfeiçoando a idéia de penitenciária fábrica, bem como, dos seus habitantes artesãos do crime.

Apoiamo-nos em atividades e fabrico de artefatos próprios aos detentos, que proporcionem, não apenas, um relacionamento indenitário por meio de uma comunhão interna de interesses próprios e associações de poderes, conforme a elaboração das tatuagens de cadeias, mas para além disso. A Busca nos trouxe narrativas pontuais como a que nos faz o Marc sobre a questão da tatuagem no presídio: “Hoje em dia ninguém faz uma tatuagem dessa mais, hoje é tudo moderno (...), fazia com o sumo da casca da laranja e a sandália japonesa queimada e pisado o pó, era improvisada a tinta, hoje em dia não” (Entrevista com Marc, 2011).

Consideramos as tatuagens como formas de fazer muito bem desenvolvidas, talvez no interior das penitenciárias em geral, mas, certamente na *Penitenciária Agrícola do Serrotão* em específico, como podemos observar. As tatuagens são fabricos destinados a questões próprias dos internos, relações institucionalizantes e principalmente suas resistências as essas, nesse sentido, elas se fizeram atividades tão comuns que ganharam ares de oficialidade.

Embora as tatuagens tenham seu vínculo com o crime negado por parte dos detentos, como no caso do matador de policial e estupradores, haja vista que “tarado é o primeiro que morre”. (Trecho de entrevista concedida pelo informante reincidente, 2011)

Existem tatuagens que, embora tenham suas relações negadas, estão expostas às nossas vistas, como na grande maioria dos casos, assumem, contudo, uma forma ambivalente: forte poder representacional ante os apenados. Verificamos casos de tatuagens como o sonho de liberdade, amor de mãe, cristo, âncora, cristo coitado, caveira com punhal acima da cabeça, dez pontos, três pontos (nas mãos), cruz de carvalho, facas, revólveres, entre outras.

As tatuagens próprias das cadeias são elaboradas por meio de substituições, bem como todos os artefatos aqui descritos, sendo esse o principal critério para análise quanto aos materiais não oficiais. Então como se dá o fabrico? -as imagens são produzidas com uma agulha de crochê, inserindo suas pontas a um pequeno motor de gravador de pilha, em seguida risca-se a pele com os traços dos desenhos feitos através da rotação do motor que é preenchido com tinta de caneta azul, utilizadas em escritas das correspondências, chamadas internamente de “Catatau”, ou como quinto informante disse: “com o pé das sandálias” e afixadas por pressão, deixando transparecer a péssima qualidade do improvisado, do seu fim e do estigma que essa propicia, mesmo fora do cárcere, fazendo perceber nestas o vínculo, pelo menos, entre o indivíduo e a instituição.

Nesse sentido, ossímbolos têm certa envergadura que denota uma cultura específica do cárcere. Podem-se averiguar tatuagens expressando a revolta do apenado “Para pessoa fazer esse tipo de coisa tem que está noventa e nove por cento sentindo muita ira (...) sessenta dias de ira”. Assim, leões escorpiões, que também se relacionam ao signo; e as cobras, bastante utilizadas, já que o detento apanhava muito no castigo, podendo acontecer de apelidos e vulgo, assim como a simpatia para com as drogas e os desenhos de folhas de cannabis; nomes e iniciais de mulheres suas esposas, bem como, sua proximidade imaginária e distância física das relações sexuais, que também se torna objeto de expressão; bem como “o coração de Joice” e os desenhos de mulheres nuas ou sereias.

Ainda de relação que aproxima mais a cultura carcerária com a expressão “amor só de mãe”, utilizada com três significados distintos homossexualismo e estupro, que talvez sejam menos prováveis pela situação de inscrição de tais apenados, que no caso dos primeiros já foram referidos, morrem, mas que no segundo caso exercem funções femininas internamente refazem as comidas das celas, limpam, tirando a cadeia em paz. Eis a tendência em acreditarmos que as representações de descrença em outra forma de amor, que não o da mãe,

sendo essas a pessoas que mais visitam os detentos⁵⁷, sem dúvida a proximidade da figura materna é o vínculo mais forte no interior das cadeias, mesmo sobre as relações matrimoniais.

Outras representações denotam a fé do apenado como a figura de Nossa Senhora Aparecida, padroeira dos detentos e figura muito comum nas tatuagens e, em menor grau, parentes e familiares que ao serem representados adquirem a função de lembrança familiar. Outros símbolos são de guerreiros como são Jorge, lutando para dar proteção, a âncora para manter a estabilidade emocional, e de times de futebol, jogo que paira no imaginário do cárcere.

Contudo, existem tatuagens que podem demonstrar a situação de periculosidade de algum detento, sendo feitas por detentos que passam a maior parte do seu tempo dedicado às atividades criminosas, no próprio interior da instituição. São representações de demônios, afastando seus inimigos; farpados, representando os muros da penitenciária; as cobras prontas para os botes; e as articulações com a criminalidade pelas teias de aranha.

Existiu ainda, à época efetuadas por um dos informantes, tatuagens bem elaboradas no Serrotão, já que eram oficializadas pela direção a entrada de agulhas descartáveis e tintas próprias para a prática, o que, como toda tatuagem, não custa relativamente caro, como tudo nesse lugar, e se comparado ao improvisado do motor de rádio, possuindo uma qualidade infinitamente superior pelas tintas e precisão nos traços.

As tatuagens averiguadas em detentos convertidos ganham um significado especial, já que depois de conversos são unânimes na contraposição à prática, como expressa Índio através de citação bíblica: “Pelos mortos não dareis golpes na vossa carne; nem fareis marca alguma sobre vós. Eu sou o senhor, Levíticos 19:28” (Trecho de entrevista com sexto informante, 2008).

Pesos destinados a musculação, cachimbos e maricas⁵⁸, seringas para o consumo de drogas, as bebidas, tipo "Maria Louca", como comentam dois dos principais informantes: “tomar carraspana nesse frio, tomar carraspana é cachaça artesanal, ela é feita com laranja, arroz , - Fica álcool puro meu irmão, embebeda mesmo, o preço tá na faixa de vinte reais, vinte reais deve tá o litro da cachimblema”⁵⁹. (Entrevista concedida por Severino dos Ramos Lima, Raminho, 2007). Já o informante reincidente detalha o processo, do seguinte modo: “Coloca o resto de comida, fruta o que tiver, enterra, depois pega lá, coloca, numa panela de pressão, pega uma liga e bota no bico da panela é a cadeira que eles chamam (Entrevista

⁵⁷Detentos que todo dia das mãos apanham, algum detento lembra do que ele fez.

⁵⁸Formas improvisadas de canudos e cachimbos usados no consumo de drogas.

⁵⁹Cachimblema que de forma irônica Severino dos Ramos Lima, Raminho, referencia como cachaça, chifre e problema.

concedida pelo informante reincidente, 2007).

Os Lençóis brancos com grafites são úteis para as reivindicações, no sentido de que a Revolução Francesa dos detentos, retira do lema: Liberdade, Igualdade e Fraternidade, quando da queda, mesmo que momentânea de suas bastilhas, formulam seus próprios ideais internos. Ideia de liberdade a que se liga a tatuagem do “Cavalo Alado”, conhecida como o sonho de liberdade. Justiça para que se agilize os processos de soltura, condenação e absolvição e a Paz, que reconhecidamente é adversa de todos naqueles espaços, como nos informa Severino dos Ramos Lima, Raminho, 2007:

Pano branco, os lençóis os cara usa a cor branca né, porque é mais fácil você pintar, colocar lá um pedido, uma reivindicação, seja queremos justiça ou juiz da sexta vara, ou guarda fulano de tal, ou diretor tal, tal coisa né é mais fácil você escrever, paz, liberdade, essas coisas (...). (Entrevista concedida por Severino dos Ramos Lima, Raminho, 2007).

Os lençóis são usados quando da revista ou rebeliões, mas, também, para as divisões dos pavilhões coletivos quando da visita íntima, sendo esse o único elemento que privatiza a relação do apenado com a pessoa que vem visitá-lo para ter com ele relações sexuais.

Contudo, talvez os principais artefatos sejam aqueles destinados a garantir a sobrevivência do detento, é o caso dos espetos ou xuxos.

Você sabe que com uma gilete, uma caixinha dessas de gilete, gilete, gilete mesmo prestobarba, a lamina você serra uma grade, pois é cara e quando há rebelião, quebra-quebra, quando há rebelião e quebra-quebra, geralmente fica pedaços de ferro, grades quebradas (Entrevista concedida por Severino dos Ramos Lima, Raminho 2007)

Esses são, sem dúvida, os principais responsáveis pelas mortes dentro das cadeias⁶⁰, eis como vai se posicionar corroborante de Marc diante de nosso interesse em indagá-lo: –Já escapasse de morrer?

Só umas trezentas vezes, vou lhe contar só a ultima agora, agora quando eu ia chegando transferido na PB I, “Cachete”, ele disse aqui você não passa cinco dias vivo, eu disse é? você pode mais do que Deus? pouco tempo depois mataram ele lá mesmo (...) na chapa, acho que foi uma desavença com uns caras de lá. (Entrevista concedida por Marc, 2011).

Já as “terezas” são cordas feitas com os lençóis entrelaçados com ferros nas pontas,

⁶⁰Difícilmente entra armas de fogo, pelo risco para os policiais e agentes, embora se tenha referencias a posse desses por parte de alguns “eleitos”.

destinadas às fugas⁶¹, junto com os túneis ou tatus. Sobre os túneis o informante reincidente comenta: “Eles tampa, mas não tampam direito, ai o cara cava de outro canto, ai faz o L, até o cara conseguir ir embora”. (Entrevista concedida pelo informante reincidente).

Essas são formas específicas de um conjunto de atividades que estão associadas à sobrevivência no interior ou fora das instituições.

Fazendo a associação entre trabalho e lazer, duas regiões de atividade humana que se repetem e se reforçam difundindo as técnicas culturais, por táticas desviacionistas que não obedecem à lei do lugar, já que a manipula, altera e tira partido desta, através de maneiras plurais de utilizar a ordem imposta por meio da criatividade, gerando efeitos imprevistos, dentro daquela aculturação⁶², eis as relações com inimizadas construídas nos anos de cárcere, encontro destes em outras instituições, ameaças e mortes, contadas pelo segundo informante.

Mas, que segue um repertório de operações próprias, “diante de uma produção racionalizada, expansionista, centralizadora, espetacular e barulhenta posta - e uma produção de tipo totalmente diverso” (CERTEAU, 1994, p. 94), na arte de utilizar os materiais impostos para outros fins, são as mesmas coisas que os meios populares fazem com as culturas de elite no sentido lingüístico, pela “vulgarização”, a tomar o poder da cultura dominante “o locatário produz operações”, no jogo entre o forte e as ações empreendidas pelos fracos, entre esses e contra esses como ele nos mostra.

Produtores desconhecidos da racionalidade funcionalista, continuando heterogêneos aos sistemas pelas astúcias, interesses e desejos diferentes em uma rede que as estatísticas não dão conta: “fazer com”, sobre as maneiras do que é usado e como é usado. As distinções sobre estratégias e táticas, a primeira postulando um lugar onde só podem gerir as relações pela racionalidade, em um sentido que na prisão sempre transforma a imposição da direção em relação aos apenados, que num lugar autônomo e seu domínio panóptico, é esfarelado pelo poder do saber originário, mais que pelo poder saber militar “o poder é a preliminar deste saber”.

Já a tática é determinada pela ausência de um próprio, sua autonomia encontra lugar apenas no outro, “tática é movimento dentro do campo de visão do inimigo”, um “não lugar” de mobilidade entre o tempo e as possibilidades, “a tática é determinada pela ausência de poder, assim como a estratégia é organizada pelo postulado de um poder”, as táticas são intervenções transformadas em situação favorável, mudam o espaço, uma estratégia do

⁶¹ Aquisição do alvará, o mesmo conseguido pelo detento quando de suas soltura.

⁶² E o perigo em que isso consiste para o observador participante que teima em não ser atuante, no sentido de não interferir no modo de vida desses.

dominado no domínio alheio “arte da guerra cotidiana” (CERTEAU, 1994, p. 110 a 102).

Eis que se consegue, dessa forma, compreender os laços que unem as práticas dos indivíduos em suas relações com dois mundos, o do exterior da fábrica, mas principalmente com o interior dela em sua forma original, sentidos também pelos supostamente não afeitos à condição operária, bem como os seus dois modos de vida interno, um aparente para observação dos agentes oficiais e outro em suas interações com os “companheiros”, sob uma maneira de observação das formas de condutas internas pelas formas do fazer, aqui num sentido distinto do senso comum e da divisão do trabalho.

Que não chegam à formulação de hipótese, nem de grandes pressupostos, não admitindo a distância das possibilidades de julgamento, mas proximidade das posições “no interior da empresa e jogos da reputação no espaço da residência” (WEBER, 2009, p. 16). Não supõe coerência entre os dois mundos, mas, ao contrário, enfatiza a interdependência entre o espaço interno e externo, e sua comunicação simbólica e efetiva entre as favelas internas e externas aos cárceres⁶³.

Cabendo, assim, tratar de dois tipos de materiais distintos, exterior, que desde o processo de industrialização nas grandes e médias cidades fomenta a formação das favelas externas, a confrontar discursos que ouvia e práticas no interior das favelas internas ao cárcere, e ao contrário, representações que forneciam evidências da lógica sobre as duas fábricas. “O ideal, para manter juntos dois aspectos da realidade”, dois pesquisadores no campo uma estratégia externa, sobre cidade e as observações sobre os bairros populares, mas principalmente sobre as reformas das prisões nestas e suas reformas internas, traduzidas nos compartimentos, mas, também, no fazer em cada espaço, o que equivale a compreender a especificidade da população, a instalação e organização da produção, constituição da população operária, em nosso caso específico entrada, morte, transferências, aumento das penas⁶⁴, saída, retorno.

Compreendendo as particularidades no trabalho paralelo pelo exterior da fábrica, no interior dos bairros populares, formados desde a industrialização, esclarecidos aqui pelo método etnográfico, fortalecido pelas histórias orais, dentre as memórias e esquecimentos, expondo as condições de autobiografias que influenciam os emparelhamentos de bandidos e de operários, que chegam às instituições prisionais do Serrotão, junto aos seus a fazeres, cedido em favor da direção ou dos detentos, por atitudes e aplicação de outras formas de

⁶³Através dos sistemas celulares que, em certo sentido, se transformam e uma arte do fazer entrá-los, no interior institucional.

⁶⁴Principalmente no que se refere aos castigos.

fabricos, pois: “o pensamento é espetacularmente múltiplo como um produto, e maravilhosamente singular como processo, tornou-se um paradoxo vivo e cada vez mais poderoso nas ciências sociais, conduzindo a teoria nas direções mais inesperadas”, relacionando-os com determinados significados culturais e tornando o problema mais maleável para descobrir como se organizam os significados, sob base de “uma matriz disciplinar” (GEERTZ, 1998, p.226 a 227) a etnografia do pensamento marginal.

Os resultados que pude obter com minha pesquisa são de fato, indissociáveis, a meu ver, da análise de seu desenvolvimento. Embora a auto-análise sociológica do etnógrafo raramente seja efetuada, pôde-se constatar sua utilidade, ou mesmo afirmar a banalidade de seus princípios. Logo, este preâmbulo mitológico, ao mesmo tempo teórico e técnico impõe-se ainda mais. (WEBER, 2009, p. 22).

Pois visa a descrição de um mundo específico, onde o pensamento faz algum sentido e são estimulados pelos sentidos; “temores poderosos e absorventes”, envolvendo o tráfico com as formas simbólicas disponíveis, considerando entre essa “cognição, emoção, motivação, percepção, imaginação, memória” como próprias do local.

Consiste em navegar no paradoxo, os vendo como uma fábrica as quais eles capturam ou se entregam para “representação da autoridade, a demarcação de limites, a retórica da persuasão, a expressão de compromissos, e o registro da discordância” (GEERTZ, 1998, p. 229), através do desconforto de maneiras nem sempre concordantes e o medo, que é o “sumário”, deste despojo e dos que se dedicam a casos específicos.

Acabando por alterar a relação teórica com o estudo das práticas, antes entregues a passividade e à disciplina, mas que mudam de eixo passando a fluídas, localizada na individualidade, através de uma pluralidade, muitas vezes contraditória, entre os modos de operação e a ação dos sujeitos sob lógica própria; “combinatórias de operações”, levada a cabo por dominados ou consumidores, “o cotidiano se inventa com mil maneiras de caças não autorizadas”.

(...) então os presos que residem, que cumprem suas penas na parte administrativa eles têm maiores condições de retornar ao convívio na sociedade, porque eles têm o contato direto com os funcionários da casa e desenvolvem suas atividades laboratoriais nesses espaços, né, são desenvolvidas atividades na cozinha, na enfermaria, na parte jurídica, na parte administrativa, então, todas as atividades que são desenvolvidas aqui no presídio, são de mão de obra dos apenados uma reforma num prédio, uma pintura, um serviço de mecânica, um serviço hidráulico, tudo o que você pensar, parte elétrica, a parte de serrarias, tudo desenvolvidas por apenados, o único local que não tem apenados é a parte de segurança, mas nos outros locais nós temos apenados. (Trecho de entrevista concedida pelo informante oficial).

Então, atividades oficiais desenvolvidas no presídio do Serrotão são mínimas como nas maiorias das prisões, a agricultura que deveria ser a atividade básica em se tratando de penitenciária agrícola é destinada a verduras (coentro, alface, cebolinha), muito pouco tomate, cebola, em casos macaxeira, batata doce⁶⁵, todos os produtos, são utilizados nas cozinhas, havendo também pequena criação de galinhas⁶⁶, ficando contraditoriamente em plano inferior à caprinocultura, atividade oficializada, desenvolvida pelos diretores e agentes oficiais nas áreas vagas, próximas aos muros de segurança, havendo, dessa forma, plantio de capim para pasto cuja alimentação e manutenção de cada animal se fazia por detentos⁶⁷, em atividade que foi suspensa em 2008.

Mesmo nas prisões se tem trabalhos mais especializados que vão desde o auxílio a enfermaria, trabalhos elétricos pela central, na cela da casa de força, atividades administrativas em todos os sentidos, do computador quando o detento possui mais estudo, entregando e arquivando processos, bem como serviço de recepção a visitantes com cafés, água, mesmo a parte sonora desenvolvida por um detento⁶⁸.

Mas, principalmente o serviço braçal em favor da direção, construção, pintura, mecânica de automóveis, corte de cabelo, encanações, atividades nas cozinhas, duas; a da direção, em modelo mais simples que funciona por maior flexibilidade dos seus funcionários⁶⁹ e dos apenados, em modelo mais complexo, funcionando com materiais industriais, produzindo café às 7h30, após a saída dos albergados, que por vezes fazem primeiro essa refeição, aonde é servido pão, produzido na oficina de panificação, talvez a atividade mais profissional e que tem serventia nas ruas⁷⁰, e café,

ele nunca pode desenvolver uma personalidade que venha a usar a autodestruição, como a famosa "Neurose", o cara acorda de manhã, não tem uma comida que preste, você já vai ali na fila, pegar aquele cafezinho minguado que quando o cara acaba de tomar da dor de barriga, um pãozinho, e tudo aquilo ali cara vai trazendo revolta, vai trazendo revolta e não (...). (Entrevista concedida por Severino dos Ramos Lima, Raminho, 2007).

Almoço, a partir das onze e meia, serve basicamente feijão, arroz por vezes macarrão e carnes (todas vindas da Cozipe) e as verduras, extremamente escassas, na chácara. Sendo assim a cozinha dos detentos produzem, cerca de novecentas refeições, também pode

⁶⁵Contraditório já que esses fermentam, sendo barrada sua entrada nas quentinhas em dias de visita o que não evita a fabricação de bebidas, Maria Louca.

⁶⁶Nesse caso em benefício da direção do presídio à época.

⁶⁷Através do pasto que seguramente facilitava esconderijos de detentos que conseguissem escalar o primeiro muro, ou facilitava plantio de cannabis.

⁶⁸Esse que curiosamente casou-se com a psicóloga do presídio à época.

⁶⁹Sem dúvidas mais estigmatizados que os cozinheiros da cozinha dos apenados.

⁷⁰Excetuando logicamente os "mestres" padeiros profissionais detidos.

acontecer de apenados que ali trabalham efetuarem ou serem confundidos com quem faz serviços próprios dos agentes como vigilância e informação de distúrbios e mesmo intenção de fugas e a cena a qual presenciamos e que exemplifica a relação entre detentos da cozinha e da favela: “olha ai barreira me ameaçando dizendo que se eu descer ele me mata e a intervenção do coordenador -barreira já foi pra todo canto e não tem jeito,- ele pensa que eu tenho medo dele é (...) pega a faca da carne e encrava na madeira da carne”.

Nesse momento o pesquisador tem noção exata do código da caguetagem e como esta gera represálias individuais e coletivas, para quem todo dia serve almoço, caso a direção entenda necessário. Contudo, na maior parte das vezes, o detento da favela quesubia para a cozinha para encher seus pratos e vasilhas, atualmente a direção faz alguns detentos irem deixá-las nas portas dos pavilhões, eis os motivos das rixas, pois são tidos como informantes e assim não podem morar junto dos outros apenados e passam a serem cotidianamente ameaçados de morte: “então essa história de dizer que a cozinha, pelo menos, pelo menos aqui no estado da Paraíba, é o lugar que pelo menos é o coração da cadeia, não é, é o lugar de pessoas que subiram, por coisas erradas né cara”. (Entrevista concedida por Severino dos Ramos Lima, Raminho, 2007).

Enfim, os detentos funcionais convivem e são confundidos freqüentemente com estupradores, presos de facções inimigas e principalmente caguetes, o que faz com que se misturem e se confundam as identidades entre detentos funcionais e mal vistos do seguro.

O café da tarde é servido às três e meia da tarde, semelhante ao café da manhã, sobre essa questão o informante da enfermaria corrobora com Raminho “– se tomar e beber água ou escovar os dentes quebra na hora (...) já num tenho mais nenhum inteiro”. Às dezessete horas é servido o jantar⁷¹, cujo cardápio é basicamente sopas, feito com as sobras do almoço adicionado a medida que complete a quantidade estabelecida.

Assim, basta ver algumas fotos de presos antigos para confirmar a idéia de que na cadeia, pelo menos no estado da Paraíba, ninguém passa fome, exceto em castigos, mesmo assim não se teve noticia de tal fato, o que contrasta entre quantidade e qualidade. algumas vezes eu já almocei na cozinha dos apenados, observei que o prato é feito pelos outros detentos, que praticamente são obrigados a colocar quantidades de encher as vasilhas trazidas pelos detentos, já que, muitas vezes, essas são refeitas no interior das celas, com auxilio das pedras de fogão. já na cozinha da direção o sistema é de *self-service*, inclusive com verduras, o que não ocorre na parte de baixo. Sobre a forma como se dá a base para o refabrico da comida

⁷¹Antigamente antes da chegada albergados, que hoje em dia cumprem os albergues em na Casa de Detenção do Monte Santo.

nosso informante reincidente comenta: “A pedra de fogão é você pegar um tijolo, tirar a parte de cima, deixar ele oco, pegar a pedra que prende a mola, na feira vende e coloca a mola de resistência”. (Trecho de entrevista com o informante reincidente, 2007).

Elaborações bem feitas, destinadas a sobrevivência dos detentos, eis os fogões artesanais e os túneis das cadeias, o primeiro para a manutenção interna, se faz por meio de tijolos encontrados nas reformas internas ou rebeliões, de onde é retirada a sua parte interna, para que permaneçam apenas com a parte externa intacta o tornando oco e tampado com cimento ou barro os primeiros furos, a evitar escapar calor, para em seguida serem postos molas de resistência elétrica, percorrendo a parte circunscrita pela pedra de fogões, estrutura de barro com formato semelhante a um labirinto e que comporta a resistência e seus pólos conectados por meio de um fio e inseridos na instalação elétrica do presídio e os bicos de luz e extensões feitos quando necessário, basicamente na parte interna da cela. De forma que o alimento é trazido das cozinhas em panelas pertencentes aos detentos ou pratos individuais, sendo aquecido e praticamente refeitos com os ingredientes de tempero e condimentos, trazidos pelas famílias dos apenados em dias de visitas.

Nesse sentido, mistura-se comida em banha de porco, óleo ou margarina, sem dúvida isto ocorre porque a cozinha, como vimos especificamente na penitenciária do Serrotão e segundo relatos sobre outras instituições da Paraíba, é o local de detentos mal vistos ante os outros apenados, daí a comida ter uma qualidade inferior e a busca de melhoria da condição destas pelo preparo nos fogões artesanais. Com isso arriscam tomar choques no contato com os pólos elétricos e de curtos-circuitos e que podem fazer com que a penitenciária tenha sua luz externa cortada, sendo momentaneamente sustentado pelo gerador, o que pode acarretar punições aos adeptos de tais práticas ou que podem gerar situações piores como os incêndios, que geralmente em prisões são fatais, pelas quantidades de colchões, panos e materiais incendiáveis e também pela falta de circulação do ar e fechamento dos pavilhões, o que comumente termina em asfixia.

O que, contudo, não intimida aqueles que são recompensados diariamente com alimentação de melhor qualidade, tanto que grande parte dos apenados a tem como rotineira. Ainda o alimento se faz preparado não pelo aquecimento como nos fogões convencionais, mas por condução de calor provindos dos pólos elétricos, daí a necessidade de grande proximidade entre os pólos e as panelas de alumínio que contém os alimentos e que segundo nosso informante reincidente: “cozinha tudo, pode botar um boi que cozinha” (Entrevista concedida pelo informante reincidente, 2007).

É nesse sentido que também são elaboradas as chapas utilizadas, principalmente, na

fritura de carnes e em casos especiais em alguns churrascos promovidos pelos apenados, tendo por base as carnes negociadas entre agentes e visitas ou, em último caso, regrada das refeições e bebida industrial, cuja penetração é constantemente relatada, contudo não acessíveis a todos os detentos pelos seus preços. Sendo que boa parte se contenta com a “Maria loca”, aliada à idéia dos fogões, também, é comum a utilização de candeeiros ou para melhor iluminação de alguns pontos principalmente após nove horas da noite.

Alguns detentos, tanto do seguro quanto da favela, têm direito de estudar, o que embora seja reconhecido como caminho para um futuro pós prisão, não se faz atividade atrativa, principalmente, para os segundos, as atividades são efetuadas pelas manhãs e às tardes, com o horário de uma hora de aula por dia, que contempla apenas o ensino fundamental, na Educação de Jovens e Adultos (EJA), o apenado que o conclui pode ainda continuar com o benefício da remissão, caso passe a dar aulas no interior dos pavilhões ou exercer a função de chefe deste.

Embora seja atividade reconhecida de uma forma geral como benéfica aos apenados, no sentido da produção mental, diferente das demais horas do dia e pelo benefício conseguido, é muito baixo o índice de pessoas que saem de seus pavilhões para estudar no seguro, talvez a grande causa esteja na forma de ensino que produz uma “regressão etária” do apenado por meio de métodos infantis e não por meio de um sistema integrado de educação para jovens e adultos articulado, ou mesmo pelo maior contato com os agentes oficiais, o que não agrada a maioria dos apenados, que saem algemados em fila dupla, sob escolta de agentes no trânsito da favela à escola, o que se entende como humilhante.

Sobre a “Infantilização” dos apenados, esses passam grande parte de seu tempo assistindo programas infantis, desenhos. Os detentos, em sua maioria, preferem atividades que gerem distrações por meio do divertimento, é o caso de pessoas que passam todo o dia jogando futebol, apostando corridas “o cara sobe lá na pedra e aposta corrida até o portão da favela” (trecho de entrevista com informante reincidente, 2007), situação parecida a presos que se dedicam a diversões mais sedentárias como dominó, baralho, também sob apostas, além de ficarem escutando som e assistindo DVDs, liberado até nove horas da noite.⁷²

São as práticas de apropriação como indicadores da criatividade que emerge onde desaparece o poder, essa é a marginalidade cultural da massa, “essa marginalidade se tornou maioria silenciosa” (CERTEAU, 1994, p. 44), sempre heterogênea, funcionando de modo relativo às situações sociais e as relação de forças, a exemplo das ciências como a medicina

⁷²Quando entra em vigor a lei do silêncio.

social e o direito penal, deslocando a razão do mais forte, por táticas do consumo e da engenhosidade do fraco, tirando partido do forte, mas também desembocando numa politização das práticas cotidianas, funcionando, como revela Certeau (1994) em três modos: pesquisas das problemáticas do material coletado, descrição de práticas e sua extensão a setores científicos de uma lógica, aparentemente, diferente do que essas pretendiam.

Mesmo que exercidas no interior de um espaço tecnocrático, onde se formam trilhas, em parte ilegíveis, que desenham as astúcias de interesses e de desejos que não são nem determinados, nem captados pelos sistemas onde se desenvolvem, sendo necessário captar o material e não apenas sua forma prática, para chegar à inventividade artesanal e a discursividade entre “história e operações heterogêneas” e do cotidiano, esses são os termos para distinção entre as estratégias e as táticas.

Onde estratégias são as relações de forças no momento em que um sujeito é isolável de um ambiente em um lugar próprio, sob gestão cientificamente aceita, escondendo a relação de poder num lugar próprio ou institucional, imposições estimuladoras da invenção, improvisos, em termos opostos e complementares.

A isso consideramos a tática, parasitaria do tempo e do lugar do outro: “captar no vôo”, transformando acontecimentos em ocasiões, tirando partido das forças nos momentos oportunos, a partir da combinação de elementos heterogêneos. Em síntese “decisão, ato e maneira de aproveitar a ocasião” que se multiplicam com o esfrelamento da estabilidade, se manifestando a ponto de a inteligência ser indissociável dos combates e dos prazeres cotidianos.

Quanto mais coagido, mais envolvido e enquadrado “o individuo se destaca deles sem poder escapar-lhes, e só lhe resta a astúcia”, como maneiras de reapropriação do sistema, visando uma “terapêutica de sociabilidades deterioradas, que usam técnicas de reemprego onde se podem reconhecer os procedimentos das práticas cotidianas” (CERTEAU, 1994, p. 52), sendo essa política das astúcias o meio entre manipular e gozar no interior de uma ordem aparentemente estabelecida.

Em relação ao artesanato propriamente dito é comum sua elaboração e comercialização em dias de visitas, aí são produzidos praticamente todos os adereços desde brincos, pulseiras, tocas e colares a bolsas, grafites e carteiras costuradas com agulhas de crochê, as mesmas utilizadas na elaboração das tatuagens, e fios de lã, para em seguida serem feitas alguma pinturas ou, mesmo, colagens com rótulos de cigarros, todas a serem comercializadas, a baixos custos, até porque “não se pode” entrar com grande quantidade de dinheiro.

Há que haver uma sensibilidade específica que participe da totalidade da vida e que seja tão ampla e profunda quanto a vida social local “uma expressão grandiloquente dos prazeres do artesanato” (GEERTZ, 1998, p. 149), que se afaste das visões funcionalistas, dos mecanismos que definem as relações sociais como regras de valores.

Que mesmo aqui, em relação ao comércio se faz atividade transitória entre os fazeres oficiais e oficializados, primeiro por ser a atividade mais bem desenvolvida no interior das prisões “tudo se compra”, sendo assim é uma atividade oficializada, por serem presentes de acordo com a permissão ou não da direção, quando são aceitos, apenados montam pequenas cabanas, destinadas à venda de refrigerantes, água, sucos, biscoito, pipoca, isqueiro, cigarros, tudo a um preço inflacionado, considerando à parte externa a penitenciária, contudo se consegue⁷³.

Mesmo o cimento utilizado por alguns apenados na fabricação de marombas fundamentais, onde se busca areia no campo de futebol⁷⁴, para em seguida negociar⁷⁵ quantidade de cimento, fazendo a massa aplicada em latas de tinta nas duas pontas atravessada por uma barra de ferro, serradas das grades⁷⁶, que servem de apoio para as mãos, salientando que no primeiro momento em que realizamos a pesquisa essa era uma atividade oficializada (2005-2008), podendo os detentos do regime seguro desenvolvê-la, a partir das quatro horas da tarde e na favela uma prática culturalmente admitida, já que se não aceita são usados os ferros das confluências das celas para fazer barras, além dos apoios de frente, onde não faltam espaços para estes.

É um tipo de atividade, que para alguns se tornam imprescindíveis, devido à construção de inimizades por praticamente todos os apenados, dificilmente se vê um detento antigo sem inimigos internos. Aliado a isso tem o fato de que estes devem decidir suas situações propriamente na força física, mais do que auxiliado por qualquer instrumento como revólveres, conforme relatado por Severino dos Ramos Lima, Raminho, 2007:

(...) não já teve um tempo que revolver dentro do Serrotão era como se fosse água de coco na boca de criança, tinha com força viu meu irmão, esse comando safado que tinha ai uns cara usava o revolver mesmo, impedir? como?, inclusive eu sofri um atentado, os cara tava com um revolver me esperando pra matar, os cara foram lá dentro me avisaram a gente se juntou lá tomamos o revolver do cara lá dentro (...).(Entrevista concedida por Severino dos Ramos Lima, Raminho, 2007).

⁷³Vê filme “Sonho de Liberdade”, nome de tatuagem.

⁷⁴Assim como também transportam essa das areia das celas para o campo de futebol, principalmente quando da construção de túneis ou tatus, em atividades desenvolvidas de madrugada e pela manhã.

⁷⁵E ai o escambo das prisões onde mesmo os mais pobres têm algo a oferecer, é o risco de se tornar robôs de prisões.

⁷⁶As mesmas dos xuxos.

Tendo em vista a restrição na entrada de revólveres, contudo o fato de que praticamente todos os grupos de detentos possuem espetos ou xuxos, estabelecendo um sistema de confronto, onde quem tiver armado terá vantagem, mas não sairá vencedor se não tiver força suficiente individual e entre os outros apenados para conduzir a ação.

Esses detentos possuem tal *status*, primeiro por serem antigos e de certa forma, segundo seus próprios depoimentos, serem “manjados”, reconhecidos como grandes traficantes, com potencial de matadores de policiais e líderes de rebeliões, cujas mitigações se fazem constantes a cada tentativa de burla do sistema oficial, por parte desses, mas também de outros detentos, daí a função do controle das prisões, fazer com que o meio oficial não atinja diretamente alguns como relata raminho, algemados e espancados devendo ser forte para resistir vivo às situações de violência quando das revistas. Mas, também, um detento antigo poder ser “pai” de detentos mais jovens, robotizados pelo cárcere, como as informações ocultas e expostas; Enquanto o segundo informante fala que pelo código, todos seriam iguais, outro detento, o interrompe dizendo que ele era um pai, por ceder roupas e lençóis, aos presos mais necessitados.

Nossa aprendizagem a respeito das interpretações por pontos de vistas parciais articulam formas que conectam a arte e a vida coletiva, encontradas por um meio interpretativo parcial, materializando formas de viver pensar e agir e os tornando visíveis⁷⁷; “uma conexão ideacional - e não mecânica” sobre a localidade, buscando de forma precavida as sensibilidades que elas ajudam a criar através de seus “símbolos do poder” (GEERTZ, 1998, p. 150 a 152), sendo mais que o apelo estético, mas reações ligadas a interesses mais amplos que a realidade social revela e que chega às artes corporais, e suas psicologias, contidas nas representações simbólicas das tatuagens e seus códigos de significados.

A partir de então, a sensibilidade desenvolvida, como a arte, em meio a várias habilidades interpretativas, conclusivas e posicionadas, e não apenas expositiva, tiram do objeto circunscrito não apenas suas formas de fazer com aquilo que seja possível, mas também aprofundam um tipo de conhecimento específico sob “transmutação de uma arte social e popular de agrupamentos (...) pessoas que não estão gesticulando ou investindo, ou fazendo trejeitos” (GEERTZ, 1998, p. 160), buscando destas, seus intercâmbios e sentimentos, em junção com aspectos diferentes por entre seus moralismos e astúcias⁷⁸. Aí a arte se torna possível, no sistema geral de formas simbólicas da “cultura”, existentes na

⁷⁷Para afirmar os contragolpes sobre as tentativas de invisibilizações modernas.

⁷⁸É isso que se busca mostrar e ao mesmo tempo indiciar o que de fato se procede de diferente do que se diz aluguel de armas no serrotão.

própria sociedade local, por meio do tráfico de substâncias e a posição difícil, mesmo para um informante que cumpriu sua pena, já que seus laços e relações com os presos dificilmente se acabam, eis que quando o detento da enfermaria já se encontrava solto, freqüentemente falava da necessidade de visitar os amigos, o que não podia por causa das carteiras, exigidas na entrada, ou quando da procura de contato com o informante-poeta e ele estava na “cova da onça” no José Pinheiro, mas também por seus atos constantemente novos e renovados, bem como pelo processo de “empurra-empurra da vida cotidiana”, essa é a etnografia que faz do próprio detento seu veículo de significados, indicadores e símbolos que desempenham papel na vida interna.

Sabe-se que para manter-se em uma maior segurança nas prisões a maior parte dos detentos se utilizam dos ferros que restam nas construções internas ou que são coletadas quando de rebeliões e reformas, recolhendo pedaços de serras ou adquiridas nas visitas, para cortar-se o ferro necessário a se tornar um espeto, a partir daí se molda com pedras a se tornarem mais pontiagudos e se amolam nas próprias calçadas das mini ruas. Em alguns casos se produzem também seus cabos para dar mais aderência em momento de conflitos, esses são feitos com um pedaço de pano envolto ao ferro já em formato de espeto e em seguida derretido plástico em cima do mesmo, como forma de fixar melhor o tecido e dá sustentabilidade às mãos, para logo após serem enterradas no pátio em um local mais freqüentado pelo grupo do qual faz parte, ou nas próprias celas e retiradas quando de “batidas”. “O cara quando vê ta todo mundo gritando oh o óleo, oh o óleo, quem tiver com suas coisas que se assumam ou dê fim”. (Trecho de entrevista com o informante reincidente).

As terezas aqui assumem serventia específica⁷⁹, são utilizadas como apoio aos castigos, por meio de lençóis e cordas em forma de trança a se tornarem mais rígidas e podendo conter pedras nas pontas para o maior impacto e ferimentos, assim são lançadas mãos em momentos semelhante ao dos barrotes⁸⁰ dívida suportável ou pequenas infrações ao código ético moral elaborado entre os internos, certamente a partir de 2003, com a rebelião que culminou, na morte e transferência das pessoas que rememoravam o fato como: “comando safado” e a vigência de tais regras, desde então.

É possível que na seqüência o indivíduo punido venha a sofrer expulsão da cela e do pavilhão e, em casos extremos, a execução, sempre sob aval de alguns, mas principalmente das regras, já que os primeiros são profundos conhecedores e/ou fundadores destas. “Feriú é

⁷⁹Já que a principal forma de utilização das “terezas” são para fugas, para conseguir o alvará, liberdade, por meio de lençóis entrelaçados junto a cabos de vassouras e lançada em pontos fixos a serem escalados sobre os muros.

⁸⁰Pedaços de madeiras utilizados nos castigos corretivos das prisões.

ferido, matou é matado, roubou, leva um corretivo grande, isso é feito por nós próprios, ali no mundo do crime”.(Entrevista concedida por Marc, 2011).

Todas as formas de castigos nas cadeias são aplicadas sob brutalidade dos espancamentos violentos, contudo varia do castigo leve ou boi, o que leva aos detentos a passarem 2h00 – 3h00 com pedras na cabeça "leva um pau grande e vai passar de 2 a 3 horas com pedras na cabeça pra deixar de mancar no sistema" (Entrevista concedida pelo informante reincidente, 2007), até os homicídios de vingança individual ou coletiva e o caso extremo da morte espetáculo aos moldes medievais, sem dúvidas piorado, dos assassinatos dos estupradores no interior das prisões.

Que novamente ao invés da morte prefere abordar a sobrevivência por meio das terezas, qual vimos a pouco utilizadas como instrumento punitivo, agora os lençóis têm suas extensões enroladas e amarradas uns nas pontas dos outros a tornarem-se semelhante a cordas, comumente tendo cabos de vassouras intercalados entre esses a dar maior rigidez no comprimento da corda, a conseguir alcançar um ponto fixo de concreto, geralmente nas partes que dão suporte as cercas eletrificadas, junto às guaritas⁸¹, em uma atividade bastante arriscada pela dificuldade da empreitada e pela punição em que consiste, um foragido com quase todos os membros quebrados e jogado no canal, se tratando na enfermaria do presídio

Contudo, as atividades de fugas são estimuladas pela cultura própria dos detentos de cada instituição prisional, mas que localmente, assim como de uma forma mais geral são permitidas durante as madrugadas, sob exceção do estatuto e durante a eternidade pela justiça segundo relata o informante reincidente, quando diz que: “o juiz disse pode tentar sete vezes, sete vezes durante o dia, mas conseguir é outra historia meu irmão”, mesmo sendo notórias as possibilidades de revistas gerais, apreensões e castigos para alguns, que fazem parte e ou chefiam as celas como o segundo informante; “o diretor sabe função da gente num é entregar não”, suspensão das visitas e das atividades recreativas, se relevam todas as outras questões quando se tratam do “sonho de liberdade” que se acomoda de tal forma no imaginário dos detentos, que por vezes é necessário os familiares se responsabilizarem pela entrega de tais planos, o que não deixa de ser outro risco para o preso.

De forma contrária relatos de detentos cujas portas do presídio foram abertas para sua fuga e cuja recusa se fez no âmbito da certeza de sua morte ao atravessar os portões daquela instituição prisional, porque o *status* adquirido pelos conhecimentos entre os poderes e saberes, com o “Serrotão”, desperta conhecimento, curiosidade e enfrentamentos para o

⁸¹Comumente conseguidos com a ajuda das escadas humanas.

ajustamento das identidades entre detentos, agentes e policiais e entre essa constante dubiedade da fuga entre conseguir artesanalmente ou ser facilitada ou mesmo ser uma cilada.

Essa é a aparente conveniência que possibilita saber em que momento alguma guarita não tem oficial⁸², além de evitar o “falatório” mesmo sabendo que isso constitui crime internamente “caguetagem”.

A partir de então começam a serrar as grades dos próprios pavilhões, já que as celas são abertas entre si, sendo assim substituídos por divisórias de lençóis, pedaços de compensados, colagens etc, para em seguida, fazerem escadas humanas para com o auxílio da corda, subirem os muros das guaritas e ou saírem pelas mesmas ou se arriscarem um pouco mais pulando as cercas elétricas e fugir até que alguém note e comece “a chuva de bala”, por parte de agentes e guardas da Polícia Militar.

Essa passagem para a rua, que na parte superior dos pavilhões conta apenas com uma contenção de muro, na sua parte inferior ainda não dá acesso ao meio externo, principalmente nos fundos do presídio, pela dupla contenção de muros que faz com que o detento seja obrigado a utilizar o mesmo procedimento duas vezes, para conseguir o seu alvará, termo utilizado pelo judiciário e significa a liberação do apenado e que adaptado à cultura interna da fuga forma a linguagem interna sobre esses. Tanto no sentido dos alvarás oficiais, quanto dos marginais se torna festa entre os mais próximos, já que é o dia em que um companheiro ganhou liberdade e que também nos dois sentidos os apenados deixam seus objetos principalmente roupas, colchões e utensílios domésticos de menor valor, mas de grande valia para os internos.

É para fazer este comentário que paramos aqui na descoberta de roupas “especiais”, feitas pelos detentos com garrafas descartáveis e emendadas com fitas isolantes, a evitar o contato dos membros ou do tórax do detento com a cerca eletrificada, numa criação que une o que seria bizarro a uma elaboração inédita, nas prisões nacionais, segundo pesquisamos.

Sobre os lençóis especificamente, são tratados como matéria prima de outros dois tipos de manipulação interna para a melhoria da qualidade de vida, onde uma refere-se à privacidade, pois serve de divisória no interior das celas, separando a área que deve ser utilizada por cada apenado e, mais especificamente, para manter uma privacidade nos dias de visitas íntimas. Além do que se estabelece crime a invasão do espaço de outro detento sem sua autorização, o que evita, em parte, pequenos furtos internos e ajuda a manter uma certa

⁸²E das observadas disputas entre agentes e oficiais para nomeação como diretores, essas são uma das principais causas de facilitação de fuga nas prisões, já que temos três níveis de identidades, uma marginal e duas oficiais que nem por isso deixam de disputarem o controle de tais fontes.

privacidade nas celas coletivas, mas também nas celas individuais sob as mesmas funções.

Os lençóis brancos se fazem fundamentais quando dos motins ou rebeliões, servindo para escreverem alguns recados geralmente com suas reivindicações. Cabe-nos aqui observar os lemas da revolução francesa de liberdade, em sua forma social em termos de liberdade de expressão, que chega até os detentos como liberdades sonhadas; igualdade, que socialmente estabelece uma utopia afirmada quando da noção de justiça interna, já que a justiça oficial apenas se interessa na reclusão e no lucro sobre esses; e a ideia de fraternidade que pode ser entendida internamente como paz, até porque as diferenças, embates e combates entre as diferentes identidades internas oficiais e marginais, produzem relações de forças, a que são submetidos e submetem a todos, restringindo o cotidiano, menos na busca de fraternidade e mais pela simples manutenção da paz interna.

Em relação ao consumo se faz necessário uma série de artifícios como a produção de maricas e cachimbos, onde no primeiro caso serve especificamente para o consumo de canabis ou mesclados com crack, esses são elaborados como com mais diversos tipo de matérias como ossos lixados e envernizados, canos ou pedaços de antena, tudo que tiver forma de cano, isso porque se faz norma entre os apenados o consumo até o fim de cada cigarro, contudo os mais bem feitos são de fato os cachimbos, utilizados exclusivamente no consumo de crack, sendo elaborados com joelhos de cano de pvc com o papel laminado envolto em uma de suas extremidades em que se faz pequenos furos que dão suporte a pedra e possibilitam seu consumo dosado. Outra forma de cachimbo se faz elaborada com a tampa das garrafas plásticas perfuradas e sua parte lateral e posto um cano do tipo de antena de televisão que possibilita seu manuseio e outro pequeno furo na parte superior onde fica o papel laminado que evita que o aquecimento da pedra derreta o plástico, sob artes do fazer destinadas ao endividamento e a morte.

É quando entra em vigor da lei do silêncio, que também exige ambiente escuro para o descanso, mas que não impede o consumo de drogas e cigarros e, mesmo que algum detento mantenha-se acordado, daí a necessidade desses artefatos produzidos com cobre de bicas ou com pedaços de alumínio de antigas panelas para em seguida serem elaborados bicos de cordas que darão suporte a pedaços de cordas que embebidos em álcool ou óleo, servem como pavio e fazem com que ilumine partes da cela, possibilite acender cigarros ou drogas, e sirva em pequenos preparos alimentícios como café, chá, pão quente, alguns lanches sem que isso cause um transtorno a outros detentos, principalmente no caso de celas e pavilhões coletivos.

A estrutura arquitetônica artesanal mais elaborada pelos detentos inspirou o maior assalto da História do Brasil e é uma prática, comumente usada, sobretudo pelos detentos que

têm pena longa a cumprir, são os "tatus", túneis de cadeia feitos no pátio ou no interior das celas. O método consiste em cavar o chão, colocando água nos buracos para malear a terra e aprofundar a construção ou quando cortada a água enfrentar o chão de massame do Serrotão. Na maioria das vezes quem começa um "tatu" encontra auxílio de outros que têm o mesmo objetivo. Porém, o desafio inicial é "achar a cela do tatu", visto que quem ceder à cela pode se livrar da cadeia mais cedo ou ser castigado violentamente, dependendo do sigilo entre os próprios apenados e da capacidade de agilidade dos "arquitetos", bem como, o financiamento pelo mantimento dos interessados com alimentação, droga, afinidades, "tem que ter alguém que comande de alimento, droga, financie" (Entrevista realizada como o informante reincidente, 2007). No entanto, qualquer revista pode gerar conseqüências para toda a cadeia como, por exemplo, a suspensão das visitas, daí o perigo e a violenta repressão da caguetagem entre os apenados. Ainda pode ocorrer da perfuração de um túnel ser descoberta e o trabalho de fechamento do buraco ser mal executado, assim se direciona outro túnel de outra parte (cela ou pátio) a encontrar-se com a parte que não foi completamente tapada, economizando alguns metros de trabalho até ser conseguida a fuga.

E que se torna mais seguro e prático, pois fragmenta a identificação pela cela dos autores entre obras e operários respeitados no interior prisional, sejam pelos meios oficiais ou marginais pela sua engenhosidade, mas também pela sua ligação profissional aos serviços gerais, mesmo que negado pelos sindicatos corrompidos, de pessoas que como estes apenas têm os braços, para trabalhar ou praticar crimes, os pedreiros e serventes, daquela instituição, dependendo de suas condenações passam grande parte do tempo recluso literalmente arquitetando o plano, suas condições de viabilidade e buscando as pessoas certas, que têm pulso ante os outros apenados, para que alguns saibam e fiquem calados mesmo sabendo da impossibilidade de sua fuga em tal plano e em casos agentes corruptos a fazerem "vista grossa" e ingressar com alguns objetos necessários, como grande quantidade de fios, bocais, lâmpadas ou lanternas, ventiladores e alguns instrumentos de construções, que de fato ao longo dos meses ou anos vão sendo utilizados.

Internamente reunidas às pessoas, dito o plano, exigido o silêncio sob pena de morte aos delatores de acordo com código prisional, busca-se algum desses apenados dispostos a cederem suas celas para o início da obra, que não pode contar com grande número de operários devido ao perigo que isso consiste e pela movimentação que causa e principalmente nos momentos de alimentação, em que ficam próximos dos demais e manutenção da relativa normalidade sobre o que passa, mas também fiscalizar o comportamento dos companheiros e pela imposição evitar sugestões ou entregas, da obra.

O reforço extra se dá durante as noites e principalmente, nas madrugadas. Esse é um tipo de trabalho que se faz pelo serão. Assim, inicia-se a perfuração geralmente nos banheiros ou em locais pouco visíveis nas celas, escondidos entre os pertences de alguns apenados, por sobre as camas de alvenaria, utilizando os colchões tanto para ocultar o procedimento como para diminuir o barulho nos momentos da construção.

Que é basicamente buraco que precisa ser fundo para que a estrutura não desabe sobre os detentos em fuga, mas que via- de- regra se faz sem nenhum material de construção especializado como pás, inchadas, martelos ou brocas exceto se comprado, junto ao risco dessa aquisição. Nesse tipo de engenharia são utilizadas colheres, as próprias mãos pedaços de ferro e pedra para escavar, sendo a areia retirada desses armazenadas em sacos feitos com lençóis costurados em suas laterais, e camisas, sendo armazenadas nas próprias celas para serem jogadas, aos poucos no pátio ou em grande quantidade quando da não vigilância em certas guaritas, auxiliada pela constituição toda em areia do pátio daquele presídio, o que dificulta a percepção do engenho, essas são as formas em que as areiasse movem no *Presídio Regional do Serrotão*.

Quando o plano se encontra em pleno andamento se faz necessáriaa utilização de ventiladores o que diminui o calor no interior deste e faz com que o trabalho ande mais rápido, além da necessidade de gambiarras, para que sua extensão seja iluminada, através de fios contendo nas suas pontas bocais a serem inseridas lâmpadas, para observação no interior da escuridão da perfuração, cuja importância fundamental está no comprimento satisfatório do fio, bem como das pessoas que não apenas ajudam as escavações, mais literalmente financiam o projeto com alimentação, bebidas e drogas e para quem pode certa quantia em dinheiro, faz a união dos operários para um fim único; “Mas sempre tem quem financia, com uma birita, com cigarro, uma coisinha pra fumar, tem que ter quem junte”. (Entrevista como o informante reincidente, 2007).

Contudo, sem perder a atenção nos inimigos e aos falatórios, nem na possibilidade de revistas a qualquer momento, mesmo se durante as buscas de outras denúncias⁸³, isso porque um projeto como esse pode durar meses ou anos, dependendo de onde se parte; se junto aos muros de seguranças, escondidos principalmente quando da existência de pastos para a criação de ovelhas, ou se de dentro das celas em modelo, mais difícil de vingar, arriscado e corriqueiro.

Sabe-se que isso é um trabalho específico de pessoas que tem suas vidas destinadas ao

⁸³Como em residências as revistas se fazem apenas quando de suspeitas de ilegalidades que visem as fugas, mortes, motins e rebeliões.

crime, porque é necessário tempo para um projeto de tamanha extensão ou pelo menos que essas pessoas tenham afinidades entre si para tais expectativas, já que geralmente desembocam em castigos, sob os quais os detentos estão cientes e preparados, penas de até sessenta dias, no regime isolado, podendo acarretar em transferências para outros presídios e a formação de inimizades pelo descontentamento de alguns afetados pela extensão das sanções a certos presos, o que contraditoriamente, dificilmente estimula as denúncias, pois as penas na lei interna dos presídios se fazem em maior ou menor grau mais violentas e punitivas que as leis oficiais, que nem sempre recebe o denunciante no sistema seguro, hoje conduzido ao especial, antes para o seguro mas sem a condição de preso de confiança, pela sapiência dos agentes oficiais que a condição de repressão oficial dessas práticas é função de agentes e direção e não de presos, que visam e estimulam o sentido de liberdade, lembro quando da visita pós rebelião e que ainda não se tinha certeza de tal suspensão e alguns diziam “(...) é, o passarinho vê a gaiola aberta vai embora”.

As regras das fugas, mesmo que por túneis, se fazem tanto estimuladas quanto praticadas, existindo casos em que são descobertas, já com grandes extensões e que são tampados por meio de metralhas e de cimentos, sendo que de forma parcial. Por vezes restam ocos no interior do antigo túnel o que se faz sabido pelos apenados que continuam o projeto de alguma fuga, a partir de outro ponto da penitenciária que confluam ao “tatu mestre”, terminando por constituírem ramificações de tatus, exemplo tatu mestre, tatu 2, tatu pavilhão 8, existindo ainda indicações de que tais sejam no interior dos pavilhões de onde este parte ou até setas indicando o local por onde passa no pátio, isso diminui consideravelmente o tempo gasto e possibilita a fuga, não apenas por um tatu já tampado em sua parte superior e vigiado, mas por outros ainda em fase de elaboração.

CONCLUSÃO:

ENTRE AS FÁBRICAS, AS FAVELAS E O CÁRCERE, OS POBRES.

Se eu pudesse dava um toque em meu destino
Não seria eu um peregrino,
Nesse imenso mundo cão
Nem um bom menino
Que vendeu limão
Que trabalhou na feira
Pra comprar seu pão.

Não aprendia as maldades que essa vida tem
 Mataria minha fome
 Sem ter que roubar ninguém
 Também não conheceria
 A famosa FUNABEM
 Onde foi minha morada
 Desde os tempos de neném
 É ruim acordar de madrugada
 Pra vender bala no trem
 Se eu pudesse dava um toque em meu destino
 Hoje eu seria alguém (...)
 Seria eu um intelectual,
 Mas como não tive chance
 De ter estudado em colégio legal
 Muitos me chamam pivete,
 Mas poucos me deram apoio moral,
 Se eu pudesse eu não seria
 Um problema social,
 Se eu pudesse eu não seria
 Um problema social.
 (*Problema social*, Seu Jorge)

Chegamos, então, a um final que para não frustrar os leitores, por evitar uma escrita de si, se apoia em autores como Nestor Garcia Canclini (2000), e na nossa posição pessoal de agir como historiador, para afirmar a problemática trabalhada: que são as prisões, e de como estas e seus habitantes se estabeleceram primeiro nas periferias e em seguida fora dos perímetros urbanos, no interior do cárcere em que promovem deslocamentos de práticas e vivências cotidianas.

Há, portanto, um movimento que produz identidades que resultam da hibridização de um duplo que seria os lugares sociais a que estão ligados antes da inserção no sistema institucional e as condições que este mesmo sistema lhes apresenta enquanto lugares a serem produzidos, uma vez que não mais terão como se “desfazer” das marcas produzidas em si.

A essa altura cabe ressaltar que o hibridismo, a nosso ver, tonifica a experiência dos indivíduos que aqui estiveram no centro da narrativa, haja vista a relação intrínseca que vai se estabelecer entre as favelas externas, com que têm relação de pertencimento, e as favelas internas do Presídio Regional do Serrotão, aparelhadas com base nos códigos de conduta postos em prática.

Retornando ao nosso lugar de pesquisador, temos como resultado o aprendizado de que o sentido mesmo deste “eu” pesquisador, aqui importa muito menos que as relações deste com o objeto do estudo e principalmente com os informantes que são, no final das contas, de grande generosidade ao permitir que entremos em suas vidas de forma tão contundente.

Mas, ter a permissão para trazer a público, intimidades, experiências e visões de mundo foi resultante, também, do fato de ter minha própria identidade associada a uma espacialidade que viabilizou o conhecer dos sujeitos e o entender dos códigos de conveniência do bairro do Zé Pinheiro que tem sua historicidade marcada, também, por ser uma zona de fronteira. Habitar esse bairro, portanto, me colocou em contato, ainda muito jovem, com vivências fronteiriças, haja vista ser este circundado por favelas.

Nesse bairro tem-se uma distribuição dos moradores em que uma classe média habita a parte superior, que minimamente se mistura, mas acima de tudo divide-se da área mais pobre por uma rua chamada *Baixinha*, que em seu sentido transversal é atravessada por duas ruas retas e paralelas⁸⁴, à área mais comentada sobre criminalidade na cidade, anteriormente denominada de Cachoeira⁸⁵. Desses dois bairros, saíram os nomes que foram por mim contatados para a produção deste estudo. Desse modo, fui auxiliado por um conhecimento prévio que me possibilitou acessar a rede de sociabilidade, as vivências e os indivíduos, tanto aqueles que estavam no exterior, quanto os que se encontravam no interior do Presídio Regional do Serrotão.

Entretanto, os primeiros esforços para a montagem da pesquisa ocorreram durante minha graduação em História, tendo sido estes canalizados para a produção de nossa monografia. Mas, naquela ocasião sabíamos que ainda havia que analisar pontos fulcrais da questão que haviam sido deixados de lado, em virtude mesmo do tempo e da natureza de um trabalho monográfico.

Contudo, apenas percebemos a importância da temática quando da prisão de amigos próximos que habitavam a parte de cima da favela da *Baixinha* e do interesse em visitá-los na Casa de Detenção do Monte Santo, antes penitenciária provisória⁸⁶, hoje casa de albergue⁸⁷. Foi o primeiro contato que tivemos como visita dentro de uma prisão. Esse fato nos fez despertar para a constatação de que os amigos da parte de baixo eram detidos e mantidos encarcerados de forma mais frequentes e por períodos mais longos, o que nos inquietou e nos levou a uma aproximação da temática. Nasceu, assim, a ânsia de encontrar um eixo de abordagem.

Apenas fui àquela casa de detenção duas vezes e nessas visitas o que surgiu de oportunidade para um trabalho, talvez tenha sido direcionado pelo tentação em observar e a

⁸⁴Ruas Jose Adelino de Melo e Rua Marinheira Agra.

⁸⁵Cuja nova reforma urbana, transfere para fora dos perímetros urbanos numa serie de conjuntos habitacionais, denominados Bairro da Gloria I, II e III.

⁸⁶Que hoje funciona no antigo Presídio de Segurança Máxima,

⁸⁷Recebendo os detentos, que cumpriam albergues no Presídio Agrícola do Serrotão.

tentação por imaginar relações e sociedades obscuras, trazidas na quantidade e diversidade de tatuagens efetuadas em todas as prisões.

Chegamos na parte mais difícil do trabalho: a aproximação, tanto de fontes históricas sobre prisões a fundamentar a pesquisa, quanto das relações práticas com os informantes no campo de pesquisa e o convencimento deles para coleta das informações. Assim, iniciamos por querer saber qual a importância das tatuagens para os de baixo e a interferência disso em seus comportamentos, em poucos instantes pensamos então ter não apenas um objeto de pesquisa, as tatuagens, mas também as relações dessa com o cotidiano prisional.

Foi a partir disso que descobrimos a potencialidade do objeto, no sentido de formular um trabalho, sobre as tatuagens e as relações dessas com os comportamentos e as relações de poder no interior da Casa de Detenção do Monte Santo. Contudo, muito previamente aprendemos que a condução da pesquisa não se faz apenas por parte do pesquisador, sem a participação dos sujeitos que dão sentido ao objeto de estudo conduzido por este, mais em um movimento contrário em que se aprende com os informantes, a criar objetos dentro de uma realidade infinitamente difusa em termos de objetos.

Nesses movimentos que fazíamos, passamos também a consumir bibliografia referencial sobre sistemas punitivos, prisões, instituições, disciplina, sociedade moderna, etc. A essa altura liamos “Vigiar e Punir”, de Michel Foucault, na metade da graduação do curso de História. Leitura que nos encorajou a procurar orientação dos professores. Propusemos a um dos professores uma conversa sobre as descobertas que tínhamos feito e sobre seu interesse em orientar a pesquisa. O resultado desse nosso primeiro contato foi (des)estimulante, posto que o mesmo considerou impossível que isso tivesse relevância acadêmica. Uma segunda frustração se deu quando descobrimos que a Casa de detenção do Monte Santo estava inscrita para os apenados como o jardim de infância do crime e que existiria outra casa de detenção que para nós seria inevitável o contato.

No entanto, estávamos dispostos a tornar as histórias da “faculdade do crime” possíveis de serem contadas em nível acadêmico e, para isso, fizemos das frustrações iniciais. Porém, cheguei, desde então, a perceber como fundamental um nível de proximidade que viabilizasse a construção de fontes – quase que completamente formadas de entrevistas -, a serem comprovadas ou descartadas cientificamente. Foi assim que fizemos as conexões que seriam a base de campo da pesquisa, mas, principalmente, com os cuidados para a preservação da vida, com as palavras e atitudes.

Faltava, contudo, uma constelação de conexões que pacientemente construimos, preservando, principalmente, o que os informantes destruíam entre si ou eram destruídos, até

chegar as fontes que nos encaminhássemos aos detentos do Presídio Agrícola do Serrotão, numa tarefa que exige tranquilidade e o que conseguimos aprender – ninguém querer ser mais do que ninguém, só porque você tem um negócio, quer ser melhor. E, no final, apenas percorrer como estes⁸⁸, abordando se possível as intenções, visto que era isso que buscávamos e que, até aquele momento, só dispúnhamos de suposições e de informações em nível do senso comum, tais como evidências e revistas cedidas pelo professor Antônio Clarindo de Barbosa de Souza, do curso de História da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), pelo próprio bairro e pela mídia, o que se confunde. Contudo, em breve seríamos “sorteados” para sermos, “o professor” nas favelas interna e externa ao Presídio Regional Agrícola do Serrotão.

Em grande medida foi, também, a reforma urbana processada na favela da Cachoeira que nos tornou pessoas próximas dos moradores de lá, pois acompanhávamos e discutíamos sobre os rumores e em seguida a retirada prática dos moradores e em meio à fragilidade pessoal naquele momento, que ficava ainda mais evidente com a chegada das cartas de retirada de todos em até um mês para o bairro da Glória.

O novo bairro para onde estavam sendo deslocados foi construído numa área antes rural, sendo uma série de conjuntos habitacionais, situados da saída da cidade no sentido de Massaranduba, até o final do Bairro de Nova Brasília. Entendo que foi a aproximação com alguns em vistas de toda a comunidade e que chegou até as transferências efetivas que fez com que colhêssemos as permissões e principalmente as diretrizes futuras, de um trabalho que fez da retirada da cachoeira, tema de conclusões de disciplinas em história moderna e contemporânea, tendo em vista sua diferenciação dos bairros nobres.

Em um projeto qual serviu apenas de encaminhamento para um objetivo traçado, que seria o entendimento ainda tateante sobre o interior prisional, assim nos fixarmos neste, para novamente destacarmos as relações e comunicações entre as partes no interior das favelas externa e interna ao Presídio do Serrotão.

Em busca de pessoas que tinham parentes presos, pareciam todos da Cachoeira, mas também com; albergados, traficantes, catadores, carroceiros, bêbados, viciados e os que são tudo ao mesmo tempo, em uma área que mesmo para quem se interessa por tal assunto, prescreve um contato de proximidade com estes, mas principalmente distância da polícia.

⁸⁸De andar de carroça de burro, ou pegar bigú de bicicleta nestas, conversarmos, pararmos, brincarmos, tudo na simplicidade de quem embora more na parte de cima do bairro, entrava em qualquer beco ou na cachoeira se necessário, com cuidado apenas nos lanceiros, pequenos ladrões, que apenas roubam por perto quem identificam como estranhos, o que apenas foi embaraço no começo, mas desde então, o sentido da exclusão da relação monetária e em seguida a minha aceitação como professor e pesquisador, deu a fórmula para quase sempre que chegar ser recebido.

Conhecemos nossos principais guias, a partir de família conhecida por tráficos e assassinatos, em toda a área que se costuma chamar entre policiais, moradores e detentos de zona leste (José Pinheiro, antiga Cachoeira, hoje Bairro da Glória, Monte Castelo, Santo Antônio e Nova Brasília). Para tanto pensamos à época na intenção da permissão da realização das fotos sobre o antes e depois das casas e do bairro situado em outra região, num movimento que marcou uma espécie de aliança entre o pesquisador, o professor e àqueles que nos pediram réplicas de tais imagens.

Contudo, com estes fomos um dos primeiros a chegar aos embriões do Bairro da Glória e as imediatas reformas nas casas, financiadas com o lucro de seus negócios e efetuadas pelos próprios homens da casa, tendo sido todos assassinados. Sabia em grande medida do risco, mas que das possíveis identidades que eram formadas sobre nós, mas os momentos cruciais da pesquisa passaram pelo contato com esses homens e, principalmente, com aqueles que saíam do Presídio e se tornavam albergados.

Achava que com estes obteríamos informações precisas, mais que isso, em uma conversa de não mais de 30 segundos sobre esse fim, um deles nos falou para no domingo visitar o Presídio Agrícola Regional do Serrotão, que lá indicaria o necessário, agradecemos e no domingo 6:30hs estávamos a porta da casa, para acompanhá-los em nosso primeiro contato, com o “Serrotão” ou a “faculdade do crime”. O clima tenso se misturou às brincadeiras e satisfação da mantenedora da residência, em modificar sua expectativa ao atender a porta e me ver adentrando em sua residência, para sua surpresa.

Tomamos café juntos e seguimos carregando as sacolas, o que disfarçava as pernas trêmulas, frias e um sorriso, meio que sem graça, porque não conseguíamos pensar senão na recepção e nos perigos que impregnavam o pensar no contato com estes. Às sete e meia da manhã entramos na fila de visita. Em alguns minutos chegou a hora de passar pela revista. Para as mulheres, ocorre de quatro em quatro; e para os homens de seis em seis. Meus pertences eram papel e um lápis comum de madeira. Enquanto que os da família eram em torno de seis sacolas plásticas com mantimentos, que embora tivessem a possibilidade de serem colocados objetos não permitidos, sabíamos que a satisfação do que ela disse “ – pensei que nunca mais ia lhe ver.”, me acompanhava na certeza de que a parte difícil do trabalho não pode mais ser remediada, até que quando da única pessoa da família que me acompanhou, sem dúvida pela experiência de esposa de detento, momentos antes da nossa revista todas as sacolas para serem revistas juntas.

Como reconhecimento e honestidade, mas que inocência que marcou meu pensamento no momento, mas também todo o trajeto do trabalho, a agradei e relatei da minha expectativa

e angústia com a situação, visto não saber o que pode ou não entrar caso fosse questionado, seu sorriso me tranquilizou e suas palavras me embaraçaram, afirmando que o dia era bom, o inferno é quando eles estavam sós.

Até subirmos pelo portão de acesso à área segura do Presídio e onde ficava a pessoa com que tinha mantido o contato durante a semana e, que logo que me avistou, junto de sua irmã e me chamou, para o contato com uma serie de detentos albergados, pessoas que via naquela região quase diariamente, mas que apenas quando desse contato, pudemos tirar a carga de pressão dos ombros e conversarmos, mas principalmente observarmos e escutarmos o que teriam a dizer.

O que rapidamente se mostrou um passeio pela área segura, no entanto próximo ao pavilhão dos albergados, o que não deixa passar despercebido algumas estruturas das quais estaríamos por conhecer, isso porque o meu guia, no momento, me indica a possibilidade de descer até a parte inferior do Presídio onde ficam os detentos que cumprem em regime fechado suas penas. Espaço chamado de favela, afirmando que poderia conhecer melhor com pessoas mais experientes, ao passo que citava nomes e pavilhões e que do momento que desejasse poderia subir de volta ao seguro ou mesmo sair da penitenciária, enfim encontrávamos o cominho do trabalho, ao passo que aumentavam as expectativas e apreensões.

Até que atravessamos o portão que divide o sistema seguro da favela, tentamos nos passar despercebido até o momento de chegarmos nas áreas próximas ao pavilhão desejado, em momentos que para um primeiro contato se traduzem numa eternidade e na multiplicidade de pensares sobre as reações, ameaças, contato, confiança, rejeição e em tudo de uma vez, num sentido que parece que o coração que envia a cada batida uma ideia negativa, sentida por todo histórico de periculosidade e de mortes que marcam tal instituição.

Contudo, no momento do encontro percebemos que quase todos aqueles reunidos estavam, de uma forma ou de outra, agregados aos guias, cuja filha nos apresentou como enviado de sua mãe, que éramos professor, que queríamos pesquisar sobre as tatuagens e quem pudesse dar informação estávamos ali. Logo achamos que ela tinha nos apresentado de uma melhor forma do que poderíamos fazer de forma independente, novamente agradecemos, agora com um sorriso de tranquilidade e de que, a partir dali, nosso objeto estaria traçado.

Foi nessa mesma visita que obtivemos o contato não apenas com aquele que seria o nosso principal informante, Severino dos Ramos Lima, Raminho, mas com todos os informantes, inclusive oficiais, embora em diferentes momentos tenha sido feita a recolha de informações, pela impossibilidade de se penetrar em tal instituição com materiais digitais,

bem como, das entrevistas serem colhidas nas favelas externas ao cárcere quando dos períodos de liberdade destes.

Definitivamente estávamos convencidos em transformar um objeto tão mal visto em científico e, para tanto, contávamos com as ideias pré-estabelecidas sobre tatuagens e o um livro de tatuagens em pessoa, que era Raminho, ainda com a vantagem de que entre os detentos, se destacava pelo seu nível diferenciado de conversa, pela percepção de que o fato de sermos pesquisador nos colocava inscrito fora de uma fronteira, na qual, como os outros, estava inserido. Embora percebesse a sua diferença em relação aos demais, como dizia: “um bando de miseráveis tem que ter alguém que fale”, mas também do informante reincidente, amigos íntimos e que quando do mantimento de um preso e de outro em liberdade, alicerçaram juntos o mantimento da pesquisa sempre que necessário, entre informações e visitas.

Contudo, foi principalmente a partir do segundo contato como visita com a favela interna ao Presídio Regional do Serrotão e da manutenção dos contatos com as favelas externas ao cárcere, que chegamos a indicação de Severino dos Ramos, Raminho sobre a impossibilidade de tratar especificamente dos assuntos das tatuagens, pois nenhum detento quer se denunciar e estas se inscreviam como um passatempo. Percebemos, desde então, que a intenção era abordar episódios internos e as relações cotidianas que se estabeleceram e que o tem como um dos líderes.

Foi com sua indicação e com as experiências informadas pela Professora Marinalva Vilar de Lima, do Departamento de História de Universidade Federal de Campina Grande, que apresentamos a contrapartida da proposta feita Severino dos Ramos Lima, Raminho em abordar os casos que marcaram o estabelecimento de novos códigos de regras internas desde 2005, salientando que tais proposições estariam incompreensíveis caso lido por pessoas que nunca tenha visitado o Presídio, no caso a maioria da população.

Salientamos nos incontáveis retornos às visitas, pelo menos duas ao mês, depois uma, para, por fim, fazer uma retirada estratégica, que apenas poderíamos sugerir um entendimento das relações de poderes internos e do cotidiano prisional, se passássemos pela experiência colhida da professora de descrever densamente o campo de análise, o que acreditamos que fizemos, mas de forma incompleta pela escolha teórica à época.

Ao tempo que nos sentíamos aceitos e sempre informados quando perguntávamos aos detentos daquele pavilhão, caso Severino dos Ramos Lima, Raminho, não pudesse conversar ou para que ficasse com os outros e suas famílias, a dar tranquilidade a tensão, já em épocas de bacharelado e pensando na virada apenas teórica de um trabalho que acreditava dar conta e

trazer um novo, por seu sentido engajado, dentro de uma Universidade que acredita na exclusão existente apenas entre negros e índios.

A essa altura, Severino dos Ramos Lima, Raminho tinha avalizado minha intenção em tratar do assunto também com os diretores, colhendo destes autorizações para efetuar por imagem o percurso que fazia como visitante, propiciando ao leitor uma ampliação dos sentidos cognitivos sobre os objetos e que ajudasse a esclarecer o cotidiano e as relações de poderes internas, chegamos a recepções agradáveis ao ponto da eliminação das necessidades de autorizações judiciais e da perfeita possibilidade em efetuar as imagens e colher o histórico deste juntos aos diretores.

Ao passo que se realizavam tais coletas, ampliava-se a possibilidade de se trabalhar com tal instituição, nos momentos em que Raminho voltava às ruas após dezenove anos de detenção e da possibilidade e risco de, enfim, nos conceder entrevista gravada. Sendo assim, fizemos o possível para coletar as imagens que nunca chegamos a mostrá-lo, mas que pela sua disponibilidade em ajudar na elaboração de um livro que fosse baseado nas suas informações e de seus próximos, essa ideia o levou comigo de volta ao Presídio Regional do Serrotão após menos de uma semana de liberdade.

Nesse momento, o Informante 1 resolve algumas coisas, com os agentes, em uma relação de conversa que para nós parece muito próxima entre o que depois conceituamos como opostos e complementares, seguimos até o ponto mais alto do Serrotão, de onde indicava as funções, as regras cotidianas dentro de cada pavilhão especificamente e as identidades que ali se relacionavam e seus tipos de produções, iluminando o que depois conceituamos como artes do fazer.

Dando finalização a uma parte do trabalho e tendo em vista a possibilidade de concorrer ao Mestrado em outras universidades, ampliei a temática das descrições densas de cada compartimento do interior prisional e seu assentamento em Foucault, para as relações entre as identidades que a fazem como instituição.

Talvez tal ampliação pressentisse a morte a morte de Raminho, em um confronto com a polícia, não sem sapiência de que chegamos a um caso particular, em que não se pode fugir, nem para fora nem para fora das favelas externas, nem para dentro da favela interna à prisão, bem como da realização de operações federais no interior de tal instituição e a aceitação forçada das regras antropológicas de se desvincular por períodos do campo de pesquisa.

Sem duvida, os anos em São Paulo de leituras e intensas rememorações de todos os fatos, acontecimentos, escolhas pessoais, nos leva a conclusão de que mais que um objeto de pesquisa nós traduzimos as inquietações de favelados e detentos, para tornar suas vidas,

comportamentos e dizeres assuntos científicos e que de preferência nos coloque de lado em relação ao contexto e a cada espaço referente as prisões e seus habitantes.

Voltamos convictos de um futuro que abrisse dentro da Universidade Federal de Campina Grande, um espaço para os detentos, junto do Núcleo de Estudos sobre Exclusão da USP, mas que nos parece já possui suas eleições identitárias entre os excluídos, numa oportunidade que definitivamente só se faz reconhecida, quando de nosso vínculo ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional, da Universidade Estadual da Paraíba e aceitação de tal pesquisa em experiência dentro das favelas internas e externas ao cárcere, ajudando a conhecer e esclarecer aspectos sobre o desenvolvimento das favelas e de sua tradução interna ao Presídio Regional, inserido na linha de pesquisa sobre Conflitos e Desigualdades Sociais.

Foi esse sentido de mestrado interdisciplinar, que nos apresentou uma melhor condição para a ampliação desses debates, que não muda de objeto, mas tem a potencialidade de dar ao historiador, influenciado pela História Cultural, pontos de vistas múltiplos sobre realidades que se desenvolvem no espaço local. É esse tipo de liberdade, que nos cedeu a possibilidade de, conforme Foucault, observar a genealogia do sistema prisional, mas também o nascimento das favelas nacionais e suas recepções entre os intelectuais. Primeiro como símbolos do moderno, para rapidamente mudarem de opinião a respeito, passando a denunciarem o malefício de sua localização, mas também a necessidade de retirá-las, junto a seus moradores traduzidos, aqui como favelados externos e internos ao cárcere.

Ao ponto que voltamos às pesquisas de campo, dentro da nova direção do trabalho de saber a gênese das prisões e de como estas são expulsas das cidades junto com seus habitantes, novamente chegando ao controle emocional de um trabalho interno que a experiência calejou, mas que ainda deve manter os preceitos iniciais, de calma, respeito e contato. Foi nesse sentido que, de posse de duas monografias de graduação (licenciatura e bacharelado) e sob intenção de concorrer no mestrado, apresentamos um trabalho ao diretor provisório, que resistiu mais que o anterior a nos ceder as informações necessárias.

Até o momento que coincidentemente ao sair de uma resposta quase negativa do diretor, encontramos, chegando de uma transferência do Presídio Estadual-PB 1, em João Pessoa, nosso informante reincidente, que mesmo tendo saído de situações extremamente difíceis inclusive uma delas relatadas aqui, teve a capacidade de se comprometer e na emoção do reencontro interferir na opção do diretor, afirmando que é o professor, doutor, trabalha aqui faz tempo (...), talvez o diretor não soubesse que todos os trabalhos apresentados academicamente, seriam imediatamente reapresentado internamente, além de algumas aulas e

de trocas de experiências com os detentos da escola, cujas temáticas são as imposições dos sistemas sanitaristas na cidade e da imposição de leis dos pobres voltadas especificamente para os não afeitos ao trabalho fabril.

O diretor mudou extremamente de posição com respeito a pesquisa e a nossa condição dentro da instituição, ao nos autorizar a realização da pesquisa e quando questionado sobre a necessidade do acompanhamento de algum agente, responder taxativamente que conhecíamos os compartimentos internos, daí a não necessidade de acompanhamento.

Tal renovação de contato interno à altura em que já estávamos cursando o Mestrado, renovou o foco da análise agora para o entendimento das relações com as favelas e que passa necessariamente pelo entendimento dos processos de reformas urbanas e prisionais que se realizaram nos centros urbanos e que tardiamente chegam no Nordeste, pelo apoio da aliança entre setores públicos e privados, financiados por programas de desenvolvimento e que transformam as áreas periféricas em favelas, mas também as cadeias públicas, em casa de detenção e esta em presídios que se tornam complexos prisionais fora das cidade, mas no interior das favelas internas ao cárcere.

Concluimos a pesquisa antes inscrita, embora não finalizada internamente, mas que se apresentou como negação de uma série de pressuposições como a respeito das tatuagens ou das oposições literais entre as identidades, até chegar às informações oferecidas e suas amplitudes, que faz dos equívocos informações, que apenas a leitura teórica, conforma diálogos e inquietações surgidas em anos de curso de Licenciatura, Bacharelado e Mestrado, suportando cientificamente um traçado, que se inicia com Foucault, em “Vigiar e Punir” e o aparelhamento do estado entre os sistemas punitivos e sanitaristas. O que impõe as camadas pobres o trabalho nas fábricas ou a insatisfação em outro trabalho, “aos não afeitos ao trabalho, prisão” e de como tal perspectiva é assimilada e traduzida pelos intelectuais e administradores públicos no nordeste brasileiro. Apenas expondo o caso do Rio de Janeiro como uma exceção à regra geral do país, que necessita de programas, para, ao mesmo tempo, se urbanizarem e industrializarem programas de desenvolvimento, transformando seus centros em locais atraentes ao consumo e a transferência dos habitantes dos centros e das cadeias pública, para áreas periféricas, próximas das fábricas e distantes das cidades, sob essa perspectiva surgem os complexos prisionais, fora das cidades, que desenvolve sim outro tipo de sociedade, que habita outro tipo de cidade ou as fábricas, aqui denominadas de favelas⁸⁹ e que são produtos de teorias desenvolvimentistas, industriais e que a todo custo coagem as

⁸⁹A experiência trazida pelas ciências históricas e a interdisciplinaridade potencializada no mestrado intenciona-se ao momento da elaboração de fontes documentais a respeito do Complexo Prisional do Serrotão.

camadas pobres ao trabalho e aos presídios.

Por fim, ressaltamos que nossa entrada no Programa de Desenvolvimento Regional nos colocou em contato com leituras que viabilizaram um aprofundamento de nossa compreensão sobre a temática com que estávamos lidando, vindo a fazer com que pudéssemos nos deter em aspectos de natureza mais ampla e também mais complexa, bem como termos uma compreensão dos problemas sociais que estão no entorno da discussão.

FONTES

1. Entrevista realizada Severino dos Ramos Lima, (2007).
2. Entrevista realizada com Informante Reincidente, (2007).
3. Entrevista realizada com o Informante Oficial, (2007).
4. Entrevista realizada com o Informante Tatuador, (2008).
5. Entrevista realizada como o informante Evangélico, (2008).
6. Entrevista realizada com Marc, (2011).
7. Entrevista realizada com o Informante Liberto, (2011).
8. Observações etnográficas no *Complexo Penitenciário do Serrotão* nos períodos de agosto de 2005 a julho de 2008; e julho de 2010 a julho de 2011.
9. Observações etnográficas no Presídio do Monte Santo no períodos de junho a agosto de 2005; e junho de 2011.
10. Operação *Albergue* da Polícia Federal, 2008.
11. Jornal da Paraíba, 16/06/2008.
12. Publicação do Ministério Público, 05/06/2008.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARANHA, Gervácio Batista. **Seduções do Moderno na Parahyba do Norte**: trem de ferro, luz elétrica e outras conquistas materiais e simbólicas 1880-1925, Campina Grande: EDUFPG, 2001.
- BATISTA, Juarez. **Caminhos, Sombras e Ladeiras**, João Pessoa: A União, 1951.
- BIERSACK, Aletta. “Saber local, história local: Geertz e além” in: HUNT, Lynn. **A nova história cultural**, trad: Jefferson Luiz Camargo, São Paulo: Martins fontes, 1995, p.97-130.
- BRESCIANI, Maria Stella Martins. **Londres e Paris no Século XIX**: o espetáculo da pobreza, São Paulo: Brasiliense, 2004
- BROWNING, Christopher. **The Origin of Final Solution**, in Google Books, 2004
- CARR, Edward Hallet. “O Historiador e seus fatos”, in **Que é História?**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 3.ed., 1982.
- CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas Híbridas**, trad: Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão, São Paulo: EDUSP, 3. Ed., 2000
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: Artes de Fazer, 2ª Ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1994. (v.I).

- CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce e MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano**: Artes de Fazer, Petrópolis-RJ: Vozes, 1996. (v.II).
- CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril**: cortiços e epidemias na corte imperial, São Paulo: Companhia das letras, 1996
- CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no rio de janeiro da belle époque, São Paulo: Brasiliense, 1986
- CUNHA, Euclides. **Os Sertões**, 1902
- DESAN, Suzane. “Massas, Comunidade e ritual na obra de E.P.Thompson e Natalie Davis” in: HUNT, Lynn. **A nova história cultural**, trad.: Jefferson Luiz Camargo, São Paulo: Martins fontes, 1995, p.63-96.
- FOUCAULT, Michel. **Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão**, 5ª Ed., Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- FOUCAULT, Michel. **História da loucura**, trad.: José Teixeira Coelho Neto, São Paulo: Perspectiva, 2005.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: A Vontade de saber, trad.: Maria Thereza da Costa Albuquerque, 9ª Ed., Rio de Janeiro: Graal, 1993.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**, trad.:Luiz Felipe Beata Neves, São Paulo: Martins fontes,1979.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**, trad.: Ligia M. P. Vassalo, Rio de Janeiro: Petrópolis, 2008.
- FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**, São Paulo: Global, 2003.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**, trad Fanny Wrobel, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- GEERTZ, Clifford. **Nova luz sobre a Antropologia**, Trad.:Vera Ribeiro, Rio de Janeiro-RJ: Zahar, 2001.
- GEERTZ, Clifford. **O saber local**: Novos ensaios em antropologia interpretativa, trad.: Vera Mello Joscelyne, Petrópolis-RJ: Vozes, 1998.
- GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas, Sinais**: morfologia e história, Trad.: Federico Carotti, São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GOFMAN, Erving, **Manicômios, Prisões e Conventos**, trad.: Dante Moreira Leite, Petrópolis: Vozes, 1996
- HILL, Christopher. **O Mundo de Ponta a Cabeça**, trad.: Gustavo Bayer, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1985
- HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**, Rio de Janeiro: José Olympio,1994

- HUNT, Lynn. “Apresentação: história, cultura e texto” in: HUNT, Lynn. **A nova história cultural**, trad.: Jefferson Luiz Camargo, São Paulo: Martins fontes, 1995, p.01-29.
- AMADO & FERREIRA. **Usos e Abusos da História Oral**, Rio de Janeiro: FGV, 2008.
- SOUZA, Jessé. *A Ralé Brasileira*, Minas Gerais: EDUFMG, 2009.
- MELLO, José Otávio de Arruda e AGUIAR, Wellington. **João Pessoa: uma cidade de quatro séculos**. 1989
- MORRIS, Terence. **Desvio e Controle: heresia secular**, trad.: Waltensir Dutra, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978
- O'BRIEN, Patrícia. “A história da cultura de Michel Foucault”, in: HUNT, Lynn. **A nova história cultural**, trad: Jefferson Luiz Camargo, São Paulo: Martins fontes, 1995, p.33-62.
- PERROT, Michelle. **Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros**, trad.: Denise Bottmann, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988
- PIMENTEL FILHO, José Ernesto. **Urbanidade e Cultura Política: A cidade de Fortaleza e o liberalismo cearense no século XIX**, Fortaleza-CE: Editora da UFC, Casa José de Alencar, 1998.
- RAMOS, Helmano de Andrade. **Da Arquitetura à Leitura Marginal: Fundamentos cotidianos na formatação da identidade apenada**, Campina Grande, 2008.
- REZENDE, Antônio Paulo. **(Des)encantos modernos: Histórias da cidade do Recife na década de vinte**, Recife-PE: Governo do Estado. Secretaria de Cultura. FUNDARPE.1997.
- RUDÈ, Georges. **A Multidão na História**, trad.:Waltensir Dutra, Rio de Janeiro: Campos, 1991
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raçacientistas, instituições e questões raciais no Brasil**, São Paulo: Companhia das Letras,1993.
- SEVCENKO, Nicolau. **A História da Vida Privada no Brasil: da república à belle époque**, São Paulo: Companhia das letras, 1998.
- SIMMEL, Georges. **Ensaio Sobre Teoria da História**, trad.: Artur Morão, Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.
- SOUSA, Fábio Gutemberg Ramos Bezerra. **Campina Grande:cartografias de uma reforma urbana no Nordeste (1930-1945)**, in Revista Brasileira de História. 2003.
- WEBER, Florence. **Trabalho Fora do trabalho: a etnografia das percepções**, trad.: Roberta Ceta, Rio de Janeiro: Geramond, 2009.

ANEXOS

ANEXO 1 – PLANTA BAIXA DO COMPLEXO PENITENCIÁRIO DO SERROTÃO

ANEXO 2 – PLANTA BAIXA DO PRESÍDIO REGIONAL DO SERROTÃO

ANEXO 3 – FOTOGRAFIAS

ANEXO 4 – AUTORIZAÇÕES DOS INFORMANTES